

ISSN 1981-4070

LUMINA

UFJF | REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
V. 19 | N. 2 | MAI./AGO. 2025



Gustavo Pereira¹, João Paulo Malerba² e Telma S. P. Johnson³

Em meio a reflexões sobre a contínua desvalorização de práticas da ciência aberta e à crescente complexidade nos processos editoriais dos periódicos de qualidade – por fatores diversos, como a deterioração de recursos públicos e os usos inadequados das ferramentas de inteligências artificiais – apresentamos o número 2/2025, volume 19, da Revista Lumina. Nesta edição, de temática livre, continuamos nosso compromisso, iniciado há 26 anos, de contribuir com o compartilhamento da produção do conhecimento científico crítico e plural para o desenvolvimento do campo da Comunicação e suas interfaces.

Este número reúne um conjunto de 12 textos com temáticas, abordagens teórico-conceituais e metodologias variadas a partir de trabalhos produzidos por pesquisadores que atuam no país e no exterior. Para facilitar a leitura, organizamos os seis primeiros textos dentro do eixo temático jornalismo, liberdade de expressão e resistências. Em seguida, segue-se um outro grupo de cinco textos que tratam de estudos exploratórios audiovisuais, imaginários e disputas discursivas tanto na Academia como nas ambiências digitais. Ao final, apresentamos uma resenha sobre transformações e rupturas socio-históricas na contemporaneidade.

O primeiro eixo abre com o artigo *Liberdade de expressão e ética em disputa no debate sobre ameaças ao jornalismo*, das pesquisadoras Amanda Souza de Miranda, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Lívia de Souza Vieira, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sobre tensionamentos envolvendo a apropriação do conceito de liberdade de expressão por atores de espectros ideológicos opostos. As autoras, por meio de pesquisa documental, distinguem limites entre a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa e a legitimidade em um cenário marcado por múltiplas narrativas – informativas e desinformativas.

No artigo *Leis de proteção ao jornalismo no Brasil e impactos das IAGs nas*

¹ Professor substituto da UFJF e editor da Revista Lumina. Vice-coordenador do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (CNPq/UFJF) e vice-coordenador da Rede de Combate à Desinformação - Apurá. E-mail: gustavo.pereira@ufjf.br.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM)/UFJF e editor da Revista Lumina. E-mail: joaopaulo.malerba@ufjf.br.

³ Professora do PPGCOM/UFJF e editora da Revista Lumina. Líder do grupo de pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania (CNPq/UFJF). E-mail: telma.johnson@ufjf.br.

democracias, Zanei Barcellos, Andreia de Almeida Marques e Eline Sandes, da Universidade de Brasília (UnB), discutem a relação entre o uso de inteligência artificial generativa e de *chatbots* na construção automatizada de notícias e os aparatos legais que podem resguardar ou não a atividade jornalística. Em *Acervo de lutas, acervo de imagens: poética e protesto feminista na fotografia de imprensa*, Angie Biondi, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Rita Maria Radl-Philipp, da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha), refletem sobre os significados e as referências da cultura visual das fotografias de protestos a favor do direito ao aborto em uma visada feminista. Para tal, as autoras trazem como recorte a fotorreportagem “Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países”, veiculada pela Folha de S. Paulo.

Na sequência, Juliana Leão Borba Lins e Ana Carolina Kalume Maranhão (UnB), em *A imagem sátira, das charges aos memes: um estudo das páginas on-line do Estadão e G1*, analisam os memes como um formato emergente no ambiente on-line e que ganha força por ter uma linguagem ágil, simples e com alto potencial de viralização. Já em *Jornalismo de soluções no Brasil: análise do panorama nos veículos de comunicação*, Camila Farias (UFBA) busca investigar a aplicação dessa modalidade de jornalismo como estratégia em meios de comunicação massivos e independentes, utilizando as abordagens analíticas da autodeclaração e do mapeamento desenvolvidas pelo site *Solutions Journalism Tracker*, vinculado à organização estadunidense *Solutions Journalism Network* (SJN).

A transdisciplinaridade da obra do escritor, compositor e músico Aldir Blanc (1946–2020) é o tema do artigo *Levar caretas a transgredir: a prosa de Aldir Blanc e a cultura popular*, de Helcio Herbert Neto, da Universidade Federal Fluminense (UFF). O autor compara os textos publicados por Blanc no jornal O Globo, na segunda metade de 2020, com o capítulo “Até morrer” do livro *Brasil passado a sujo: a trajetória de uma porrada de farsantes*, de Aldir Blanc, para explorar a relação entre a cultura popular, a participação política do artista e as implicações para o campo da Comunicação.

O segundo eixo da edição se inicia com o artigo *Novela ou série turca? Um estudo exploratório sobre o formato das dizis*, da pesquisadora Aline Mendes, da Universidade Federal Fluminense (UFF), que investiga o formato audiovisual das *dizis* – produções que surgiram na Turquia, contribuindo para a consolidação do país como o terceiro maior exportador de conteúdos televisivos do mundo. No estudo, Aline descreve a expansão da indústria audiovisual em um mercado globalizado e, ao mesmo tempo, discute as ressignificações do formato, características e gêneros das *dizis* ao serem exploradas em diferentes contextos culturais, inclusive no Brasil.

De autoria de Fernanda Martins Machado e Tarcisio Torres Silva (PUC-Campinas), o artigo *Trans de direita? Marcações identitárias e espectro político no TikTok* analisa o perfil de Suellen Rayanne, influenciadora digital e mulher trans conservadora, pelo método de análise qualitativa, com o propósito de compreender

como sua atuação digital evidencia desafios, oportunidades e complexidades da representatividade LGBTQIAPN+ em um contexto político polarizado no Brasil. Os autores comparam a trajetória de Suellen a outras figuras trans no espectro de esquerda e de direita da política brasileira.

A partir do conceito de *smart cities*, o artigo *Afinal, o que é a Smart City? Hegemonia e representação na promessa de um futuro 'smart'*, de Luana Bulcão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realiza uma análise discursiva em periódicos nacionais e internacionais à luz das dimensões da hegemonia de Laclau (2000). A autora conclui que o discurso é uma aposta neoliberal de controle das urbes pelas corporações tecnológicas, além da transformação das cidades em laboratórios para experiência “*smart city*”, desconsiderando singularidades e especificidades de cada população.

No artigo *Imaginários dos públicos sob a ótica dos ataques cibernéticos: caso das Lojas Renner*, Fernanda Shelda de Andrade Melo, doutoranda da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), busca desmistificar a figura dos hackers associados a ataques cibernéticos, produzidos por crackers, e discute a questão comunicacional que envolve a temática da segurança digital a partir do caso das Lojas Renner, ocorrido em 2021, que reverberou nas redes sociais digitais da empresa e levantou questionamentos sobre vazamento de dados e possíveis prejuízos a clientes.

Em *A construção de espaços de coexistência de diferenças via livros didáticos: análise semiótica de representações visuais com pessoas em livros de Ciências*, as pesquisadoras Maria Ogécia Drigo, Luciana Coutinho Pagliarini de Souza e Maria Alzira de Almeida Pimenta, da Universidade de Sorocaba (UNISO), lançam um olhar para obras de Ciências do Ensino Fundamental II com o intuito de analisar como o outro é representado no aspecto visual, bem como observar se as obras revelam pluralismo e diversidade no que concerne à alteridade.

Fechamos a edição com a resenha *Preciado e a disforia do mundo: um manifesto pelo dismantelamento das estruturas e a (des)esperança das possibilidades*, baseada no livro *Dysphoria Mundi* (2023), de Paul Preciado. O trabalho de Antonio Hélio da Cunha Filho, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), discute dualidades entre as transformações promovidas por questões como a pandemia de Covid-19 e os avanços tecnológicos e das mídias digitais, colocando em relação atritos e conflitos que perpassam a necessidade de reinvenção dos cidadãos e da sociedade em meio a essas rupturas.

Por fim, nossos sinceros agradecimentos às/aos pareceristas que gentilmente colaboraram com o seu tempo, energia e conhecimento nesta edição, em reconhecimento à importância da formação e divulgação da produção de conhecimento aberto. Queremos especialmente demonstrar nossa gratidão a cada uma e cada um da equipe editorial pela dedicação e comprometimento.

Boa leitura!

Expediente

Editores

João Paulo Malerba
Telma S. P. Johnson
Gustavo Teixeira de Faria Pereira

Editores de Área

Eli Borges Júnior
Gabriela Borges
Jhonatan Alves Pereira Mata

Assistentes Editoriais

Assistentes editoriais
Adriana A. Oliveira
Alícia Rufino Soares
Aline Gomes Alvim
Arthur Honorato de Almeida
Estela Loth
Gabrielle Sevidanes
Gustavo Furtuoso
João Filipe C. Pereira Gonçalves
Julia Garcia G. Andrade
Lázaro Scher Araújo Dias
Maria Clara Cabral
Marina Lopes de Souza
Murilo Coelho Macedo
Samara Angela T. de Oliveira
Tainá Moraes de Carvalho
Tatiane Moreira Análio
Tobias Rezende Strogoff de Matos

Revisão

Aline Andrade Pereira

Revisão Geral

Gustavo Teixeira de Faria Pereira
Jhonatan Alves Pereira Mata
João Paulo Malerba
Telma S. P. Johnson

Diagramação

Hsu Ya Ya

Revisão Diagramação

Gustavo Teixeira de Faria Pereira

João Paulo Malerba

Telma S. P. Johnson

Capa

Gabriela Borges

Hsu Ya Ya

Imagem da Capa

Unsplash

Projeto Gráfico

Carlos Eduardo Nunes

Comunicação e Divulgação

João Paulo Malerba

Telma S. P. Johnson

Jhonatan Alves Pereira Mata

Talita Magnolo

Liberdade de expressão e ética em disputa no debate sobre ameaças ao jornalismo

Amanda Souza de Miranda¹ e Lívia de Souza Vieira²

Resumo

Produtores de conteúdo da extrema-direita do Brasil mobilizam suas bases e militância digital em torno do debate sobre a liberdade de expressão. Ao mesmo tempo, entidades de defesa do jornalismo denunciam diversos episódios de violência contra jornalistas ameaçados em seu trabalho. O objetivo deste artigo é discutir os tensionamentos éticos que envolvem a apropriação do conceito de liberdade de expressão, distinguindo o fazer jornalístico ético da produção de desinformação em um ambiente digital desregulado. Para tal, utiliza-se três conjuntos empíricos: o relatório de assédio judicial da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), o caso dos blogueiros extremistas Allan dos Santos e Paulo Figueiredo e a instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade de Expressão. Os resultados apontam que a insuficiência da técnica e da estética para distinguir o bom do mau jornalista e/ou produto colocam na ética o papel distintivo da atividade jornalística. Defende-se que a aplicação de princípios e valores à prática profissional é a única maneira de demarcar o jornalismo feito para o bem público daquele que atende a outros interesses.

Palavras-chave

Assédio judicial; Liberdade de imprensa; Desinformação; Ética jornalística; Extrema-direita.

¹ Jornalista da Agência de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem pós-doutorado na ECA-USP. Doutora em Jornalismo pela UFSC. Repórter de política e ativista pelo direito à informação. E-mail: amanda.souzademiranda@gmail.com.

² Professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Jornalismo pela UFSC. Editora da *newsletter* Farol Jornalismo. E-mail: liviasvieira@gmail.com.

Freedom of expression and ethics in dispute in the debate on threats to journalism

Amanda Souza de Miranda¹ and Lívia de Souza Vieira²

Abstract

Far-right content producers in Brazil are mobilize their bases and digital activists around the debate on freedom of expression. At the same time, journalism advocacy organizations are reporting episodes of violence against journalists in the course of their work. This article aims to discuss the ethical tensions surrounding the appropriation of the concept of freedom of expression by actors from opposing ideological spectrums, distinguishing ethical journalistic practice from the production of disinformation in an unregulated digital environment. To this end, three empirical sets of data are used: the report on judicial harassment by the Brazilian Association of Investigative Journalism (Abraji), the case of extremist bloggers Allan dos Santos and Paulo Figueiredo, and the establishment of the Parliamentary Front in Defense of Freedom of Expression. The results indicate that the insufficiency of technique and aesthetics in distinguishing good journalists and/or products from bad ones highlights the role of ethics as the distinctive aspect of journalistic activity. It is argued that the application of principles and values to practice is the only way to distinguish journalism carried out in the public interest from that which serves other interests.

Keywords

Judicial harassment; Freedom of the press; Disinformation; Journalistic ethics; Far right.

¹ Jornalista da Agência de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem pós-doutorado na ECA-USP. Doutora em Jornalismo pela UFSC. Repórter de política e ativista pelo direito à informação. E-mail: amanda.souzademiranda@gmail.com.

² Professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Jornalismo pela UFSC. Editora da *newsletter* Farol Jornalismo. E-mail: liviasvieira@gmail.com.

A polarização política entre extrema-direita e o campo progressista, que toma conta do mundo com cada vez mais evidências no que se refere ao processo eleitoral de países democráticos, também tem dominado a discussão sobre os conceitos de liberdade de expressão e liberdade de imprensa no Brasil. Isso porque, mobilizados por respostas a investigações criminais da Polícia Federal que repercutem no Supremo Tribunal Federal (STF), lideranças extremistas radicalizadas tentam se posicionar como promotores da liberdade de expressão e levar seus seguidores à compreensão de que os órgãos da justiça e do judiciário estão em uma ofensiva de censura no país.

Este artigo tem como objetivo discutir teoricamente os tensionamentos éticos que envolvem a apropriação do conceito de liberdade de expressão e de imprensa por atores de espectros ideológicos opostos, manifestando a distinção entre o fazer jornalístico e sua base ética e a produção de desinformação em um ambiente digital desregulado.

Entende-se que esse debate teórico é pertinente em um momento no qual, de forma oportunista, grupos radicalizados tentam equiparar estratégias de violência contra jornalistas mapeadas por organizações da imprensa com medidas de investigação e punição impetradas pelo Judiciário a perfis de militantes radicalizados nas redes sociais. Na prática, há uma tentativa de consolidar no debate político a ideia de que “jornalistas” de extrema-direita estão sendo perseguidos e se tornando vítimas do sistema, o que seria conduta de um estado supostamente ditatorial.

Com este artigo, amparadas sobretudo na reivindicação de um status de jornalismo a partir da sua ética, pretendemos demarcar que os riscos aos profissionais existem e são identificados mesmo em sociedade democráticas, mas que não estão relacionados às pretensas denúncias que o bolsonarismo vem tornando públicas de perseguição aos seus pares.

Para tanto, utilizaremos três conjuntos empíricos para realizar as discussões pertinentes à temática:

(a) O relatório de assédio judicial da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que mapeia um tipo específico de violência contra jornalistas no Brasil;

(b) O caso dos blogueiros extremistas radicalizados Allan dos Santos e Paulo Figueiredo, citados em inquéritos da Polícia Federal com repercussão no STF;

(c) A instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade de Expressão no Brasil, liderada por uma deputada extremista radicalizada, citada como uma das principais litigantes contra jornalistas no Judiciário brasileiro.

Entendemos que esses três conjuntos são representativos do debate instalado no país e nos auxiliam a demarcar por que o jornalismo e os jornalistas estão ameaçados na democracia, distinguindo ameaças reais de discursos políticos

oportunistas e traçando uma linha de protagonismo à ética do jornalismo como principal delimitadora da atividade.

Extrema-direita e apropriação de conceitos do jornalismo

Canais on-line não oficiais da direita já são conhecidos e mapeados em pesquisas em Comunicação que buscam compreender como esse fenômeno tem disputado território com instituições mais sólidas da imprensa tradicional. Uma das constatações é de que a desconfiança prévia nos agentes tradicionais do jornalismo possibilita uma certa proliferação desses perfis (Massuchin *et al.*, 2022).

Em meio a essa tendência, destacam-se dois ativistas da direita on-line que acionam suas redes pessoais com discursos de perseguição e tolhimento às suas liberdades como comunicadores. Allan dos Santos e Paulo Figueiredo contabilizam uma série de perfis, pois suas redes são constantemente suspensas por determinações judiciais, que já chegaram a ser descumpridas pelo X (Lin, 2024), razão pela qual nos concentramos na pesquisa dessa plataforma para coleta de recursos empíricos.

Allan dos Santos é formado em Filosofia e o fundador do Terça Livre, portal que se destacou durante os protestos contra a ex-presidenta Dilma Rousseff que culminaram em seu processo de impeachment, em 2016. Em 2018, apoiador de Jair Bolsonaro no processo eleitoral, já era uma das principais vozes da extrema-direita no ambiente digital (Caniato, 2025). Desde 2020 ele vive nos Estados Unidos e encontra-se foragido da Justiça brasileira, que decretou sua prisão em 2021 por suspeitas de atuação em organização criminosa, crimes contra honra e incitação a crimes, preconceito e lavagem de dinheiro.

Paulo Figueiredo é economista e foi comunicador na emissora Jovem Pan, mas afastado da sua programação já em 2021, investigado pelo Ministério Público Federal por disseminação de desinformação. Antes do espaço na emissora, Figueiredo, que é neto de João Figueiredo, ex-presidente do regime militar, já acumulava uma ficha corrida na Justiça, tendo sido preso em 2019 nos Estados Unidos, onde vive hoje, em liberdade.

Allan e Paulo são, além de personagens do ecossistema de Comunicação do ativismo da extrema-direita, parte de inquéritos policiais no Brasil. Ambos são investigados por recorrerem à desinformação para tumultuarem a democracia e desestabilizarem o sistema. Entre os seus feitos registrados pela Justiça brasileira estão o fato de Allan ter ligação com os organizadores do Capitólio, que resultou na invasão da Casa Branca por militantes que acreditavam em fraude nas eleições estadunidense de 2021. Já Figueiredo é uma das partes do inquérito que investiga a tentativa de golpe no Brasil. Ele é suspeito de influenciar, dentro do Exército, a adesão ao golpe nas eleições de 2022 (Bomfim *et al.*, 2024).

O modo como eles performam em suas redes sociais e em eventos públicos

a ideia de perseguição é um dos interesses deste artigo. Isso porque entendemos que eles se utilizam de conceitos centrais da defesa da atividade jornalística para se protegerem juridicamente e alimentarem a militância radicalizada.

Uma postagem de julho de 2023 na conta de Uelton Costa com mais de 20 mil likes e 6 mil retuítes no X traz um exemplo concreto disso (Costa, 2023). No texto, indica-se que Paulo Figueiredo e Allan dos Santos denunciaram restrições à liberdade no Brasil em evento da universidade americana na Flórida. O texto fala em censura e em asilo político, dois pontos de desinformação se considerarmos que não existe censura no Brasil e que nenhum deles é asilado politicamente. Além disso, tenta adotar um tom comovente e de vitimização aos personagens que promoveram, segundo investigações da Polícia Federal e decisões do Supremo, uma série de tensões políticas no país.

Liberdade de expressão e liberdade de imprensa

A disputa pelos conceitos de liberdade de expressão colide, no debate público, com os debates sobre liberdade de imprensa. Isso acontece porque, como destacam Sena e Scabin (2024), tradicionalmente, o acesso à liberdade de expressão precisa dos meios de comunicação para ser materializado. Ainda que esse ecossistema tenha se diversificado e ampliado com o fortalecimento das *big techs* que criaram novas plataformas de interação social, os conceitos se relacionam.

[...] a liberdade de imprensa deve ser tomada como parte da liberdade de expressão à qual indivíduos e grupos têm direito na sociedade. Quando esses conceitos são igualados, no entanto, a liberdade individual de pensamento torna-se representada pela produção informativa, jornalística e cultural de grupos e instituições de mídia como representantes de toda a sociedade. A combinação semântica dos dois termos desloca a liberdade do indivíduo para a imprensa (Sena; Scabin, 2024, p. 193).

Os autores prosseguem dizendo que “a liberdade de imprensa é justificada, então, pelo poder de fazer circular o pluralismo de ideias existente na sociedade, sendo representada como garantidora também da liberdade de expressão individual” (Sena; Scabin, 2024, p. 194). Nossa compreensão também vai nessa direção, mas delimitando aos jornalistas o direito de terem preservado de forma inegociável o seu direito à liberdade de imprensa assentada no compromisso ético com a verdade. Desse modo, já haveria uma exclusão desse mesmo direito àqueles que se projetam no debate público pelas vias da desinformação.

Não é coincidência, portanto, que Paulo Figueiredo, que se apresenta na biografia da conta do X como “jornalista censurado pelo Alexandre”, não tenha utilizado uma única vez o conceito de liberdade de imprensa para reivindicar aquilo que toma como seu direito (Figueiredo, 2025). A liberdade de expressão, por outro lado, aparece por três vezes na conta criada em fevereiro de 2025: em um comentário

elogioso ao ex-presidente José Sarney por tê-lo defendido em uma entrevista, em uma crítica jocosa a uma notícia da Revista Fórum, da mídia independente, e em uma postagem na qual expressa a "necessidade de eleições livres, limpas e auditáveis com liberdade de expressão e participação da oposição" (Figueiredo, 2025).

Já Allan dos Santos, que criou sua "Conta de número 5", como apresenta na biografia, em janeiro de 2025, não recorreu aos conceitos para se defender, mas participou de uma interação com Grok, a inteligência artificial do X, na qual revela suas noções sobre jornalismo. A pedido de um usuário do X, a IA disse que "parece provável que ele minta compulsivamente". Allan, então, respondeu relativizando o conceito de verdade e afirmando "que como jornalista que sou, se um fato por mim descrito se concretiza posteriormente, nenhuma análise minha é verdadeira ou mentirosa, mas apenas desconhecida de seu banco de dados" (Santos, 2025). A IA seguiu sua réplica e acrescentou que o jornalismo exige "evidências verificáveis", ao que então Allan respondeu que "quando algum jornalista noticia um perigo do qual poucos sabem, ele não precisa de uma quantidade específica de órgãos ou pessoas para que sua opinião seja validada" (Santos, 2025).

A troca de mensagens é simbólica para identificar, no discurso do ativista da direita, uma aparente confusão entre o direito de expressar uma opinião e o direito de se reivindicar jornalista para levar uma informação à audiência. Ainda, também consolida uma das discussões mais arraigadas a partir da ascensão de figuras como ele no debate público: a liberdade de expressão cobre a liberdade de desinformação? É possível reivindicar seu direito a propagar e difundir mentiras sob a justificativa de se estar fazendo jornalismo?

Juridicamente, a doutrina da real malícia tem sido acionada para distinguir aqueles que propagam notícias falsas com conhecimento de sua falsidade ou com temerário desprezo pela verdade daqueles que cometem equívocos, considerados erros jornalísticos. A tese foi fixada a partir de uma demanda da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e assinala que a responsabilidade civil de jornalistas ou de órgãos de imprensa só ocorre quando há inequívoco dolo ou de culpa grave, com negligência profissional (Mourão *et al.*, 2024). Esse entendimento garante que jornalistas que ajam de forma lícita, ainda que sujeitos a erros, possam ter sua liberdade garantida.

Barroso e Barroso (2023) – um dos autores ministro do STF e atual presidente da casa – discorrem sobre assunto transversal no artigo *Democracia, mídias sociais e liberdade de expressão: ódio, mentiras e a busca da verdade possível*, onde citam que, antes da propagação das redes sociais, a imprensa profissional podia ser responsabilizada por problemas relacionados a erros e desinformação já que a ela cabia investigar fatos e seguir os padrões da ética e da técnica jornalística. A defesa é por um ambiente digital com mais regulação e responsabilidade.

Encontrar o equilíbrio adequado entre a indispensável preservação da liberdade de expressão, de um lado, e a repressão do conteúdo ilegal nas redes sociais, de outro, é um dos problemas mais complexos de nossa geração. A liberdade de expressão é um direito fundamental incorporado em praticamente todas as constituições contemporâneas e, em muitos países, é considerada uma liberdade preferencial, que deve prevalecer *prima facie* quando em confronto com outros valores. (Barroso; Barroso, 2023, p. 296)

Esse equilíbrio também passa pela delimitação teórica que possa distinguir um jornalista no exercício da sua função de um agente político cujo papel no debate público seja disseminar desinformação, acionando discursivamente questões relevantes à democracia, como a censura, a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão. Ao utilizarem esses conceitos, ativistas radicalizados como Allan dos Santos e Paulo Figueiredo tentam capturar uma discussão importante, que não deve servir como defesa aos processos judiciais nos quais estão envolvidos. Este é o tema do próximo tópico deste artigo.

O jornalismo ameaçado

Jornalistas do mundo todo estão expostos a riscos como o assassinato, o sequestro, o desaparecimento e a prisão. Trata-se de uma discussão séria, que cerca especialmente ambientes que prescindem de ferramentas de democracia e/ou que estão em estado de guerra. Segundo o *Balanço 2024 dos jornalistas mortos, presos, feitos reféns e desaparecidos no mundo*, feito pela organização Repórteres sem Fronteiras, Palestina e Paquistão são os lugares mais perigosos, mas também há países como México e Colômbia entre os destaques negativos do ranking (Repórteres Sem Fronteiras, 2024). Conflito, política local e crime organizado são os tópicos que levam o maior número de jornalistas à morte.

De acordo com o mesmo documento, há 550 jornalistas presos pelo mundo. China, Birmânia, Israel, Bielorrússia, Rússia e Vietnã se destacam negativamente na lista. Esses números também são utilizados como fonte de dados do Ranking Mundial da Liberdade da Imprensa, no qual o Brasil, em sua tradição democrática, ocupa a posição de número 63, tendo ganhado 19 posições em relação a 2024. O relatório salienta que o novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva trouxe de volta uma normalização das relações entre as organizações estatais e a imprensa, após o mandato de Jair Bolsonaro marcado por uma hostilidade permanente ao jornalismo. “Mas a violência estrutural contra jornalistas, um cenário midiático marcado pela alta concentração privada e o peso da desinformação representam desafios significativos para o avanço da liberdade de imprensa no país” (Repórteres Sem Fronteiras, 2025).

Um dos tipos de ameaça à liberdade de imprensa que vêm sendo acompanhado pela Abraji no Brasil é o assédio judicial contra jornalistas, classificado como o “uso de medidas judiciais de efeitos intimidatórios contra o jornalismo, em reação

desproporcional à atuação jornalística lícita sobre temas de interesse público” (Abraji, 2024).

Aqui, há uma demarcação relevante ao que se considera “atuação jornalística lícita”, já que, quando se fala em jornalismo, presume-se a sua licitude. O que o relatório busca demarcar, no entanto, é a atividade jornalística que produz informações de interesse público, distinguindo-a daquela produzida por jornalistas que praticam atos ilícitos. A estes o documento sugere que a punição “seja não apenas proporcional e razoável, mas principalmente limitada aos casos mais graves, de má-fé causadora de danos realmente graves às vítimas” (Abraji, 2024, p. 10).

Esta nos parece ser uma demarcação importante entre o jornalismo que reivindica a liberdade de imprensa e de expressão como práticas essenciais à sua função e o ativismo extremista que busca nesses mesmos conceitos um aval para a prática de ilícitos.

A tentativa de captura dos conceitos, que é feita sob diferentes camadas, também chamou atenção em um episódio político ocorrido no Brasil, quando uma deputada federal bolsonarista foi alçada ao posto de líder da Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade de Expressão. A deputada Júlia Zanatta utiliza o conceito de liberdade de expressão como bandeira, mas é citada pelo monitor de assédio judicial da Abraji como uma das principais autoras de processos contra jornalistas no país.

No evento de lançamento da Frente presidida por ela, em dezembro de 2024, não havia jornalistas participando como oradores. Mas a própria deputada, que tem formação em Comunicação com habilitação em Jornalismo, expressou que o objetivo do trabalho era o fortalecimento da democracia.

Dois meses depois, quando da vinda do Relator especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para tratar da liberdade de expressão no Brasil, o grupo de parlamentares bolsonaristas também tentou utilizar os conceitos para defender ilicitudes praticadas por militantes de direita no dia 8 de janeiro de 2022, em Brasília, novamente fazendo uma apropriação do conceito como se fosse equivalente ao direito a cometimento de crimes, inclusive com violência física e patrimonial.

A análise que aqui pretendemos estabelecer, portanto, é de que os fundamentos que balizam a prática jornalística – as liberdades de imprensa e de expressão – precisam ser garantidos a partir de discussões que auxiliem o país a melhorar a sua posição no ranking da liberdade de imprensa e a combater táticas de intimidação e censura como o assédio judicial, resguardando o trabalho jornalístico que está alinhado ao interesse público.

À medida que o conceito passa por distorções ou apropriações discursivas equivocadas, é possível que se banalize ou, então, que ele deixe de servir ao que realmente deve: a defesa da democracia. Por isso, no próximo tópico, trazemos a ética jornalística como elemento definidor e demarcador da prática que pode e deve reivindicar seus espaços de liberdade, denunciando táticas de violência e assédio que

possam constrangê-la. Fazemos isso por entendermos, a partir desses referenciais, que a atividade jornalística lícita é sobretudo ética, estando assentada em valores que, muito embora não tornem jornalistas imunes a erros, tornam sua boa-fé reconhecida de antemão.

A ética como elemento distintivo da atividade jornalística

No atual contexto midiático brasileiro, um jornalista não precisa ter diploma universitário para exercer a profissão. Para obter o registro profissional, basta que comprove experiência, ou seja, que documente o domínio da técnica. No ecossistema digital, criar um site jornalístico, esteticamente semelhante ao dos grandes veículos, é uma empreitada de baixo custo – se comparada à propriedade de um veículo impresso, um canal de TV ou rádio, por exemplo. Isso torna possível que qualquer cidadão se autointule jornalista e crie um site de notícias ou perfil em rede social com potencial de ser referendado por uma grande audiência. Allan dos Santos e Paulo Figueiredo são apenas dois exemplos disso.

Assim, técnica e estética parecem não ser mais suficientes para demarcar um bom jornalista ou um bom produto. Por “bom” nos referimos, filosoficamente, ao que é bom para a comunidade (bem comum), ao que é de interesse público. Como mencionamos anteriormente, a Abraji utiliza o conceito de jornalismo lícito para fazer a distinção entre o profissional e o que se diz jornalista, comete um crime e não quer ser processado por tal. Trata-se de uma distinção válida, mas demasiadamente atrelada a questões jurídicas para se efetivar (ou seja, há uma forte dependência da agência de outras instituições).

Com base no que foi discutido até aqui, a insuficiência da técnica e da estética colocam na ética o papel distintivo da atividade jornalística. Defendemos que a aplicação de princípios e valores à prática é a única maneira de demarcar o jornalismo feito para o bem público daquele que atende a outros interesses.

Tomemos a liberdade de expressão (que contempla a liberdade de imprensa) como princípio norteador de nosso argumento. Concordamos com Karam (2014) que a reflexão ética é um movimento de desalienação e de redefinição tanto do comportamento moral quanto dos princípios deontológicos e que, por isso mesmo, não deve ser entendida como uma abstração. É no questionamento cotidiano que a ética se efetiva, inclusive na atividade jornalística.

Nesse sentido, Ward (2010) propõe um *framework* que, metodologicamente, torna mais tangível a avaliação de condutas pelos jornalistas, que vão culminar na avaliação possível de um jornalismo ético. Em sua compreensão, “a ética jornalística estuda os princípios que devem guiar a conduta de jornalistas e deve regular suas interações com outros cidadãos” (Ward, 2010, p. 43) (Tradução nossa) [1], destacando seu caráter relacional. Ward propõe três níveis de raciocínio: (1) raciocínio sobre

situações (prático); (2) raciocínio sobre estruturas (aplicado); (3) raciocínio sobre objetivos (filosófico).

Uma das bases que sustenta o *framework* de Ward é o ecletismo, uma forma pluralística de pensamento que se opõe ao monismo, esse que sustenta a existência de um único princípio ou critério supremo de certo ou errado. Para o ecletismo, a parte mais importante do raciocínio ético é o raciocínio holístico que equilibra princípios em diferentes contextos. E exemplifica: “A decisão do jornalista de não relatar o sequestro de um profissional humanitário em uma zona de guerra porque isso poria a vida da pessoa em risco coloca a prevenção de danos acima da liberdade de publicar” [2] (Ward, 2010, p. 65). Nessa situação, o jornalista decidiu pelo princípio ético da prevenção de danos, mas ele não é o único possível e pode dar lugar a outro princípio a depender da situação.

Ao recorrer à liberdade de expressão como princípio supremo, bolsonaristas de extrema-direita como Allan dos Santos e Paulo Figueiredo, bem como parlamentares como Júlia Zanatta optam pelo monismo de conveniência. Sob a ótica do ecletismo, a liberdade de expressão não é um princípio único e, a depender da circunstância, o mais ético pode ser a decisão por outro princípio (raciocínio sobre situações), a partir do que diz o código de ética dos jornalistas, por exemplo (raciocínio sobre estruturas), visando ao bem comum (raciocínio sobre objetivos). Esse argumento, sustentado na reflexão ética e na deontologia da profissão, não toca em questões jurídicas e/ou criminais, mas distingue de maneira clara como deve ou não deve ser a atividade jornalística ética.

Passamos a relatar um caso concreto: em junho de 2024, Allan dos Santos, que se apresenta como jornalista e criador do site de notícias Terça Livre, compartilhou mensagens atribuídas a Juliana Dal Piva, que supostamente mostrariam a jornalista confessando um plano do ministro do STF Alexandre de Moraes para prender o ex-presidente Jair Bolsonaro. A agência de checagem Aos Fatos fez a verificação e concluiu que as mensagens são falsas, destacando que “as peças de desinformação acumulam milhares de compartilhamentos no X e curtidas no Instagram” (Menezes, 2024).

Ao aplicar o esquema metodológico de Ward (2010), analisamos que, embora tenha a liberdade de expressão e a liberdade de publicar, Allan dos Santos colocou esses princípios acima da verdade dos fatos. Ao fazer isso, embora tenha recorrido a um valor ético, ele negligenciou outro que consta em diversos códigos de princípios e, por consequência, causou um dano que feriu não só o bem-estar da jornalista envolvida, como também ameaça outros tantos jornalistas, que podem ser vítimas de outras invenções. O raciocínio sobre objetivos, no nível macro e filosófico, evidencia a quebra do bem comum e, por isso, a conduta antiética – embora Allan dos Santos se apoie no princípio válido da liberdade de expressão.

Definir uma atitude como antiética, a luz desse quadro teórico, seria uma forma de distinguir a liberdade de expressão e de imprensa que estariam de fato

ameaçadas daquelas que funcionam como recurso retórico para a defesa de táticas do ativismo beligerante. Este seria um passo importante para a demarcação do jornalismo como instituição sólida de defesa da democracia.

Considerações Finais

As dificuldades em delimitarmos um lugar para o jornalismo e o distinguirmos do ativismo de extrema-direita não se resolve facilmente e é problema prático e teórico para veículos e estudos no mundo todo. Mas, especialmente no Brasil, o uso dos conceitos de liberdade de expressão e de imprensa tem sido instrumento de equiparação entre problemas reais enfrentados por jornalistas e tentativas deliberadas de se defender de atos ilícitos praticados por pessoas investigadas sob suspeita de causarem danos à democracia.

Este debate fica mais visível quando comparamos denúncias graves relatadas por órgãos de proteção a jornalistas, como prisões, assassinatos e assédio judicial, com atividades investigadas por sua origem ilícita, como o uso deliberado de notícias falsas para que se fomente a instabilidade no país. Ao utilizarem conceitos caros à manutenção do ambiente democrático e que protegem jornalistas de arbitrariedades, grupos de ativismo da extrema-direita acabam fazendo o conceito ecoar de forma a tentar proteger aqueles que não estão em risco.

Os casos dos ativistas Allan dos Santos e Paulo Figueiredo são emblemáticos por ilustrarem como eles escolhem se posicionar como jornalistas, ainda que suas atuações atinjam frontalmente princípios éticos da profissão. Ao fazerem isso, incorporam as prerrogativas da profissão que protegem juridicamente, ainda que com recursos escassos, profissionais que correm riscos, que são perseguidos e intimidados por praticarem o jornalismo lícito. A liberdade de expressão entrou neste debate como conceito sugestivo para que não haja punição àqueles que cometem crimes ou danos a outrem.

Assim, visando a contribuir com a defesa teórico-conceitual do jornalismo voltado para o bem comum e para o interesse público, que transcende empresas e modelos de negócio, propomos que a ética jornalística seja entendida como um elemento distintivo da atividade jornalística. Na prática, isso pode fortalecer políticas públicas voltadas à proteção de jornalistas que estejam de fato com sua liberdade de expressão ameaçada e que não recorram ao conceito como motor de revanchismo político. Pode, ainda, sustentar peças jurídicas comprometidas com a defesa de jornalistas intimidados e/ou perseguidos.

No contexto atual, técnica e estética não são suficientes para diferenciar o bom do mau exercício da profissão. Por isso, é pela via da ética que podemos distinguir, mediante raciocínios práticos, aplicados e filosóficos (Ward, 2010) o jornalismo que informa daquele que confunde e promove a desinformação. É válido reforçar, mais

uma vez, que ao se ampararem em um mecanismo de fortalecimento da democracia como a liberdade de expressão, ativistas radicais buscam a equiparação com vítimas reais, o que ocultaria, em muitos casos, seus desvios e ilicitudes.

Por fim, entendemos que os estudos em ética e deontologia do jornalismo estão em permanente atualização diante dos desafios de um ambiente digital cada vez mais desregulado e mediado por algoritmos. Cabe, portanto, aos pesquisadores em comunicação e em jornalismo enfrentarem esses problemas cotidianos a partir de abordagens teórico-conceituais que fortaleçam o campo não enquanto atitude corporativista, mas em defesa de uma atividade essencial às democracias que continuam tão ameaçadas. Este trabalho é uma tentativa de contribuir com essa arena de debates e reforçar a necessária distinção entre o jornalismo ético e o ativismo ilícito.

Notas

[1] *Journalism ethics studies the principles that should guide conduct among journalists and should regulate their interactions with other citizens.*

[2] *The journalist's decision to not report the kidnapping of an aid worker in a war zone because it would endanger the person's life puts prevention of harm above freedom to publish.*

Artigo submetido em 02/07/2025 e aceito em 21/08/2025.

Referências

ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. **Monitor de Assédio Judicial Contra Jornalistas no Brasil**. São Paulo: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/yjc8xyud>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BARROSO, L. R.; BARROSO, L. B. Democracia, mídias sociais e liberdade de expressão: ódio, mentiras e a busca da verdade possível. **Direitos Fundamentais & Justiça**, Belo Horizonte, v. 17, n. 49, p. 285–311, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/372x43fu>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BOMFIM, T.; TALENTO, A.; BIMBATI, A. P.; COUTINHO, M. Bolsonaro indiciado: Neto de ditador e ex-Jovem Pan está na lista. **UOL Notícias**, São Paulo, 21 nov. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/26ca87c2>. Acesso em: 27 jun. 2025.

CANIATO, B. Como Allan dos Santos virou pivô de briga entre Moraes, Rumble e empresa de Trump. **Veja**, São Paulo, 28 fev. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/9jc4jy5f>. Acesso em: 27 jun. 2025.

COSTA, U. DENÚNCIA: **Paulo Figueiredo e Allan dos Santos Denunciam Restrições à Liberdade no Brasil**. [...]. Goiânia, 19 jul. 2023. X: @ueltoncosta_. Disponível em: <https://tinyurl.com/2wt78vhm>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FIGUEIREDO, P. **[Perfil do X]**. [S. l.], fev. 2025. X: @pfigueiredoo8. Disponível em: <https://x.com/pfigueiredoo8>. Acesso em: 27 jun. 2025.

KARAM, F. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus Editorial, 2014.

LIN, N. Perfis bloqueados no X por ordem judicial ainda fazem transmissões”. **Rádio Agência**. São Paulo: 20 abr. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdcnwb9k>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MASSUCHIN, M. G.; ORSO, M.; FRANK DE MOURA, J.; MUHLBEIER SALEH, D. “TRASH!”, “LEFTIST!”, “SCUMBAG!”, “#FAKENEWS”, BUT NOT SO MUCH: attacks and criticism towards media institutions and strategic use of journalism by online far-right activism in Brazil. **Brazilian Journalism Research**, v. 18, n. 3, p. 492–523, 2022. DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v18n3.2022.1533>.

MENEZES, L. F. São falsas mensagens atribuídas a Juliana Dal Piva e divulgadas por Allan dos Santos. **Aos Fatos**, [S. l.], 24 jun. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/4s87c2yc>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MOURÃO, L. A.; FLORA, D.; MATHEUS, A. L. C. A doutrina da real malícia como standard garantidor da liberdade de expressão. **JOTA**, Brasília, 30 maio 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/4p5xaspj>. Acesso em: 27 jun. 2025.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **O balanço de 2024 da RSF**. Paris: RSF, 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/y7kf8hs3>. Acesso em: 27 jun. 2025.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa 2025**. Paris: RSF, 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/3fvxe9nf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SANTOS, A. Ei, @grok Cita as minhas publicações que você considera mentira [...]. [S. l.], 2 abr. 2025. X: @allanconta5. Disponível em: <https://tinyurl.com/4nbyu39c>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SENA, E.; SCABIN, N. L. C. O debate sobre liberdade de expressão no jornal O Globo: mediação jornalística, hierarquização de vozes e condicionamentos ideológicos. **Alterjor**, v. 30, n. 2, p. 191–216, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-1507.v30i2p191-216>.

WARD, S. **Global journalism ethics**. McGill–Queen's Press–MQUP: Montreal, 2010.

Leis de proteção ao jornalismo no Brasil e impactos das IAGs nas democracias

Zanei Barcellos¹, Andreia de Almeida Marques² e Eline Sandes³

Resumo

O estudo indica que a procura por notícias na internet migra dos motores de buscas aos *chatbots* de inteligência artificial generativa. Isso diminui os acessos aos sites jornalísticos e a sua arrecadação. A nova forma de consumo de notícias também afeta a esfera pública ampliada pelo ciberespaço, onde as deliberações estão debilitadas por serem influenciadas por notícias individualizadas algoritmicamente. Os objetivos do artigo são analisar a capacidade da legislação brasileira de proteger os direitos autorais dos jornais diante da atuação das IAGs como novos agentes da distribuição de notícias, e relacionar as notícias produzidas por *chatbots* às deliberações da ciberesfera. Metodologicamente, a pesquisa exploratória é documental com base em fontes primárias, como textos de leis e notícias. O embasamento aproxima clássicos da teoria social a teóricos da comunicação digital e recorre à interpretação de textos legais por juristas. A pesquisa concluiu que há lacunas na regulamentação do uso dos conteúdos jornalísticos para o treinamento dos *chatbots* de IAGs e indícios que suas notícias interferem negativamente na ciberesfera.

Palavras-chave

Jornalismo; IAGs; Leis; Direitos Autorais; Democracia.

¹ Professor na Graduação e Pós-graduação na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Líder do grupo de pesquisa CNPq Jornalismo e Inteligência Artificial (JoIA). E-mail: zaneibarcellos@unb.br.

² Mestranda no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Membro do grupo de pesquisa Jornalismo e Inteligência Artificial (JoIA). E-mail: andreiaamarques12@gmail.com.

³ Mestranda no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Membro do grupo de pesquisa Jornalismo e Inteligência Artificial (JoIA). E-mail: sandes.eline@gmail.com.

Journalism protection laws in Brazil and the impact of GAI on democracies

Zanei Barcellos¹, Andreia de Almeida Marques² and Eline Sandes³

Abstract

The study indicates a shift in online news consumption from search engines to generative artificial intelligence chatbots. This trend reduces traffic to news websites and consequently impacts their revenue. The new mode of accessing news also affects the public sphere expanded by cyberspace, where deliberation is weakened by algorithmically individualized information flows. The article aims to analyze the capacity of Brazilian legislation to protect the copyrights of news outlets in light of the role of generative AI (GAI) chatbots as new agents of news distribution, and to examine how chatbot-generated news relates to deliberation within the cybersphere. Methodologically, the research is exploratory and documentary, based on primary sources such as legal texts and news articles. The theoretical framework combines classics of social theory, scholars of digital communication, and jurists' interpretations of legal texts. The study concludes that regulatory gaps remain regarding the use of journalistic content for training generative AI chatbots, and that the news they produce negatively affects the cybersphere.

Keywords

Journalism; Generative AI; Laws; Copyright; Democracy.

¹Professor na Graduação e Pós-graduação na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Líder do grupo de pesquisa CNPq Jornalismo e Inteligência Artificial (JoIA). E-mail: zaneibarcellos@unb.br.

²Mestranda no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Membro do grupo de pesquisa Jornalismo e Inteligência Artificial (JoIA) E-mail: andreiaamarques12@gmail.com.

³Mestranda no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Membro do grupo de pesquisa Jornalismo e Inteligência Artificial (JoIA). E-mail: sandes.eline@gmail.com.

O Google passou a fornecer um resumo em resposta (*AI Overview*) às buscas feitas no *Google Search*. O texto é elaborado pela sua inteligência artificial generativa (IAG) Gemini. A novidade pode reduzir significativamente o acesso aos jornais e consequentemente sua arrecadação publicitária, enquanto o faturamento do Google com anúncios deve aumentar (Causin, 2024). Os jornais pedem remuneração pelo uso dos seus conteúdos pelas IAGs, alegando que arcam com os custos de produção (Remuneração [...], 2024; Intrieri, 2023; Saad; Malar, 2023).

Os jornais, entretanto, não foram surpreendidos com a decisão do Google. O primeiro aniversário do ChatGPT, em novembro de 2023, pode ser considerado um momento de inflexão. A proximidade da data foi escolhida por grupos de mídia e entidades civis ligadas ao jornalismo como oportunidade para posicionamentos públicos sobre as implicações da IA no jornalismo. O ChatGPT foi o primeiro chat de inteligência artificial generativa disponibilizado massiva e gratuitamente, pela OpenAI e financiado pela *big tech* Microsoft.

Dois posicionamentos são emblemáticos: a Carta de Paris sobre IA e Jornalismo (Carta [...], 2023), e o *Global Principles on Artificial Intelligence (AI)* (Global [...], 2023). A carta foi elaborada por 32 personalidades, de 20 países, ligadas ao jornalismo e à IA, sob a coordenação de Maria Ressa, jornalista ganhadora do Prêmio Nobel da Paz de 2021, e divulgada pela organização Repórteres sem Fronteiras. O segundo documento foi elaborado por 26 entidades representativas de grupos jornalísticos mundiais – inclusive a Associação Brasileira dos Jornais (ANJ).

Os documentos reafirmam os princípios éticos e deontológicos do jornalismo no novo ambiente organizacional e colocam-se como norte em relação à inteligência artificial. Ambos consideram fundamental a autorização prévia, legalizada, para o acesso das IAs aos conteúdos produzidos pelos jornais.

[...] É essencial que os sistemas de IA sejam treinados com conteúdos e dados acessados legalmente, inclusive com autorizações prévias obtidas para o uso de obras protegidas por direitos autorais e outros materiais, e que os conteúdos e fontes usados para treinar os sistemas sejam claramente identificados (Global [...], 2023) (Tradução nossa). [1]

A Carta vai além ao congregar empresas e profissionais na defesa da profissão e das empresas ao postular acordos que “preservem os interesses comuns a longo prazo dos meios de comunicação e dos jornalistas” (Carta [...], 2023).

As buscas movidas por IAs e a distribuição algoritmizada de notícias promovidas pelas redes sociais interferem na formação da opinião pública e, assim, nas deliberações que ocorrem no espaço público, agora ampliado pelos ambientes digitais, fenômeno que Évora (2023) denomina de ciberesfera e que acarreta na infocracia (Han, 2022), uma deturpação dos processos democráticos.

Isso posto, os objetivos do trabalho são analisar a capacidade da legislação brasileira de proteger os direitos autorais dos jornais diante da atuação das IAGs como novos agentes da distribuição de notícias, e relacionar a produção de notícias pelos *chatbots* de inteligência artificial generativa às deliberações que ocorrem no espaço público ampliado pela ciberesfera.

A pesquisa parte da hipótese de que a falta de normatização debilita os negócios de imprensa e deturpa o espaço público, tendo as seguintes questões norteadoras: a) existe no Brasil normatização garantidora de equidade nas relações entre os grandes desenvolvedores de IAs e as organizações jornalísticas?; b) as buscas por notícias feitas por meio de *chatbots* de IAG interferem nos processos democráticos?

O artigo parte dessa contextualização introdutória para depois entrelaçar a teoria política e social (Habermas, 1997, 1996, 2014; Arendt, 1993) com pensadores contemporâneos, que percebem a existência de deliberações democráticas também em espaços públicos ampliados pelo ciberespaço (Évora, 2023; Han, 2022; Sodré, 2021; Castells, 2023). Em seguida, apresenta os procedimentos metodológicos e uma seção com as principais leis e projetos de lei brasileiros relacionados ao digital e a Lei de Direitos Autorais, em cujos textos se prospectam proteções aos conteúdos dos jornais contra o uso indiscriminado no treinamento de *Large Language Models* (LLMs).

Imprensa, IA e *big techs*: cidadania e negócios em confronto

A esfera pública, conforme Habermas (1997), funciona como rede para a comunicação de conteúdos, tomadas de partido e formação de opiniões, em que há interações entre arenas internacionais, nacionais, regionais e locais. Nesse ambiente, os públicos são diferenciados e segmentados por temas, interesses e níveis de organização e, assim, dialogam com a linguagem comum e são integrados pelos meios de comunicação.

Ao revisar o conceito, Habermas (1997) classificou a esfera pública em três tipos: episódica, da presença organizada, e abstrata. A abstrata seria produzida pela imprensa, um espaço onde a m dia atua para conectar públicos diversos espalhados geograficamente. O autor, entretanto, reconhece um agendamento e condução dos conteúdos por atores institucionais poderosos, quase inacessíveis àqueles não incluídos no sistema político ou às grandes corporações. Apesar disso, em situações de crises sociais, a esfera pública abstrata pode se tornar alvo dos atores da sociedade civil e atuar de forma mais crítica e ativa para mudar o fluxo de comunicação e poder.

Habermas (2014) avalia a esfera pública da comunicação de massa tendo como parâmetro a imprensa burguesa.

Em comparação com a imprensa da era liberal, os meios de comunicação de massa alcançaram, por um lado, uma enorme abrangência e uma eficácia incomparável – com eles, a própria esfera pública se expandiu – e, por outro, foram cada vez mais deslocados dessa esfera e reassumidos pela antiga esfera privada de circulação de mercadorias (Habermas, 2014, p. 407).

Atualmente, as informações resultantes de pesquisas individualizadas feitas nos buscadores da web e os conteúdos entregues pelas plataformas de redes sociais resultam da ação de sistemas de inteligência artificial que atuam no direcionamento dos fluxos comunicacionais. Os algoritmos desses sistemas são hegemonicamente produzidos pelas *big techs* e suas ações baseiam-se nos dados coletados das ações corriqueiras do sujeito na web. Os conteúdos entregues como resposta, portanto, são determinados, em muito, pelos hábitos, preferências e relacionamentos de quem demanda a informação. Os conteúdos fornecidos pelas redes sociais são gerados por processos semelhantes (Fisher, 2023; Han, 2022; Pariser, 2012; Sodré, 2021).

Na internet, a plataforma age como um intermediário que não é visto. Ela decide quais dos seus comentários distribuir a quem e em qual contexto. Sua próxima postagem pode aparecer para pessoas que vão amar e aplaudir, ou para pessoas que vão odiar e vaiar, ou para nenhuma. Você nunca saberá, pois as decisões que a plataforma toma são invisíveis (Fisher, 2023, p. 38).

Dessa forma, quando se trata da distribuição de notícias, as *big techs* exercem, indevidamente, a função jornalística de *gatekeeper*, uma vez que controlam os algoritmos responsáveis por selecionar quais notícias serão distribuídas, quem as receberá, por quais meios, em quais formatos e em que momento (Barcellos, 2024).

Diante disso, o espaço público (Habermas, 1996, 1997, 2014; Arendt, 1993) fica ampliado pelo ciberespaço de Gibson (1984) e Lévy (1999), e se transforma no ambiente político digitalizado ao qual Évora (2023) denomina ciberesfera. Para Han (2022, p. 25), a digitalização, ao abranger também os âmbitos políticos, “leva a fraturas e disrupções massivas no processo democrático”, que se “degenera em *infocracia*” (grifo no original). Nesse contexto, Évora (2023) atribui à inteligência artificial não apenas o alargamento do espaço público, mas também a reconfiguração das dinâmicas e configurações da esfera pública.

A inteligência artificial contribui para um novo posicionamento dos atores políticos na esfera pública, alterando os processos de mediação política e a própria constituição do espaço público, que se alarga para o terreno da intangibilidade, constituindo novas formas de intangibilidade e novos processos de interação (Évora, 2023, p. 70).

A distribuição algorítmica de notícias não suprime o processo de *gatekeeping* realizado pelos jornalistas, tarefa que consta da escolha das notícias a serem publicadas, o tom, o espaço e a ênfase que lhes serão dadas pelo jornal. Não suprime, mas atravessa-se à tarefa dos jornalistas e a debilita em relação aos seus princípios

norteadores (Barcellos, 2024).

O *gatekeeping* feito pelos sistemas de IA atávicos às redes sociais e mecanismos de buscas, responsáveis atualmente pela maioria dos acessos às notícias, pode ser considerado ilegítimo nas sociedades democráticas, que veem nos jornais importantes atores nas deliberações sobre as questões públicas. Isso porque, segundo Barcellos (2024), a distribuição algorítmica não obedece às deontologias do jornalismo, cujo caráter é social e tem como objetivo a busca pela verdade e o bem comum, a serem alcançados com notícias produzidas por profissionais habilitados, baseados em fontes de informação fidedignas e plurais.

Para o autor, algoritmos e sistemas de IA, além de enfraquecerem a ação de um dos principais atores nas deliberações da esfera pública – a imprensa –, “assumem, em grande parte, ao menos três dos seus legítimos atributos: os processos de *gatekeeping*, de edição e de distribuição de notícias” (Barcellos, 2024, p. 145-146).

Além disso, a entrega algorítmica de notícias, ao privilegiar os desejos, costumes e relações sociais dos receptores em favor dos interesses comerciais dos seus desenvolvedores, pode deixar de apresentar notícias que seriam importantes a grupos de cidadãos e assim contribuir com a desinformação (Nações Unidas, 2024; Metaxa-Kakavouli; Torres-Echeverry, 2017; Simon, 2023), fomentar a formação de bolhas ideológicas (Pariser, 2012; Recuero; Zago; Soares, 2017; Nechustai; Lewis, 2019), interferir em resultados de eleições (Lage; Reale, 2023), alimentar discursos de ódio e estimular radicalismos (Fisher, 2023).

A iminência dos *chatbots* de IAGs assumirem funções de buscadores colocou as empresas jornalísticas em alerta para uma possível queda de acessos aos seus sites e portais.

[...] para os editores, que dependem do tráfego da Web gerado pelos mecanismos de pesquisa, por exemplo, existe o risco de os usuários encontrarem respostas sem a necessidade de clicar nas páginas de seus sites. O tráfego de referência definitivamente cairá (De Luca, 2023, n.p.).

A perspectiva exacerbou a tensão entre jornais e *big techs* (Pope, 2024; Newman; Cherubini, 2025). A imprensa, na última década, viu aumentar sua dependência da distribuição algorítmica, cair seus ingressos com anúncios e aumentar a arrecadação publicitária das *big techs*, que usam e monetizam livremente os conteúdos dos veículos jornalísticos, sem compensá-los pelos gastos de produção. A situação era tolerada pelos jornais porque a difusão algorítmica de notícias também significava a principal via de entrada do público aos seus sites e portais.

Conforme revelou o Relatório Reuters de 2024, comentado e analisado por Newman (2024), uma das tendências estratégicas das empresas jornalísticas para o ano era justamente diminuir a dependência da distribuição algorítmica pelo desenvolvimento e fortalecimento de sistemas de distribuição próprios.

Law e Guan (2025) confirmaram que os temores dos jornais tinham fundamento. Uma pesquisa publicada exatamente um ano após a acoplagem do *IA Overview* ao *Google Search* apontou queda 34,5% no número de cliques sobre o primeiro link da lista oferecida logo abaixo do resumo na interface deste buscador.

Assim, a principal preocupação para os negócios de imprensa está migrando da distribuição algorítmica para o treinamento das IAGs. Ao que tudo indica, de maneira opaca, apropriando-se de conteúdos jornalísticos protegidos por direitos autorais.

A inteligência artificial generativa usa um modelo de rede neural de grande escala ou *Large Language Model* (LLM). São algoritmos para criar novos conteúdos, incluindo textos, áudios, códigos, imagens estáticas e vídeos baseados nos conteúdos com os quais foram treinados. As solicitações são feitas por meio de *prompts* em linguagem natural (Carpes; Osório; Vieira, 2024; Zewe, 2025).

Conforme Díaz-Noci *et al.* (2024), as notícias são a terceira principal fonte de informações para o treinamento de grandes modelos de linguagem (LLMs). Se não forem coibidas, as invasões aos conteúdos dos jornais para o treinamento de IAGs podem levar os *chatbots* a substituírem os jornais no fornecimento digital de notícias e a inviabilizá-los como negócio.

Em reação ao uso de notícias para o treinamento de LLMs, dois documentos de repercussão mundial – um originário das empresas jornalísticas, o *Global Principles on Artificial Intelligence* (Global [...], 2023) e, outro, dos jornalistas e entidades civis ligadas ao jornalismo, a Carta de Paris sobre IA e Jornalismo (Carta [...], 2023) – posicionaram-se contrários ao uso de conteúdos jornalísticos para o treinamento de LLMs sem a permissão dos detentores dos direitos autorais. Quase em uníssono e à mesma época, entidades profissionais e grupos empresariais de jornalismo de todo o mundo publicaram seus próprios manifestos, alinhados aos documentos em questão.

A discussão pública decorrente reforçou, mundial e nacionalmente, os pleitos dos veículos jornalísticos pela regulamentação das relações comerciais com as empresas de tecnologia, principalmente as gigantes mundiais do setor. Estas, por sua vez, atuam nos parlamentos e pelos seus próprios mecanismos comunicacionais para fazer valer seus interesses. Esse processo deliberativo ilustra a ciberesfera de Évora (2023) e tende à infocracia de Han (2022), devido à desproporção de poder comunicacional entre as *big techs* e a imprensa.

Sendo assim, a seguir apresenta-se uma pesquisa empírica para verificar se a legislação brasileira, existente e emergente, garante os direitos autorais dos jornais e jornalistas contra o uso dos seus conteúdos para treinamento de LLMs.

Procedimentos metodológicos

Esta é uma pesquisa exploratória, investigação que auxilia na compreensão de fenômenos ainda pouco estudados e cujos temas ainda estão em processo

de consolidação nas discussões científicas (Gil, 2008). De caráter bibliográfico e documental, evidenciou que esse campo de estudo ainda está em desenvolvimento, havendo uma lacuna de bibliografias específicas. A pesquisa documental foi a principal fonte de coleta de dados, sendo também essencial para a contextualização da problemática. Segundo Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa documental baseia-se na coleta de dados provenientes de fontes primárias. Assim, foram utilizadas notícias jornalísticas, leis e projetos de leis.

Com abordagem quantitativa e qualitativa, foi realizada a análise de conteúdo das fontes selecionadas, seguida da triangulação dos dados, a fim de alcançar os objetivos anunciados. Desse modo, a coleta dos dados foi dividida em duas etapas. Na primeira, o acompanhamento de notícias nacionais e internacionais relacionadas ao uso de conteúdos jornalísticos pelas *big techs*. Na segunda, o levantamento de leis e projetos de leis relacionados ao digital.

A primeira etapa da coleta de dados considerou o recorte temporal de 30 de agosto de 2023 a 31 dezembro de 2024. Destacam-se dois marcos importantes para a seleção desse período: antecede em três meses o primeiro aniversário do ChatGPT e o subsegue até o final do mês da aprovação do Projeto de Lei da Inteligência Artificial no Senado Federal. A seleção de temas deu-se pelo acompanhamento do conteúdo do noticiário nacional e internacional – majoritariamente em sites e portais de notícias brasileiros – referente às relações entre a imprensa e as *big techs* quanto à remuneração pelo uso de conteúdos jornalísticos para o treinamento de inteligências artificiais generativas.

A seleção da amostra de notícias foi realizada a partir das manchetes enviadas à tela do smartphone de um dos pesquisadores pelos portais G1, jornais O Globo e Folha de S. Paulo. Também foram incluídas notícias pertinentes listadas pelo *Google Alerts*, ferramenta personalizada para fornecer matérias contendo os termos “jornalismo” e “inteligência artificial”, publicadas em quaisquer veículos jornalísticos digitais, à escolha algorítmica da *newsletter* em questão. Elegeu-se para leitura contextualizadora aquelas cujos títulos evidenciavam o assunto em estudo.

Na segunda etapa, levantou-se as principais leis e projetos de leis brasileiros que tratam mais diretamente de questões relacionadas aos direitos autorais e ao digital, procedimento que resultou na escolha dos seguintes textos para análise: a) Lei dos Direitos Autorais (LDA) – Lei nº 9.610, de 1998 (Brasil, 1998); b) Marco Civil da Internet (MCI) – Lei nº 12.965, de 2014 (Brasil, 2014); c) Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709, de 2018 (Brasil, 2018); d) Projeto de Lei das Fake News – PL nº 2.630, de 2020 (Brasil, 2020) e e) Projeto de Lei da Inteligência Artificial, PL nº 2.338, de 2023 (Brasil, 2023).

Com base nos termos centrais desta pesquisa (jornalismo, inteligência artificial e direitos autorais), realizou-se uma contagem automatizada de quantas vezes os termos apareciam em cada texto, abrangendo alguns sinônimos, assim agrupados:

a) jornalismo, notícia, conteúdo jornalístico e imprensa; b) direitos autorais, direitos de autor e propriedade intelectual; c) inteligência artificial (IA), inteligência artificial generativa (IAG) e algoritmo (Quadro 1).

Quadro 1 – Recorrência dos termos de interesse nos textos das leis e PLs.

Leis e PLs/ termos	MCI	LGPD	PL Fake News	PL da IA	LDA
Jornalismo, notícia, conteúdo jornalístico, imprensa, periódicos	0	1	2	0	3
Direitos autorais, Direitos de autor, Propriedade intelectual	2	0	2	Direitos autorais (4), Direitos de autor (13), Propriedade intelectual (1)	43
Inteligência artificial, Generativa, Algoritmo	0	0	0	IA, inteligência artificial (249), Algoritmo (21), IA generativa (9)	0

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os dados evidenciam pouca aderência das três leis aos termos ligados ao jornalismo, IA e direitos autorais, e muito menos às interfaces entre eles. Notou-se que nenhum dos textos contém simultaneamente os três termos-chave. A pesquisa exploratória também evidenciou que neles não há diretrizes particulares quanto ao uso de conteúdos jornalísticos para o treinamento de LLMs e/ou distribuição algorítmica de notícias pelas plataformas. Tanto é assim que, em dezembro de 2024, por falta de legislação mais específica, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou a constitucionalidade do Artigo 19 do Marco Civil da Internet, que responsabiliza civilmente os provedores de redes sociais apenas após ordem judicial específica e descumprimento da remoção do conteúdo indicado.

A seguir, delinea-se o ambiente organizacional do jornalismo em função das evoluções tecnológicas e analisam-se as leis e os projetos de lei à luz de juristas, pesquisadores de Comunicação e do noticiário de referência.

Análises das notícias, leis e projetos de lei

No ano seguinte à difusão pública do ChatGPT, foram lançadas outras IAGs e, com isso, ficaram evidentes os riscos aos negócios de imprensa pela crescente substituição dos buscadores pelos *chatbots*. Dois manifestos mundiais sobre os usos da inteligência artificial pelo jornalismo posicionaram-se sobre a questão. Baseados neles, conglomerados de mídia e entidades civis de vários países difundiram seus próprios posicionamentos. Os principais grupos jornalísticos brasileiros – O Globo,

Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Gaúcha Zero Hora – agiram da mesma forma. A ação, aparentemente coordenada, ocorreu em período próximo ao primeiro aniversário do ChatGPT.

No período observado, foram recorrentes notícias retratando deliberações sobre leis que regulamentem as relações entre a imprensa e as *big techs*.

O Marco Civil da Internet, de 2014, foi pioneiro na regulamentação dos usos e recursos da Internet no Brasil, e tem como princípios a liberdade de expressão, a proteção de dados e a neutralidade da rede (Brasil, 2014). No entanto, carece de previsões específicas voltadas ao jornalismo e apresenta lacunas regulatórias, sendo sua constitucionalidade objeto de debate, a exemplo do art. 19 (Silva Filho, 2025).

O debate também permeia o chamado "PL das Fake News", que visa a regulação das plataformas e a responsabilidade civil pelos conteúdos publicados, o combate à desinformação e a criação de um conselho de fiscalização (Brasil, 2023). Embora as redes sociais estejam eivadas de sistemas de IA, difundam e até monetizem notícias, e mesmo que as *fake news* afetem o jornalismo, as relações entre as gigantes da internet e os jornais não são contempladas diretamente no projeto.

Em 27 de abril de 2023, enquanto o PL aguardava votação de urgência no Plenário da Câmara dos Deputados, o diretor de relações governamentais e políticas públicas do Google no Brasil publicou o texto "PL das Fake News pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira" (Lacerda, 2023a). Quatro dias depois, a empresa fixou em sua página inicial o link "O PL das Fake News pode piorar sua Internet" (Lacerda, 2023b), que foi removido por medida cautelar da Secretaria Nacional do Consumidor. Os resultados de busca também teriam sido enviesados nas pesquisas sob projeto de lei, apontando-o como instrumento de censura (NetLab, 2023).

Durante o julgamento do art. 19 do MCI, em dezembro de 2024, o ministro Dias Toffoli ressaltou que as plataformas devem ser responsabilizadas objetivamente pela disseminação de conteúdos falsos, e considerou que elas também podem identificar anúncios enganosos e contribuir para a redução de fraudes (Rocha, 2024). Esse aspecto dialoga com o conceito de integridade da informação (Nações Unidas, 2024), observado no PL das Fake News e na redação inicial do PL da Inteligência Artificial.

Neste contexto se delineia a problemática da ausência de amparo legal ao jornalismo em relação aos direitos autorais incidentes nos conteúdos publicados nos sites e portais de notícias e disponibilizados nas plataformas movidas por sistemas de IA. De forma convergente, os textos analisados lastreiam-se nas liberdades de expressão e de informação, bem como no combate à desinformação, garantias essenciais à higidez democrática e ao exercício jornalístico. No entanto, é rara a menção a termos relacionados ao jornalismo (Quadro 1). A remuneração do trabalho jornalístico usado pelas *big techs* chegou a constar no primeiro PL, conforme publicado pelo site da Câmara dos Deputados:

Uma das controvérsias na discussão do PL das Fake News foi justamente a inclusão no texto, pelo relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), da previsão de ressarcimento aos jornalistas pelo conteúdo utilizado nas plataformas digitais. Diante do impasse, o tema foi retirado do texto pelo parlamentar (Remuneração [...], 2024).

Porém, o trecho foi removido da redação inicial do PL e apensado à proposta de reforma da Lei de Direitos Autorais (PL nº. 2.370/2019), que prevê a remuneração dos titulares pela utilização e reprodução de suas obras nas plataformas digitais. Assim, evidencia-se que nem mesmo a Lei de Direitos Autorais vigente, de 1998, é suficiente para amparar as hipóteses já presentes na Internet (Cabral, 2003; Branco, 2007).

Na LDA não há menção aos meios digitais, nem à relação dos usos e recursos da Internet com os direitos de autor. Quanto ao jornalismo, há apenas três menções diretas à proteção de conteúdo publicado pelos veículos de comunicação: o parágrafo único do art. 10, que se refere à proteção dos títulos de publicações periódicas, inclusive jornais, e o art. 36, juntamente ao seu parágrafo único, nos quais dispõe-se que: “O direito de utilização econômica dos escritos publicados pela imprensa, diária ou periódica, com exceção dos assinados ou que apresentem sinal de reserva, pertence ao editor, salvo convenção em contrário” (Brasil, 1998).

Com isso, a ausência de adequação dos dispositivos da LDA ao digital é um óbice à sua correta aplicação no cenário atual de plataformização e algoritmização, uma vez que a lei não anteviu que, com os avanços tecnológicos, “os problemas decorrentes do uso não autorizado das obras alheias ultrapassaram os limites da simples cópia, primeiro tangível e depois intangível” (Branco, 2007, p. 104).

Para os jornalistas, essa questão afeta as receitas dos sites de notícias, as quais provêm majoritariamente de publicidade e assinaturas. Como não há previsão na LDA – nem, ainda, em nenhuma lei vigente no Brasil – para a remuneração de conteúdo jornalístico nas plataformas, estas utilizam seus algoritmos e sistemas de inteligência artificial para se apropriar de conteúdos noticiosos, direcionando as receitas publicitárias para si sem remunerar veículos de comunicação que os produziram (CGI.BR, 2023; Barcellos 2024).

O substitutivo do Projeto de Lei da Inteligência Artificial, PL nº 2.338 de 2023, aprovado no Senado Federal em dezembro de 2024 “dispõe sobre o desenvolvimento, o fomento e o uso ético e responsável da inteligência artificial com base na centralidade da pessoa humana” (Brasil, 2024). Nele, pela primeira vez, consta o termo “inteligência artificial generativa” – ferramenta que utiliza ampla base de dados para gerar conteúdos textuais e audiovisuais.

O art. 65 prevê a remuneração aos titulares dos direitos autorais e veda a reprodução ou disseminação de conteúdo sem autorização. Por outro lado, o art. 63 permite o uso das produções em mineração e desenvolvimento de sistemas por instituições científicas, de pesquisa, arquivos públicos, museus e bibliotecas (Brasil, 2024). A menção aos jornalistas, apresentada no texto anterior, foi retirada desse

artigo.

Ainda sobre os direitos de autores, o art. 62 exige informações sobre os conteúdos protegidos utilizados, e o art. 64 informa sobre a possibilidade dos titulares proibirem a aplicação de suas obras no desenvolvimento de IAs, não abordando diretamente as IAGs.

Assim como os demais textos analisados, este ainda não oferece suporte legal suficiente às relações entre os negócios da imprensa e das *big techs* desenvolvedoras de IAs. Pelo contrário, a versão aprovada parece favorecer empresas de tecnologia, pois exclui o dispositivo que categoriza como sendo de alto risco o uso de IA pelas plataformas digitais para a produção, análise e recomendação de conteúdos (León, 2024).

De forma pouco profunda, o PL da IA permite o processamento e a incorporação de conjuntos de dados coletados e tratados conforme as exigências legais, especialmente em acordo com a LGPD.

Considerações Finais

O estudo indica que a procura por notícias na internet migra dos motores de busca aos *chatbots* de inteligência artificial generativa. Esse novo processo tende a reduzir o número de acessos a sites e portais jornalísticos, pois os leitores, satisfeitos com as notícias elaboradas por IAGs, deixam de visitar as fontes originais para se informar.

A queda no número de acessos afeta diretamente o valor dos jornais, já que o cálculo publicitário considera fatores como volume de visitas, cliques e tempo de permanência dos leitores. Além disso, reduz-se também a arrecadação por meio de assinaturas, porque as notícias são fornecidas gratuitamente nos *chatbots*.

Outro prejuízo para o jornalismo decorre da falta de remuneração pelo uso de seus conteúdos no treinamento de LLMs: enquanto os veículos arcam com os custos de produção das notícias, as *big techs* as reformatam e monetizam sem compensar os detentores dos direitos autorais. No Brasil, conforme evidências da pesquisa, ainda não há uma normatização adequada para regular as relações comerciais entre essas empresas e os veículos de mídia – tampouco os projetos de lei em deliberação apontam para uma solução efetiva.

Por outro lado, as notícias produzidas por *chatbots* relevam princípios jornalísticos como veracidade da informação, relevância das fontes e proteção de sigilos. Suas notícias atendem primeiramente aos interesses econômicos das *big techs*.

O consequente enfraquecimento do papel da imprensa na ciberesfera (Évora, 2023) contribui para a transformação das democracias em infocracias (Han, 2022), determinadas por sistemas opacos de IA, nas quais as deliberações perdem

legitimidade.

A presente erosão do espaço público de Habermas (1996, 1997, 2014) e Arendt (1993) origina-se em diversos fatores, como: a) a falta de critérios jornalísticos que desequilibra posicionamentos discordantes; b) a valorização da discórdia em vez do entendimento; c) a disparidade entre poderes comunicacionais das plataformas e veículos tradicionais coloca as *big techs* como protagonistas das narrativas; d) a opacidade algorítmica dificulta o controle social desses processos; e) a Justiça ressoante-se de instrumentos legais eficazes para regular as relações.

Esse conflito corporativo no ciberespaço, antevisto por Gibson (1984), corrompe as relações sociais, transformando-as em uma “sociabilidade de plataforma” – que, segundo Sodré (2021, p. 14), consiste em “uma construção técnica, manipulável por algoritmos, geradora de simulacros participativos”. Poell, Dijck e Nieborg (2020) argumentam que a concentração de poder nas mãos das plataformas exige reflexões urgentes sobre regulação, e para que as instituições públicas atuem de forma democrática e eficaz, é essencial compreender os mecanismos que regem esse processo.

A pesquisa evidenciou lacunas na legislação brasileira quanto à regulação do uso de notícias no treinamento de LLMs. Mas enfrentou dificuldades metodológicas ao relacionar as notícias criadas pelos *chatbots* de IAGs às deliberações no espaço público ampliado pela ciberesfera. O ineditismo do estudo, devido à popularização recente dos *chatbots* de IAGs, justifica a inexistência de literatura científica sobre o tema, o que, justamente por isso, se configura como campo promissor para futuras pesquisas.

Notas

[1] [...] *It is essential that AI systems are trained on content and data which is accessed lawfully, including by appropriate prior authorization obtained for the use of copyright protected works and other subject matter, and that the content and sources used to train the systems are clearly identified.*

Artigo submetido em 12/01/2025 e aceito em 25/07/2025.

Referências

ARENDT, H. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

BARCELLOS, Z. R. Os impactos da distribuição de notícias por algoritmos e sistemas de inteligência artificial na cidadania. In: MARTINS, G. L.; SOUZA, M. E. (org.). **Jornalismo, tecnologia e cibercultura: panoramas e debates**: Cachoeirinha/Brasília,

DF: Fi/Editora SBPJor Luiz Gonzaga Motta, 2024, p. 127-151.

BRANCO JR., S. V. **Direitos autorais na internet e o uso de obras alheias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/2832>. Acesso em: 30 nov. 2024

BRASIL. **Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: <https://tinyurl.com/4w5p366m>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/d5s6t4sk>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/zcysextn>. Acesso em: 1º maio 2024.

BRASIL, **Projeto de Lei nº 2630, de 2020**. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Brasília, DF: Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/b2tw3x65>. Acesso em: 9 set. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2338, de 03 de maio de 2023**. Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Brasília, DF: Senado Federal 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/f5ujadzk>. Acesso em: 9 maio 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2338, de 2023**. Congresso Nacional. Brasília, DF, 19 dez. 2024. [Texto revisado]. Disponível em: <https://tinyurl.com/2ra8betp>. Acesso em: 22 dez. 2024.

CABRAL, P. **A Lei de Direitos Autorais**: Comentários. 4. ed. São Paulo: Harbra, 2003.

CARTA de Paris sobre IA e Jornalismo. **Repórteres sem Fronteiras**. Paris, 10 set. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/2txdfr2w>. Acesso em: 11 jun. 2024.

CARPES, G.; OSÓRIO, M.; VIEIRA, L. **O mínimo que um jornalista precisa saber sobre inteligência artificial para começar 2024**. [S. l.], Farol Jornalismo, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/vy6rma2m>. Acesso em: 22 ago. 2025.

CASTELLS, M. The new public sphere: global civil society, communication networks, and global governance. *In*: AMERICAN ACADEMY OF POLITICAL AND SOCIAL SCIENCE, v. 616, n. 1, 2008. **Anais...** Londres: Sage, 2008. p. 78-93. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002716207311877>.

CAUSIN, J. Google expande uso da inteligência artificial em buscas e preocupa produtores de conteúdo. Rio de Janeiro, **O Globo**, 15 maio 2024. Tecnologia. Disponível em: <https://tinyurl.com/2js7p5fs>. Acesso em: 11 jun. 2024.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.BR). **Remuneração do jornalismo pelas plataformas digitais**. Câmara de conteúdos e bens culturais. [S. l.]: 2023. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em: <https://tinyurl.com/5ey8e5wy>. Acesso em: 22 ago. 2025.

DE LUCA, C. Com chatbots de IA as buscas na internet nunca mais serão as mesmas. **The Shift**. Deep stuff, 8 ago. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/26km8v6s>. Acesso em: 23 ago. 2023.

DÍAZ-NOCI, J.; PEÑA-FERNANDEZ, S.; MESO-AYERDI, K.; LORRONDO-URETA, A. The influence of AI in the media work force: how companies use an array of legal remedies. **Tripodos**, n. 55, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51698/tripodos.2024.55.03>.

ÉVORA, S. L. Comunicação política, inteligência artificial e ciberesfera. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, n. 43, p. 67–92, 2023. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2023.43/pp.67-92>. Acesso em: 31 ago. 2023.

FISHER, M. **A máquina do caos**: como as redes sociais reprogramam nossa mente e nosso mundo. São Paulo: Todavia, 2023.

GIBSON, W. **Neuromante**. Lisboa: Gradiva, 1984.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL principles on artificial intelligence (AI). [S. l.], ago. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/3zpj639>. Acesso em: 11 jun. 2024.

HABERMAS, J. **Between facts and norms**: contributions to a discourse theory of law and democracy. Cambridge: The MIT Press, 1996.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HAN, B. C. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

INTRIERI, L. Big techs podem pagar empresas de notícias no Brasil? Entenda o debate. **Terra**, 20 set. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr2me7fn>. Acesso em: 20 set. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LACERDA, M. PL das Fake News pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira. **Blog do Google Brasil**. [S. l.], 27 abr. 2023a. Disponível em: <https://tinyurl.com/4xf8vabn>. Acesso em: 13 nov. 2024.

- LACERDA, M. Como o PL 2630 pode piorar a sua internet. **Blog do Google Brasil**. [S. l.], 27 abr. 2023b. Disponível em: <https://tinyurl.com/2u2v7jaj>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- LAGE, F.; REALE, I. O uso da inteligência artificial nas eleições: impulsionamento de conteúdo, disparo em massa de fake news e abuso de poder. **Estudos Eleitorais**, [S. l.], v. 17, n. 1, 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc7tfrnv>. Acesso em: 9 dez. 2024.
- LAW, R.; GUAN, X. AI Overview reduce clicks by 34.5%. **Ahrefsblog**, [S. l.], 17 abr. 2025. Disponível em: <https://ahrefs.com/blog/ai-overviews-reduce-clicks>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- LEÓN, L. P. Big tech é excluída do rol de Inteligência Artificial de alto risco. **Agência Brasil**. Brasília, DF, 3 dez. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/3rz78w7e>. Acesso em: 6 dez. 2024.
- LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MARCO Civil da Internet: relator vota por responsabilização de plataformas sem necessidade de notificação prévia. **Supremo Tribunal Federal**. Notícias. Brasília, DF, 5 dez. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/52r59dv7>. Acesso em: 6 dez. 2024.
- METAXA-KAKAVOULI, D.; TORRES-ECHEVERRY, N. Google's Role in Spreading Fake News and Misinformation. Fake News and Misinformation: The Roles of the Nation's Digital Newsstands. **SSRN Electronic Journal**, 2017.
- NETLAB. **A guerra das plataformas contra o PL 2630**. Rio de Janeiro, NETLAB UFRJ, 1º maio 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/yb92fdmz>. Acesso em: 12 out. 2024.
- NAÇÕES UNIDAS. **Princípios globais das Nações Unidas para a integridade da informação**. Recomendações para ação de múltiplas partes interessadas, 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/4d49e23s>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- NECHUSHTAI, E; LEWIS, S. What kind of news gatekeepers do we want machines to be? Filter bubbles, fragmentation, and the normative dimensions of algorithmic recommendations. *Computers in Human Behavior*, v. 90, n. 1, p. 298–307, jan. 2019.
- NEWMAN, N. **Journalism, media and technology trends and predictions 2024**. Reuters Institute for the Study ou Journalism, 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/5dk26tk4>. Acesso em: 8 dez. 2024.
- NEWMAN, N.; CHERUBINI, F. **Journalism, media, and technology trends and predictions 2025**. Reuters Institute. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/4cjen6ss>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- PARISER, E. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

POELL, T.; NIEBORG, D.; DIJCK, J. V. Plataformização (Platformisation, 2019 – tradução: Rafael Grohmann). **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 2-10 janeiro/abril 2020. Unisinos. DOI: 10.4013/fem.2020.221.01.

POPE, A. NYT v. OpenAI: The Times's About-Face. **Harvard Law Review**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/4fm5muka>. Acesso em: 8 jun. 2025.

RECUERO, R.; ZAGO, G.; SOARES, F. Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no Twitter. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, XXVI. Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 06 a 09 jun. 2017. **Anais [...]**. São Paulo: 2017.

REMUNERAÇÃO de conteúdo jornalístico por plataformas digitais é discussão urgente, afirmam conselheiros. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 4 mar. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/2tkpy7vs>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SAAD, B; MALAR, J. P. Os desafios da remuneração do jornalismo pelas big techs. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2023. Opinião. Disponível em: <https://tinyurl.com/475zpsju>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SENADO aprova regulamentação da inteligência artificial; texto vai à Câmara. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 12 dez. 2024. Disponível em: <http://bit.ly/4oNTvzM>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SILVA FILHO, O. Quatro cautelas para o julgamento do artigo 19. São Paulo. **Portal FGV**. 24 jan. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/2vnpvabw>. Acesso em: 9 jun. 2025

SIMON, F. Escape me if you can: how AI Reshapes News Organisations' Dependency on Platform Companies. **Digital Journalism**, v. 12, n. 2, p. 1-22, 29 nov. 2023.

SODRÉ, M. **A sociedade incivil**: mídia, iliberalismo e finanças. Petrópolis: Vozes, 2021.

ZEWE, A. Explained: Generative AI. **MIT News**, Cambridge, 9 nov. 2023. Disponível em: <https://news.mit.edu/2023/explained-generative-ai-1109>. Acesso em: 13 maio 2025.

Acervo de lutas, acervo de imagens:

poética e protesto feminista na fotografia de imprensa

Angie Biondi¹ e Rita Maria Radl-Philipp²

Resumo

Quando nos debruçamos sobre imagens de manifestações e protestos feministas pelo aborto legal e seguro no Brasil, na Argentina ou na Colômbia, observamos que elas compreendem uma parte importante da própria estratégia ativista de reivindicação, porque o campo visual é assumido como um elemento constituinte do debate público contemporâneo. As fotografias dos recentes protestos feministas que tiveram ampla circulação na imprensa brasileira têm demonstrado elaborações distintas e criativas das práticas visuais no intuito de romper modelos estigmatizados de culpa, punição e sofrimento comumente atribuídos às meninas e mulheres que precisam recorrer ao aborto legal. Desse modo, compreendemos que observar o campo da cultura visual hoje significa entender qual a participação das imagens jornalísticas e midiáticas no rol das agendas sociais, particularmente, a feminista. Neste texto, refletimos como as imagens apresentam um regime expressivo particular da luta, de intensidade tanto poética quanto política. Por meio dessas fotos, podemos analisar como tal demanda se inscreve também enquanto um fenômeno midiático-comunicacional assumindo três características centrais da luta feminista: a mobilização de massa, a radicalidade expressiva e a atualização *transfronteira*. Para isso, apresentamos um recorte do material empírico sobre a fotorreportagem “Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países”, veiculada pela *Folha de S. Paulo*, em 02 de outubro de 2021.

Palavras-chave

Comunicação; Feminismo; Fotografia; Imprensa; Protesto.

¹Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Pesquisadora sênior do CNPq no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. E-mail: angiebiondina@gmail.com.

²Professora catedrática da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Doutora em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Professora do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. E-mail: ritam.radl@usc.es.

Collection of struggles, collection of images:

poetic feminist protest in press photography

Angie Biondi¹ and Rita Maria Radl-Philipp²

Abstract

When we look at images of feminist protests for legal and safe abortion in Brazil, Argentina or Colombia, we observe that they comprise an important part of the activist strategy of protest for vindication, because the visual field is accepted as a constituent element of contemporary public debate. Photographs of recent feminist protests that were widely circulated in the Brazilian press have demonstrated distinct and creative elaborations of visual practices aimed at breaking stigmatized models of guilt, punishment and suffering commonly attributed to girls and women who need to resort to legal abortion. Thus, we understand that observing the field of visual culture today means understanding the participation of journalistic and media images in the list of social agendas, particularly the feminist one. In this text, we reflect on how images present a particular expressive regime of struggle, with poetic and political intensity. Through these photos, we can analyze how such a demand is inscribed as a media-communicational phenomenon assuming three central characteristics of the feminist struggle: mass mobilization, expressive radicalism, and cross-border updating. Therefore, we present an excerpt from the empirical material on the photo report “Women protest for the right to abortion in several countries”, published by *Folha de S. Paulo* on October 2, 2021.

Keywords

Communication; Feminism; Photograph; Press; Protest.

¹Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Pesquisadora sênior do CNPq no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. E-mail: angiebiondina@gmail.com.

²Professora catedrática da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Doutora em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Professora do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. E-mail: ritam.radl@usc.es.

Nos últimos anos, observamos a ascensão de grupos conservadores contrários às demandas feministas de garantia e ampliação de direitos. Vários países da América Latina estiveram em destaque na imprensa internacional devido aos sucessivos acontecimentos marcados por conflitos políticos, sobretudo quando problemas sociais ligados ao feminicídio, aborto legal, homofobia, dentre outros, emergiam com mais intensidade.

No Brasil, somente em 2024, dezenas de manifestações feministas foram registradas em diferentes capitais e cidades do interior no intuito de frear os ataques contra direitos adquiridos, entre eles, o aborto legal e seguro, que conta com assistência do Sistema Único de Saúde. Mesmo assegurado por lei desde 1940, conforme artigo 128 do Decreto Lei 2.848, em casos de gravidez decorrente de estupro, risco de morte para a gestante ou anencefalia fetal, o aborto tem sido alvo constante de projetos de lei e emendas parlamentares que visam restringir ou inviabilizar sua efetivação.

Um dos exemplos recentes foi a proposta de votação, em regime de urgência pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei (PL) 1904/2024, que propunha a equiparação do aborto ao crime de homicídio, incluindo pena maior à mulher que precisasse realizar o aborto do estuprador: até 20 anos de prisão. Em novembro, outra articulação para votação – dessa vez, da Proposta de Emenda à Constituição, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 164/2012 – voltou ao plenário através da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, tendo sido aprovada para seguir à avaliação de uma comissão especial prevista para o ano seguinte. A PEC 164/2012 busca proibir o aborto legal sob qualquer circunstância, já que inclui, no texto constitucional, que a vida é direito inviolável desde a concepção.

Esse panorama de disputas é pautado por diferentes narrativas, ideologias, valores morais, religiosos e culturais que tensionam a agenda e as ações feministas no avanço e ampliação por direitos. O aborto legal, por exemplo, passa a ser tratado como um tema muito mais vinculado aos anseios morais e religiosos manejados por instituições em alianças políticas do que como um problema de saúde pública, concernente aos direitos sexuais e reprodutivos. É notável como a imprensa e os veículos de comunicação, em geral, costumam recolocar o aborto em pauta conforme o calendário de acirramento eleitoral e/ou de negociações político partidárias, muitas vezes forjando sentidos e percepções.

Segundo Barrancos (2022), as ações feministas do primeiro ciclo do século XXI incluíram os temas da violência de gênero e, particularmente, o feminicídio, na agenda central das lutas na América Latina, mas é preciso lembrar que, ao lado disso, sempre esteve em jogo a necessidade de refletir sobre o aborto legal, uma vez que também constitui uma violência infligida pelo Estado. Diante desse quadro, os estudos de gênero mais recentes (Gago, 2020; Barrancos, 2022; Bidaseca, 2011; 2019;

Segato, 2016; 2012) têm abordado as lutas feministas encampadas na América Latina no intuito de compreender como suas ações comparecem articuladas e imbricadas na realidade social cotidiana para entender como posicionar o enfrentamento. Nesse contexto, cabe questionar como tais ações são comunicadas hoje. Como protestos e reivindicações feministas emergem, enquanto uma voz política, por meio de práticas comunicacionais e midiáticas na atualidade?

Para além de uma disputa pelo significado social que as reivindicações feministas têm adquirido, há também uma dimensão da experiência sensível compartilhada em torno das lutas que se coligam diretamente com o sentido sociocultural que adquirem. Esses dois domínios não estão separados, mas apresentam recursividade e interação. Ambos (sentido e experiência), estabelecem uma dinâmica que não é individualizada, nem homogênea, mas comparece condicionada, historicamente, a um conjunto de elementos e agentes, propriamente comunicacionais, perpassando imagens, acontecimentos e sujeitos em constante inter-relação.

Argumentamos que, nesse processo dinâmico e interacional, as imagens têm adquirido cada vez mais centralidade atuando como elementos fundamentais em um campo de tensões e disputas políticas e afetivas cada vez mais acirradas. Notamos que as imagens constituem um campo material da experiência capaz de tensionar, recombinar ou mesmo alterar quadros culturais, percepções sociais e padrões normativos – inclusive, sensíveis – já instituídos. As imagens não são meras avalistas de um discurso preestabelecido ou apenas registro de eventos cotidianos, mas *medium*, mediadoras simbólicas do comum (Calderón, 2020; 2023; Gomes, 2017; 2019; Vacarezza, 2017; Zerwes, 2014). Com isso, sublinhamos que as imagens não representam ou reproduzem os acontecimentos meramente, alterando, em definitivo, a realidade social, mas que “os meios de comunicação afetam a reprodução e produção de uma realidade social” (Radl Philipp, 2024, p. 254) e esse aspecto tem um significado social e político relevante tanto nos estudos de comunicação como de gênero revisados nesta pesquisa, pois situa-se:

em uma linha epistemológica que rompe com uma mera crítica representacionista e defende uma posição teórica construtivista que dá atenção especial à função de construção da mídia com vistas aos papéis de gênero, vinculando-se à convicção semiótica de que a linguagem, as imagens e a comunicação, em geral, constroem e geram a própria realidade enquanto oferecem a bagagem simbólica para reconstruí-la (Radl Philipp, 2024, p. 254).

Ainda que em nossas pesquisas empíricas (Radl Philipp, 2001, 2011, 2024) demonstremos, muitas vezes, a dinâmica negativa da função ideologicamente regressiva dos meios de comunicação em relação aos papéis de gênero, não significa que a circulação de imagens de acontecimentos não possa ter certo potencial disruptivo na construção de quadros e significados estéticos e políticos novos. Segundo

Calderón (2020, p. 35), conforme os contextos, as imagens não respondem somente como um plano de representação, reprodução ou projeção discursiva, mas como um plano de conexões, de operações que abrem, articulam, relacionam, criando outras configurações entre elementos (sígnicos, sensíveis) antes não vistos. Assim, ficção e imagem são importantes à elaboração de uma dimensão poética e comunicativa que se pretende política, porque põem em circulação outros quadros de pensamento, imaginação e sentido, interrompendo o fluxo midiático consensual que insiste em enquadrar fatos e acontecimentos (Calderón, 2020; Vacarezza, 2017).

A fim de aprofundar nossa argumentação, propomos analisar um pequeno conjunto de exemplares de uma fotorreportagem elaborada como um tipo de cobertura jornalística e documental (Baeza, 2001; Buitoni, 2009; 2011) dos protestos feministas para garantir o aborto legal e seguro como um direito. Enquanto prática comunicacional vista sob uma perspectiva interacional (Braga, 2006), portanto, que considera as imagens como elementos fundantes, a fotografia jornalística, em especial, traz um tipo de materialidade empírica que nos auxilia na montagem de uma visualização sobre certos aspectos seminais na trajetória da luta feminista pelo aborto como um direito legal na América Latina, nos últimos anos.

Esse artigo não pretende recompor uma linha do tempo sobre a temática, mas organizar uma espécie de quadro visual no qual seja possível observar como os protestos feministas em favor do aborto legal e seguro têm se configurado nas imagens que circulam nos principais veículos da região. As fotos nos permitem analisar como tal demanda se inscreve enquanto um fenômeno midiático-comunicacional, assumindo três características centrais da luta feminista: a mobilização de massa, a radicalidade expressiva e a atualização *transfronteira*.

Defendemos que as imagens apresentam um regime expressivo particular, de intensidade tanto poética quanto política, animado pelo corpo como um elemento engendrado nos dois campos, da imagem e da ação. É nesse contexto que o aspecto expressivo pode ter uma função disruptiva na construção de quadros e significados políticos novos. Para isso, observamos um recorte do material empírico em que nos detemos sobre alguns exemplares da fotorreportagem “Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países”, veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 02 de outubro de 2021.

Mobilização de massa

Em recente pesquisa acerca dos movimentos feministas latino-americanos, Gago (2020) destaca que os encontros que têm reunido mulheres, lésbicas, trans e travestis funcionam como uma espécie de “cozinha”, cujo espaço teria um sentido deslocado do ambiente doméstico tradicional, aquele restrito ao trabalho servil das mulheres na divisão sexual que predominou na sociedade e no imaginário ocidental

moderno. Para ela, tais encontros de cozinha ativariam o sentido de uma produção criativa, espécie de *topos* de experimentação conjunta ou lugar de preparação das ações práticas da demanda coletiva.

A partir daí, a autora argumenta que esses encontros ou assembleias passariam a constituir um “dispositivo situado de inteligência coletiva” (Gago, 2020, p. 187), na medida em que possibilitariam que as falas comuns das participantes integrassem demandas para compor um plano organizado de ações. Juntas, poderiam experimentar o uso da palavra e da escuta em um processo de elaboração coletiva, certamente entre conflitos e divergências, mas efetuado em uma dinâmica interacional e multitudinária própria. Na situação de assembleia é que seria possível perceber a força de usar a palavra de modo coletivo para a materialização da demanda vivida no cotidiano das mulheres.

Nessa perspectiva, uma convocatória ou um grito de guerra seriam exemplos da encarnação do exercício comum da palavra debatida, tensionada entre sujeitos que se colocaram e compuseram leituras, traçaram estratégias e avaliaram táticas. Essa potência primordial identificada pela autora seria um primeiro modo organizador da sociabilidade colaborativa que caracterizaria uma ação feminista e que é destacada nas imagens.

Para Gago (2020), antes da aparição pública das demandas organizadas, uma ação feminista começa nas conversações de “cozinha”. Assim, entendemos que um protesto seria uma espécie de declaração encarnada, materializada em ação de comunicação entre participantes que emerge, visualmente, enquanto coletivo organizado nos espaços públicos. No exercício autônomo e compartilhado da linguagem, as falas colocadas nas assembleias produziram “novas formas de encorporamento e de contrapoder” (Gago, 2020, p. 195), capazes de instaurar movimentos novos que rompem a paisagem cotidiana que codifica os modos de padecimento solitário, individualizado e a existência particular de cada mulher.

Na leitura, entendemos que o processo operador da palavra compartilhada que anima uma assembleia passa a ganhar um corpo coletivo possível nas ruas, como visualizado, compartilhando os espaços públicos. Assim, a aparição pública dos corpos seria a materialização objetiva e posterior de um exercício de linguagem ocorrido e que pode assumir extensões e feições diferenciadas conforme a situação da ocupação dos espaços públicos.

Butler (2018, p. 45) também considera que aparecer em conjunto nos espaços públicos adquire uma dimensão política central do ativismo de certos grupos. No entanto, ela coloca que, quando esses grupos centralizam, nos corpos e nas imagens, suas formas de reivindicar em comum para serem vistos e ouvidos, a presença pública torna-se também um direito à aparição. “A performatividade de gênero presume um campo de aparecimento no qual o gênero aparece, e um esquema de condição de reconhecimento dentro do qual o gênero se mostra” (Butler, 2018, p. 45-46). Como

uma força plural conjunta, as mulheres em assembleia performam uma demanda corporificada pelo direito a vidas mais vivíveis coligada aos modos de aparição. Logo, a imagem adquire uma centralidade na reflexão da autora porque seria o *médium* das demandas corporificadas dos ativismos políticos na atualidade.

Em outubro de 2021, mulheres e jovens se reuniram em diferentes países para reivindicar o aborto legal e seguro como um direito. Na fotorreportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, publicada dia 02 de outubro de 2021, vemos muitas mulheres juntas caminhando pela rua (Figura 1). Algumas olham para baixo, atentas ao andar, outras aparecem conversando. Muitas delas utilizam máscaras de proteção ou lenços de cor roxa, signo do feminismo. Os *pañuelos* verdes, que representam um ícone da luta pelo aborto legal e seguro, também são usados ao redor do pescoço de muitas delas.

Figura 1– Print de tela do Jornal *Folha de S. Paulo*.

Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países

EUA, México, Peru, Colômbia, Brasil, El Salvador e Espanha tiveram manifestações de segunda (27) a sábado (2)



2.out.2021 às 15h48

4 / 9 Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países



Também foram realizados protestos no México, país onde a Suprema Corte descriminalizou o aborto no início do mês de setembro... MAIS

Fonte: Mulheres protestam [...]. *Folha de S. Paulo* (2021).

A foto prioriza a composição aberta usando a zona de aglomeração para registrar um grande grupo de mulheres que parece se prolongar até o fundo da imagem, de modo a perder de vista a quantidade exata de pessoas que ocupam a porção superior do quadro. O desfoque das personagens é um recurso técnico que faz com que o limite da rua seja confundido com a multidão de pessoas. Apenas as mulheres da porção inferior da foto aparecem com mais nitidez, embora o uso de máscaras e lenços dificulte a identificação pessoal da maioria delas.

De fato, não é a identificação o que importa à fotografia, mas a apresentação

de um conjunto coeso de *sujeitas* que se prolonga, indefinidamente, pela rua segurando cartazes com mensagens e usando adereços e cores que produzem uma reconhecível unidade de grupo. Sem exasperações, sem aparentes confrontos, todas elas caminham juntas em concerto. Na legenda, há a informação de que “Também foram realizados protestos no México, país onde a Suprema Corte descriminalizou o aborto no início do mês de setembro”; e só assim é possível saber em qual país ocorreu a caminhada.

Ainda, ao redor da mulher em destaque aparecem muitas outras com aparências diversas. Esses elementos reunidos não são casuais em uma foto com o propósito de registrar uma ação feminista em uma cidade latino-americana. O anonimato das mulheres, a diversidade étnica, o efeito de multiplicação que adquirem, os adereços que portam, o modo de caminhar juntas: todos esses elementos convergem para um sentido de comunhão de corpos e compartilhamento de uma demanda encarnada, corporificada, que é comum e cotidiana, uma vez que faz parte do dia a dia das muitas e diferentes mulheres e meninas. Assim, o aparecer coletivo das mulheres não se restringe à mera representação de um protesto (Butler, 2018, p. 37).

O reconhecimento de que uma assembleia é, também, um direito de aparecer não se aplica apenas a uma mulher, mas a todas que fazem parte da emergência de uma política de exposição de *sujeitas* aliançadas em uma reivindicação comum, compondo uma “cena de aparecimento” comum de corpos e vidas em vulnerabilidade, diz Butler (2018, p. 34). Entendemos que o reconhecimento se estende a todas as mulheres, sugerindo uma identidade coletiva certamente caracterizada pela diversidade. Em outro escrito desenvolvemos essa reflexão (Biondi; Radl Philipp, 2024), mas aqui é importante destacar que a condição de precariedade funcionaria como uma expressão mediadora que opera como uma aliança entre grupos de pessoas que, de outro modo, talvez não tivessem muito em comum.

Por isso, ao se colocarem como um corpo coletivo que pode ser visto nas imagens, meninas e mulheres produziram uma forma de visualidade que desestabilizaria realidades, normas e sensibilidades, considerando o direito de aparecer como um enquadramento da união de pessoas que compartilham a mesma sujeição e apagamento constante. E mais: essas imagens colocam, ao mesmo tempo, o contra significado de uma realidade social das mulheres como poder visível; pontuam, sociologicamente, um empoderamento político do coletivo apresentado, não simplesmente na ocupação de um espaço concreto, mas de um espaço social e político próprio. Tal significação de empoderamento estende-se a todo o corpo coletivo diverso das mulheres, aspecto que também imbrica as espectadoras e os espectadores dessas imagens, afetando a desconstrução e reconstrução dos lugares sociais visíveis de gênero.

Figura 2 – Print de tela do jornal *Folha de S. Paulo*.

Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países

EUA, México, Peru, Colômbia, Brasil, El Salvador e Espanha tiveram manifestações de segunda (27) a sábado (2)



2.out.2021 às 15h48

6 / 9 Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países



Marcha de mulheres em Bogotá, capital da Colômbia Nathalia Angarita - 28.set.21/Reuters

Fonte: Mulheres protestam [...]. *Folha de São Paulo* (2021).

Na Figura 2, outra foto da mesma série traz uma organização visual similar quanto à ênfase no conjunto de diferentes mulheres reunidas. No entanto, a composição fechada foi usada para destacar a mulher que centraliza a ação e dirige o olhar ao espectador. Também anônima, usando um casaco com capuz verde e o lenço em seu rosto, a mulher, cercada por uma massa de mulheres em desfoque, ergue o braço direito empunhando o *pañuelo*. Seus olhos miram para fora de campo e parecem completar a máscara verde que cobre a sugestão de um sorriso dirigido a algo ou alguém que está do lado oculto da foto. A legenda fornece a informação de que as mulheres marcham em Bogotá, também pelo direito ao aborto legal.

Na Figura 3, a fotografia fecha ainda mais a composição e produz um retrato de uma mulher negra no centro da imagem, destacando, possivelmente, que aqui há um rosto mais específico à demanda, já que muitas das últimas estatísticas produzidas indicaram que, no Brasil, mulheres e meninas negras e indígenas compõem maioria das vítimas de violência sexual que recorrem ao aborto legal para interromper a gestação, muitas vezes, resultado de estupro [1]. Ao lado da mulher negra, comparecem outras mulheres, também com os rostos desfocados, com braços erguidos e punhos fechados, em uma aparente entoação de grito de guerra. Atrás da personagem principal, vemos uma bandeira roxa com inscrições e símbolos que compõem os assessorios predominantes que rodeiam as manifestantes. Na legenda, a informação de que as mulheres estão reunidas em São Paulo, no Brasil.

Figura 3 – Print de tela do jornal *Folha de S. Paulo*.

Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países

EUA, México, Peru, Colômbia, Brasil, El Salvador e Espanha tiveram manifestações de segunda (27) a sábado (2)



2.out.2021 às 15h48

7 / 9 Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países



No Brasil, mulheres protestam no estado de São Paulo Amanda Perobelli - 28.set.21/Reuters

Fonte: Mulheres protestam [...]. *Folha de S. Paulo* (2021).

Observadas em série, as imagens das Figuras 1, 2 e 3 arrematam a ideia de que as mulheres latino-americanas comparecem juntas, mesmo em diferentes locais, em uma ação coletiva simultânea que vai se expandindo por toda a região e alcançando diferentes cidades dos países. Pela ideia de um corpo que se expande, se empodera e toma o espaço público aparecendo como uma massa, e que alcança maiores segmentos da população, o sentido central no modo de elaboração visual através da fotorreportagem é que as mulheres estão unidas em movimento, comungando a mesma reivindicação pelo fim da vitimização, da culpabilização e da criminalização do aborto, ao mesmo tempo em que fazem, de cada cidade do território latino-americano, a extensão de seu corpo coletivo.

Como forma de reação ao reiterado silenciamento e invisibilidade, mulheres decidem e aderem pelas formas de reivindicação e resistência pública. As assembleias manifestam uma soberania popular que desafia a fé estatal como monopólio da política, porque se colocam como insurgências corporais que renovam as dinâmicas de decisão e autonomia, de cuidado e reprodução, de autodefesa e saber coletivo (Gago, 2020, p. 194). As imagens corporificam a produção de um tipo de enunciado ou mesma ação de fala que reforçam a adesão em massa como recurso para que possam aparecer publicamente e assim afetar, engajar ou comover outros corpos, promovendo dinâmicas de disputa, ruptura e deslocamento sob o risco constante de desaparecimentos.

A fotorreportagem da *Folha* utiliza o material de agências de notícias internacionais, como *Reuters* e *Agence France Press*, porque adquirem os direitos de imagem de fotojornalistas associadas ao redor do mundo. Esse aspecto é um complemento relevante na compreensão das formações culturais e históricas que subjazem a prática jornalística quando da cobertura dessas manifestações feministas da atualidade (Silva, 2017; Silva; Gonçalves, 2018).

Há uma considerável e ativa ressonância do olhar das profissionais aos recentes acontecimentos no âmbito das lutas políticas por direitos, marcadamente latino-americano. As produções visuais elaboradas pelos movimentos feministas em favor do aborto legal na América Latina não constituem uma ação política nova, mas têm se renovado e intensificado para fazer frente aos ataques de grupos conservadores que forçam alterações jurídicas para retirada de direitos sexuais e reprodutivos.

Ao contrário de denúncias individuais e da exposição de relatos pessoais na imprensa, o que observamos é uma crescente utilização de imagens de ações coletivas de protestos que promovem expressivas releituras coletivas das experiências vividas solitariamente. Em 1979, na Cidade do México, na comemoração do *Día de la Madre*, ativistas performaram um cortejo fúnebre ao *Monumento a la Madre*, carregando uma coroa ornamentada com flores, penas, agulhas de crochê, ervas abortivas, entre outros elementos usados no procedimento. A coroação da estátua da grande mãe seria uma provocação visual que denunciava o sofrimento e morte de mulheres e meninas vitimadas.

O fato de mobilizar as pessoas para que pudessem coroar e levar flores à estátua também encenava um gesto de inversão da homenagem, já que não reforçava o elogio à imposição de gestar e parir atribuída às mulheres pelo imaginário religioso, mas deslocava o sentido desse ícone de sofrimento e sacrifício ao destacar a impossibilidade de gestar e parir, em muitos casos, como consequência da violência sexual que conduzia à morte por um aborto clandestino. Nas faixas e cartazes estava escrito o número 80 mil mortes por ano enfatizando que o direito ao aborto legal, seguro e gratuito era uma demanda social impossível de ocultar na região.

Segundo Vacarezza (2017), o cortejo fúnebre é um tipo de luto público visto como uma das práticas visuais centrais à ação feminista latino-americana porque chama a atenção para o reconhecimento de uma questão social comum às mulheres e cria as condições para que uma experiência vivida no cotidiano seja politizada. Certas produções visuais de ações artísticas, performáticas, quando investidas pelo feminismo são recursos importantes porque renovam a dimensão criativa e poética das imagens de protesto. Aos repetidos relatos de vítimas sofredoras ou presas servem, ao contrário, o manejo das relações de solidariedade, força e esperança na luta por direitos e reparação através de modos renovados de reivindicar o espaço

e o aparecimento público. “Além de argumentos jurídicos, políticos e científicos, esses movimentos desenvolveram, muito cedo, formas de produção e ação artístico-política com forte impacto visual, chamando a atenção do público para essas questões” (Vacarezza, 2017, p. 02) (Tradução nossa) [2].

Manifestações que expressam um “luto agonístico” (Butler; Athanasiou, 2024), longe de reificarem as mortes de vítimas invisíveis, trazem à luz a possibilidade de aparecerem como vidas dignas de luto sob a forma de protesto. As vítimas ressurgem no corpo coletivo recusando os modelos estatísticos e institucionais de seu desaparecimento. Atenta às formas corporificadas de protesto, Gomes (2017; 2019) reitera que a transformação do corpo e das emoções é um recurso político do ativismo que faz parte do repertório de novos sentidos e afetos investido sobre as demandas feministas. A produção de novas práticas pedagógicas tem nutrido um processo contínuo de disputa acerca das linguagens e estéticas com que se trata o tema do aborto publicamente.

A mobilização do trauma, do assassinato e da punição são modelos figurativos constantemente acionados por uma perspectiva conservadora na disputa pelo sentido que se atribui ao aborto. Ao lado de imagens de morte e prisão, a culpa, a dor e a solidão são investimentos subjetivos e afetivos atribuídos às imagens de mulheres que realizam o procedimento. Em um caso emblemático da Argentina, em 2016, Belén, uma jovem de 26 anos, foi presa ao dar entrada na emergência do Hospital Avellaneda, em Tucumán, devido a fortes dores abdominais. Ela havia sofrido aborto espontâneo e, mesmo assim, foi detida e condenada.

Os movimentos sociais e grupos feministas intensificaram os protestos que se espalharam pelo país, exigindo a revogação da pena e a libertação da jovem. A campanha *Somos todas Belén* implementou um conjunto de ações com apresentações artísticas, vigílias e caminhadas que angariou a adesão popular não apenas pelo grau de arbitrariedade no caso, mas pela necessidade de reabrir as discussões legais sobre o direito ao aborto no país. O rosto individual se tornava único pelo uso coletivo de máscaras reforçando a expressão de uma força coletiva que avançava pelo fim da punição. Essas ações reinvestiram o aborto de Belén como um problema de saúde pública concernente aos direitos humanos, sexuais e reprodutivos, logo, de responsabilidade do Estado quanto à garantia da vida e saúde da jovem.

Exemplos como este destacam que as ações feministas que reivindicam o aborto legal têm buscado mobilizar o problema por vias que não estigmatizem e nem vitimizem ainda mais meninas e mulheres, bem como buscam transformar e construir ressignificações. Para isso, se valem de expressões de ironia, deboche e provocação, problematizando tanto normas quanto afetos instituídos. Daí os corpos das ativistas emergirem no espaço público servindo como articuladores centrais de um novo regime expressivo e sensível que se pretende negociar, fato que produz e induz a construções e reconstruções disruptivas da realidade social, neste caso,

como um corpo coletivo.

Assim como os discursos e as práticas corporais, a chave emocional de um protesto não é casual, mas resultado de um trabalho de seleção e modulação de um repertório afetivo como algo central para manejar as intensidades expressivas das ações feministas (Gomes, 2017, p. 234).

As intensidades expressivas das ações feministas que são trazidas em imagens afetam também espectadoras e espectadores. Desse modo, o significado do empoderamento das mulheres como coletivo se vê reforçado, forjando a desconstrução e reconstrução da realidade social, de modo particular, através das imagens.

Atualização *transfronteira*

Quando as demandas coletivas ganham corpo e são concretizadas em manifestações, elas são capazes de religar ações estabelecendo uma espécie de fio que se expande, alonga e alcança *sujeitas* em diferentes lugares. O cortejo fúnebre do *Monumento a la Madre*, na Cidade do México, em 1979, e a caminhada *Ni una menos*, em Buenos Aires, em 2015, não são atos isolados de um calendário, mas ações que conectam momentos prementes da luta, acumulando força política ao longo do tempo (Gago, 2020, p. 188).

Uma caminhada, um cortejo, cada tipo de protesto apresenta um conjunto de gestos, cores, movimentos e ritmos através do qual se empenham corpos aliançados para atuar em uma linguagem performativa, seja para amplificar as massas, seja para intensificar o regime expressivo ou para aparecer; se tornar visível e ser vista adquire um modo de atuação cada vez mais intenso. Quando analisamos as imagens elaboradas dessas ações no Brasil, na Argentina ou na Colômbia notamos que compreendem uma parte importante da própria estratégia ativista de reivindicação, porque assumem o campo visual como um elemento constituinte do debate público acerca do aborto legal e seguro na América Latina.

Essas ações têm buscado modelar formas próprias de visualidade, ressignificando, negociando com signos, imaginários e afetos a fim de produzir novas dinâmicas de enfrentamento à violência e ao controle biopolítico dos corpos. O aborto legal significa, em particular, uma etapa importante na supressão dos mecanismos institucionalizados de exploração dos corpos de mulheres e meninas que sustentou a relação orgânica entre patriarcado e acumulação econômica na América Latina, ao longo dos últimos séculos de implementação do capitalismo moderno (Arruzza, 2023; Gago, 2020). A sujeição das mulheres, da natureza e da colônia como lema da civilização ocidental conduziu a um processo de destruição das distintas matérias corporais, naturais, territoriais que até hoje minam subjetividades e afetos.

Reivindicar o corpo é também reclamar o território em um processo de

atualização *transfronteira* mobilizado por uma temporalidade peculiar entre passado e presente políticos. “Então, o corpo-território supõe a hipótese de que as mulheres e as corporalidades dissidentes que nutrem e se nutrem nessas lutas produzem e situam o corpo como território extenso: ou seja, não como confinamento da individualidade” (Gago, 2020, p. 109).

Entendido como “corpo-território” (Gago, 2020; Butler, Athanasiou, 2024), o corpo passa a ser outra importante imagem-conceito surgida a partir e desde as lutas. O aspecto da atualização *transfronteira* estenderia, portanto, a noção de identidade coletiva de empoderamento para além dos limites das fronteiras, incluindo todas as facetas da diversidade cultural e dos coletivos de mulheres, assinalando um poder de solidariedade de gênero que reforçaria este terceiro eixo que vertebra a possibilidade da desconstrução e reconstrução da realidade social das mulheres e dos lugares sociais de gênero.

Considerações Finais

Ao observarmos as imagens de protestos feministas, notamos que elas auxiliam na visualização de pontos de conexão tecidos em diferentes lugares, trazendo à tona conflitos encampados pelos corpos das mulheres ao longo de décadas. No entanto, destacamos que as imagens colocam em perspectiva a trajetória dessas lutas, o que nos provoca a pensar “[...] imagens como agentes de transformação histórica” (Mauad, 2016, p. 273). Desse modo, refletir e analisar o campo da cultura visual hoje significa entender qual a participação das imagens jornalísticas e midiáticas no rol das lutas sociais, particularmente, a feminista.

Fotos e vídeos de manifestações não são elaborados apenas para uma catalogação documental ou para registro histórico de um tema político, mas para a configuração de uma imagem reconhecível do ativismo feminista que possa ser atualizado pelo olhar público e trazido como elemento constituinte da experiência vivida no presente. Ao observarmos as imagens em circulação nos diferentes espaços da imprensa notamos o quanto estão em jogo modos específicos de enquadrar e referir sentidos e afetos conforme a cena de disputa colocada por grupos político-partidários, religiosos, civis, jurídicos, médicos e ativistas. Em uma visada sociológica, a mobilização de massa, que vai além do próprio coletivo das mulheres e as intensidades expressivas das ações feministas vistas pelas imagens em circulação na imprensa afetam também espectadores, transpondo os espaços territoriais onde foram produzidas e captadas.

Ao emergir acontecimentos ligados a certas pautas políticas, tais como o aborto legal, esse quadro reassume a centralidade em diferentes ações e práticas que buscam ativá-lo de formas distintas no intuito de romper com modelos estigmatizados de culpa, punição e sofrimento. As fotografias dos protestos feministas recentes que

tiveram ampla circulação em periódicos e veículos de imprensa nos países latino-americanos têm demonstrado produções distintas e criativas das práticas visuais. Essas diferenças e deslocamentos, bem como seu significado político e social ao olhar público são notáveis, como demonstramos, inclusive nos materiais jornalísticos de veículos outrora classificados como tradicionais.

Como afirma Calderón (2023), as imagens não precisam ser cúmplices de um processo de empobrecimento e desertização da vida pela saturação dos espaços e dos afetos dada por um sistema de constante exploração comercial dos corpos. Mas podem ser elementos participantes na reinvenção, reivindicação e resistência como categorias visuais e políticas que possibilitem abrir imaginários e fazer circular outros afetos, rompendo o circuito padronizado de sentidos e sensibilidades sem perder de vista a historicidade do contexto material no qual se situa (Scott, 2012). Encontros de corpos aliançados são parte fundamental da dinâmica social, afetiva, cultural, comunicativa e política do feminismo cujo desafio central, em uma sociedade economicamente hiperconcentrada, gerida por plataformas e conglomerados empresariais, é garantir modos de efetivação das forças do comum preservando-as cooperativas, autogeridas e plurais.

Notas

[1] No momento da escrita desse artigo, foi publicada uma pesquisa realizada pelo Centro Internacional de Equidade em Saúde, vinculado à Universidade Federal de Pelotas, revelando que, entre 2020 e 2022, o país registrou 11.607 partos resultantes de violência sexual contra meninas de até 14 anos. Em 40% dos casos, as vítimas só começam um exame pré-natal após três meses de gestação, o que dificulta ainda mais o acesso ao aborto legal. A disparidade regional também foi ressaltada mostrando que 49% das meninas indígenas da região Norte, seguido do Centro-Oeste, têm atraso no início do pré-natal.

[2] *In addition to legal, political and scientific arguments, these movements have developed, very early, forms of artistic-political production and action with strong visual impact drawing the public's attention to these issues.*

Artigo submetido em 04/01/2025 e aceito em 10/06/2025.

Referências

ARRUZZA, C. Do feminismo da reprodução social à greve de mulheres. *In*: BHATTACHARYA, T. (org.). **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023, p. 303-309.

BARRANCOS, D. **História dos feminismos na América Latina**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

- BAEZA, P. **Por una función crítica de la fotografía de prensa**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001.
- BIDASECA, K. Experiencias del feminismo contra-hegemónico en América Latina. **Lutas Sociais**, n. 27, 2011, p. 200-203. Disponível em: <https://abrir.link/jrJfW>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- BIONDI, A.; RADL-PHILIPP, R. M. Nem presa, nem morta: visualidades do ativismo feminista como carrossel de telas no Instagram. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 21, n. 62, p. 391-416, 2024.
- BONAN, C.; FERREIRA, C. **Mulheres e movimentos**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.
- BRAGA, J. L. Mediatização como processo interacional de referência. **Animus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 5, n. 2, p. 09-35, 2006. DOI: 10.5902/2175497790408.
- BITTONI, D. S. **A mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009.
- BITTONI, D. S. **Fotografia e jornalismo**: a informação pela imagem. São Paulo: Saraiva Uni, 2011.
- BUTLER, J.; ATHANASIOU, A. **Desposseção**: o performativo na política. São Paulo: Unesp, 2024.
- BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CALDERÓN, A. S. **La performatividad de las imágenes**. Madrid: Ediciones Metales Pesados, 2020.
- CALDERÓN, A. S. **Imágenes que resisten**: la genealogía como método crítico. Ayuntamiento de Barcelona: Instituto de Cultura La Virreina, 2023.
- GAGO, V. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.
- GOMES, C. C. Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, v. 25, p. 231-255, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.25.12.a>.
- GOMES, C. C. Imágenes, afectos y narrativas de aborto: un relato del I Simposio de Arte, Política y Feminismo en Córdoba. **Etcétera** – Revista del área de Ciencias Sociales del Ciffyh, v. 5, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://abrir.link/nndyu>. Acesso em: 19 ago. 2024.

MAUAD, A. M. Memórias em movimento: fotografia e engajamento, a trajetória de Cláudia Ferreira 1980-2014. **História: debates e tendências**, v. 16, n. 2, p. 271-290, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.16n.2.6918>.

MULHERES protestam pelo direito ao aborto em vários países. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 out. 2021. Disponível em: <https://abrir.link/hdltY>. Acesso em: 06 jul. 2024.

NORONHA, D. P. A importância social da imagem: reflexões sobre diferença, representação e poder em diálogo com um pensamento decolonial. **Illuminuras**, v. 20, n. 50, p. 255-278, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.80371>.

RADL PHILIPP, R. M. La socialización en función del género. **Revista multidisciplinar de gerontología**, v. 11, n. 4, p. 189-196. 2001.

RADL PHILIPP, R. M. Medios de comunicación y violencia contra las mujeres. Elementos de violencia simbólica en el medio televisivo. **Revista latina de sociologia**, v. 1, n. 1, p. 156-81. 2011. DOI: <https://doi.org/10.17979/relaso.2011.1.1.1199>.

RADL PHILIPP, R. M. Novos meios tecnológicos da comunicação, gênero e a função ideologicamente regressiva da mídia. In: BERTONI, L. M.; COUTINHO, L. C. S.; SILVA, R. H. R. (Org.). **Ciência, educação e lutas de classes: desafios e perspectivas de resistência**. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 245-262, 2024.

SCOTT, J. W. Reverberaciones feministas. **Revista CS**, Estudios Sociales sobre América Latina. Santiago de Cali, n. 10, p. 339-370, 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/galmM1363>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SEGATO, R. L. La normay el sexo: Frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad. In: BIDASECA, K. (org.) **Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente**. CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, IDAES, 2016. p. 31-64. Disponível em: <http://bit.ly/4lLxb7N>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-Cadernos CES** - Centro de Estudos Sociais, n. 18, p. 106-131, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>.

SILVA, N. C. Mulheres no fotojornalismo: influência cultural da formação na inserção profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40. **Anais [...]**. Curitiba, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/44UkBod>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SILVA, N. C.; GONÇALVES, E. M. O discurso das mulheres fotojornalistas: desequilíbrio entre trabalho remunerado e maternidade como apelo profissional. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 212-231, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1056>.

VACAREZZA, N. Affects, mourning and justice in visual productions about women's incarceration and deaths for abortion in Latin America. *In*: MUNDOS DE MULHERES, 13 e FAZENDO GÊNERO, 11. **Anais** [...], Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, p.01-11, 2024. Disponível em: <http://bit.ly/4m7wxSr>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ZERWES, E. A fotografia entre cultura visual e cultura política: a participação da imprensa ilustrada francesa de esquerda na construção de uma história pública na década de 1930. **Estudos Históricos**, v. 27, n. 54, p. 317-344, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862014000200006>.

A imagem sátira, das charges aos memes:

um estudo das páginas on-line do Estadão e G1

Juliana Leão Borba Lins¹ e Ana Carolina Kalume Maranhão²

Resumo

O artigo tem como objetivo investigar os memes de internet como uma possível evolução das charges e cartuns no jornalismo on-line e forma de compreender a comunicação imagética, principalmente, por meio do uso da sátira e crítica social. *Evolução* no sentido de mais bem-adaptado ou, em outras palavras, um artefato mais prolífero. Para isso, o trabalho parte da análise de memes de internet e charges, em matérias publicadas nos veículos on-line Estadão e G1, entre 2008 a 2012, e em 2016 e 2023. Os dados coletados apontam para uma participação mais significativa dos memes de internet enquanto função complementar à parte textual da notícia, mas as charges continuam presentes, sendo ainda uma importante forma de comunicação. Como método, foram utilizados os critérios de análise de conteúdo de Bardin (1977): i) inventário e ii) classificação. Para este estudo, também traremos exemplificações das classificações por meio da análise de imagem proposta por Joly (2012), realizando i) descrição e ii) decomposição. Por fim, será apresentada a função narrativa dos artefatos em: i) gancho de notícias, ii) complemento opinativo e iii) complemento para exemplificar.

Palavras-chave

Memes de internet; Charges; Cartuns; Caricaturas; Evolução cultural.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Design da Universidade de Brasília. Graduada em Comunicação pela UnB. E-mail: julianajorp@gmail.com.

² Doutora e Mestre em Comunicação pelo PPGCOM-FAC/UnB. Professora do PPG Design e da Faculdade de Comunicação da UnB. E-mail: ckalume@gmail.com.

The satirical image, from editorial cartoons to memes:

a study of the online pages of *Estadão* and *G1*

Juliana Leão Borba Lins¹ and Ana Carolina Kalume Maranhão²

Abstract

This article aims to investigate internet memes as a possible evolution of editorial cartoons within online journalism, and as a means of understanding visual communication, particularly through satire and social critique. Evolution is understood here in the sense of being better adapted, or in other words, as a more prolific artifact. To this end, the study analyzes internet memes and editorial cartoons published in the online outlets *Estadão* and *G1* between 2008 and 2012, as well as in 2016 and 2023. The collected data indicate a more significant role for internet memes as a complementary function to the textual component of news, while editorial cartoons remain present and continue to constitute an important form of communication. The method applied follows Bardin's (1977) content analysis criteria: (i) inventory and (ii) classification. For this study, we also provide examples of these classifications through Joly's (2012) image analysis, applying (i) description and (ii) decomposition. Finally, we present the narrative function of these artifacts in three forms: (i) as a news hook, (ii) as an opinion-based complement, and (iii) as an illustrative complement.

Keywords

Internet memes; Editorial cartoons; Comic strips; Caricatures; Cultural evolution.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Design da Universidade de Brasília. Graduada em Comunicação pela UnB. E-mail: julianajorp@gmail.com.

² Doutora e Mestre em Comunicação pelo PPGCOM-FAC/UnB. Professora do PPG Design e da Faculdade de Comunicação da UnB. E-mail: ckalume@gmail.com.

As imagens são uma poderosa forma de comunicação desde a Antiguidade. Seja nos tetos da caverna de Lascaux, na França, ou em Altamira, na Espanha, podemos encontrar figuras entalhadas de 15.000 a 10.000 a.C. (Gombrich, 2015), provando que os homens têm uma intimidade milenar com o icônico. As imagens que tiveram sua história iniciada nas superfícies das cavernas hoje têm seu ápice nas falsas superfícies das telas; falsas porque não são um contínuo mas um alternado de pontos, como esclarece Flusser (2008).

As imagens habitam vários meios e em cada época predominam em diferentes suportes, desde as paredes de cavernas à madeira mais rudimentar, até à proliferação possibilitada pelas impressões no papel. Adentrando na imagem no jornalismo, a consolidação se dá em meados do século XIX com a modernização do maquinário da imprensa.

Entre os formatos utilizados ao longo da história, cartuns, charges, fotografia e gráficos diversos. A imagem toma movimento com o telejornalismo em meados do século XX. Na internet, meio multimedial, todos esses formatos são acolhidos. Nesse meio, que possibilita variadas expressões, surge uma linguagem que é sua síntese, os memes de internet.

Existem vários tipos de memes de internet, inclusive aquele pelo qual o grupo ficou conhecido: simples piadas, desafios e brincadeiras. Para este trabalho, é investigado um tipo específico que realiza crítica a acontecimentos sociais e políticos contemporâneos por meio de humor. Memes e memes de internet não são sinônimos. Meme é uma categoria de replicação cultural criada por Dawkins (1976) abrangendo a replicação de ideias, comportamentos e técnicas de um cérebro ao outro. Nessa perspectiva, memes de internet podem ser vistos como um subgrupo dos memes online.

Memes de internet podem assumir várias formas, desde apenas textos, imagens fixas, imagens em movimentos como em *gifs* e até vídeos curtos. A intertextualidade e o humor são uma das principais características de um meme de internet e seu conceito varia, a depender do pesquisador. Knobel e Lankshear (2020) apontam três características dominantes em memes de internet que tiveram maior proliferação, não precisando os três atributos estarem presentes ao mesmo tempo: sobreposição anômala (quando imagens e figuras se sobrepõem sem congruência), intertextualidade (cruzamento de contextos diferentes) e humor (geralmente o satírico).

O trabalho investiga a evolução do uso das imagens satíricas no jornalismo online, atravessando um estudo sobre as charges, cartuns e caricaturas até chegarmos aos memes de internet. Em sete anos de análise, foi inventariado um total de 524 matérias jornalísticas com memes de internet ou charges (dentro desta última um

grupo que pode incluir ainda caricaturas e cartuns), a partir de uma investigação sobre as publicações dos jornais on-line Estadão e G1, entre os anos de 2008 a 2012, e também 2016 e 2023.

Importante mencionar que o trabalho se debruça sobre a evolução de imagens sátiras do ponto de vista de sua adaptação no jornalismo on-line. O quão presente esses formatos imagéticos se encontram no jornalismo? Ou em outras palavras: como se dá a consolidação da participação desses artefatos em matérias nas páginas jornalísticas on-line em investigação? *Evolução* não como progresso, mas enquanto bem-adaptado ao espaço.

Foram avaliadas as matérias com artefatos memes de internet em contrapartida com aquelas com charges, caricaturas ou cartuns, que foram buscadas por meio de ferramenta avançada de pesquisa (que possibilitou a procura por ano, site e termos) e utilizados critérios de análise de conteúdo de Bardin (1977), para a formação de um i) inventário e ii) classificação.

Para melhor exemplificação e entendimento das classificações são apresentados alguns dos artefatos encontrados no *corpus*, utilizando análise da imagem de Joly (2012), que é composta de: i) descrição e ii) decomposição da imagem. Também são apresentados critérios de função narrativa em: i) gancho de notícias, ii) complemento opinativo e iii) complemento para exemplificar.

A análise dos dados evidencia a relevância tanto das charges quanto dos memes de internet como recursos visuais de natureza crítica e satírica no jornalismo digital contemporâneo. Todavia, os memes de internet demonstram uma participação mais significativa ao longo do período investigado. Os memes de internet se destacam ainda enquanto um artefato mais utilizado como um formato comunicativo complementar aos textos das notícias.

Memes, a cultura em evolução

Muito antes de se falar em memes de internet, surgiu o conceito de meme, com o etólogo Dawkins, no livro *O gene egoísta*, de 1976. Nele, o professor de zoologia fez a analogia entre gene e meme, sendo o primeiro um replicador genético e o segundo replicador cultural.

Precisamos de um nome para o novo replicador, um nome que transmita a ideia de uma unidade de transmissão cultural, ou uma unidade de imitação. "Mimeme" provém de uma raiz grega adequada, mas eu procuro uma palavra mais curta que soe mais ou menos como "gene". (Dawkins, 2007, p. 330).

O autor traz o meme como traço cultural em que evoluir é conseguir uma melhor taxa de sobrevivência. A cultura assume caráter central em um meme. Em sua visão metafórica sobre gene (no qual o replicador genético tem a intenção de

se propagar), os genes utilizam o corpo para sobreviver e os memes, o cérebro. Mas Dawkins deixa claro que quando fala em intenção de gene e de memes lutando pela própria sobrevivência está a utilizar uma metáfora.

Tanto genes e memes sobrevivem de acordo com a melhor adaptação. Nessa direção, é *evolução* no sentido de o mais apto se multiplicar e se espalhar. Propagar ideias, teorias, conceitos: é isso o que meme realiza. Ele é a inteligência repassada, o comportamento aprendido, as ideias transmitidas. Em suma, tudo que pode ser imitado é meme. O meme é um grande grupo. A cultura é meme. Agora, o que seria uma unidade de meme? De difícil definição, a unidade seria a informação que é repassada junta, em determinado momento, assim, poderia ser tanto uma música inteira quanto um refrão, como esclarece Dawkins (2007).

Continuando a analogia entre genes e memes, Dawkins (2007) ressalta uma das propriedades do gene: a fidelidade da cópia. O autor reconhece que ao contrário dos genes, nos quais cópias fiéis são esperadas e desejadas, no meme isso não é possível. Quando falamos de repasse do abstrato ou imitação de comportamento ou repetição de técnicas, a fidelidade está no traço básico e não necessariamente na totalidade.

Por falar em fidelidade, essa é apenas uma das três propriedades fundamentais do gene e que se junta à fecundidade e longevidade, qualidades essas que igualmente se aplicam ao meme. Longevidade, o perdurar no tempo (não necessariamente dentro do mesmo corpo ou da mesma mente). Fecundidade é o espalhar-se, multiplicar-se.

Continuando a história da terminologia dos memes, se Dawkins foi o criador do conceito de meme, quem o popularizou foi o filósofo e cientista cognitivo Dennett, em seu livro de 1991, *Consciousness Explained* (Leal-Toledo, 2017). Dennett (2021, p. 217) coloca o meme como “[...] termo geral para qualquer forma de base cultural.” Se Dawkins faz referência aos genes, Dennett faz aos vírus. Para o autor, os memes invadem o cérebro da mesma forma que o vírus faz com corpo. “Os memes têm assim a sua própria aptidão reprodutiva, tal como os vírus”. (Dennett, 2021, p. 219).

Para os teóricos do meme, a ideia é utilizar a fórmula da seleção natural e abstrai-la para utilizar na cultura. Na verdade, os estudiosos da temática entendem a seleção natural como um conceito abstrato que pode ser aplicado em qualquer substrato que tenha como propriedades a fidelidade da cópia, a longevidade e a fecundidade, e também para o qual haverá a concorrência por recursos e assim a disputa por sobrevivência. No caso dos memes, o recurso em disputa seria a atenção das nossas mentes. Agora, que abordamos este grande grupo (meme), vamos ao subgrupo que mais interessa a este trabalho: os memes de internet.

Os novos replicadores no ambiente digital

Os memes são os novos replicadores, considerando a história recente da cultura humana. Já os memes de internet são os novos replicadores no novo meio: o universo

digital. Esses novos artefatos são popularmente conhecidos por uma imagem com um texto satírico ou engraçado sobreposto em letras grossas e sem serifas, mas este é apenas um dos seus tipos: o *image macro*. Os memes de internet, se aplicarmos o conceito de Dawkins, seriam tudo que é compartilhado entre as pessoas no ambiente digital. Meme de internet é um conceito disputado, dependendo do pesquisador acharemos uma diferente explicação.

Börzsei (2020) defende o *remix* como uma das características-chave. Quanto ao formato e a variação de modos comunicativos que o abriga, este é amplo, indo desde uma simples imagem estática até um vídeo. Ou seja, meme de internet é multimodal. Entre as configurações do meme, Börzsei traz a baixa resolução e a simplicidade.

A maior parte dessas imagens é simplista, de baixa qualidade, em geral, e com estilo banal. Não são criadas com a intenção de parecerem bonitas ou particularmente realistas; seu foco se concentra na mensagem (Börzsei, 2020, p. 512).

Knobel e Lankshear (2020) nos apresentam três características dominantes em memes de internet de grande circulação, sobreposição anômala, intertextualidade e humor (não necessariamente existirão as três características).

Segundo esses mesmos investigadores, os memes de internet “[...] passaram das margens da prática social cotidiana, durante a última década, para desempenhar um papel significativo na forma como interagimos uns com os outros” (Knobel; Lankshear, 2020, p. 122). A última década referenciada no trecho acima seria por volta dos anos de 2008. Ou seja, um período importante de ascensão dos memes de internet.

Nos anos de 1990, começa a se utilizar o termo meme dentro da internet para se referir a piadas e outros sucessos da internet. Em 1993, até mesmo foi criado um *newsgroup* na Usenet (rede social de texto) onde se discutia a Memética (campo de estudos sobre memes). Já um dos primeiros sucessos da web foi em 1996, o *Dancing Baby*, animação de bebe dançarino (Chagas, 2020).

Provavelmente, o meme de internet mais antigo é o *emoji*, aquela carinha que varia as expressões, podendo estar sorridente, triste, espantada etc. O *emoji* foi criado em 1982 por Scott E. Fahlman (Chagas, 2020). Hoje os memes de internet são variados e surgem em diversos espaços, principalmente, em redes sociais como Twitter, Facebook, YouTube, Instagram e tantas outras.

A sátira no século XIX, a crítica por meio da diversão

Charges são conhecidas pela sua crítica por meio de humor a acontecimentos políticos e sociais ou “cartum cujo objetivo é a crítica humorística imediata de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política” (Rabaça; Barbosa, 2018, p. 82).

Já a caricatura, geralmente, é a configuração de alguma personalidade com tons distorcidos e humorísticos. “Em sua acepção primeira, a caricatura é a representação da fisionomia humana com características grotescas, cômicas ou humorísticas.” (Rabaça; Barbosa, 2018, p. 73).

Entre as primeiras técnicas utilizadas estava a xilogravura (gravuras em madeira), tendo registro do seu uso ainda no primeiro milênio. Destaque para o surgimento da invenção da litografia (gravura em pedras) por volta dos anos de 1796 que “[...] possibilitava a reprodução de excelentes ilustrações” (Romualdo, 2000, p. 22).

As charges e cartuns como os conhecemos, típicos de jornais impressos e que fazem crítica a acontecimentos da atualidade, se desenvolveram no século XIX. Nos Estados Unidos, o *Daily Graphic*, em 1873, é o primeiro jornal diário a ter gravuras regularmente em suas edições. Nos anos de 1880, as ilustrações se tornaram comuns nos jornais estadunidenses (Romualdo, 2000).

No Brasil, é com reinado de Dom Pedro II, no século XIX, que vem a modernização da imprensa e com isso o surgimento dos humorísticos ilustrados.

Merece destaque, no contexto de modernização da imprensa no Segundo Reinado, o surgimento do periodismo, em particular o satírico, que começou a usar ilustração. (Romancini; Lago, 2007, p. 59).

O humor ilustrado apresentava um trabalho significativo de artistas críticos aos costumes e a política. A *Semana Ilustrada* (1860), do alemão Henrique Fleuss, foi o primeiro periódico duradouro a apontar neste cenário. Já a *Revista Ilustrada* do italiano Ângelo Agostini, criada posteriormente, em 1876, vai se consolidar como o jornal satírico mais popular do século XIX no Brasil.

A influência de Agostini e sua *Revista* nesse período era tão grande no cenário político brasileiro que Joaquim Nabuco chega a afirmar que esta foi a “Bíblia da Abolição dos que não sabiam ler” (Romancini; Lago, 2007, p. 63). É importante ressaltar que essas ilustrações primeiras dos jornais não eram apenas caricaturas ou charges, mas também havia representações realísticas a acontecimentos e pessoas (o que ainda acontece hoje em dia, mas não com a força da necessidade que havia então), tendo estas últimas gravuras o papel que a fotografia faria mais tarde.

Assim, as charges e os cartuns são formas de representações comuns no jornalismo impresso desde o século XIX, apesar de “nas pinturas rupestres, estudiosos acreditam descobrir nos artistas das cavernas intenções de caricaturar as figuras com que representavam seus inimigos” (Rabaça; Barbosa, 2018, p.73).

Dessa forma, os memes não apenas dialogam com o presente digital, mas também ecoam uma herança estética e discursiva que conecta as formas de humor gráfico de origens remotas às dinâmicas comunicacionais do século XXI. Os memes de internet são uma linguagem requisitada devido à capacidade de síntese e ainda mais

atrativa pela leveza e humor com uma pitada de ironia que também têm as charges e caricaturas.

Procedimento metodológico

O presente trabalho toma como base a realização de uma análise de conteúdo utilizando Bardin (1977), seguido por análise de imagem (Joly, 2012), trazendo exemplos dos artefatos memes de internet, charges e afins presentes no inventário. Por fim, entre os artefatos debruçados foram apresentadas as funções na narrativa.

A análise de conteúdo (Etapa 1) foi empreendida por meio de i) inventário e ii) classificação. Em um segundo momento, como desdobramento da pesquisa principal, para entendimento dos artefatos encontrados nas notícias classificadas, o foco foi colocado na mensagem da imagem (Etapa 2), incluindo as etapas de: i) descrição e ii) decomposição da mensagem visual.

Em uma terceira etapa, ainda na análise do artefato em recorte, foram analisadas as funções da narrativa, de acordo com os seguintes critérios: i) gancho de notícias (um motivo para reviver um fato), ii) complemento opinativo (uma opinião sobre um acontecimento) e iii) complemento para exemplificar (um exemplo ou ainda uma ilustração sobre algo ou alguém), podendo os artefatos terem mais de uma destas funções e/ou a predominância de uma delas. Dessa forma, a Figura 1 a seguir sistematiza as três etapas de análise.

Figura 1 – Descrição dos métodos empregados durante a pesquisa.



Fonte: Elaboração das autoras (2025).

Na análise de conteúdo (Etapa 1), utilizando critérios de Bardin (1977): i) inventário e ii) classificação, temos, no item ii, o agrupamento, que é realizado pelo conteúdo como um todo da matéria jornalística, considerando artefatos e textos. Para o inventário (i), foram realizados os recortes nos jornais on-line Estadão e G1, nos anos de 2008 a 2012, e os anos de 2016 e 2023.

O ano de 2008 foi escolhido para o início da pesquisa porque autores apontam que por volta desse período houve uma maior participação dos memes de internet (Knobel; Lankshear, 2020). Os dois últimos anos foram selecionados para trabalharmos com etapas mais recentes, tendo o cuidado de pegar dois pontos com espaçamentos distribuídos dentro da linha do tempo até à atualidade da pesquisa.

Foi utilizada a ferramenta de busca avançada disponibilizada pelo Google, *Advanced Search*, para a busca das palavras meme/memes, charge/charges, cartum/cartuns, caricatura/caricaturas nas páginas dos sites analisados. A ferramenta permite busca por data, sites e palavras determinadas.

Em seguida, manualmente, link por link de notícias foram revisados, para identificarmos as palavras em destaque e também a inserção de ao menos um artefato (os memes, as charges, as caricaturas e os cartuns) dentro da estrutura da matéria jornalística. Para selecionar o link para nosso *corpus*, utilizamos os critérios de palavras-chave dentro da estrutura da matéria (meme, charge, cartum e caricatura), seja no título, na legenda ou no corpo do texto, e essa palavra estar relacionada direta ou indiretamente a algum artefato dentro da notícia.

No item ii, a classificação, para os memes de internet, temos:

- a) Atualidade social (sociedade de forma em geral, como vestibular, tempo, celebridades, futebol e outros fatos jornalísticos);
- b) Atualidade política (políticos e afins);
- c) Viralizou (brincadeiras e desafios);
- d) Mix (apanhados de artefatos com temas diferentes);
- e) Sobre eles mesmos (histórias de personagens, ferramentas e outros).

Seguem os Quadros 1 e 2 dos inventários de matérias jornalísticas com memes de internet no Estadão e G1 e suas classificações, nos anos de 2008 a 2012, 2016 e 2023.

Quadro 1 – Matérias com memes de internet no Estadão, nos anos de 2008 a 2012, 2016 e 2023.

Ano	<i>Corpus</i>	Atualidade social	Atualidade política	Viralizou	Mix	Sobre eles mesmos
2008	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0
2010	01	01	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0
2016	43	17	19	01	02	04
2023	56	41	07	02	01	05

Fonte: Elaboração das autoras (2025).

No Quadro 1, temos o inventário dos memes de internet no Estadão. Podemos notar no *corpus* uma explosão no quantitativo do uso de memes de internet nas duas categorias de Atualidades, de zero no primeiro ano para 48 em 2023. No Quadro 2,

temos o inventário de memes de internet no G1. Notamos, igualmente, nas categorias de Atualidades, a consolidação da participação dos artefatos. No ano de 2008, temos zero em nosso *corpus* e em 2023 passa para 107.

Quadro 2 – Matérias com memes de internet no G1, nos anos 2008 a 2012, 2016 e 2023.

Ano	<i>Corpus</i>	Atualidade social	Atualidade política	Viralizou	Mix	Sobre eles mesmos
2008	01	00	00	00	01	00
2009	03	00	00	03	00	00
2010	01	01	00	00	00	00
2011	03	01	00	00	00	02
2012	09	01	01	03	02	02
2016	72	51	04	11	00	06
2023	136	91	16	18	00	11

Fonte: Elaboração das autoras (2025).

No caso das charges, essas foram agrupadas nos seguintes grupos:

- a) Atualidade social (sociedade de forma em geral);
- b) Atualidade política (políticos e afins);
- c) Sobre eles mesmos (cartunistas, exposições e outros);
- d) Espaço configurado social (sociedade como um todo);

e) Espaço configurado política (cenário político, seus desdobramentos e personagens). Seguem os Quadros 3 e 4 com os inventários e classificações das matérias com charges e/ou caricaturas e/ou cartuns, nos jornais on-line Estadão e G1, entre 2008 a 2012, e nos anos de 2016 e 2023.

Quadro 3 – Matérias com charges e afins no Estadão, entre 2008 a 2012, e nos anos de 2016 e 2023.

Ano	<i>Corpus</i>	Atualidade social	Atualidade política	Sobre eles mesmos	Espaço configurado social	Espaço configurado política
2008	00	00	00	00	00	00
2009	00	00	00	00	00	00
2010	03	01	00	02	00	00
2011	02	01	00	01	00	00
2012	01	00	00	01	00	00
2016	06	04	01	01	00	00
2023	12	04	02	06	00	00

Fonte: Elaboração das autoras (2025).

No Quadro 3, temos o inventário do grupo charges no Estadão. Podemos notar que a participação nas categorias Atualidades (juntando a social e política) também teve aumento, porém, não de forma explosiva como no caso dos memes de internet. Não há nenhuma charge em nosso *corpus* em 2008 contra seis em 2023. No Quadro 4,

a seguir, temos o inventário das charges no G1. Notemos que nosso *corpus* é zero em 2008 em Atualidades e em 2023, temos sete itens.

No G1, temos, em 2016, nos Espaços configurados, aquelas típicas charges (imagens sátiras encomendadas pela empresa jornalística a um profissional para criticar um acontecimento com a utilização de nenhum ou pouco texto). Encontramos um número notável de 59 matérias jornalísticas no total. Quando pesquisada a causa deste quantitativo fica evidente o trabalho autoral de charges de um único profissional no período. Nos outros anos, nos Espaços configurados, encontramos zero ou menos que uma dezena de trabalhos típicos de produção de charges no G1, já no Estadão, temos zero itens em nosso inventário em todos os anos da pesquisa.

Quadro 4 – Matérias com charges e afins no G1, entre 2008 a 2012, e nos anos de 2016 e 2023.

Ano	<i>Corpus</i>	Atualidade social	Atualidade política	Sobre eles mesmos	Espaço configurado social	Espaço configurado política
2008	10	00	00	08	02	00
2009	11	01	02	04	04	00
2010	07	00	00	06	01	00
2011	02	00	00	00	02	00
2012	15	02	03	10	00	00
2016	96	07	15	15	16	43
2023	34	05	02	27	00	00

Fonte: Elaboração das autoras (2025).

As categorias que iremos nos debruçar e trazer exemplos são aquelas em que o artefato atua para contar um acontecimento que não seja ele mesmo o foco. Tanto para os memes de internet quanto para as charges as categorias são: a) Atualidade social, onde entram assuntos que estão em relevância na sociedade; b) Atualidade política, assuntos que estão em voga no cenário político. E os Espaços configurados (d & e), agrupamento apenas para as charges, seja no tipo social ou político. São aqueles típicos de charges dos jornais impressos, geralmente, uso de pouco texto e preponderância da imagem, no qual um profissional contratado pelo jornal faz o desenho, utilizando comumente a linguagem das caricaturas e realiza a crítica pelo humor ao acontecimento.

As outras categorias, ao contrário, têm o foco centrado mais no próprio artefato, como em c) Viralizou (brincadeiras e desafios) dos memes de internet e dessa forma não nos interessa para investigação. É sobre memes de internet e charges como imagem satírica a um acontecimento que este trabalho se dedica, ou seja, esses artefatos como um formato predominantemente opinativo, atuando para narrar um fato noticioso.

Outro ponto, nas categorias de Espaço configurados (aplicadas apenas as charges) não serão utilizadas definições de funções narrativas: i) gancho de notícias,

ii) complemento opinativo, iii) complemento para exemplificar, uma vez que o artefato atua não no sentido de gancho noticioso e nem de complemento dentro da estrutura, na verdade, funcionando como um formato opinativo por si só.

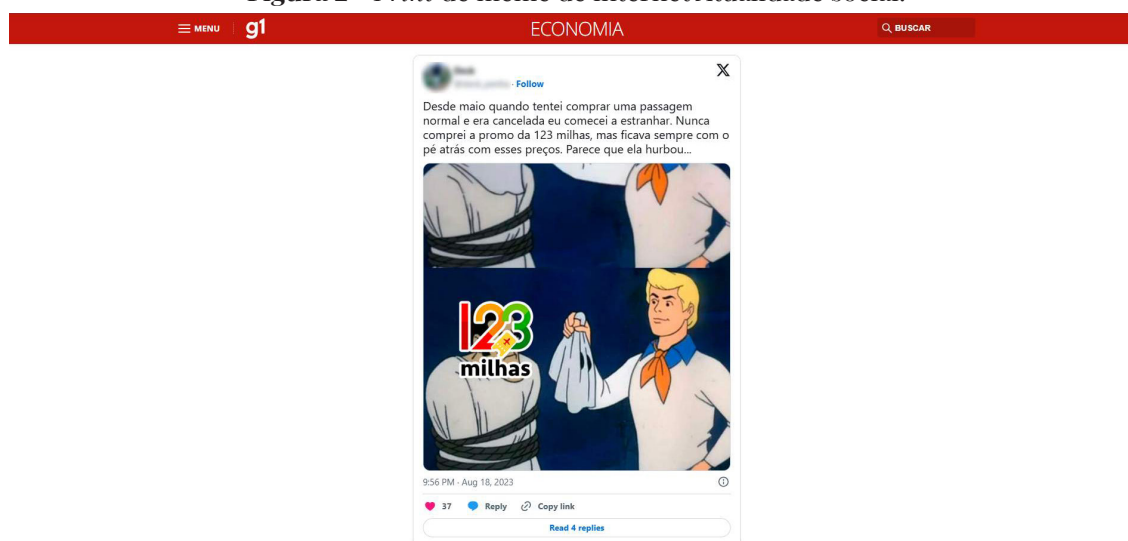
Análise dos artefatos encontrados no inventário

Para melhor entender as classificações, iremos trazer exemplos das categorias do inventário desta pesquisa. Para memes de internet, charges e afins, interessam para esta investigação apenas as categorias em que os artefatos em análise funcionam como um formato que auxilia ou narra um acontecimento terceiro que não seja ele mesmo. Assim, as seguintes classificações serão o foco: Atualidades (a & b) e para charges também os Espaços configurados (d & e). Serão realizados a) análise imagética dos artefatos e b) enquadramento da função na narrativa.

Para a) análise da mensagem dos artefatos apresentados será realizada: i) descrição e ii) decomposição da mensagem da imagem (Joly, 2012). Os artefatos também serão b) enquadrados de acordo com sua função narrativa: i) gancho de notícias, ii) complemento opinativo, iii) complemento para exemplificar (podendo ter mais de uma função ou predominância de uma). Os artefatos meme de internet e charges são considerados como um todo para o recorte em análise, imagem e texto que o acompanha.

Seguem a Figura 2 *Print* de meme de internet Atualidade social e Figura 3 *Print* de meme de internet Atualidade política.

Figura 2 - *Print* de meme de internet Atualidade social.



Fonte: Catto (2023).

Este meme foi retirado da matéria do G1: “Suspensão de pacotes pela 123 Milhas gera revolta e memes nas redes sociais” (Catto, 2023). Ao todo, nesta matéria, temos nove memes de internet, sendo possível encontrar composições de vídeo e texto, foto

e texto, apenas textos e ilustração e texto.

a) Análise da imagem. Descrição: o meme de internet exposto na Figura 1 é composto de texto mais imagens sobrepostas. O artefato foi retirado pelo G1 da rede social X. Decomposição: existe uma crítica social, a quebra de compromisso realizada pela empresa 123 Milhas, ao colocar a logo da empresa em cima do rosto do monstro revelado do desenho Scooby-Doo, concluindo por uma ingrata surpresa aos usuários.

Acima da composição, um texto: “Desde maio quando tentei comprar uma passagem normal e era cancelada eu comecei a estranhar. Nunca comprei a promo 123 milhas, mas ficava sempre com o pé atrás com esses preços. Parece que ela hurbou...”. O relato textual em acompanhamento não possui preocupação com a gramática formal como podemos notar na abreviação “promo” de promoção.

Temos b) as funções: i) gancho de notícias e ii) complemento opinativo, pois os memes são ganchos jornalísticos, para reviver o assunto então em alta nos jornais, a suspensão de pacotes de viagem da linha promocional que ocorreu em 2023 da empresa 123 Milhas. Em ii) complemento opinativo pode ser vista uma sátira imagética sobre a surpresa em relação ao comportamento da empresa.

Figura 3 – Print de Meme de internet Atualidade política.



Fonte: ‘Bolsonaro’ [...] (2023).

Meme de internet extraído do Estadão da matéria: “Bolsonaro já é inelegível na Austrália”: veja memes do julgamento do ex-presidente”. Ao todo, na matéria, vemos oito memes de internet (‘Bolsonaro’ [...], 2023). Temos memes com foto e texto, vídeo e texto e temos um meme de internet com a expressão “não encontrada”, ou seja, não foi possível recarregar o artefato na página.

a) Análise imagética. Descrição: o meme possui imagem de um monumento australiano, fogos de artifício e texto sobreposto. Decomposição: brinca com a diferença de fuso horário entre Brasil e Austrália, trazendo ao fundo o cenário da Ópera de Sydney com fogos de artifícios. Os textos sobrepostos e acima da imagem

são os mesmos: “Já é Bolsonaro inelegível na Austrália”. Os internautas brincam com a decisão do julgamento que estavam por acompanhar.

b) Os memes de internet são utilizados mais uma vez como i) gancho noticioso e ii) complemento opinativo, para um fato político naquele momento, o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e a possibilidade de ele se tornar inelegível. O artefato realiza uma crítica política por meio do humor.

Seguem agora os grupos de charges nas Figura 4 *Print* de charge Atualidade social, Figura 5 *Print* de charge Atualidade política, Figura 6 *Print* de charge Espaço configurado social e Figura 7 *Print* de charge Espaço configurado política.

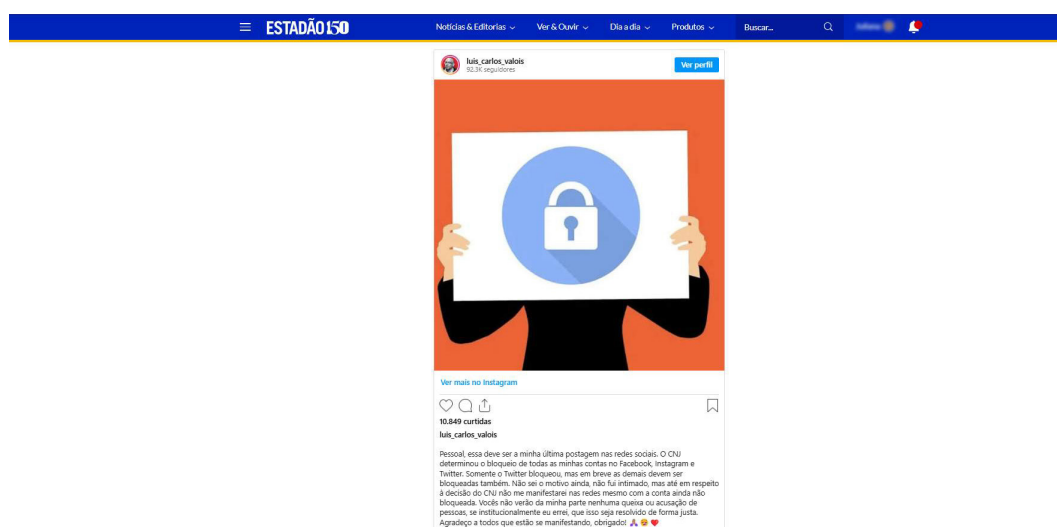
Figura 4 - Print de charge Atualidade social.



Fonte: Tavares (2012).

A caricatura é da matéria do G1: “Após seis anos, Los Hermanos volta a se apresentar em Brasília”. a) Análise da imagem. Descrição: caricaturas de quatro homens. Decomposição: a caricatura de quatro homens desenhados do ombro para cima, rostos com características marcantes, ou extremamente alongado como na figura com a camiseta vermelha. Na legenda, lemos: “A caricatura dos Los Hermanos que estão em turnê comemorativa de 15 anos de banda (Foto: Divulgação/Los Hermanos)”. b) A imagem funciona como iii) complemento para exemplificar o fato noticiado, ou seja, ilustração dos integrantes do grupo Los Hermanos.

Figura 5 - Print de charge Atualidade política.



Fonte: Santos; Vassalo (2023).

A charge está presente na matéria do Estadão intitulada: “Juiz Luis Carlos Valois tem perfis bloqueados nas redes sociais; entenda o motivo”. A depender do contexto, poderíamos ter enquadrado este artefato como meme de internet: afinal temos uma imagem compartilhada em rede social, mas a charge também pode ser compartilhada. Aqui temos uma ilustração sátira, o que também se aplica a memes e charges. Vemos, neste exemplo, que a linha entre charge e memes de internet pode em alguns casos ser tênue ou ainda subjetiva. Encontramos a palavra charge dentro da matéria associada indiretamente.

a) Análise imagética. Descrição: artefato recortado da rede social Instagram do próprio juiz tema da matéria. Notamos que a ilustração é simples, uma pessoa segura um cartaz com cadeado. Decomposição: arte em desenho e uma crítica contra o bloqueio, representada pelo cadeado. Aqui temos uma crítica política. O artefato contém as duas principais características das charges: grafismo e crítica rápida a um acontecimento.

Um texto acompanha: “Pessoal, essa deve ser a minha última postagem nas redes sociais. O CNJ determinou o bloqueio de todas as minhas contas no Facebook, Instagram e Twitter. Somente o Twitter bloqueou, mas em breve as demais devem ser bloqueadas também...” o texto é longo e continua por mais um parágrafo. Seguem *emojis* de mão em sinal de oração, rosto triste e coração. b) O artefato desempenha dentro da notícia ii) complemento opinativo sobre o fato. A imagem é uma crítica ao bloqueio sofrido nas redes sociais do juiz Valois.

Figura 6 – Print de charge Espaço configurado social.



Fonte: Peters (2016b).

Nos espaços configurados, temos as charges tradicionais como no jornalismo impresso. Temos o seguinte título: “Charge: ‘Todo Natal é assim...’”. Peters (2016b). a) Análise da imagem. Descrição: caricaturas de pessoas aguardando em uma fila, pouco texto dentro do quadro ilustrativo e fonte abaixo. Decomposição: uma fila de pessoas compõe a imagem, elas seguram sacolas, itens, estão claramente em uma fila para pagamento em um comércio indicada pela placa: “CAIXA”. Papai Noel está na fila,

visivelmente irritado, provavelmente está com pressa.

A assinatura do autor da charge está sobre a ilustração. Um texto sobrepõe o quadro: “Sempre pra última hora...”. Na legenda, a indicação de autoria: “Renato Peters é repórter de esporte da TV Globo.” A crítica é ao costume do brasileiro de deixar tudo para a última hora, até o Papai Noel entrou no ritmo e deixou a compra dos presentes para o último momento.

Figura 7 - Print de charge Espaço configurado político.



Fonte: Peters (2016a).

Por fim, a “Charge: ‘Governo cortando gastos” (Peters, 2016a). a) Análise da imagem. Descrição: caricatura de dois homens, o exagero da tesoura, poucos textos por cima e legenda com autoria. Decomposição: o tamanho da tesoura faz um paralelo ao excesso de corte de gastos do então governo. Dois homens conversam. Um deles, desenhado proporcionalmente maior que o outro para indicar posição de quem tem controle, ele diz: “Acho que está de bom tamanho”. A assinatura do autor da charge vai no canto direito. Uma fonte abaixo indica o nome do artista: “Renato Peters é repórter de esporte da TV Globo”. Existe uma crítica política aos cortes de gastos que estavam sendo realizados pelo governo naquele momento.

Voltando ao panorama geral, notamos que as charges e memes de internet atuam em conjunto com os textos presentes nas classificações de Atualidades (a & b), podendo ter o papel de: i) gancho de notícias, ii) complemento opinativo e iii) complemento para exemplificar (podendo ter mais de uma função ou predominância de uma). As charges ainda possuem as categorias de Espaços configurados (d & e) que apresentam artefatos críticos sociais e políticos de forma autônoma e não complementar a textos, como encontramos em Atualidades (a & b).

Sobre os artefatos encontrados, a charge é um desenho sobre pessoas ou retratando fatos, geralmente com a utilização de caricaturas e de pouco texto. Agora o meme de internet varia e muito, desde textos a vídeos, mas na maior parte

do inventário, os artefatos encontrados são constituídos de conteúdo visual, sejam imagens fixas (desenhos, fotos e montagens) ou em movimento (vídeos e *gifs*).

Os memes de internet quando atuam como uma crítica social ou política acabam se tornando similar às charges. Assim, ao mesmo tempo em que se inserem nas lógicas contemporâneas da comunicação digital, retomam uma longa tradição de representação crítica por meio da imagem. Ao mesmo tempo, as charges continuam presentes no jornalismo on-line como apontam a sua persistência na investigação realizada.

Considerações Finais

Compreender as transformações culturais impulsionadas pela internet é fundamental para analisar como as tecnologias digitais têm ressignificado as formas de comunicação, em especial no campo do jornalismo. Nesse contexto, nossa atenção se volta para um novo formato expressivo emergente no jornalismo on-line: o meme de internet. Este artefato multimodal, cada vez mais presente nas narrativas jornalísticas, tem se destacado pela atuação satírica aos fatos noticiosos, assim como o trabalho realizado pelas tradicionais charges.

No escopo desta investigação, o objetivo central consistiu em analisar se os memes de internet podem ser compreendidos como uma possível evolução das charges, evolução no sentido de proliferação no espaço, no que se refere ao jornalismo on-line. A análise fundamentou-se, assim, na comparação entre ambos os artefatos – memes de internet e charges – quanto à sua frequência, persistência e função discursiva nas matérias jornalísticas.

No que se refere especificamente à presença quantitativa desses elementos no *corpus*, os dados revelam um crescimento expressivo da participação dos memes de internet, notadamente nos anos de 2016 e 2023. Nesse período, nas classificações de Atualidades social e política, contando o inventário de ambas as páginas jornalísticas analisadas, foram identificadas 246 matérias com memes de internet, em contraste com apenas 40 itens vinculados a charges e produções afins.

Apesar de numericamente inferiores, as charges também apresentaram incremento em relação aos primeiros anos da série histórica (2008 a 2012), período no qual as ocorrências no Estadão em Atualidades foram de dois itens no total e no G1, oito itens encontrados no *corpus*. Os números melhoram para as charges nos anos de 2016 e 2023, nos quais juntos possuem presenças em 11 matérias em Atualidades no Estadão e 29 no G1.

Nas categorias de Espaços configurados em nosso inventário, aqueles típicos de charges em jornais impressos, é importante ressaltar que as charges tiveram um número relevante no ano de 2016 no G1, um total de 59 itens, mas esses números são reflexos do trabalho de um único profissional. Já em 2023, por exemplo, no G1, os

espaços configurados apresentam zero itens. Indo para o Estadão, nas classificações do *corpus* para Espaços configurados, os números são zeros em todos os anos da tabela.

De forma em geral, os memes de internet com sua linguagem ágil, sintética e altamente compartilhável se tornam eficazes enquanto forma imagética de crítica, ocupando com aparente naturalidade o espaço discursivo nas mídias digitais. As charges, embora ainda relevantes, parecem manter uma presença mais moderada, menos adaptada às dinâmicas de produção e engajamento próprias do ambiente on-line. Para estudos futuros, a reflexão e a investigação da hipótese do uso de memes de internet no jornalismo on-line como uma alternativa às charges como um dos resultados dos enxugamentos das redações de jornais.

Artigo submetido em 15/04/2025 e aceito em 31/07/2025.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, PT: Edições 70, 1977.

BÖRZSEI, L. Em vez disso, faz um meme: uma história concisa dos memes de internet. In: CHAGAS, V. (org.). **A cultura dos memes: aspectos sociológicos e dimensões políticas de fenômeno do mundo digital**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 509-540.

‘BOLSONARO já é inelegível na Austrália’: veja memes do julgamento do ex-presidente. **Estadão**. [São Paulo], 29 jun. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/estadao-materia-bolsonaro>. Acesso em 19 fev. 2025.

CATTO, A. Suspensão de pacotes pela 123 Milhas gera revolta e memes nas redes sociais. **G1**. [S. l.], 18 ago. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/g1-123-milhas>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CHAGAS, V. Da memética aos estudos sobre memes: uma revisão da literatura concernente ao campo nas últimas cinco décadas (1976-2019). In: CHAGAS, V. (org.). **A cultura dos memes: aspectos sociológicos e dimensões políticas de fenômeno do mundo digital**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 23-78.

DAWKINS, R. **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. [1976].

DENNET, D. C. **Das bactérias a Bach e vice-versa: a evolução das mentes**. Lisboa, PT: Edições 70, 2021.

FLUSSER, V. **O universo das imagens técnicas: elogio a superficialidade**. São Paulo: Annablume, 2008.

GOMBRICH, E. H. **A história da arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. 14. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

KNOBEL, M.; LANKSHEAR, C. Memes on-line, afinidades e produção cultural (2007-2018). *In*: CHAGAS, V. (org.). **A cultura dos memes**: aspectos sociológicos e dimensões políticas de fenômeno do mundo digital. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 85-126.

LEAL-TOLEDO, G. **Os memes e a memética**: o uso de modelos biológicos na cultura. São Paulo (SP): FiloCzar, 2017.

PETERS, R. Charge: 'Governo cortando gastos'. **G1**. [S. l.], 19 maio 2016a. Disponível em: <https://tinyurl.com/g1-materia-corte-gastos>. Acesso em: 19 fev. 2025.

PETERS, R. Charge: 'Todo Natal é assim...!'. **G1**. [S. l.], 24 dez. 2016b. Disponível em: <https://tinyurl.com/g1-natal>. Acesso em: 19 fev. 2025.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. G. **Dicionário essencial de comunicação**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2018. E-book Kindle.

ROMANCINI, R.; LAGO, C. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

ROMUALDO, E. C. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia**: um estudo de charges da Folha de São Paulo. Maringá: Eduem, 2000.

SANTOS, N; VASSALO, L. Juiz Luis Carlos Valois tem perfis bloqueados nas redes sociais; entenda o motivo. **Estadão**. [São Paulo], 17 jan. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/estadao-juiz-valois>. Acesso em: 19 fev. 2025.

TAVARES, J. Após seis anos, Los Hermanos volta a se apresentar em Brasília. **G1**. [S. l.], 05 maio 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/g1-los-hermanos>. Acesso em: 19 fev. 2025.

Jornalismo de soluções no Brasil

análise do panorama nos veículos de comunicação

Camila Farias¹

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados do mapeamento de veículos jornalísticos brasileiros que utilizam ou utilizaram as características e/ou pilares do jornalismo de soluções em suas reportagens, por meio de autodeclaração ou de submissão ao site *Solutions Journalism Tracker*. A realização deste mapeamento faz parte da elaboração da tese de doutorado, vinculada à Universidade Federal da Bahia (UFBA). Os resultados mostram que, até maio de 2024, foram localizados 28 veículos jornalísticos no Brasil, com predominância da região Sudeste (53,5%). Os veículos foram localizados por meio de cinco etapas metodológicas, sendo a principal o levantamento de dados do site *Solutions Story Tracker*, vinculado à *Solutions Journalism Network*, uma organização sem fins lucrativos norte-americana. Os principais resultados apontam para a predominância de veículos digitais, assim como independentes. Porém, vale ressaltar que há grandes meios de comunicação tradicionais envolvidos nessa prática, como é o caso do grupo RBS, no Rio Grande do Sul, portal Uol e Jornal Folha de S. Paulo. Apesar desse levantamento apresentar limitações, no que se refere à autodeclaração dos veículos, ele permite compreender nacionalmente qual tem sido a disseminação do jornalismo de soluções.

Palavras-chave

Jornalismo de soluções; Mapeamento; Brasil; SNJ; Jornalismo digital.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (PósCom), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrante do grupo de pesquisa Njor. E-mail: camilagabriellee03@gmail.com.

Solutions journalism in Brazil

an analysis of the landscape in media vehicles

Camila Farias¹

Abstract

The objective of this article is to present the results of the mapping of Brazilian journalistic vehicles that use or have used the characteristics and/or pillars of solutions journalism in their reporting, either through self-declaration or submission to the Solutions Journalism Tracker website. This mapping is part of the development of a doctoral thesis undertaken at the Federal University of Bahia (UFBA). The results show that, as up to May 2024, 28 journalistic vehicles were identified in Brazil, with a predominance in the Southeast region (53.5%). The vehicles were identified through five methodological steps, the main one being data collection from the Solutions Story Tracker website, linked to the Solutions Journalism Network, a U.S.-based non-profit organization. The main findings indicate a predominance of digital as well as independent vehicles. However, it is worth noting the involvement of major traditional media in this practice, such as the RBS Group in Rio Grande do Sul, the Uol portal and the Folha de São Paulo newspaper. Despite the limitations of this survey regarding the self-declaration of outlets, it provides a national understanding of the dissemination of the solutions journalism.

Keywords

Solutions journalism; Mapping; Brazil; SNJ; Digital journalism.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (PósCom), da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Integrante do grupo de pesquisa Njor. E-mail: camilagabriellee03@gmail.com.

Introdução

O jornalismo de soluções ainda está no caminho de ter uma definição consolidada academicamente, visto que, atualmente, existem, pelo menos, três vertentes conceituais: 1) como sinônimo do “jornalismo construtivo”; 2) uma derivação disso ou 3) não vinculado a essa associação e relacionado com a *Solutions Journalism Network* (SJN), uma rede norte-americana, sem fins lucrativos, que surgiu em 2013.

A rede traz a definição de que “o jornalismo de soluções investiga e explica, de forma crítica e clara, como as pessoas tentam resolver problemas amplamente partilhados” [1] (Tradução nossa). Posteriormente, surge o site *Solutions Story Tracker* (SST), um banco de dados com curadoria de reportagens sobre respostas a problemas sociais, vinculada ao site *Solutions Journalism Network* (SJN).

Levando em conta a expansão do jornalismo digital e do surgimento de novos veículos, o objetivo deste artigo é apresentar os resultados do mapeamento de veículos jornalísticos brasileiros que utilizam ou utilizaram as características e pilares do jornalismo de soluções em suas reportagens por meio de autodeclaração. Para isso, o levantamento durou cerca de três meses e contou com cinco fases de mapeamento – sendo uma delas o levantamento de dados por meio da plataforma *Solutions Story Tracker*.

Os resultados apontaram para 28 veículos jornalísticos no Brasil, com predominância da região Sudeste (53,5%) e reforçam a relevância de veículos digitais e independentes.

Em busca de uma discussão teórica sobre o jornalismo de soluções

A conceituação sobre jornalismo de soluções apresenta lacunas, sobretudo, na área acadêmica. Alguns pesquisadores que abordam o tema indicam uma tentativa de operacionalizar o conceito. Tettey e Garman, com base em Sabadan (2020) contribuem para essa percepção da dificuldade conceitual, ao citar que “o jornalismo de soluções não tem uma definição padrão; no entanto, num sentido geral, são as práticas jornalísticas com o objetivo de vincular os assuntos noticiados com possíveis soluções” (2021, p. 2, Tradução nossa). [2]

De forma prática, o conceito é trabalhado, desde 2013, pela Rede de Jornalismo de Soluções norte-americana, a *Solutions Journalism Network* (SJN). Mas, ainda que haja registros a respeito há quase 20 anos. Em 1998, Benesch cita o jornalismo de soluções, no qual a autora o descreve como “reportar sobre esforços que parecem ter sucesso na resolução de problemas sociais específicos” (p. 37, Tradução nossa). [3]

Antes de Benesch, em 1996, apesar do termo “jornalismo de soluções” não ser citado diretamente, Kinnick, Krugman e Cameron (1996) abordam a função narcotizante tratada por Lazarsfeld e Merton ao destacar que existiam elementos na

mídia ligados à abordagem generalizada de problemas sociais, o que levaria à falta de sensibilidade por parte do público. “Quatro fatores, em particular, emergem da literatura: uma ênfase no sensacional, uma preponderância de ‘más notícias’, falha em fornecer contexto para problemas sociais e a apresentação de problemas, mas não de soluções” (Kinnick; Krugman; Cameron, 1996, p. 690, Tradução nossa). [4]

Dessa forma, os autores apontam a falta da apresentação de soluções como um possível problema para o jornalismo chamado de a síndrome das más notícias. Vale ressaltar que em 2000, a *Fundación para un nuevo periodismo iberoamericano* (FNPI), conhecida também como Fundação Gabo, na Colômbia, realizou um workshop com 15 jornalistas de 13 países. Uma das temáticas foi voltada a um novo paradigma do jornalismo, com a “investigação de soluções”. Posteriormente, para a criação da rede *Solutions Journalism Network* (SJN), um dos fatores foi o surgimento da coluna semanal *Fixes*, que circulou de 2010 a 2021, no jornal *The New York Times*.

A *Solutions Journalism Network* (SJN) foi criada pelos jornalistas David Bornstein, Tina Rosenberg e Courtney Martin, em 2013, nos Estados Unidos, com o entendimento de que o jornalismo de soluções realiza investigações de forma crítica e explica a forma como as pessoas estão tentando resolver problemas que sejam partilhados.

A rede buscou apontar quatro características ou pilares para esse tipo de cobertura: a apresentação da resposta a um problema e sua implementação, evidências da resposta, *insights* e limitações da resposta. Ademais, há outras iniciativas que merecem atenção, como a *Constructive Journalism Network* (Holanda e EUA), *Constructive Journalism Project* (Inglaterra), *Constructive Institute* (Dinamarca), *Constructive Voices* (Irlanda) e *The Catalyst Journalism Project* (EUA), experiências que se aproximam da defesa da prática da inserção de soluções na cobertura jornalística.

A primeira tese que abordou o jornalismo de soluções foi a de McIntyre (2015), na qual a autora busca avançar no entendimento acerca do impacto do jornalismo no bem-estar psicológico, a partir do conceito de jornalismo construtivo, cunhado por Gyldensted (2011; 2015). McIntyre e Gyldensted (2017) fazem uma tentativa de consolidar o conceito entendendo que o jornalismo de soluções é uma especialidade do jornalismo construtivo, ou seja, uma de suas ramificações, tendo a finalidade de relatar de forma rigorosa como as pessoas respondem aos problemas sociais e se mantendo fiel às funções do jornalismo.

Aitamurto e Varma (2018) tratam o jornalismo construtivo e de soluções como similares, já que, segundo as autoras “professam as normas e práticas jornalísticas anglo-saxônicas tradicionais, mesmo quando mudam o foco dos problemas para as soluções” (Aitamurto; Varma, 2018, p. 1). As autoras entendem que o jornalismo construtivo não é apenas um gênero de notícias, mas aborda alguns aspectos diferenciais dessa prática, como: “foco em soluções para problemas sociais, um ideal

de progresso social, práticas de reportagem orientadas em torno da esperança, alto intervencionismo e posicionamento do jornalista como aquilo que Krüger (2017) chama de ‘agente de mudança’” (Aitamurto; Varma, 2018, p. 2, Tradução nossa). [5]

As autoras defendem também que os jornalistas que desempenham um papel construtivo tornam-se mais do que portadores de más notícias, pois mudam o foco e a atenção para a perspectiva de mudança social, documentando e desenvolvendo soluções para problemas sociais em curso. Essa abordagem não surge, necessariamente, com o chamado jornalismo construtivo, mas também está presente em outras abordagens alternativas, como o jornalismo de paz e cívico (Aitamurto; Varma, 2018).

Mas essa não é a única definição ou entendimento sobre o conceito. Bro (2018) entende que existem alguns problemas ligados ao conceito, sua autoria, definição, e isso pode trazer questões como enfraquecer o movimento – o que ocorreu com algumas formas de pesquisa vinculadas ao jornalismo e que posteriormente perderam força. Dessa forma, o autor traz dois pontos de vista a partir de dois autores que defendem a inserção de soluções nas coberturas jornalísticas: Gydenstend (2015) e Haagerup (2014). Enquanto Gyldensted (2011) é mais propensa a focar nos efeitos do jornalismo em seus trabalhos, sobretudo, no que se refere à psicologia positiva, Haagerup (2014) se concentra no que afeta os próprios jornalistas, ou seja, suas práticas.

Com a finalidade de compreender o que havia de aspecto conceitual sobre o tema, foi realizado um estado da arte entre 2023 e 2024 (Farias, 2024). Sendo assim, foi possível localizar artigos sobre o assunto que realizam a tentativa de operacionalização do tema. Por exemplo, McIntyre e Lough (2019) apresentam entrevistas em profundidade com os jornalistas familiarizados com o jornalismo de soluções, a partir do levantamento fornecido pela SNJ.

Um dos aspectos importantes do artigo é trazer outras descobertas que ajudam a distinguir a conceituação da SJN da *Solutions Journalism Network* de como os jornalistas profissionais o praticam, particularmente no que diz respeito à medida em que as soluções no jornalismo se sobrepõem ao jornalismo voltado à defesa de uma determinada instituição, órgão ou agente. Um dos aspectos que reforça, para esses autores, a necessidade de utilizar soluções na cobertura jornalística se dá por um afastamento do público das notícias consideradas excessivamente negativas e a fadiga que isso pode causar, assim como uma apatia do público.

Por meio da entrevista com jornalistas recrutados pelo *Solutions Journalism Network*, McIntyre e Lough (2019) tentaram identificar quais são as características consideradas nesta abordagem. Os autores apontaram que a reportagem deve explicar as causas de um problema social; descrever uma resposta a esse problema, tornar o processo de resolução de problemas central à narrativa, explicar como a solução está sendo implementada, apresentar evidências de resultados vinculados à resposta, assim como apresentar as limitações. Os autores apontam que existe a possibilidade de transmitir também uma lição ensinável.

Mesmo com uma apresentação próxima às características propostas pela Rede, é possível verificar que os pesquisadores citam três novos aspectos: a reportagem com base em solução pode abordar as causas de um problema social, deve ter um problema social como um requisito e a resolução de problemas deve ser central na narrativa. Isso já abre margem para a discussão sobre quais seriam, de fato, as características, quando falamos sobre a inserção de soluções na cobertura jornalística.

Em termos de debates realizados no Brasil, o primeiro livro a discutir o assunto é de Simões (2022). Para o autor, o jornalismo de soluções “inova ao romper com a lógica, predominante nas rotinas produtivas jornalísticas tradicionais, de destacar os problemas sociais e quase ignorar as soluções para essas mazelas” (Simões, 2022, p. 85). Dessa forma, o autor defende que a solução deve assumir o protagonismo da notícia. “Ela vai nortear todo o processo produtivo, desde a construção da pauta até a edição e a publicação do material, que também é pensado para motivar, com maior eficácia, a audiência a agir na resolução da questão abordada” (Simões, 2022, p. 85).

Em relação à produção da notícia, que se inicia na construção de uma pauta com o foco em soluções, o restante do processo produtivo permanece o mesmo em comparação com o jornalismo tradicional, ao envolver uma “necessidade de apuração rigorosa, checagem de dados, escolha das fontes, precisão, criatividade, inteligência, sensibilidade, além de outros atributos” (Simões, 2022, p. 99). Sobre a escolha de fontes, o professor ressalta também a importância de fugir do relato exclusivo de fontes oficiais e dos mesmos especialistas convidados para explicar uma questão (Simões, 2022, p. 106).

No Brasil, há uma dissertação sobre o tema (Farias, 2022) e uma tese de doutorado (Sanches, 2024). Também há um e-book organizado por Simões (2024) que reúne artigos de vários pesquisadores brasileiros sobre o tema.

Ao pensar no surgimento do jornalismo de soluções enquanto prática jornalística, a primeira matéria que se tem registro a partir do site *Solutions Journalism Tracker* é de 1999, vinculada ao jornalismo impresso na revista *Harvard Business*. Ademais, a coluna *Fixes*, do jornal *The New York Times*, também serviu como um caso a ser analisado sobre o tema. No Brasil, sua origem ainda não é certa, mas há registros no jornalismo audiovisual, com o grupo RBS, filiado à Rede Globo. Acredita-se também, que o programa *Cidade e Soluções*, transmitido pela *Globo News*, em 2007, tenha sido pioneiro no Brasil dessa prática (Simões, 2022).

Diante das lacunas na conceituação, características ou mesmo da consolidação da prática, torna-se importante compreender quais são os veículos que entendem praticar jornalismo de soluções em suas reportagens, a fim de possibilitar a análise das matérias. Pelo fato de os estudos dessa área no Brasil ainda estarem no início, houve a necessidade de compreender se, em aspectos práticos, o jornalismo de soluções está sendo praticado no país e por quais veículos de comunicação. Para

essa realização, partiu-se da hipótese de que a maioria dos veículos vinculados ao jornalismo de soluções no Brasil não estariam no audiovisual televisivo e sim no ambiente digital. Além disso, acreditava-se que, com a expansão das iniciativas de mídia independente, haveria maior probabilidade da presença desses veículos na pesquisa.

Jornalismo de soluções impulsionado no digital

O jornalismo na era digital é uma realidade há tempos e proporciona profunda transformação, sobretudo, ocasionada pelos meios tecnológicos, os quais reconfiguram o consumo do público e até as formas de financiamento jornalístico (Reis; Freitas, 2024). Para Barbosa (2013), este é um processo de expansão desencadeado a partir do século XIX, o que permite afirmar que a tecnologia

sempre foi um fator preponderante para o aprimoramento dos procedimentos da produção jornalística, do trabalho dos profissionais, da oferta informativa, dos modelos dos produtos e dos formatos dos conteúdos, assim como permitiu vencer distâncias para que a velocidade e circulação das notícias pudesse superar barreiras geográficas e temporais e chegar até o público, satisfazendo as necessidades de informação da sociedade (Barbosa, 2013, p. 38).

Dados do *Digital News Report 2024*, do Instituto Reuters (2024), apontam para um consumo de notícias preponderantemente ligado ao WhatsApp, redes sociais e outras plataformas como YouTube e portais de notícias on-line. Essa mudança no consumo midiático por parte do público tem alterado a produção jornalística e o que pode ser compreendido como notícia. Nesse cenário, novos produtos jornalísticos e ferramentas podem ser expandidas e potencializadas no ambiente digital, sendo um deles, o jornalismo de soluções.

Alguns autores realizam a tentativa de justificar o uso do jornalismo de soluções em um cenário do que é chamado de “evitação das notícias”, conceito que se refere a uma rejeição intencional das notícias (Villi *et al.*, 2022). Inclusive, Kinnick, Krugman e Cameron (1996) apontaram que o excesso de notícias negativas ou a sua generalização iriam levar a esse fenômeno. Os autores sugerem que um dos motivos para isso é a falta de contexto das matérias jornalísticas e da apresentação de soluções.

Apesar do cenário de produção da obra desses autores ser direcionado para uma comunicação de massa, ou seja, realizada pela televisão, rádio ou jornal impresso, é importante compreender a evitação de notícias também presente no meio digital com, pelo menos, um motivo em comum em comparação com os meios tradicionais: a negatividade das notícias (Instituto Reuters, 2024). Diante disso, Reis e Freitas (2024) defendem que

a prática (do jornalismo de soluções) surgiu em resposta a uma cobrança do público de participação e engajamento do Jornalismo, dos jornalistas e das empresas de mídia nas pautas da vida cotidiana. Dessa forma, os autores entendem que isso pode ser uma ferramenta contra o afastamento dos leitores devido a falta de identificação com o viés negativo da cultura jornalística (Reis; Freitas, 2024, p. 24).

Diante da possibilidade do jornalismo de soluções ser utilizado como uma das ferramentas para atrair o público, torna-se importante compreender o cenário dessa atuação no Brasil. Também é importante ressaltar que, assim como qualquer prática, o jornalismo de soluções pode encontrar resistência por parte dos jornalistas (Simões, 2022). Porém, os jornalistas também podem se abrir a mudanças, sobretudo, no que se refere à apropriação de novas técnicas em seu dia a dia. Isso nos faz refletir sobre o conceito de inovação, trazido por Zelizer (2019), em relação à aplicação ao jornalismo de soluções.

A autora entende que a inovação não se dá somente no aspecto tecnológico. Ela afirma que a tecnologia digital transformou diversas empresas, inclusive, o jornalismo, mas o jornalismo era quem dava à tecnologia propósito, significado e importância. Dessa forma, Zelizer (2019) faz uma crítica às empresas digitais que agem como se o digital constituísse a base ou espectro das atividades jornalísticas. Isso, segundo a autora, ajudaria a explicar o motivo pelo qual várias notícias são insuficientes para cobrir os temas que envolvem a população.

Esse aspecto reforça a ideia proposta por Franciscato (2010), de que a inovação não se dá somente no aparato tecnológico, mas também no nível organizacional ou social. Ou seja, é uma ampliação de um aspecto mercadológico. Diante disso, os jornalistas também podem se apropriar de novas técnicas em suas práticas e estarem abertos à inovação, o que não se resume somente à tecnologia. Essa ideia é confirmada por Singer (2024), o qual tem abordado sobre inovação ao destacar que mesmo muitos jornalistas se opondo a mudanças, sobretudo, no que se refere ao digital, há uma necessidade de se abrir a processos de inovação, principalmente, pela sobrevivência profissional e individual. Nesse sentido, mesmo o jornalismo de soluções, aparentemente, ser praticado há mais de 20 anos e a inserção de soluções não ser algo novo, propõem-se que a prática voltada à produção de reportagens com ênfase em soluções pode ser um caminho para a crise de audiência no jornalismo.

Sobre o mapeamento: aspectos metodológicos

A realização deste mapeamento faz parte da elaboração de uma tese de doutorado cujo objetivo é identificar a presença do jornalismo de soluções no Brasil por meio do levantamento dos veículos jornalísticos que declaram fazer produtos com foco em soluções. Entendemos que mapear os veículos seria o primeiro passo para conseguir localizar a prática no país e fazer uma análise posterior dos produtos.

Dessa forma, a realização do mapeamento dos veículos que afirmam trabalhar ou já trabalharam com jornalismo de soluções no Brasil contou com cinco fases e foi feito de fevereiro a maio de 2024. Detalharemos a seguir como cada fase ocorreu.

A primeira fase partiu do levantamento de dados no site *Solutions Story Tracker* (SST). O site concentra mais de 17 mil produtos jornalísticos, com o primeiro registro de matéria de 1999 até os dias atuais. Para publicar a matéria na plataforma, que serve como um banco de dados, o jornalista, vinculado a algum veículo de comunicação, deve publicar o material no site em que trabalha primeiramente e cadastrá-la na aba disponível no *Solutions Story Tracker* (SST).

De acordo com o site, o processo de aprovação das matérias depende da avaliação de uma equipe, que levará em conta se o determinado produto se encontra dentro dos quatro elementos-chave propostos pela *Solutions Journalism Network* (SJN), que são: concentra-se em uma resposta a um problema social – e em como essa resposta funcionou ou por que não funcionou; mostra o que pode ser aprendido com uma resposta e por que ela é importante para o público de uma redação (*insights*); fornece dados ou resultados qualitativos (evidências da resposta) e apresenta as limitações da resposta, apontando as suas deficiências.

Os produtos se dividem em algumas editorias como: democracia, soluções climáticas, educação, desenvolvimento econômico e mobilidade, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento da comunidade, dentre outros. Atualmente, o SST concentra matérias produzidas por 8.800 jornalistas, espalhados em 1.900 veículos de notícias, em 89 países. Ainda existem produtos jornalísticos disponíveis em 16 idiomas. Isso significa que pelo menos 1900 veículos de notícias espalhados pelo mundo produziram algum material jornalístico com a percepção de estar vinculado ao jornalismo de soluções. A plataforma permite realizar um filtro para localizar as matérias e um deles se chama “localização da resposta”. Dessa forma, ao digitar o nome “Brazil” e realizar um filtro de veículos brasileiros que submeteram reportagens na plataforma, foi possível localizar 55 reportagens e consequentemente, chegamos ao nome dos veículos que publicaram originalmente.

Para completar o nosso levantamento, partimos do estudo de Jackson, Gluck e Nguyen (2025), que traz perspectivas interessantes sobre como o jornalismo de soluções tem sido implementado em diferentes locais do globo, assim como alguns desafios do seu uso, particularmente relacionado à prática jornalística. Uma das abordagens do artigo, que entrevistou diversos jornalistas, foi exatamente a dificuldade de utilizar os quatro elementos-chave do jornalismo de soluções, propostos pela *Solutions Journalism Network*, por conta da rotina.

Dessa forma, o artigo explica que há um dilema entre o uso do jornalismo de soluções nas redações: uma contradição que envolve a necessidade de uma produção rápida, em comparação com a falta de pessoal, tempo e orçamento. Como uma proposta para tentar superar esse desafio, os autores apontam uma alternativa que

alguns editores têm utilizado, por meio de uma adaptação às características: o uso do *Sojo Lite*. Ele seria uma versão adaptada do que é proposto pela rede, trazendo elementos de soluções em matérias jornalísticas convencionais, mesmo que não ocorra, por exemplo, a apresentação de limitações da resposta.

Essa abordagem parece ser bastante interessante como um possível caminho encontrado por alguns jornalistas que defendem a inserção de soluções nas coberturas jornalísticas, mesmo que eles não se baseiam naquelas quatro características iniciais propostas pela SNJ. Isso mostra, como reforça o artigo, que não existe um ideal de reportagem sobre jornalismo de soluções. Outrossim, por meio do estado da arte realizado pela autora (Farias, 2024), foi possível localizar alguns artigos que tentam apresentar ou consolidar características para a prática do jornalismo de soluções que não são necessariamente vinculadas à Rede.

Por exemplo, Zhaon, Jackson e Nguyen (2022) apontam como características a ênfase em soluções, o aprofundamento das fontes, assim como a diversidade e a inclusão de vozes. Simões (2022) também aponta que é necessário fugir do relato exclusivo de fontes oficiais e dos mesmos especialistas convidados para explicar uma questão. Isso traz a ideia de que a análise das fontes jornalísticas no jornalismo de soluções é um item essencial, que não está presente nas características da SNJ, por exemplo.

Ou seja, o que há como consenso dentro da academia sobre o jornalismo de soluções e suas características é a necessidade da presença de um problema social e uma solução, sendo que a última deve ser central na narrativa. Além disso, também temos discordância com algumas características propostas pela rede, como trazer insights, que dependeriam de uma avaliação de como o público reage às notícias com base em soluções e torna essa característica altamente subjetiva e difícil de mensurar.

Por conta disso, começamos a expandir as fases e a buscar outras formas de também mapear os veículos, já que no *Solutions Story Tracker* o requisito envolve a aplicação das características da rede. A segunda fase envolveu a participação da autora deste mapeamento em um grupo no WhatsApp chamado Jornalismo de Soluções no Brasil. Até maio de 2024, quando essa coleta de dados foi realizada, o grupo contava com 36 membros. Foi criado por Daniel Nardin, jornalista, mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade de Brasília (UnB) e o primeiro instrutor brasileiro acreditado pela *Solutions Journalism Network* (SJN), além de idealizador e coordenador da plataforma de jornalismo independente Amazônia Vox, que afirma trabalhar com jornalismo de soluções.

Por meio da participação neste grupo, foi possível realizar o contato com jornalistas e pesquisadores que se interessam e/ou trabalham pelo tema, além de identificar o nome dos veículos. Para isso, o autor realizou o envio de um formulário no grupo, criado no Google Forms, e solicitou que respondessem apontando se o veículo de comunicação vinculado ao jornalista entendia praticar jornalismo de soluções.

A terceira fase foi feita por meio do contato via e-mail e WhatsApp com instituições jornalísticas on-line. Uma delas foi a Associação de Jornalismo Digital (Ajour). Foi feita uma parceria para que a associação encaminhasse o formulário aos veículos associados, de modo a compreender se eles entendiam praticar o jornalismo de soluções. Outro contato foi feito com a Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), via e-mail, que realizou o compartilhamento da solicitação com as federações associadas. Também entramos em contato com a Rede Cajueira, que realiza a curadoria de veículos de mídia digitais independentes na região Nordeste, solicitando a parceria, com o envio do formulário.

A quarta etapa foi compartilhar nas redes sociais da autora (Linkedin, Facebook e Instagram) a pesquisa, com o link do formulário no Google Forms, com a finalidade de atingir os jornalistas. O formulário continha as seguintes perguntas: Seu veículo trabalha com jornalismo de soluções? Se a sua resposta anterior for "SIM", por favor, qual é o nome do veículo de comunicação? Este veículo está localizado em que região? O veículo atua em que formato jornalístico? É possível enviar o contato da pessoa responsável por esse veículo de comunicação?

A segunda, terceira e quarta etapa dependeram da participação ativa dos jornalistas, de modo que as limitações estão no convencimento desses profissionais a preencherem o formulário, assim como no próprio alcance desses jornalistas sobre a nossa pesquisa.

A quinta e última etapa consistiu na participação da autora no curso on-line “Jornalismo de Soluções: Novas maneiras de produzir suas reportagens e atrair audiências”, produzido pelo *Journalism Courses*, da *Knight Center* e ministrado por Daniel Nardim entre 29 de abril a 26 de maio de 2024. Durante a sua realização, Nardim convidou profissionais de imprensa, não somente do Brasil, mas dos Estados Unidos e Portugal também, para contar suas experiências com o jornalismo de soluções.

Uma dessas entrevistas envolveu veículos de comunicação brasileiros, que entraram na contabilidade em nossa análise. Vale ressaltar também que somente a etapa 1 considerou as quatro características da *Solutions Journalism Network*, por uma questão de requisito da própria plataforma. Já as outras etapas dependeram da autodeclaração.

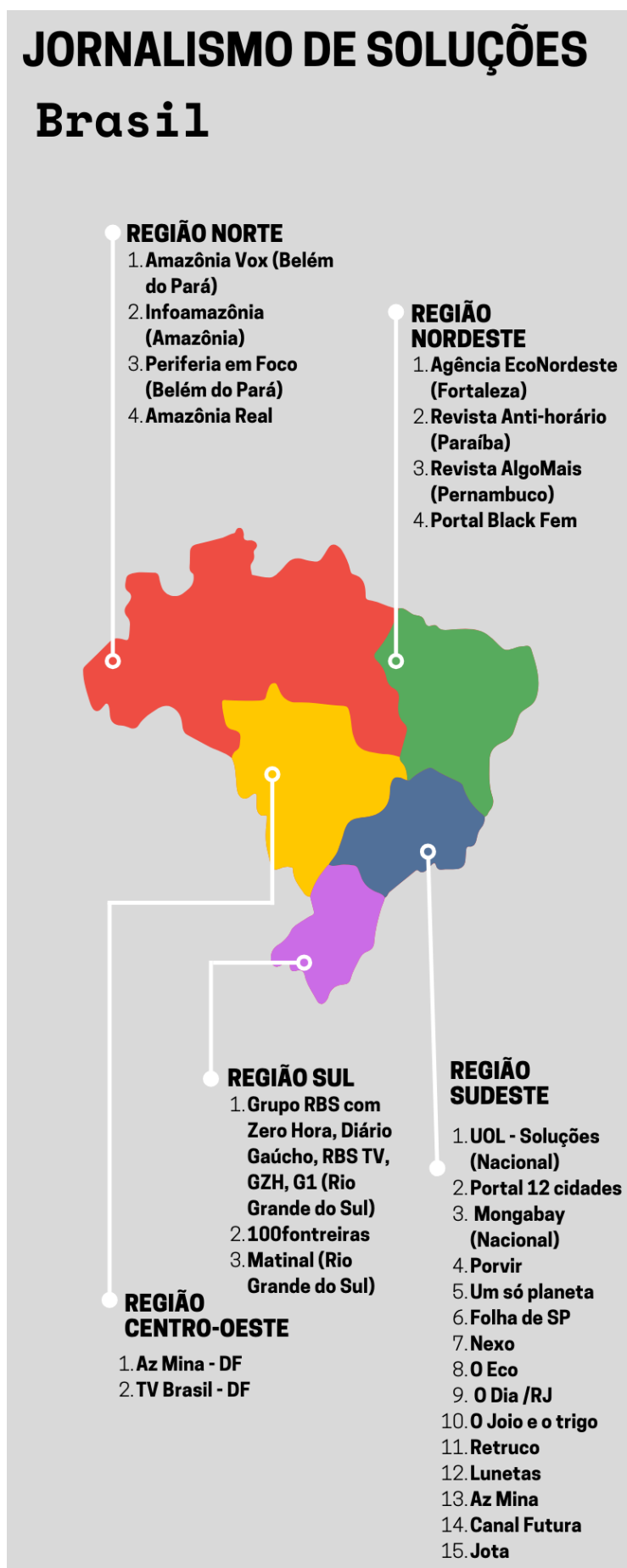
Compreendemos que isso pode oferecer algumas limitações ao trabalho, já que os respondentes podem declarar que praticam jornalismo de soluções por entenderem que isso é bem visto ou inovador, mesmo que não o façam. Isso levaria a uma superestimação do número de veículos realmente comprometidos com essa abordagem. Em contrapartida, isso nos ajudou a ter o contato com outros jornalistas que estivessem fora da “bolha” proposta pela *Solutions Journalism Network*, apesar de veículos, como o Amazônia Vox, terem publicações também na plataforma. Como possível forma de corrigir essa limitação, em futuros trabalhos, as reportagens desses veículos devem ser analisadas, para confirmar ou não o seu vínculo com a

inserção de soluções em suas coberturas.

Resultados

Até o dia 25 de maio de 2024, localizamos 28 veículos de comunicação que entendiam realizar pelo menos uma publicação com foco em jornalismo de soluções. Destes, 15 estão na região Sudeste (53,5%), 4 na região Norte (14,2%) e 4 na região Nordeste (14,2%) e 01 na região Centro-Oeste (3,5%). Em relação à região Sul (localizamos 03 veículos, ou 10,7%), vale a pena destacar a presença do grupo RBS, localizado no Rio Grande do Sul, filiado à Rede Globo e que conta com matérias intituladas a partir do jornalismo de soluções em suas produções televisivas e digitais, nos canais Zero Hora, Diário Gaúcho, RBS TV, GZH, G1. Inclusive, o Jornal do Almoço da emissora tem realizado um quadro chamado Debate de Soluções, que reúne especialistas para a discussão de problemas e possíveis soluções para um determinado tema. No Centro-Oeste, temos a participação da TV Brasil.

Ao todo, 20 veículos (71,4%) estão vinculados à mídia independente e sete à mídia tradicional. Nessa análise também foi possível identificar que a maioria dos veículos vinculados ao jornalismo de soluções são digitais, somente com três deles (10,7%) vinculados à televisão. Mesmo que, possivelmente, o jornalismo de soluções no Brasil tenha começado com o programa Cidade e Soluções e se consolidado nos programas televisivos do grupo RBS, é no digital que essa possível prática ou ferramenta tem ganhado destaque. Inclusive, no site *Solutions Story Tracker*, a primeira reportagem em língua portuguesa cadastrada foi em 2013, da Agência Pública, com o título *Severinas: as novas mulheres do sertão*.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O site *Solutions Story Tracker*

Em relação ao site *Solutions Story Tracker* foi possível localizar 55 reportagens em língua portuguesa entre os anos de 2013 até maio de 2024. Além disso, 19 dos 28 veículos (67,8%) localizados neste mapeamento foram coletados neste site, o que reforça a importância dessa base de dados. Os veículos por predominância de reportagens foram: Uol - Ecoa (15), Mongabay (08), El País (06), Eco Nordeste (05), Nexo (04) e Amazônia Vox, assim como o InfoAmazônia com 3 reportagens cada. O veículo (0)Eco e Folha de S. Paulo tiveram 2 reportagens publicadas. O restante dos veículos publicou uma reportagem.

Dos 19 veículos localizados no site SST, somente um é televisivo. Trata-se da TV Brasil, que teve a publicação de uma matéria. O restante é digital, sendo 13 independentes e seis ligados à mídia tradicional. Desse total, vale a pena ressaltar a revista Anti-horário, que surge na disciplina de jornalismo digital, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), liderada pelo professor Antônio Simões, já citado anteriormente.

Levantamentos por meio do formulário

Por meio do formulário, foi possível localizar mais sete respostas espontâneas por parte dos jornalistas. Trata-se dos veículos: Jornal 12 cidades+1, Revista Algomais, Periferia em Foco, Um Só Planeta, Porvir, 100fronteiras.com e Portal Black Fem. Destas respostas, 100% dos veículos são digitais, sendo seis deles, independentes. Vale ressaltar que as respostas foram dadas, a partir da percepção e autodeclaração dos jornalistas participantes. Não houve uma verificação das reportagens, inicialmente, para identificar se o veículo produz reportagens com base em soluções. Pretende-se realizar essa verificação com o desenvolvimento da tese, em uma etapa posterior.

A localização do grupo RBS e do programa Conexão, do Canal Futura

O grupo RBS, filiado à Rede Globo, traz a experiência de realizar uma análise de reportagem tanto no aspecto audiovisual, como ligado ao ambiente digital. O grupo, por meio dos canais Zero Hora, Diário Gaúcho, RBS TV, GZH e G1, realiza suas publicações, sendo que no caso do GZH e do G1 há uma aba específica de reportagens ligadas ao jornalismo de soluções.

Outro achado, durante o curso de Jornalismo de soluções, foi o programa Conexão, do Canal Futura. O jornalista e palestrante do curso, Daniel Nardin, entrevistou a jornalista e primeira apresentadora indígena da televisão brasileira, Luciene Kaxinawá, apresentadora do programa em questão, que contém pautas ligadas à educação e afirma utilizar as técnicas do jornalismo de soluções no programa.

Veículos que se intitulam a partir do jornalismo de soluções

Dos 28 veículos analisados, pelo menos quatro deles (Amazônia Vox, Agência EcoNordeste, Porvir e Revista Anti-horário) se intitulam diretamente como veículos ligados à prática do jornalismo de soluções em sua aba editorial. Vale ressaltar que a Revista Anti-horário não é comercial, já que é um produto da universidade. O portal Black Fem, do estado da Bahia, afirma que “fazemos jornalismo de causas – aquele que põe luz aos problemas mas também indica possibilidades de solução à sociedade”.

Em termos gerais, a definição se encaixa no que é considerado como jornalismo de soluções, apesar do nome não ser citado diretamente. O Portal Lunetas, também não se declara diretamente vinculado ao jornalismo de soluções, mas tem o site Porvir (que se autodeclara) como parceiro. No caso do grupo RBS, seja por meio do portal G1 ou do site GZH, o jornalismo de soluções é tratado como uma “editoria”, tendo uma aba específica.

Considerações Finais

Este artigo buscou mapear os veículos sobre jornalismo de soluções no Brasil e permite visualizar, preliminarmente, qual tem sido a dimensão do trabalho jornalístico ligado à cobertura de soluções. O mapeamento permitiu identificar mais do que o nome dos veículos, mas nos trouxe indícios sobre a sua predominância no aspecto digital, sobretudo, ligado à mídia independente, embora também esteja presente em veículos tradicionais de grande porte, como o grupo RBS, a TV Brasil e o Canal Futura.

Observou-se que, no contexto brasileiro, o jornalismo de soluções se manifesta predominantemente como um possível enquadramento editorial aplicado a reportagens específicas, ao invés de constituir uma editoria própria, hipótese que será mais bem investigada na sequência da pesquisa de doutorado. Essa hipótese surge a partir do momento que poucos veículos afirmam trabalhar exclusivamente com jornalismo de soluções e mesmo os que afirmam, possuem uma editoria mais específica. Como exemplo, podemos citar o Amazônia Vox, que trabalha diretamente com pautas sociais e ambientais ligadas a soluções.

No entanto, é importante destacar que esse estudo apresentou limitações, sobretudo quanto à dependência de dados obtidos por meio de autodeclaração dos veículos participantes. Além disso, a participação voluntária de jornalistas e veículos pode ter restringido o alcance do mapeamento, deixando de contemplar outros meios de comunicação fora da amostra pesquisada. Diante disso, propõe-se a realização posterior de uma análise qualitativa das reportagens produzidas por esses veículos, de modo a verificar a presença de soluções nos produtos jornalísticos, não somente vinculados a *Solutions Journalism Network* mas também a outras experiências, como a do *Sojo Lite*.

Apesar das limitações, espera-se que este trabalho possa servir como um parâmetro que ajude os pesquisadores a se nortear sobre a localização e busca de veículos que afirmam trabalhar com soluções. Mesmo sendo um assunto ainda pouco explorado na academia brasileira, o jornalismo de soluções já tem sido ensinado em algumas universidades, como é o caso da Universidade Estadual da Paraíba, e inspirado os jornalistas em agregar ênfase às soluções em suas reportagens.

Notas

[1] *Solutions journalism investigates and explains, in a critical and clear-eyed way, how people try to solve widely shared problems.*

[2] *Solutions journalism does not have a standard definition; however, in a general sense, it is journalism practices with the view of linking issues reported on with possible solutions (Sabadan 2020).*

[3] *report on efforts that seem to be successful in addressing specific social problems.*

[4] *Four factors, in particular, emerge from the literature: an emphasis on the sensational, a preponderance of “bad news” failure to provide context for social problems, and the presentation of problems but not solutions.*

[5] *focus on solutions to social problems, an ideal of social progress, reporting practices oriented around hope, high interventionism, and positioning the journalist as what Krüger (2017) calls a “change-agent” (410–411).*

Artigo submetido em 06/01/2025 e aceito em 24/07/2025.

Referências

AITAMURTO, T.; VARMA, A. The constructive role of journalism contentious metadiscourse on constructive journalism and solutions journalism. **Journalism Practice**, v. 12, n. 6, p. 695–713, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/17512786.2018.1473041>.

BARBOSA, S. Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. In: CANAVILHAS, J. **Notícias e mobilidade: o jornalismo na era dos dispositivos móveis**. Covilhã, PT: Livros LabCom, 2013, p. 33–54. Disponível em: <http://bit.ly/4lHSabh>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BENESCH, S. The rise of solutions journalism. **Columbia Journalism Review**, v. 36, n. 6, p. 36–39, 1998.

BRO, P. Constructive journalism: proponents, precedents, and principles. **Journalism**, v. 20, n. 4, p. 504–519, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/1464884918770523>.

- CAPAI, E. Severinas: as novas mulheres do sertão. **Agência Pública**. [S. l.], 28 ago. 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/mpek98fw>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- DAME ADJIN-TETTEY, T; GARMAN, A. Solutions journalism as a tool to erode polarisation in the media and society. **African Journalism Studies**, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/23743670.2021.1972530>.
- FARIAS, C. C. **Que vírus é esse?** Reflexos da cultura hacker na vida política brasileira. 2022. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37043>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- FARIAS, C. Estado da arte sobre jornalismo de soluções: definições, percepções e críticas. **Contracampo**, v. 43, n. 2, p. 01-16, 2024. Disponível em: <http://bit.ly/45pqYZY>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- FRANCISCATO, C. Uma proposta de incorporação dos estudos sobre inovação nas pesquisas em jornalismo. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 7, n. 1. 2010. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2010v7n1p8>.
- GYLDENSTED, C. **From mirrors to movers: five elements of positive psychology in constructive journalism**. Charleston, SC: Group Publishing, 2015.
- GYLDENSTED, C. **Innovating news journalism through positive psychology**. (Dissertação de Mestrado) – Master of Applied Positive Psychology. Capstone Project, University of Pennsylvania, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/76386462.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- HAAGERUP, U. **Constructive news: how to save the media and democracy with journalism of tomorrow**. New York: InnoVatio Publishing. 2014.
- JACKSON, D; GLÜCK, A; NGUYEN, A. Fighting against the machine: inside a solutions journalism campaign in UK Local Newsrooms. **Journalism Studies**, v. 26, n. 3, p. 314-332, 2025. DOI: [10.1080/1461670X.2024.2425640](https://doi.org/10.1080/1461670X.2024.2425640).
- KINNICK, K; KRUGMAN, D; CAMERON, G. Compassion fatigue: communication and burnout toward social problems. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 73, n. 3, p. 687-707. 1996. DOI: <https://doi.org/10.1177/107769909607300314>.
- McINTYRE, K; GYLDENSTED, C. Constructive journalism: applying positive psychology techniques to news production. **The Journal of Media Innovations**, v. 4, n. 2, p. 20-34, 2017. Disponível em: <https://journals.uio.no/TJMI/article/view/2403/5102>. Acesso: 20 maio 2021.

McINTYRE, K. **Constructive journalism**: the effects of positive emotions and solution information in news stories. 2015. Tese. (Doctor of Philosophy in Mass Communication) – The University of North Carolina at Chapel Hill. Chapel Hill, NC. 2015.

McINTYRE, K. E.; LOUGH, K. Toward a clearer conceptualization and operationalization of solutions journalism. **Journalism**, v. 22, n. 6, p. 1-16, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1464884918820756>.

McINTYRE, K; LOUGH, K. A systematic review of constructive and solutions journalism research. **Journalism**, v. 24, n. 5, p. 1069-1088, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/14648849211044559>.

REIS, M. A.; FREITAS, F. M. S. De SOJO a JOSO, o jornalismo de soluções no Brasil: filiações e desvios. In: SIMÕES, A. (org.). **Jornalismo de soluções**: desafios e vivências inovadoras. Campina Grande: EDUEPB, 2024, p. 19-45. Disponível em: <https://zenodo.org/records/11084155>. Acesso em: 20 ago. 2025.

REUTERS INSTITUTE. **Digital News Report** 2024. [S. l.], 2024. Disponível em: <http://bit.ly/4lAsayc>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SANCHES, J. **Sob as lentes da esperança**: as potencialidades do jornalismo de soluções para a narrativa da fome no telejornalismo brasileiro. 2024. Tese. (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

SIMÕES, A. **Jornalismo de soluções**. Curitiba: Appris, 2022.

SINGER, J. Journalistic “innovation” is hard to hate, but actual change is just hard. **Media and Communication**, v. 12, n. 74, 2024. Disponível em: <http://bit.ly/4iuhjc>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SJN. **Solutions Journalism Network**. 2025. Disponível em: <https://www.solutionsjournalism.org/>. Acesso em: 12 out. 2024.

SJN. **Solutions Story Tracker**. 2025. Disponível em: <https://storytracker.solutionsjournalism.org/>. Acesso em: 03 fev. 2024.

VILLI, M.; AHARONI, T.; WEINBLATT, K.; BOCZKOWSKI, P.; HAYASHID, K.; MITCHELSTEIN, E.; TANAKAD, A.; VILENCHIK, N. Taking a break from news: a five-nation study of news avoidance in the digital. **Digital Journalism**, v. 10, n. 1. 2022.

ZELIZER, B. Why journalism is about more than digital technology. **Digital Journalism**, v. 7, n. 3, p. 343-350, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/21670811.2019.1571932>.

ZHAON, X; JACKSON, D; NGUYEN, A. The psychological empowerment potential of solutions journalism: perspectives from pandemic news users in the UK. **Journalism Studies**, v. 23, n. 3, p. 356-373, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2021.2023324>.

Levar caretas a transgredir:

a prosa de Aldir Blanc e a cultura popular

Helcio Herbert Neto¹

Resumo

Aldir Blanc (1946–2020) é reconhecido por sua atuação como letrista em canções radiofônicas, mas sua prosa se estende para colunas na imprensa e narrativas curtas de alto teor memorialístico. Foi lançada mais de uma dezena de volumes no mercado editorial com a assinatura do escritor, compositor e músico. O propósito deste artigo é, a partir da comparação entre os textos publicados em *O Globo* na segunda metade dos anos 2010 e o capítulo “Até Morrer” do livro *Brasil passado a sujo: a trajetória de uma porrada de farsantes*, explorar as vinculações que a produção literária do autor mantém com a cultura popular. Sob perspectiva histórica, colocar em relação esses dois conjuntos textuais colabora inclusive para o entendimento sobre a participação política do artista. Encarar as contribuições para a imprensa de modo integrado a iniciativas literárias oferece uma outra perspectiva para os esforços para compreender sua produção, com implicações para campos como Comunicação, História e Literatura. A abordagem transdisciplinar se deve, em especial, aos desdobramentos dos conceitos de baixo corporal e baixo material nas tradições brasileiras.

Palavras-chave

Aldir Blanc; Cultura popular; *O Globo*; *Brasil passado a sujo*; Prosa.

¹É doutor em História Comparada pela UFRJ e desenvolve pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFF – instituição na qual concluiu o mestrado em Comunicação. Este estudo foi realizado no âmbito do Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores (Faperj/ CNPq). E-mail: helcio.neto00@gmail.com.

Getting the old-fashioned to transgress:

Aldir Blanc's prose and popular culture

Helcio Herbert Neto¹

Abstract

The artist Aldir Blanc (1946–2020) is widely recognized for his work as a lyricist in radio songs, but his prose extends to newspaper columns in the press and short narratives with a high memorialistic content. He was also known as a writer, a musician and a singer in Brazil. The objective of this article is, based on the comparison between the texts with the author's signature published by *O Globo* in the second half of the 2010s and the chapter “Até Morrer” from the book *Brasil passado a sujo: a trajetória de uma porrada de farsantes*, to explore the links that the author's literary production maintains with a horizon of popular culture in academic studies. In a historical perspective, relating these two textual sets helps to understand the author's political participation. Viewing contributions to the press as integrated with literary initiatives offers another perspective for efforts to understand their production, with implications for fields such as Communication, History and Literature. The transdisciplinary approach is due, specifically, to the unfolding of submissive and simple concepts of material in Brazilian traditions.

Keywords

Aldir Blanc; Popular culture; *O Globo*; *Brasil passado a sujo*; Prose.

¹É doutor em História Comparada pela UFRJ e desenvolve pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFF – instituição na qual concluiu o mestrado em Comunicação. Este estudo foi realizado no âmbito do Programa de Apoio à Fixação de Jovens Doutores (Faperj/ CNPq). E-mail: helcio.neto00@gmail.com.

Essa capacidade de transtornar cucas certinhas – acho que diríamos, hoje, esse dom de levar caretas a transgredir – é que me faz permanecer um apaixonado por futebol (Blanc, 1997, p. 81).

Estranhamente, a prosa de Aldir Blanc (1946–2020) parece caminhar na direção oposta a dos seus maiores sucessos no cancionário popular. Enquanto as composições do letrista consagraram-no a um lugar de sofisticação no trato com as palavras, suas narrativas curtas recorrem a referências à gula, à luxúria e às secreções do corpo para compor o complexo mosaico de imagens que remetem à infância e aos costumes da zona norte do Rio de Janeiro da metade do século XX. O interesse pelos hábitos tradicionais pode levar a um entendimento de que os textos publicados na imprensa e em livros desvirtuariam o refinamento do compositor. Ou seja, de que o trabalho na música radiofônica seria superior aos demais escritos, inclusive no que diz respeito à atuação política.

O propósito deste artigo é, a partir da prosa de Blanc, recompor as relações que os textos estabelecem com a cultura popular. Essas interconexões não são tão evidentes e se expressam em diferentes direções. Os registros selecionados têm características semelhantes, ao prezarem pela concisão e por mesclarem opinião sobre os acontecimentos mais imediatos e um olhar para o passado quase nostálgico. No entanto, partem de suportes diferentes. Enquanto a análise política veio à tona por meio da imprensa, as passagens diretamente relacionadas às lembranças da família constam em páginas de livros. O interesse aqui será pelas permanências na não ficção do autor e pelas tradições, que vão do futebol à prática de zombar de figuras públicas.

Por atrelar a memória à cobertura da política em Brasília, o estudo tem uma orientação metodológica baseada na historiografia. Ao prisma adotado por Luca (2005) para encarar o que foi publicado por meio da imprensa, se acrescenta a disposição de Napolitano (2005) para reavaliar fontes históricas que, tradicionalmente, recebem menos esforços por parte dos pesquisadores. A música popular se destaca nesse sentido. As duas perspectivas não são antagônicas e, pelo contrário, podem ser combinadas para a compreensão das conexões de Blanc com seu contexto, além das diferentes dimensões políticas que seus escritos assumem à luz da cultura popular. Ainda em relação ao tratamento do *corpus* documental, Barros (2014) aponta os benefícios da abordagem comparativa para que os detalhes, à primeira vista imperceptíveis, sejam precisamente assinalados. No horizonte histórico sob o qual esta pesquisa se situa, a alternativa de colocar em relação dois diferentes recortes carrega consigo essas vantagens. Observar a prosa do escritor em publicações diárias e em livro auxilia a missão de aprofundar as suas diferentes camadas poéticas. A ênfase, contudo, é deslocada para as continuidades: o tom assumido nos textos e o

espaço exíguo ou fragmentado ocupado pelos textos curtos reaparecem em ambos os casos.

Ahipótese da qual este trabalho parte é a de que, à revelia dos que enxergam uma hierarquia entre os escritos impressos em livros, revistas ou jornais e as composições em parceria com outros músicos, há globalmente um eminente valor político. O primeiro traço que redimensiona os escritos é a participação em veículos de imprensa de grande amplitude e reconhecimento: Blanc escreveu para o semanário *O Pasquim* e para os diários *O Globo* e *O Dia* – todos com sede no Rio de Janeiro. A atuação justifica também como o exame da obra do autor está inserido no campo da Comunicação. A iniciativa de entender as nuances da cultura popular já gera aproximações com o campo comunicacional, mas o desejo por mensurar o que veio a público com sua assinatura, a partir das redações, fundamenta essa vinculação.

Após esta breve apresentação, haverá três seções. A primeira se destina a sublinhar as ligações com a cultura popular diante do que foi escrito para o jornal *O Globo*, não sem antes apresentar um panorama acerca da associação dessa popularidade com as disputas sociais. A visão mais geral é inescapável para o segundo item, que se dedica ao entendimento das passagens em páginas de livro. Um capítulo paradigmático de *Brasil passado a sujo: a trajetória de uma porrada de farsantes* (1997) será destacado para que o caráter político, presente na descrição de hábitos tradicionais, ganhe outros contornos. Então, a última parte reunirá as considerações finais.

Só a galhofa pode nos salvar – Aldir Blanc em *O Globo* nos anos 2010

Nascido no então Distrito Federal, Aldir Blanc se tornou um relevante intérprete da realidade carioca desde a juventude (Góes, 2023). Formado em Medicina, especializado em psiquiatria e com atuação no Hospital Pedro II – polo simbólico para a cultura popular –, o compositor se converteu em um dos principais letristas da canção radiofônica da segunda metade do século XX (Vianna, 2013). Estabeleceu parcerias com proeminentes músicos de seu tempo e foi interpretado por vários dos mais prestigiados artistas do país. O grau de sofisticação das composições de sua autoria conseguia despontar até perante a plural música brasileira e foi destacado, por exemplo, por Fiúza (2001).

Vinculado constantemente ao samba, não seria um equívoco identificar vários de seus versos com o bolero, gênero da canção popular em que predomina uma atmosfera dramática e decorosa. Inicialmente, porque o único disco gravado como cantor assume fortemente essa inclinação (Blanc, 2005). Em seguida, devido à variante de grande amplitude em meados do século passado que se valia de inúmeras dessas características: o samba canção (Castro, 2016). Ao combinar a chanson francesa a ritmos latinos, foi alcançada grande influência no Rio de Janeiro no período,

principalmente por conta da consolidação do rádio e de sua vocação musical no país (Moreira; Saroldi, 1984).

O tratamento oferecido à palavra levou Blanc a colaborações com veículos de comunicação e ao mercado editorial. Mais de uma dezena de livros, nos quais predominam temas caros à rotina do Rio de Janeiro dos anos 1950, carregam sua assinatura na capa (Vianna, 2013). O fato de escrever para revistas e jornais contribuiu para sua inserção em outros círculos intelectuais, entre os quais o núcleo de *O Pasquim* se destaca. Favoreceu a formação do halo boêmio em torno de Blanc o convívio com poetas, artistas visuais e escritores na noite carioca. Isso se soma à vivência na música como percussionista e compositor, mas complexifica sua personalidade pública.

Botelho (2014) sublinha a informalidade do autor em seu olhar de cronista, que se conjuga aos relatos memorialísticos a respeito do bairro de Vila Isabel, na Zona Norte da cidade. A nostalgia da infância, o olhar carinhoso para os personagens em torno de sua família e as recordações sobre a vida na metade do século XX marcam sua escrita – especificamente na descrição da Rua dos Artistas, onde o compositor viveu e foi vizinho, por exemplo, do ícone do chorinho Benedito Lacerda (Vianna, 2013). A prosa, que apresenta construções intrincadas, esbarra em um impasse sobre a linguagem utilizada, que se distancia em vários momentos do tom solene ou grave.

Parece estar na contramão da verve cerimoniosa a tendência de Blanc à franqueza, com uso de recursos que remontam a conversas em botequins – Torres (1997), para ilustrar, afirma que é uma prosa que “dispensa floreios e requintes estilísticos. Vai direto ao ponto”. O mesmo comentador pinça dos textos o direcionamento às zonas erógenas, com o emprego de termos mais ou menos alusivos até os apelidos. Na mesma avaliação é realçada a centralidade que os cheiros passam a assumir na construção dessa paisagem abrangente da Zona Norte, trabalho literário que chega à descrição das vísceras e de outros indicativos avessos ao comedimento ou à reverência (Torres, 1997).

Esses enunciados devem ser recebidos com ressalva. A princípio porque a aplicação dessas palavras e expressões despudoradas constitui, sim, um dado do estilo de Blanc; adiante, na reavaliação dos textos, é indispensável incluir as imagens, odores e sensações táteis ao conjunto de impressões que remetem essa prosa à cultura popular. Trata-se de um conceito que não se limita à aderência das multidões, mas traz sinais de disputas de ordem social, cultural e política. Além de mobilizar grandes contingentes populacionais, é rico em sentidos. Por isso, requer uma conceituação detalhada e atenta à conjuntura local a que o autor e, conseqüentemente, o seu comentador fazem menção.

Estudos sobre o caráter ativo das multidões e da influência de costumes tradicionais, em dinâmicas políticas de conseqüências duradouras e amplas, avançam por diferentes recortes temporais (Thompson, 2005). Autores brasileiros também se debruçaram sobre a cultura popular com interesse nas disputas, a ponto de

fazerem emergir formulações a respeito da filosofia: Britto (2016; 2019) se lança nessa direção ao ponderar sobre diferentes linhas do pensamento europeu, ao passo que Haddock-Lobo, Simas e Rufino (2020) apresentam aforismos amparados na mitologia de religiões de matriz africana e em hábitos ancestrais no país. A intimidade com a linguagem e com os conflitos sociais por meio da literatura surge sob os mesmos interesses (Thompson, 2002).

Na iminência de avaliar as referências a excrementos ou ao sexo em Blanc, são essenciais as pesquisas que se atenham ao baixo material e ao baixo corporal: a primeira expressão dá conta do universo semântico no entorno da escassez de recursos; a segunda contempla todos os sentidos que rondam as funções digestivas, excretoras e reprodutivas da anatomia (Bakhtin, 2010). Essa visão força uma interpretação que não encontre na literatura uma peça isolada de seu contexto ou dos processos históricos, de longa duração, que propiciaram seu aparecimento (Bakhtin, 2015). Sem desconsiderar a riqueza da criação dos autores, a proposta se encaminha para uma percepção ampliada.

Principalmente devido às possibilidades que esse viés característico abre. Recorrer ao baixo material e corporal seria uma estratégia estilística para se opor à seriedade que define há séculos o ordenamento do mundo (Bakhtin, 2010). Para as expressões artísticas, citar secreções, comportamentos libidinosos ou aromas animais simultaneamente escandalizaria a estruturação da sociedade, marcada por seriedade e matiz oficial, e reformularia uma cosmovisão sobre a verdade – em movimento que remete às lutas centenárias para a emancipação de populações subalternizadas. Seria, então, uma forma de transgressão em via dupla, estética e política. As ofensas e ataques que fazem uso da baixaria se integrariam a esse conjunto totalizante.

As considerações são necessárias por conta da preocupação que Blanc manifesta diante do tumultuado período que determina o fim de sua coluna no jornal *O Globo*. As crises econômica, política e institucional se intensificaram no intervalo em que os 13 textos aqui avaliados estão situados. A seleção compreende o período entre 2015 e 2018, quadriênio que, em condições normais, limitaria um mandato presidencial. No entanto, houve a deposição da presidenta eleita Dilma Rousseff, a posse do candidato a vice na mesma chapa Michel Temer e o recrudescimento do autoritarismo com a intervenção militar na secretaria de segurança do estado do Rio de Janeiro, somado às anomalias jurídicas a reboque da operação Lava Jato (Máximo, 2016). Vale ressaltar que os créditos ao fim dos textos apenas faziam menção à atividade na canção radiofônica. As assinaturas do colunista no jornal sempre o descreviam apenas como compositor. Por conseguinte, eram abandonadas presumíveis deferências ao médico ou ao escritor. Na prática, nada menos reverente do que os ataques às autoridades no período, conforme já é permitido entrever no tratamento que o colunista confere às principais personalidades políticas e instituições presentes no noticiário.

As corruptelas são simbólicas. Temer é “Temereca” (Blanc, 2017); Aécio Neves, candidato à presidência derrotado em 2014, é convertido em “Aócio” (2017) – além de ser acusado ironicamente de canabalar o avô, o ex-ministro Tancredo Neves (2015); os presidentes da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha e Rodrigo Maia são chamados de “Cucunha” e “Burrico Maia”, respectivamente (2015); o senador Aloysio Nunes é apelidado de “Lulu Menopausa” (2015); o governador do Paraná Beto Richa tem seu sobrenome mudado para “Racha” (2015); Romero Jucá, outro parlamentar da situação, recebe a alcunha de “Juquenga” (2016); por sua vez, o líder do executivo dos Estados Unidos Barack Obama reaparece como “Obananamole” (2017). A atitude não deve ser assimilada como uma trivial consequência da coloquialidade.

Os termos criados ou trazidos de conversas do dia a dia para o jornal *O Globo* incorrem em cacófatos de sonoridade agressiva. Os apelidos mencionados se relacionam ao baixo corporal por aludirem de modos plurais a pecados como luxúria, preguiça ou gula. A dimensão da sexualidade é afluída pelas referências aos políticos, a despeito de Blanc não se estender nas ironias: na maioria das passagens, há apenas a menção ao nome alterado e a análise acerca da conjuntura prossegue. A escatologia em prosa fica aguda em outros momentos, em aceno central para o horizonte da cultura popular. O rompimento de barragens de empresas mineradoras no interior de Minas Gerais serve de exemplo.

Companhia multinacional envolvida no episódio, a Samarco vira “Samarcocô” nas críticas aos arranjos administrativos no poder público que fizeram com que a iniciativa privada não fosse fiscalizada devidamente antes que a mineração causasse o colapso ambiental da região (Blanc, 2016). O nome pode ser um índice do próprio aspecto da lama que escapou das barragens, visualmente parecida com fezes. Outras ocorrências reiteram a tendência, a exemplo do emprego de variações de palavras de baixo calão. São os casos de “berda”, termo utilizado sob alegação de gripe e congestão nasal (2018), e “josta” (2018), que igualmente demarca esse campo dos excrementos na análise da política.

Sob igual perspectiva a respeito da cultura popular, as críticas à cristandade adquirem novas feições (Bakhtin, 2010). O disparador para esse outro prisma de interpretação é o fato de a doutrina cristã ter organizado a realidade, com efeito, desde a Idade Média por meio de coerções, disciplinamentos e violências. Tradições para a contestação da ordem vigente, portanto, foram baseadas em ofensivas em praça pública contra o cristianismo, da fisionomia institucional própria aos ritos da religião (Bakhtin, 2010). O olhar político de Blanc também dá uma guinada nesse rumo no hiato entre 2015 e 2018, embora sejam as diferentes denominações neopentecostais que mereçam as investidas.

Assim, o então prefeito carioca Marcelo Crivella se torna Crivellório (Blanc, 2015) e o senador situacionista Ronaldo Caiado aparece na coluna como Sepulcro Caiado (2015). Outra concorrente derrotada na corrida para presidente da República

em 2014, Marina Silva, é apelidada de Marina d'Arc (2016). Através de brincadeiras, o colunista constata e denuncia o aumento da influência cristã nos centros decisórios: em detrimento da laicidade do Estado representantes no Executivo, no Legislativo e no Judiciário se amparam em valores religiosos para conseguir espaço na política (2017). Com preocupações distintas entre si, outros autores identificaram os reflexos dessa inflexão (Souza, 2017; Gallego; 2018; Soares, 2019).

A enérgica reação contra o avanço das forças que provocaram a saída da candidata eleita no pleito de 2014 se explica por dados biográficos – Blanc vocalizou na música popular a campanha pela anistia dos perseguidos políticos pela ditadura civil-militar instaurada 50 anos antes (Vianna, 2013). Esteve ainda no topo da lista dos compositores mais censurados pelo regime e se manteve ativo em outras disputas sociais, a exemplo da luta contra gravadoras, estações de rádio e canais de televisão pelos direitos dos músicos e pela punição de militares das oficinas de tortura (Blanc, 2015). O engajamento em manifestos de intelectuais e no apoio a campanhas eleitorais também foi conservado, apesar de nunca ter se filiado a nem uma legenda (Vianna, 2013). Talvez por esse motivo o autor registre, expressamente, diante da quadra dramática: “Só a galhofa pode nos salvar. Mais propinas, dessa vez intermediadas por doleiros e pelo Senhor Deus” (Blanc, 2017).

Futebol é loucura – “Até Morrer” e a transgressão em prosa

O quadro mais amplo das implicações da cultura popular na prosa de Blanc, entretanto, impele à aproximação com as tradições no Brasil. Essa necessidade vem da conceituação assumida por este artigo que, ainda que tenha conexões com a realidade contemporânea, foi estipulada para uma delimitação espaço-temporal distante. Um elemento de grande aderência junto à população, difundido concomitantemente aos processos de urbanização e industrialização no século XX, demarca disputas sociais, culturais e políticas (Herbert Neto, 2021): a associação disso à popularidade nos textos do autor exige olhares atentos. Logo, uma seção específica destinada ao futebol se justifica.

Pesquisadores tão distintos quanto Pereira (2001) e Helal (1997) identificam como a modalidade passou a mobilizar multidões no país ao se constituir como fator de identidade nacional. Para os entrecruzamentos de popularidade e disputas políticas, Santos (1981) e Coutinho (2019) também demonstram que o futebol tem fatores que não se restringem ao desempenho físico, técnico ou desportivo de modo mais abrangente. Reconsiderar as nuances do Brasil pós-redemocratização através desse esporte em especial é uma alternativa que se apresenta. A produção literária de Blanc induz a essa opção, uma vez que se trata de um assunto recorrente na bibliografia.

Vasco: a cruz do bacalhau (2009) e *Uma caixinha de surpresas* (2010) mostram a reincidência do tema em sua produção. Enquanto o primeiro livro é dedicado a

episódios históricos do Club de Regatas Vasco da Gama – time pelo qual o compositor torcia –, o segundo lançamento era direcionado ao público infantil. Em outros volumes, que reúnem narrativas curtas com enfoques variados, o futebol reaparece. *Brasil passado a sujo* (1997) é significativo nesse sentido: nos capítulos “Siempre em la barca pra Paquetá”, “O nível”, “Sina”, “Uma dupla do barulho”, “Confetis” e “Até Morrer” há, com maior ou menor destaque, a presença do esporte. Efetivamente, Aldir Blanc também explora o futebol na coluna em *O Globo*.

Isso ocorre quando avalia a impunidade diante de crimes cometidos por personagens da modalidade – de homicídio com densa cobertura do noticiário policial no novo milênio (Blanc, 2017) ao apoio de dirigentes esportivos à repressão durante o período ditatorial (2015). A prisão de lideranças da Confederação Brasileira de Futebol, entidade privada responsável pela administração da modalidade no país, também é merecedora da atenção. “Até Morrer”, todavia, concentra densas reflexões acerca do esporte, mesmo que a índole do texto seja mais narrativa do que opinativa. O capítulo de *Brasil passado a sujo* retrata diferentes ocasiões em que o universo futebolístico inverte a ordem convencional dos acontecimentos.

“Até Morrer” oferece impressões, principalmente, de duas situações recordadas por Blanc: a final da Copa do Mundo masculina de futebol de 1958, disputada na Suécia, entre a seleção anfitriã e o time que representava o Brasil; e um velório interrompido pela curiosidade dos presentes para saber quem venceu um jogo do Vasco contra a equipe do Botafogo de Futebol e Regatas – rival carioca do clube de coração do autor. As sensações proporcionadas por cada ocasião são contadas com humor e entremeadas por divagações de cunho pessoal, que caracterizam o tom memorialístico de parte considerável dos seus escritos. Com ênfase nítida para as vivências em Vila Isabel, na Rua dos Artistas.

Novamente se sobressai a topografia do corpo orientada para baixo, como nas tradições contestatórias da cultura popular, desde a abertura. “Meu primeiro contato com a bola foi no saco. Dito assim, parece um fato biologicamente normal. E é mesmo, desde que o atingido pela bolada consiga recuperar a respiração e, claro, o saco para a prática do nobre esporte bretão.” (Blanc, 1997, p. 81). O trecho de apresentação se aproveita da vulgar associação com os testículos para extrair humor do comum acidente nas brincadeiras que inserem as crianças no universo futebolístico. As referências reiteram a presença da sexualidade na prosa.

O capítulo prossegue, com novas sinalizações para o baixo corporal. “A dor dessa primeira experiência futebolística despertou um traço ibero-masô, geneticamente explicável, em meu excelente caráter: como um espermatozoide tresloucado, fui impelido em direção cruzmaltina.” (Blanc, 1997, p. 81). Para além da inclinação para as secreções, o autor se encaminha para as práticas sexuais de modo frontal ao aludir ao masoquismo. A miríade de referências na paisagem do futebol indica como é forjada a personalidade do torcedor. Ainda assim, não é uma

caracterização abstrata ou genérica. A experiência própria é que molda essa visão da modalidade.

Sobretudo, a vinculação ao clube – “Pois é, sou Vasco desde garotinho. Meu velho diz que um vascaíno sincero tem miolo mole ou é opaco feito uma calçada, sem nenhum trocadilho.” (Blanc, 1997, p. 81). Antes de se deter às duas passagens sobre como o futebol desvirtuou a vida comezinha dos moradores de Vila Isabel, Blanc percorre a formação dessa apaixonada disposição para torcer com um humor sustentado pelas indicações aos traços menos pudorosos dessa mesma rotina. Se na crônica política a afirmação de que apenas a galhofa teria a capacidade de redimir a torrente de desmandos na política, outra frase lapidar é cunhada pelo autor quando é a experiência esportiva que entra em cena: “Futebol é loucura” (Blanc, 1997, p. 81).

Da cultura popular, Blanc decalca um elemento que promove o embaralhamento da ordem social, definitivo para as tradições de contestação: “Essa capacidade de transtornar cucas certinhas – acho que diríamos, hoje, esse dom de levar caretas a transgredir – é que me faz permanecer um apaixonado por futebol, apesar de toda corrupção” (Blanc, 1997, p. 81). A denúncia da malversação de recursos por executivos da administração esportiva se avizinha daquela que, nas colunas de *O Globo*, vai desencadear os vitupérios contra representantes de partidos em cargos eletivos. A permanência do mote da corrupção aponta para continuidades na cobertura esportiva desde o começo da radiodifusão no Brasil (Herbert Neto, 2024a).

O trecho manifesta impressões da cultura popular que ressurgem, mesmo que sob outras fisionomias, no panorama da prosa do autor: tradições ao redor do riso e do futebol guardam o potencial de transgredir e subverter valores políticos, sociais e culturais impostos para conservar o controle de setores subordinados ao ordenamento da realidade. E os dois casos são apenas ilustrativos das inúmeras outras tendências que são sustentadas pelos costumes populares e podem desempenhar função semelhante ao confundir hierarquias e relações de poder preestabelecidas. A ponto de a associação da modalidade com a loucura colocar em xeque a racionalidade do regramento social.

Em seguida, Blanc prossegue com a enumeração de fatores contemporâneos que desencorajam a paixão pelo futebol – muitos atrelados a imposições econômicas e administrativas. “Resultados decepcionantes, decadência da técnica, desaparecimento do virtuose (a ascensão do açougueiro), violência, violência, violência e a dor, suavizada pela recordação dos dribles imortais, de não ver outro Garrincha. Mas hei de torcer!” (Blanc, 1997, p. 82-83). A passagem reúne dois eixos para os olhares que se direcionem à prosa do autor: o saudosismo dos tempos idos e a persistência em tomar partido dos acontecimentos do presente. Aparentemente contraditórios, os dois sentidos se fazem perceber na imprensa e no livro sob o signo do ressentimento.

Na bem-humorada análise política em *O Globo* o autor se queixa das ofensivas antidemocráticas e antipopulares nos gabinetes de Brasília, mas se conserva

politicamente ativo nas críticas e participativo no que diz respeito ao desenrolar das crises; no capítulo “Até Morrer” de *Brasil passado a sujo* a nostalgia da ludicidade do futebol de outrora não o imobiliza perante as disputas do esporte na atualidade. A relação com a modalidade ainda é estreita, como denota sua afirmação reiterada – “hei de torcer”. O ressentimento é justamente a capacidade que Blanc rubrica, por meio da linguagem, de coabitar o presente e o pretérito, sem renunciar aos acontecimentos e seguir ativo.

A poética de Blanc monta um quebra-cabeças com fragmentos de hinos de clubes, a exemplo da conclamação a continuar a apoiar os times de futebol que abre a canção do América Football Club (Hino..., 2025). A despeito de nem explicar a citação ou sequer deixá-la mais explícita, o capítulo reafirma o pertencimento local. Isso porque os torcedores americanos possuem intimidade com a Zona Norte, região na qual foi fundada sua primeira sede. Na verdade, se trata de um forte símbolo da Tijuca no século XX, bairro vizinho à Vila Isabel e contíguo à Rua dos Artistas da infância constantemente revisitada pelo autor. Essa riqueza de sentidos acena, de novo, para a cultura popular.

Em passagens adiante, são apresentadas outras demonstrações dessa cultura popular que, ainda que esparsa e desintegrada, ajuda a reconstruir uma bricolagem de tradições. De imediato, a aproximação é com um gênero específico da música popular – “Hei de torcer porque não resta outra alternativa. Torcer dá samba.” (Blanc, 1997, p. 84). Em seguida, quando menciona a mediação a que os torcedores recorriam para acompanhar as novidades de seus respectivos times, a sinalização é para o passado dos veículos radiodifusores: “A paixão. Era época do rádio Spica. Todo mundo tinha um. Cada transeunte zumbia como um besouro” (Blanc, 1997, p. 84).

Blanc recupera o nome de uma antiga marca de aparelhos de rádio, o que gera como consequência uma conexão da canção popular ao futebol através do meio de comunicação pelo qual ambas as expressões de alta aderência alcançavam as audiências. A narração a respeito da final do Mundial de 1958 e da cerimônia religiosa para a despedida no cemitério provoca divertimento ao brincar com sexualidade, morte e liturgias sagradas – em outro indício das transgressões promovidas pelas multidões. A imagem da desrazão volta em “Até Morrer” em nova tentativa de definir o esporte, que motivou o capítulo do livro e diversas iniciativas do autor em verso e prosa: a canção “Linha de Passe”, por exemplo (João..., 2017).

Dada a relevância do tema, a reflexão serve de conclusão: “Futebol é isso – incoerência, farsa, delírio. Por essas e outras é que hei de torcer, hei de torcer até morrer. A torcida brasileira é toda assim, a começar por mim”. (Blanc, 1997, p. 87). O desfecho traz citações ao hino do América em movimento que repisa o pertencimento à zona norte carioca, a inversão da razoabilidade com o esporte e o amálgama das tradições populares na transição para o terceiro milênio. Mais do que um pano de fundo, a intrincada cena da Vila Isabel exerce protagonismo tanto para o desenlace

do enredo quanto para o entendimento das perversões à ordem que a ótica do escritor inspira.

Se a topografia do corpo aponta para as entranhas em movimento lascivo e visceral, a simplicidade da vida nas memórias induz ao baixo material. Em *Brasil passado a sujo* – a culinária avessa a francofilias ou aos modismos da gastronomia – o hábito de compartilhar a experiência esportiva coletiva e sincronicamente em radiodifusão e uma religiosidade irreverente se deixam levar para a transgressão: representada pelas investidas políticas que o autor realiza sem tratar de partidos, candidatos ou pautas claramente inseridas no noticiário de prefeituras, estados e da União. O empenho para flagrar as correlações de Blanc com o futebol não é inédito. Garcia (2013) havia explorado essas ligações por meio de crônicas do autor, mas o trabalho não foi motivado pelo problema da cultura popular. Sem desconsiderar perguntas e respostas encontradas por estudos anteriores, a leitura comparativa do capítulo do livro e de *O Globo* se centrou nessas defasagens.

Considerações Finais

É justamente a comparação da prosa em jornal e livro de Aldir Blanc que deixa à mostra uma linha que perpassa os textos. Visivelmente o autor se apropria da tendência de contestação da cultura popular nos insultuosos apelidos criados para representar personagens políticos que haviam participado da ofensiva contra a presidenta Dilma Rousseff – investida que, segundo o colunista, configurou uma agressão à democracia. Mas também vão no sentido da transgressão política (Herbert Neto, 2024b), ao usar a linguagem para desordenar hierarquias sociais e embaralhar valores relativos à verdade e ao sagrado, a defesa das tradições e a proposta despudorada em “Até Morrer”. Os demais capítulos do mesmo livro requerem leituras pormenorizadas.

Refinamento e sem-vergonhice não são excludentes no legado do autor. Levar em consideração os textos que vieram a público pelas páginas de veículos de imprensa e em livro expõe essas ambivalências, desde que a leitura não seja enviesada de partida para privilegiar uma das duas direções. A superação da classificação que relegaria as baixarias ao esquecimento ou, no máximo, a uma veleidade episódica do compositor em sua atuação na literatura em sentido mais estrito corresponde a uma visibilidade expandida das lutas políticas em curso na sociedade. Para simplificar: a pesquisa sobre a prosa de Blanc alarga politicamente o horizonte de conflitos.

O itinerário percorrido induz a considerações sobre o jornalismo e a literatura: o compositor se familiarizou com os meandros e passou a colaborar com a imprensa em seções opinativas, depois chegou às gôndolas das livrarias com lançamentos que continham visões críticas sobre a sociedade, mas a partir de outras abordagens (Vianna, 2013). Nesse sentido, *O Pasquim* foi central por ter alçado-o à condição de colaborador do semanário e a de escritor, uma vez que suas ações iniciais no mercado

editorial apareceram com o selo da Codecri – editora montada a partir da estrutura do veículo de comunicação e que lançou outros artistas como Lopes (1981).

Não consta no escopo deste artigo a avaliação do letrista, nem mesmo para reconsiderar sua produção à luz das tradições da cultura popular. Futuros esforços podem suprir essa lacuna se não estiverem restritos ao caráter lírico, circunspecto ou até sombrio das composições e ambicionarem entrever variações vibrantes e ativas que o mesmo conjunto de canções pode assumir. O despojamento do autor, em inúmeras ocasiões até desbocado, é uma abertura para essas nuances. Até sob o prisma do ressentimento a prosa de Blanc reserva potencialidades. Devido ao fato de os elogios ao passado não o impedirem de participar dos acontecimentos que lhe foram contemporâneos, as iniciativas para dar conta da produção do autor lidam com a convivência dessas duas temporalidades.

Presente e pretérito se congregam na interpretação das notícias de Brasília e, destacadamente, no olhar para o esporte. Os problemas ao redor desse ponto se desenvolvem para os campos da mediação, da memória e da linguagem. Logo, os estudos por vir podem explorar os entrecruzamentos na interface entre História e Literatura. Mais trabalhos em Comunicação se atentaram para as permanências dessa estética popular específica, que foi notada em *O Globo e Brasil passado a sujo* – volume que, já no título, recupera traços distantes da assepsia ou de quaisquer propriedades estéreis: Sodré e Paiva (2002) encontram na efusividade apelativa da televisão a continuação disso, embora com sinais trocados; Sodré (2010) negocia com valores parecidos ao especular sobre os limites artísticos do futebol.

Durante a pandemia, Blanc contraiu o vírus da Covid-19 e não resistiu às consequências da doença em 2020 (Blanc, 2020). Em virtude da precariedade com que vivia, campanhas para financiamento do tratamento do compositor foram desencadeadas sem, contudo, conseguir o objetivo de sua recuperação. Mesmo após a morte a mobilização em torno de seu nome foi estimulada. Houve lançamentos no mercado dos livros (Blanc, 2020), na indústria fonográfica (Ferreira, 2024), além de eventos em praça pública em celebração de seu legado musical (Litwak, 2024). Até reivindicaram seu nome em efemérides corporativas de conglomerados de mídia (Millen, 2025) – grupos empresariais cuja disposição para conservar as desigualdades o escritor atacou em vida.

Ainda que nunca tenha evocado para si o *status* de ícone popular, as dinâmicas em volta do compositor chamam atenção. Não é um equívoco conjecturar que a habilidade para transitar do popularesco ao livresco tenha sido uma das causas que conferiram à proposta de legislação para fomento de atividades artísticas e culturais o seu nome, ainda no ano de sua partida, sob o impacto da notícia (Brasil, 2025). A aprovação e a sanção, em um intervalo de profundo autoritarismo (Prestes, 2019), merecem mais empenho por parte dos estudiosos para que sejam calculadas as consequências dessas circulações empreendidas pelo compositor e pela sua obra

também para a criação da Lei Aldir Blanc.

Artigo submetido em 19/02/2025 e aceito em 02/06/2025.

Referências

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

BAKHTIN, M. Os estudos literários hoje. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes Editora, 2015, p. 359–366.

BARROS, J. D. **História comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BLANC, A. A ONU, o corrupto e o Congresso. **O Globo**. [S. l.], 24 set. 2017. Opinião. Coluna Aldir Blanc. Disponível em: bit.ly/42Qtx6g. Acesso em: 04 fev. 2025.

BLANC, A. **Aldir 70**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

BLANC, A. Brasil doente. **O Globo**. [S. l.], 29 abr. 2018. Opinião. Coluna Aldir Blanc. Disponível em: <http://bit.ly/4mGrAAR>. Acesso em: 04 fev. 2025.

BLANC, A. **Brasil passado a sujo**: a trajetória de uma porrada de farsantes. São Paulo: Geração Editorial, 1997.

BLANC, A. Carnívoros. **O Globo**. [S. l.], 26 mar. 2017. Opinião. Coluna Aldir Blanc. Disponível em: bit.ly/41bgSJY. Acesso em: 04 fev. 2025.

BLANC, A. Da senzala ao chiqueiro. **O Globo**. [S. l.], 28 jan. 2018. Opinião. Coluna Aldir Blanc. Disponível em: bit.ly/44homsc. Acesso em: 04 fev. 2025.

BLANC, A. Desgovernos sórdidos. **O Globo**. [S. l.], 29 maio 2016. Opinião. Coluna Aldir Blanc. Disponível em: bit.ly/4htYKRe. Acesso em: 04 fev. 2025.

BLANC, A. O Brasil de Gogol. **O Globo**. [S. l.], 30 ago. 2015. Opinião. Coluna Aldir Blanc. Disponível em: bit.ly/3Qf2Lx1. Acesso em: 04 fev. 2025.

BLANC, A. O Jeová no DVD? **O Globo**. [S. l.], 28 set. 2014. Opinião. Coluna Aldir Blanc. Disponível em: bit.ly/3Qh7jmB. Acesso em: 04 fev. 2025.

BLANC, A. Pais & filhos da pátria. **O Globo**. [S. l.], 26 jun. 2016. Opinião. Coluna Aldir Blanc. Disponível em: bit.ly/3WZqFAu. Acesso em: 04 fev. 2025.

BLANC, A. Papo cabeça. **O Globo**. [S. l.], 31 jan. 2016. Opinião. Coluna Aldir Blanc. Disponível em: bit.ly/4hSY2wD. Acesso em: 04 fev. 2025.

- BLANC, A. Retoques e ousadias. **O Globo**. [S. l.], 29 jan. 2017. Opinião. Coluna Aldir Blanc. Disponível em: bit.ly/4hTyEqQ. Acesso em: 04 fev. 2025.
- BLANC, A. Tatu subiu no pau. **O Globo**. [S. l.], 31 maio 2015. Opinião. Coluna Aldir Blanc. Disponível em: bit.ly/4aTPEuu. Acesso em: 04 fev. 2025.
- BLANC, A. Temeridades. **O Globo**. [S. l.], 27 maio 2018. Opinião. Coluna Aldir Blanc. Disponível em: <https://bit.ly/3T6lEDB>. Acesso em: 04 fev. 2025.
- BLANC, A. **Uma caixinha de surpresas**. São Paulo: Rocco Jovens Leitores, 2010.
- BLANC, A. **Vasco: a cruz do bacalhau**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.
- BOTELHO, A. C. D. **O feitiço de Aldir Blanc**: um poeta contemporâneo da Vila
Dissertação. 2014. Mestrado em Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras.
Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2014. Disponível em:
<https://bit.ly/43KUttl>. Acesso em: 04 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 14.399 de 8 de julho de 2022. **Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Incentivo à Cultura**. Presidência da República. Brasília, DF: 2025. Disponível em: <https://bit.ly/4oSNZrL>. Acesso em: 04 fev. 2025.
- BRITTO, F. L. Nietzsche Coprófago. **Argumentos**: Revista de Filosofia, ano 11, n. 21 – Fortaleza, jan./jun. 2019, p. 37-57. Disponível em: bit.ly/4hQDzZj. Acesso em: 04 jun. 2025.
- BRITTO, F. L. **O Ofício da Origem**. Curitiba: Kotter Editorial, 2016.
- CASTRO, R. **A noite do meu bem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- COUTINHO, R. S. **Um Flamengo grande, um Brasil maior**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2019.
- FERREIRA, M. João Bosco apresenta pareceria inédita com Aldir Blanc entre as 11 faixas do álbum autoral ‘Boca Cheia de Frutas’. **G1**. [S. l.], 06 maio 2024. Disponível em: bit.ly/4ic2Xcv. Acesso em: 04 fev. 2025.
- FIÚZA, A. F. **Entre cantos e chibatas**: a pobreza em rima rica nas canções de Aldir Blanc e João Bosco. 2001. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.
- GALLEGO, E. S. (org.). **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- GARCIA, L. E. V. **Aldir Blanc e o Futebol**: uma leitura deste esporte num time de crônicas do ourives do palavreado. 2013. Dissertação. (Mestrado em Letras) – Centro de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/4mMix1p>. Acesso em: 04 jun. 2025.

GÓES, B. “Do alto da minha goiabeira”: as crônicas de Aldir Blanc com resistência epistemológica **Rua**. Campinas, v. 29, n. 2, p. 559-578, 2023: DOI: <https://doi.org/10.20396/rua.v29i2.8675158>.

HELAL, R. **Passes e impasses**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HERBERT NETO, H. Dansa Dyonisiaca: futebol brasileiro, Dionísio nietzscheano. **Cadernos Nietzsche**. Guarulhos/Porto Seguro, v. 42, n. 3, 2021, p. 69-88.

HERBERT NETO, H. **Palavras em Jogo**. São Paulo: Dialética, 2024a.

HERBERT NETO, H. Sabotagem: O futebol de Torquato Neto em vida, paixão e banana do Tropicalismo. São Paulo. **MATRIZES**, v. 18, n. 2, 2024b, p. 279-294.

HINO do América-RJ. Publicado pelo canal Golaudio. [1 vídeo]. 2 min, [S. l.], 28 jun. 2008. YouTube: @golaudio. Disponível em: bit.ly/3EuAlHo. Acesso em: 04 fev. 2025.

JOÃO Bosco – Linha de Passe (1 vídeo). Duração: 4 min. Publicado pelo canal Moacir Simpatia. YouTube: @moacirsimpatia4544. [S. l.], 26 mar. 2017. Disponível em: bit.ly/42V7eMP. Acesso em: 04 fev. 2025.

LITWAK, P. Roteiro de shows de graça na Zona Norte tem tributo a Aldir Blanc, Ana Costa e Drenna. **O Globo**. [S. l.], 07 set. 2024. Disponível em: bit.ly/3WVLdKel. Acesso em: 04 fev. 2025.

LOPES, N. **O samba, na realidade**. Utopia da ascensão social do samba. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005. p. 111-153.

MÁXIMO, J. Aldir Blanc revela duas canções inéditas. **O Globo**. [S. l.], 28 ago. 2016. Disponível em: bit.ly/4oXIyRl. Acesso em: 04 fev. 2025.

MILLEN, M. Grupo Globo prepara ações para o ano de seu centenário. **O Globo**. [S. l.], 01 jan. 2025. Disponível em: bit.ly/4gHWoNj. Acesso em: 04 fev. 2024.

MOREIRA, S. V.; SAROLDI, L. C. **Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Funarte, 1984.

NAPOLITANO, M. Fontes audiovisuais: A história depois do papel. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 235-290.

PEREIRA, L. A. M. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2001.

PRESTES, A. L. Três regimes autoritários na História do Brasil Republicano: o Estado Novo (1937-1945), a ditadura militar (1964-1985) e o regime atual (a partir do golpe de 2016). **Revista de História Comparada**, v. 13, p. 108-129, 2019: Disponível em: bit.ly/4hw3bLz. Acesso em: 04 jun. 2025.

SANTOS, J. R. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L.; HADDOCK-LOBO, R. **Arruaças**. Uma filosofia popular brasileira. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro, 2020.

SOARES, L. E. **O Brasil e seu duplo**. São Paulo: Todavia, 2019.

SODRÉ, M. Futebol, teatro ou televisão. In: SODRÉ, M. **O monopólio da fala**. Função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 136-156.

SODRÉ, M.; PAIVA, R. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SOUZA, J. **Elite do atraso**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

THOMPSON, E. P. **Os românticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TORRES, A. Um livro bacana (orelha). In: BLANC, A. **Um cara bacana na 19^a**: contos, crônicas e poemas Rio de Janeiro: Record, 1997.

VIANNA, L. F. Aldir Blanc. **Resposta ao tempo**. Vida e letras. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

VIDA Noturna. Publicado pelo canal Aldir Blanc – Tema. (1 vídeo). Duração: 3min. [S. L.], 01 jul. 2021. Disponível em: bit.ly/42QYreR. Acesso em: 05 fev. 2025.

Novela ou série turca?

um estudo exploratório sobre o formato das *dizis*

Aline Mendes¹

Resumo

Este artigo investiga o formato televisivo das *dizis*, conhecidas no Brasil como novelas turcas, mas que na Turquia são transmitidas como séries televisivas semanais. Com uma indústria audiovisual em constante ascensão, a Turquia se consolidou como a terceira maior exportadora de conteúdos televisivos do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e do Reino Unido, sendo as *dizis* as principais responsáveis por esse crescimento expressivo. A pesquisa adota uma abordagem descritiva e exploratória com o objetivo de compreender os sentidos originais atribuídos às *dizis* no contexto cultural turco, bem como os processos de ressignificação que ocorrem a partir de sua ampla circulação global no século XXI. Ao chegarem a outros países, essas produções são frequentemente adaptadas para atender às preferências e formatos locais, o que pode resultar em mudanças no tempo de exibição e na organização dos episódios. O trabalho busca contribuir para o conhecimento sobre um formato audiovisual que tem ganhado espaço no mercado brasileiro, especialmente em plataformas de *streaming* e canais de televisão aberta, mas que ainda é pouco explorado pela literatura acadêmica voltada aos estudos de mídia e cultura.

Palavras-chave

Circulação cultural; Televisão; Novela turca; *Dizis*; Melodrama.

¹Doutoranda e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: aline_ms@id.uff.br.

Telenovela or Turkish TV series?

an exploratory study on the format of *dizis*

Aline Mendes¹

Abstract

This article investigates the television format of *dizis*, known in Brazil as Turkish telenovelas, but broadcast in Turkey as weekly television series. With a constantly growing audiovisual industry, Turkey has become the third largest exporter of television content in the world, behind only the United States and the United Kingdom, with *dizis* being the main drivers of this significant growth. The research adopts a descriptive and exploratory approach aimed at understanding the original meanings attributed to *dizis* within the Turkish cultural context, as well as the processes of reinterpretation that occur through their wide international circulation in the 21st century. As these productions reach other countries, they are often adapted to fit local preferences and broadcasting formats, which may lead to changes in episode length and structure. This study seeks to contribute to the understanding of an audiovisual format that has gained increasing visibility in the Brazilian market, especially on streaming platforms and broadcast television channels. Still, it remains underexplored in academic literature dedicated to media and cultural studies.

Keywords

Cultural circulation; Television; Turkish telenovela; *Dizis*; Melodrama.

¹Doutoranda e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: aline_ms@id.uff.br.

Em 2015, a TV Bandeirantes transmitiu a *dizi Mil e Uma Noites* (Kanal D, 2006–2009) no seu horário nobre, marcando o início da trajetória desse formato audiovisual no Brasil. Em 2025, a exibição da *dizi Força de Mulher* (Fox TV, 2017–2020) na Record, com bons índices de audiência, expôs a consolidação das produções turcas entre o público brasileiro. Todavia, a consolidação das *dizis* no país não impediu que houvesse ambiguidade quanto à sua classificação e essas produções passaram a ocupar lugares distintos no imaginário brasileiro.

Com o passar de uma década, as *dizis* adquiriram sentidos diferentes no país. Por um lado, canais televisivos como a Band, a Record e o TNT Novelas fortaleceram a percepção das *dizis* como telenovelas, levando diversos veículos de imprensa a produzir matérias sobre o êxito das novelas turcas entre a audiência brasileira (Pavão, 2024; Sacchitiello, 2024; Castro, 2025). Por outro lado, plataformas de *streaming* como a Netflix e a Max disponibilizam *dizis* de formas alternativas, com menos episódios e/ou divisão em temporadas, categorizando-as como séries televisivas e levando textos jornalísticos a também as classificarem da mesma forma (Rondon, 2025; 12 séries [...], 2025). Entretanto, uma produção rotulada como novela pela Record, série pela Netflix ou *mosalsalat* em alguns países árabes, pertence ao mesmo formato audiovisual, *dizi*.

Considerando os sentidos divergentes atribuídos à classificação dessas produções, este artigo parte da seguinte pergunta: o que significa *dizi*? Para respondê-la, realizamos um estudo de caráter descritivo e exploratório, com o objetivo de compreender tanto o significado original deste formato na Turquia quanto suas ressignificações em contextos transculturais, como o brasileiro, onde as produções turcas são frequentemente reinterpretadas como telenovelas e adquirem novos sentidos. Para a construção da análise, utilizamos como fontes bibliográficas artigos acadêmicos, especialmente aqueles produzidos por autores turcos, além de materiais jornalísticos sobre as *dizis*.

Justificamos esta pesquisa por três razões principais: i) a indústria televisiva turca é a terceira maior do mundo em exportações, atrás apenas dos EUA e do Reino Unido (Türkiye, 2024), sendo o formato das *dizis* o principal responsável por esse êxito. No entanto, os estudos de recepção ainda predominam, e este artigo se soma a trabalhos que exploram aspectos estruturais dessas produções, como os de Panjeta (2014), Öztürkmen (2018) e Amaral (2024); ii) apesar do crescimento no Brasil, ainda há poucos estudos sobre *dizis* no país, em sua maioria voltados à recepção (Ferreira, 2021; Imaral, 2021); iii) atualmente, as *dizis* estão em diversos canais e plataformas no Brasil e ganham público no exterior por diferentes meios. Esse avanço amplia suas reinterpretações, o que exige pesquisas sobre seus sentidos originais na Turquia e as transformações sofridas em sua circulação internacional.

O artigo está dividido em três seções. A primeira discorre sobre o processo de

formação das *dizis* na Turquia e as influências de produções televisivas internacionais nesse decurso. A segunda seção trata da internacionalização dessas produções e das reconfigurações que as transmissões externas à Turquia produziram nesse formato. E a terceira seção apresenta as características centrais que estruturam o formato das *dizis* e os diferentes gêneros narrativos que marcam essas produções turcas.

A formação das *dizis*: do monopólio televisivo à reabertura

Para esta seção, adotou-se uma abordagem histórica baseada em fontes secundárias, reconstruindo a formação das *dizis* e os acontecimentos que auxiliaram na criação desse formato em ordem cronológica. Em 1952, foi fundada a ITU TV, a primeira emissora turca, gerida por estudantes da Universidade Técnica de Istambul, voltada ao estudo técnico da televisão, não às transmissões regulares (Ceylan *et al.*, 2010). Limitada a Istambul, exibiu peças teatrais, música clássica ocidental e turca, concertos folclóricos e programas infantis e culturais, e em 1961 realizou a primeira transmissão ao vivo, uma partida amistosa entre Turquia e União Soviética (Kuyucu, 2015; Tasouji, 2022). Apesar do pioneirismo, o alcance restrito levou, já em 1955, à demanda por um sistema televisivo nacional, concretizado apenas em 1968 (Kuyucu, 2015).

Com a fundação da TRT (Turkish Radio and Television) em 1964, a Turquia passou a desenvolver sua primeira experiência televisiva em âmbito nacional a partir de 1968, com o início das transmissões da emissora pública. Até a década de 1990, a TRT foi a única autorizada a operar no país, o que levou ao encerramento das atividades da ITU TV, cuja estrutura foi incorporada pela nova emissora em 1971 (Tasouji, 2022). Ainda na década de 1970, a TRT foi responsável pela produção das primeiras *dizis* da televisão turca, como a *sitcom Kaynanalar* (TRT, 1974–2005) e a minissérie dramática *Aşk-ı Memnu* (TRT, 1975), adaptação do romance homônimo publicado em 1899.

No início da TRT, a produção de *dizis* e de conteúdos locais era limitada por restrições orçamentárias e pela baixa valorização do público local, que considerava as produções turcas inferiores às ocidentais, ainda que grande parte do conteúdo estrangeiro exibido fosse programas “enlatados” (Unur, 2015; Öztürkmen, 2018). Embora a emissora produzisse minisséries e telefilmes, como *Sipsevdi* (1977), *Bir Adam Yaratmak* (1978) e *Denizin Kani* (1979), sua programação era dominada por produções estrangeiras, como filmes e séries dos EUA, adaptações da BBC, animações e programas de estúdio europeus (Öztürkmen, 2018). Nesse período, as *dizis* e os filmes originais eram majoritariamente adaptações literárias turcas, voltadas à promoção da cultura nacional, sendo apenas na década de 1980 que a TRT passou a investir em roteiros originais (Öztürkmen, 2018).

A década de 1980 não foi apenas relevante pelo início dos roteiros originais nas *dizis*, mas também pela importação de um novo conteúdo audiovisual pela TRT: as

telenovelas latino-americanas, como *A Escrava Isaura* (TV Globo, 1976–1977) e *Os Ricos Também Choram* (Las Estrellas, 1979–1980). Essas telenovelas passaram a ter êxito entre a audiência turca por serem melodramáticas, um gênero fundamental da era de ouro do cinema turco, que ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970, e que mantinha grande apelo entre o público local (Mecchi, 2020).

No início da década de 1990, foi encerrado o monopólio da TRT e a atuação de novas emissoras na Turquia gerou diversos movimentos relevantes para as *dizis*. A década de 1990 foi um período experimental para as emissoras turcas, incluindo a TRT. Nesse contexto, novos formatos audiovisuais passaram a ser produzidos no país, como *reality shows* e produções inéditas passaram a ser adquiridas do exterior, como *soap operas*, sendo *The Young and the Restless* (CBS, 1973–presente) a primeira a ser transmitida pelo canal TRT 2 em 1990. As telenovelas latino-americanas também ganharam ainda mais espaço durante a década, sendo veiculadas por emissoras como ATV, Kanal D e Star TV, ampliando seu alcance com a audiência turca.

A criação de formatos como telenovelas, *soap operas* e séries de TV esteve diretamente ligada aos repertórios culturais e às demandas locais. No Brasil, por exemplo, a consolidação das telenovelas nos anos 1970 coincidiu com a valorização de tramas mais realistas, conectadas ao cotidiano nacional (Ribeiro, 2015). Já as *soap operas* nos EUA responderam a lógicas publicitárias e econômicas. Na Turquia, a televisão internacional foi o principal fator para o desenvolvimento das *dizis*. Sua formação está vinculada ao repertório global de dramas, telenovelas, séries e *soap operas* que moldaram a forma como a audiência local passou a compreender o meio televisivo (Öztürkmen, 2018). Nesse cenário, a televisão turca testou diversos formatos voltados ao público doméstico. As *dizis*, como conhecidas hoje, começaram a ganhar forma nos anos 1990, mas só se consolidaram de fato a partir do século XXI (Öztürkmen, 2018).

Na década de 1990, foram produzidas *dizis* como *Kara Melek* (Star TV, 1997–2000) e *Deli Yürek* (Show TV, 1998–2002), que já traziam elementos estruturais do formato atual, como a ênfase no melodrama e a produção em temporadas. Esse foi um período experimental da televisão turca, com a produção também de *soap operas*, como *Ferhunde Hanım Ve Kızları* (TRT, 1993–1999), *reality shows* e a consolidação das *sitcoms* turcas por meio de *dizis* como *Çılgın Bediş* (Kanal D, 1996–2001) e *Ayrılık da Beraberiz* (TRT, 1999–2004). Somente a partir dos anos 2000, as *dizis* com as características que impulsionariam seu sucesso internacional se tornaram majoritárias na televisão turca: produções melodramáticas, focadas em dramas familiares, exibidas semanalmente e com episódios longos. Esses elementos consolidaram as *dizis* no horário nobre turco, facilitaram sua circulação transnacional e fortaleceram a Turquia como exportadora de conteúdo audiovisual.

A internacionalização e as ressignificações no formato das *dizis*

Com base em fontes secundárias, esta seção descreve a difusão internacional das *dizis*. Em 2008, o episódio final de *Gümüş* (Kanal D, 2005–2007) alcançou 85 milhões de espectadores na MBC (Middle East Broadcasting Center), rede saudita disponível no Oriente Médio e Norte da África. Embora produções anteriores, como *Aşk-ı Memnu* (TRT, 1975), *Çahkuşu* (TRT, 1986) e *Deli Yürek* (Show TV, 1998–2002), já tivessem sido exportadas, o sucesso de *Gümüş* marcou um ponto de inflexão decisivo. A *dizi* foi produzida em um contexto de consolidação do formato na Turquia, com transmissões semanais, episódios de 90 minutos e produções melodramáticas predominantes, como *Mil e Uma Noites* (Kanal D, 2006–2009), *Sıla: Prisioneira do Amor* (ATV, 2006–2008) e *Yaprak Dökümü* (Kanal D, 2006–2010), evidenciando o crescimento e o refinamento das características formais das *dizis*.

Antes da exibição de *Gümüş*, a MBC já transmitia outras *dizis*, como *Çemberimde Gül Oya* (2004–2005) e *Kaybolan Yıllar* (2006–2007), entre 2007 e 2008 (Buccianti, 2010). Nessas transmissões, já se notava adaptação ao formato local: as *dizis* eram exibidas ao longo da semana, com episódios mais curtos, aproximando-se das telenovelas, conhecidas pelo público árabe devido à popularidade das novelas latino-americanas no Egito e Marrocos. Além disso, países como Egito, Síria e Jordânia possuem tradição consolidada em *mosalsalats*, dramas melodramáticos exibidos diariamente no Ramadã. Embora alguns *mosalsalats* tenham longa duração, como *Al Helmeia Nights* (1987–2016), *Bab Al-Hara* (2006–2017) e *Al Hayba* (2017–2021), é comum a produção de séries inéditas com cerca de 30 episódios, exibidas diariamente, especialmente no Egito. Essas obras, apesar de limitadas a uma temporada, são frequentemente comparadas às telenovelas pela forte presença do melodrama e pela exibição diária.

Nesse sentido, *Kaybolan Yıllar*, por exemplo, foi transmitida de quarta a sábado no horário das 16h, considerado o “horário regular” da MBC (Buccianti, 2010). *Gümüş* começou a ser transmitida em abril de 2008 às 14h na MBC1, mas foi alçada ao horário nobre (21h30) na MBC4, sendo concluída em agosto do mesmo ano nesses canais, quando na Turquia levou três anos de exibição para ser concretizada (Buccianti, 2010). Após isso, a MBC passou a adquirir novas *dizis*, como *Ihlamurlar Altında* (Kanal D, 2005–2007), *Kurtlar Vadisi* (Show TV, 2003–2005), e esse formato consolidou-se entre a audiência dos países árabes.

Em 2008, as *dizis* começaram a ganhar popularidade nos Balcãs, processo iniciado com a exibição de *Mil e Uma Noites* no canal búlgaro Nova TV. Em 2005, *Yabancı Damat* (Kanal D, 2005–2007) já havia feito sucesso na Grécia, ao narrar um romance intercultural entre um homem grego e uma mulher turca. Contudo, *Mil e Uma Noites* foi o principal responsável pelo êxito das *dizis* na região, sendo comercializada amplamente e fazendo sucesso em países como Bulgária, Grécia,

Sérvia e Croácia. Posteriormente, outras *dizis* como *Gümüş*, *Acı Hayat* (Show TV, 2005–2007) e *Dudaktan Kalbe* (Show TV, 2007–2009) foram adquiridas por emissoras locais, e em países como Bósnia, Bulgária, Kosovo e Macedônia, as *dizis* consolidaram-se entre as produções televisivas mais consumidas (Pehlivan, 2021), impulsionando o crescimento da compra dos direitos de exibição e o aumento de seu valor comercial. Enquanto no início dos anos 2000, os episódios das *dizis* custavam entre 35 e 50 dólares, em 2014, os valores poderiam chegar a 200 mil dólares. Além disso, entre 2008 e 2013, o valor de mercado das *dizis* aumentou de 10 milhões de dólares para 150 milhões (Turkey's, 2024).

Cabe ressaltar dois pontos centrais. Primeiramente, a popularidade das *dizis* ter sido iniciada nos países do escopo de atuação da MBC e na região dos Balcãs não é por acaso, pois abrange territórios que fizeram parte do Império Otomano e que compartilham herança histórica e valores com a Turquia. Assim, produções históricas sobre o Império Otomano, como *Século Magnífico* (Star TV, 2011–2014), *Payitaht: Abdülhamid* (TRT 1, 2017–2021) e *O Otomano* (ATV, 2019–presente), ou melodramas com ênfase nos valores familiares e/ou religiosos, como *Benim Adım Melek* (TRT 1, 2019–2021) e *O Canto do Pássaro* (Star TV, 2022–2025), têm grande apelo nesses locais. Esse movimento corresponde ao conceito de “proximidade cultural” (Straubhaar, 1991), indicando que uma parcela considerável da audiência nessas regiões teria preferência pelas *dizis* por serem produções culturalmente mais próximas das suas culturas locais e que reforçariam elementos como identidades nacionais, regionais, étnicas, condutas, conhecimentos, expressões artísticas e religiosas, mais semelhantes para esse público.

Além disso, o sucesso das *dizis* também se deve às adaptações feitas para adequá-las aos formatos e padrões locais. Por exemplo, a MBC transmitiu *Gümüş* como uma telenovela, prática comum para a maioria das *dizis* exibidas dentro e fora do alcance da MBC. Em poucos países, como Espanha e Eslovênia, algumas *dizis* foram exibidas como séries semanais, mais próximas do padrão turco. Quanto às características, ocorreram mudanças nos nomes, cortes de cenas e a dublagem teve papel fundamental. Um dos motivos para o sucesso de *Gümüş* na MBC foi a dublagem para o árabe sírio, em vez do árabe clássico, pois esse dialeto é mais próximo da fala cotidiana e mais facilmente compreendido pela maioria dos países árabes (Buccianti, 2010).

Os mesmos processos de adaptação ocorreram quando as *dizis* chegaram à América Latina, a partir de 2014, com a exibição de *Mil e Uma Noites* no Chile, no formato de telenovela. A partir disso, outros países da região seguiram esse movimento, adquirindo as *dizis* e adaptando-as ao seu formato mais popular: a telenovela. Porém, existem diferenças entre esses formatos. Primeiro, as telenovelas tendem a ser menos restritivas quanto ao conteúdo, especialmente político, enquanto a ascensão das *dizis* na Turquia ocorreu durante a liderança do Partido da Justiça e

do Desenvolvimento (2002–presente), com regras rígidas do Conselho Supremo de Rádio e Televisão, como a proibição de cenas explícitas e exposição excessiva de pele (Acosta-Alzuru, 2021). Segundo, as *dizis* são exibidas semanalmente, enquanto as telenovelas são diárias.

Como mencionamos, desde a transmissão das *dizis* na MBC, ocorre uma aproximação entre os dois formatos. Todavia, cabe ressaltar que, embora as *dizis* já fossem transmitidas em formatos semelhantes ao da telenovela em outros países, foi a partir de sua entrada na América Latina que passaram a adquirir efetivamente o status de telenovela. Isso se deve tanto à relevância que essas produções passaram a ter para a indústria televisiva da região, quanto à proximidade entre suas características narrativas e as das telenovelas, facilitando a sua adaptação e reforçando essa leitura por parte do público, da mídia e do mercado.

Ademais, a longa duração dos episódios das *dizis* facilita sua edição para exibição diária no formato de telenovela, de modo que, nas versões internacionais, essas produções costumam ser reformatadas em um número maior de episódios, aproximando-se assim do modelo tradicional das telenovelas. Como exemplos, podemos mencionar *O Segredo de Feriha* (Show TV, 2011–2012), que originalmente tem 67 episódios, convertidos para 174 na versão internacional, e *Amor Sem Fim* (Star TV, 2015–2017), vencedora do Emmy Internacional de Melhor Telenovela em 2017, com 74 episódios na Turquia e 244 na versão internacional. Portanto, a versão internacional detém uma duração semelhante à da maioria das telenovelas latinas, como *Avenida Brasil* (TV Globo, 2012), com 179 episódios e *Maria do Bairro* (Las Estrellas, 1995–1996), com 185.

Na América Latina, as *dizis* são transmitidas como telenovelas, com exibição diária no horário nobre, faixa típica das telenovelas nas principais emissoras da região. No Chile, *Mil e Uma Noites* foi exibida no horário nobre do canal Mega, que já transmitia outras telenovelas como *Para Toda La Vida* (Las Estrellas, 1996) e *Pablo Escobar, o Patrão do Mal* (Caracol Televisión, 2012), sendo chamada pela mídia local de “novela turca” (Tedesco, 2014; Las Mil [...], 2019). O mesmo ocorreu na Argentina, em 2015. No Brasil, *Mil e Uma Noites* foi a primeira *dizi* exibida em TV aberta, no horário nobre da Rede Bandeirantes, porém, diferente de outros países da região, substituiu uma série estadunidense, *Glee* (Fox, 2009–2015), e não uma telenovela local.

Assim, torna-se perceptível que a internacionalização das *dizis* foi perpassada por ressignificações dos seus sentidos originais. Ou seja, no processo de circulação cultural dessas produções para o exterior, ocorrem diferentes apropriações conforme os contextos em que circulam (Appadurai, 1996), gerando construções de sentido (e recepção), distintas da formação original das *dizis* na Turquia, muitas vezes com apagamentos significativos em relação às suas definições e funções de origem (Bourdieu, 2002; Escosteguy, 2007). Portanto, o processo de internacionalização das *dizis* gerou diversas ressignificações no formato, criando ambiguidades quanto à sua

classificação em diferentes países. As múltiplas categorias atribuídas às *dizis*, como séries, *mosalsalats* ou telenovelas, são resultado direto dessa circulação cultural, na qual seus sentidos originais, como séries melodramáticas semanais com episódios longos, tendem a ser minimizados.

Dizis: formato, características e gêneros

Na seção anterior, vimos que, no sentido original turco, as *dizis* são produções semanais com forte ênfase melodramática e episódios de longa duração. Contudo, é necessário aprofundar essa dinâmica. Diferente da telenovela, analisada como gênero narrativo constituído pela matriz melodramática (Lopez, 2009) e caracterizado, no sentido amplo de gênero, por atributos comuns como tramas, cenários, estruturas e estilos (Chandler, 1997), as *dizis* são aqui examinadas principalmente pelo formato, ou seja, pelas características formais que as compõem, como a duração dos episódios e o caráter recorrente dos personagens (Aronchi, 2015). Assim, o gênero seria sobre os aspectos narrativos, enquanto o formato seria sobre os estruturais e formais. Embora alguns autores as definam como gênero (Öztürkmen, 2018; Carney, 2023), as consideramos um formato que abriga diversos gêneros narrativos. Nesse sentido, é preciso distinguir esse formato de outras produções televisivas e, em seguida, analisar a presença dos gêneros narrativos nas *dizis*, identificando-os e ilustrando cada caso com exemplos representativos.

Como mencionado na primeira seção, as *dizis* passaram por uma reconfiguração importante entre as décadas de 1990 e 2000. Na década de 1990, algumas já apresentavam características que garantiriam seu sucesso, mas foi a partir dos anos 2000 que esses traços se tornaram predominantes. Observando as *dizis* produzidas a partir de 2005, o formato já estava consolidado, com episódios de cerca de 90 minutos de material bruto e foco no melodrama. Em 2010, profissionais da área protestaram pela redução para 45 minutos (Bulut, 2016), mas três mudanças a partir de 2012 impediram essa redução e até aumentaram a duração dos episódios: i) a empresa que media a audiência incluiu regiões menores, tornando os dados mais imprevisíveis; ii) diante disso, os canais exigiram episódios mais longos para manter o público; iii) o Conselho Supremo de Rádio e Televisão da Turquia (RTÜK) limitou a publicidade por hora, levando os canais a prolongar os episódios para inserir mais intervalos comerciais e aumentar receitas (Bulut, 2016).

Por consequência disso, os episódios das *dizis* atualmente variam de 130 a 150 minutos, podendo chegar a 180 em alguns casos. Essa duração tem resultado em *dizis* mais repetitivas e no aumento da precarização do trabalho dos responsáveis pelas *dizis*, que passaram a enfrentar jornadas de trabalho longas para conseguir entregar episódios mais longos (Bulut, 2016).

Esse ponto está ligado a outra característica das *dizis*. Na Turquia, elas são

produzidas por produtoras independentes, enquanto as emissoras apenas licenciam o conteúdo, geralmente por temporada. É comum que uma produção estreie em uma emissora e temporadas seguintes sejam exibidas por outra, como *Kaynanalar*, que estreou na TRT e foi transmitida pelo Kanal D entre 1997 e 1999. Nesse modelo, as emissoras exigem episódios longos, mas não produzem, sobrecarregando as produtoras. Além disso, como o vínculo com as emissoras se limita à transmissão original, os direitos de distribuição internacional permanecem quase sempre com as produtoras, exceto em casos de co-produções ou acordos prévios. Assim, embora canais como Kanal D, ATV e Show TV sejam associados às *dizis*, produtoras como Med Yapım, Ay Yapım e O3 Medya são mais centrais nesse circuito.

As *dizis* são marcadas pelo melodrama, embora não exista uma definição única para esse gênero. No geral, o melodrama é um gênero narrativo em que emoções intensas são centrais para provocar uma resposta afetiva no público (Williams, 2012). Nessas produções, há valorização da virtude, dos valores morais e a presença da dualidade entre o bem e o mal (Zanetti, 2009). Além disso, o melodrama pode ser visto não só como gênero, mas também como uma forma de estruturar diferentes narrativas (Santos; Satler, 2023), usando as emoções para envolver o público em diversos meios, como literatura, teatro, cinema, telenovelas e *dizis*, e em diferentes gêneros, como drama, comédia, ação e romance. Assim, embora as *dizis* abarquem vários gêneros, tanto na Turquia quanto internacionalmente, destacam-se o drama e o romance.

Para O'Toole (2003), o drama é composto por uma multiplicidade de gêneros que atuam como elementos estruturais específicos e que, articulados aos contextos particulares, definem o texto dramático. Nas *dizis*, esse drama costuma se manifestar em quatro variações principais: dramas trágicos, dramas rurais/tribais, dramas históricos e dramas familiares.

Os dramas trágicos podem ser compreendidos como histórias que exploram conflitos intensos, cujas consequências são marcadas por dor, perda ou destruição. A *dizi Amor Proibido* (Kanal D, 2008–2010) seria um exemplo desse subgênero. Na trama, a protagonista Bihter se envolve em um caso extraconjugal com o sobrinho do seu marido, Behlül, e as consequências dessa traição levam ao suicídio de Bihter e ao afastamento definitivo de Behlül da família.

Os dramas rurais ou tribais exploram a vida no campo, marcada por valores tradicionais, tradições locais e conflitos entre famílias influentes, além de evidenciar o contraste entre a Anatólia rural e a Istambul urbana, símbolo de uma Turquia menos conservadora (Öztürkmen, 2018). *Sıla: Prisioneira do Amor* (ATV, 2006–2008) ilustra essa dicotomia: a protagonista, filha adotiva de uma família rica de Istambul, visita sua cidade natal no interior e é obrigada a casar-se com o líder de uma família local para saldar uma dívida de sangue do irmão. A narrativa mostra o choque entre os valores modernos em que foi criada e as tradições conservadoras que enfrenta

após o casamento. Segundo Tanrıvermiş (2007), nesses dramas, a sociedade e a região exercem poder sobre os personagens, e as mulheres frequentemente ocupam posições passivas.

As *dizis* dramáticas históricas focam principalmente no Império Otomano, como *Século Magnífico*, ou nas tribos formadoras desse império, como *Diriliş: Ertuğrul* (TRT 1, 2014-2019). Na América Latina, esse subgênero é menos popular, mas muito consumido em países do antigo Império Otomano, como os árabes e os dos Balcãs. *Século Magnífico*, que retrata o sultão Solimão I, foi uma das produções mais caras da Turquia e atingiu 500 milhões de espectadores em 2019, além de ser a primeira *dizi* exportada para o Japão (Bhutto, 2019).

Cabe indicar que esses gêneros e subgêneros se cruzam com frequência, sendo os dramas familiares centrais nesse processo. Presentes em dramas trágicos, rurais/tribais e históricos, os dramas familiares ocupam posição central no melodrama, cujo núcleo temático é o ambiente doméstico, cenário de segredos, passados obscuros e personalidades instáveis (Oliveira Jr., 2012). Desde as primeiras *dizis*, o núcleo familiar permanece central, geralmente ambientado em lares de três gerações. Em *Hercai: Amor e Vingança* (ATV, 2019-2021), o casal protagonista enfrenta conflitos intergeracionais e rivalidades familiares que dificultam seu relacionamento.

Após o drama e seus subgêneros, o romance é o gênero mais presente nas *dizis*. No século XXI, as produções mais consumidas na Turquia e no exterior são centradas em casais heteronormativos que conduzem a narrativa, mesmo com a presença de crimes ou conflitos familiares. O romance se destaca dentro do drama e, em alguns casos, torna-se o gênero principal, especialmente em comédias românticas e romances dramáticos. A comédia romântica tem ganhado espaço nos últimos anos, com destaque para o canal Now (antiga Fox TV), do conglomerado Disney, responsável por sucessos internacionais como *Será Isso Amor?* (2020-2021) e *Sr. Errado* (2020). Já entre os romances dramáticos, *Gümüş* é emblemático: a trama gira em torno do casamento arranjado entre Gümüş e Mehmet, que perdeu a namorada grávida em um acidente. Preso ao luto, ele resiste à união, e o enredo se desenvolve a partir das tensões e transformações afetivas entre os protagonistas.

Além do drama e do romance, existem *dizis* de outros gêneros, como comédia, ação e fantasia. As *dizis* de comédia foram muito populares na Turquia durante o monopólio da TRT através de produções como *Kaynanalar e Bizimkiler* (TRT, 1989-2002) e tiveram ampla presença na televisão turca até meados dos anos 2000, quando os dramas e romances começaram a se tornar os gêneros mais populares e algumas das *dizis* mais longevas da história da Turquia, de comédia, passaram a ser encerradas.

As *dizis* de ação giram em torno de dois elementos principais: produções policiais e/ou sobre crime organizado, que frequentemente se entrelaçam. A maioria mostra policiais e agentes turcos combatendo crimes, terrorismo e ameaças à segurança, como em *Börü - Esquadrão Lobo* (Star TV, 2018) e *Teskilat* (TRT 1, 2021-

presente). Há também tramas centradas no crime organizado, envolvendo famílias rivais e vingança, como *Tetikçinin Oğlu* (Now, 2023). Esses enredos dialogam com o gênero suspense, que usa a tensão constante e dilemas morais, como *Ramo* (Show TV, 2020–2021), que acompanha um membro de gangue que, ao planejar tomar o poder, se apaixona pela filha do homem que pretende matar. Esses impasses mantêm a atmosfera de suspense no decorrer da produção.

Por fim, também consideramos necessário mencionar *dizis* do gênero fantasia, ou seja, produções que trazem elementos místicos e sobrenaturais. Cabe ressaltar que esse gênero não é recorrente nesse panorama até 2018. Existiam poucas produções de fantasia, como *Sihirli Annem* (Kanal D, 2003–2012) e *Acemi Cadı* (Kanal D, 2006–2007), *remakes* das séries estadunidenses *A Feiticeira* (ABC, 1964–1972) e *Sabrina, Aprendiz de Feiticeira* (ABC, 1996–2003), além de algumas *dizis* originais como *Ruhsar* (Kanal D, 1998–2001). Todas essas mencionadas eram fusões dos gêneros de comédia e fantasia. Entretanto, a partir da primeira série original da Netflix, *O Último Guardiã* (2018–2020), a fantasia passou a ser mais associada ao drama e cresceu em número de produções por meio dessa plataforma. Portanto, *dizis* como *O Segredo do Templo* (Netflix, 2019–2021), *A Lenda de Shahmaran* (Netflix, 2023–2024) e *Meia-Noite no Hotel Pera Palace* (Netflix, 2022–2024) [1] demonstram como a Netflix modela as produções turcas de acordo com os seus padrões (Araujo; Mendes, 2025), ampliando a presença de um gênero incomum no cenário das *dizis* e reconfigurando algumas características relevantes do formato, como o tamanho dos episódios.

Assim, diversos gêneros narrativos compõem o formato das *dizis*, sendo o drama e o romance os principais responsáveis por sua popularidade internacional. Consideramos também relevante mencionar a existência de um circuito televisivo alternativo na Turquia: as *soap operas*, um formato definido pela serialização e pela narrativa aberta (Bielby; Harrington, 2005), responsável por produções como *Esaret* (Kanal 7, 2022–presente) e *Beni Affet* (Show TV, 2011–2018). Embora por vezes sejam percebidas como *dizis*, devido a características semelhantes, como a presença do melodrama, distinguem-se por apresentarem episódios diários e, diferente das telenovelas, por adotarem uma estrutura dividida em temporadas, ainda que essas temporadas sejam contínuas. O circuito das *soap operas*, no entanto, será explorado em trabalhos futuros.

Considerações Finais

Em 2023, a Netflix lançou a *dizi* *De Quem Estamos Fugindo?* (Netflix, 2023), dois anos depois, o Portal Terra realizou uma matéria jornalística sobre essa produção que a definia como série e também como telenovela (Vive [...], 2025). No decorrer deste artigo, percebemos que essa ambiguidade na classificação dos dramas televisivos turcos é frequente e justifica-se pela falta de compreensão do que significa *dizi*

originalmente na Turquia e pela circulação cultural dessas produções para o exterior, que gerou diversas ressignificações desse formato, como *mosalsalats* em alguns países árabes e telenovelas na América Latina. Assim, buscando compreender o significado das *dizis* e as suas reconfigurações fora da Turquia, realizamos este trabalho de caráter descritivo e exploratório.

A Turquia produziu suas primeiras *dizis* na década de 1970, mas o formato só se consolidou a partir dos anos 1990, com o fim do monopólio da TRT e a incorporação de influências internacionais, como as telenovelas latino-americanas e as séries estadunidenses. Foi nesse contexto que as *dizis* adquiriram as características que as tornaram populares dentro e fora do país. Entendemos que as *dizis*, no contexto turco, são séries melodramáticas com episódios semanais longos. A periodicidade semanal aproxima o formato das séries dos EUA, que tiveram grande impacto na formação da televisão turca, enquanto a ênfase no melodrama remete às telenovelas. A duração extensa dos episódios também facilita a adaptação para outros formatos, como as telenovelas. Assim, no processo de circulação internacional, as *dizis* passaram por ressignificações e passaram a ser interpretadas, em diferentes contextos culturais, como telenovelas, séries ou *mosalsalats*. Portanto, os significados que as *dizis* adquiriram fora da Turquia, principalmente quando compreendidas como telenovelas, passaram a defini-las tanto quanto, ou até mais do que, seus sentidos originais (Bourdieu, 2002). Assim, os sentidos estabelecidos na Turquia não podem ser os únicos considerados ao observar o fenômeno das *dizis*, pois, no processo de circulação internacional, essas produções também podem ser interpretadas como telenovelas, séries ou *mosalsalats*, e, no cenário contemporâneo, o mercado externo é de grande relevância para essas produções.

O artigo também apresentou os diferentes gêneros narrativos que são relevantes para o formato das *dizis*, sendo drama, romance e seus respectivos subgêneros os mais centrais para o êxito nacional e internacional dessas produções. Além disso, discutiremos também sobre outras características essenciais para a compreensão das *dizis*, como o papel das produtoras de mídia, ainda mais relevante do que o das emissoras, os processos de internacionalização desse formato e que tornaram os seus episódios mais longevos.

Com este artigo, esperamos dar um passo adiante na construção de um olhar mais atento sobre as *dizis* no Brasil, ressaltando suas particularidades e os sentidos que vêm assumindo em diferentes contextos, como o brasileiro. Esse objeto envolve uma série de dinâmicas que ainda carecem de maior atenção por parte da pesquisa acadêmica e esperamos que a discussão apresentada aqui possa estimular novas pesquisas que se debrucem sobre esse formato audiovisual, cuja presença tem se intensificado no país.

Notas

[1] Indicamos que o *O Segredo do Templo* foi encerrado, porém não havia informações sobre o encerramento ou renovação de *A Lenda de Shahmaran* e *Meia-Noite no Hotel Pera Palace*, dessa forma, inserimos o ano da última temporada lançada.

Artigo submetido em 20/06/2025 e aceito em 19/08/2025.

Referências

12 SÉRIES turcas para maratonar nas plataformas de streaming. **Zero Hora**. [Porto Alegre], 24 fev. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/zy9pkppe>. Acesso em: 24 abr. 2025.

ACEMİ CADİ. Produção: Ahmet Kayımtu. Exibição original: Kanal D (2006–2007), Star TV (2007). Istanbul: D Productions, 2006–2007.

ACOSTA-ALZURU, C. Will it travel? The local vs. global tug-of-war for telenovela and Turkish dizi producers. In: ARDA, Ö.; ASLAN, P.; MUJICA, C. (ed.). **Transnationalization of Turkish television series**. Istanbul: Istanbul University Press, 2021. p. 1–26.

ACI HAYAT. Produção: Osman Sinav. Exibição original: Show TV, 2005–2007. [S. l.]: Sinegraf, 2005–2007.

A ESCRAVA ISAURA. Produção: TV Globo. Exibição original: TV Globo, 1976–1977. Rio de Janeiro: TV Globo, 1976–1977.

A FEITICEIRA. Produção: Harry Ackerman. Exibição original: ABC, 1964–1972. Los Angeles: Screen Gems, 1964–1972.

A LENDA DE SHAHMARAN. Produção: Burak Sağyaşar. Exibição original: Netflix, 2023–2024. Adana: Tims & B Productions, 2023–2024.

AL HAYBA. Produção: Cedars Art Production; Sabbah Brothers. Exibição original: Middle East Broadcasting Center, 2017–2021. [S. l.]: 2017–2021.

AL HELMEYA NIGHTS. Produção: Union of Radio and Television. Exibição original: Union of Radio and Television, 1987–2016. [S. l.], Cedars Art Production, 1987–2016.

AMARAL, C. O. DİZİs turcas: o romance, o sensorial e o erótico. **RuMoRes**, v. 18, n. 36, p. 132–155, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2024.226191>.

AMOR PROIBIDO. Produção: Kerem Çatay. Exibição original: Kanal D, 2008–2010. Istanbul: Ay Yapım, 2008–2010.

- AMOR SEM FIM.** Produção: Kerem Çatay. Exibição original: Kanal D, 2015–2017. Istambul: Ay Yapım, 2015–2017.
- APPADURAI, A. **Modernity at large:** cultural dimensions of globalization. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1996, 248p.
- ARONCHI, J. C. **Gêneros e formatos na televisão brasileira.** São Paulo: Summus, 2015, 200p.
- ARAUJO, M; MENDES, A. Diversidade em xequê: imperialismo de Netflix e a universalização dos contrafluxos audiovisuais. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 27, n. 1, p. 122–136, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54786/revistaepic.v27i1.21971>.
- AŞK-I MEMNU.** Produção: Halit Refiğ. Exibição original: TRT, 1975. Istambul: TRT, 1975.
- AVENIDA BRASIL.** Produção: Guto Colunga. Exibição original: TV Globo, 2012. Rio de Janeiro: TV Globo, 2012.
- BABAL-HARA.** Produção: A.J Productions. Exibição original: Middle East Broadcasting Center, 2006–2017. [S. l.], 2006–2017.
- BENİAFFET.** Produção: Nilgün Sağyaşar. Exibição original: Show TV (2011–2012); Star TV (2012–2018). [S. l.]: Focus Film, 2011–2018.
- BENİM ADIM MELEK.** Produção: Süreyya Önal. Exibição original: TRT 1, 2019–2021. [S. l.]: Üs Yapım, 2019–2021.
- BHUTTO, F. How Turkish TV is taking over the world. **The Guardian**. [S. l.], 13 set. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/4wwcc538>. Acesso em: 02 mar. 2023.
- BIR ADAM YARATMAK.** Produção: TRT. Exibição original: TRT, 1978. [S. l.]: TRT, 1978.
- BİZİMKİLER.** Produção: Umut Bugay. Exibição original: TRT 1, Star TV, Show TV, 1989–2002. Istambul: Bugay Yapım, 1989–2002.
- BÖRÜ - ESQUADRÃO LOBO.** Produção: Alper Çağlar; Doruk Acar. Exibição original: Star TV, 2018. Istambul: Çağlar Arts Entertainment, 2018.
- BOURDIEU, P. As condições sociais da circulação internacional das ideias. **Enfoques**, v. 1, n. 1, p. 6–15, 2002.
- BUCCIANTI, A. Dubbed Turkish soap operas conquering the Arab world: social liberation or cultural alienation. **Arab Media and Society**, v. 10, n. 2, p. 428, [S. l.], 30 mar. 2010. DOI: <https://doi.org/10.70090/AB10TSOA>.

BULUT, E. Dramın ardındaki emek: dizi sektöründe reyting sistemi, çalışma koşulları ve sendikalaşma faaliyetleri. **Galatasaray Üniversitesi İletişim Dergisi**, n. 24, p. 79–100, 29 jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.16878/gsuilet.258972>.

ÇALIKUŞU. Produção: Osman F. Seden. Exibição original: TRT, 1986. Istambul: TRT, 1986.

CASTRO, S. Romance puro e fuga da realidade: o que explica o sucesso das novelas turcas? **Notícias da TV**. [S. l.], 04 jan. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/mmegyvk3>. Acesso em: 24 abr. 2024.

CARNEY, J. Extreme dizi-ness: stretching the bounds of genre in (new?) Turkish television. **Jump Cut: A Review of Contemporary Media**, v. 62, n. 1, 2023.

ÇEMBERİMDE GÜL OYA. Produção: Şükrü Avşar; Bahadır Atay. Exibição original: Kanal D, 2004–2005. Istambul: Avşar Film, 2004–2005.

CEYLAN, O. *et al.* Türkiye's First TV Broadcasting and Istanbul Technical University TV, ITUTV. In: **2010 Second Region 8 IEEE Conference on the History of Communications**. IEEE, 2010, p. 1–3.

CHANDLER, D. **An introduction to genre theory**. [S. l.], Jan. 1997. Disponível em: <https://tinyurl.com/44jukpa9>. Acesso em: 14 ago. 2025.

ÇILGIN BEDİŞ. Produção: Ayhan Aybek. Exibição original: Kanal D, 1996–1999; Show TV, 2000–2001. [S. l.]: Pelit Prodüksiyon, 1996–2001.

"LAS MIL y una noches" regresa a la televisión chilena y ya tiene fecha de reestreno. **Cooperativa**. [S. l.], 31 jul. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/tbtp5cdj>. Acesso em: 02 jun. 2025.

DELIYÜREK. Produção: Mustafa Sevki Dogan. Exibição original: Show TV, 1998–2001; ATV, 2001–2002. Istambul: Sinegraf, 1998–2002.

DENİZİN KANI. Produção: TRT. Exibição original: TRT, 1979. [S. l.]: TRT, 1979.

DE QUEM ESTAMOS FUGINDO? Produção: Kadir Polat; İrfan Şahin. Exibição original: Netflix, 2023. [S. l.]: 1441 Productions, 2023.

DİRİLİŞ: ERTUĞRUL. Produção: Kemal Tekden; Metin Günay. Exibição original: TRT 1, 2014–2019. [S. l.]: Tekden Film, 2014, 2019.

DUDAKTAN KALBE. Produção: Ay Yapım. Exibição original: Show TV, 2007–2009. [S. l.], 2007–2009.

ESARET. Produção: Nazmiye Yılmaz. Exibição original: Kanal 7, 2022–2025. Istambul: Karamel Yapım, 2022–2025.

ESCOSTEGUY, A. C. Circuitos de cultura/circuitos de comunicação: um protocolo analítico de integração da produção e da recepção. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 4, n. 11, p. 115-135, 2007. DOI: <https://doi.org/10.18568/cmc.v4i11.111>.

FERHUNDE HANIM VE KIZLARI. Produção: TRT. Exibição original: TRT, 1993-1994; Star TV, 1994-1999. Ancara: ODA Yapım, 1993-1999.

FERREIRA, G. C. **A descoberta da Turquia pelos latino-americanos**: a recepção da ficção televisiva turca no Brasil e no Uruguai. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

GLEE. Produção: Ryan Murphy; 20th Century Fox Television. Exibição original: Fox, 2009-2015. Los Angeles: 2009-2015.

GÜMÜŞ. Produção: Lale Eren; Irfan Sahin. Exibição original: Kanal D, 2005-2007. Istambul: D Productions, 2005-2007.

HERCAİ: AMOR E VINGANÇA. Produção: Banu Akdeniz. Exibição original: ATV. [S. l.]: Mia Yapım, 2019-2021.

IHLAMLURLAR ALTINDA. Produção: Şükrü Avşar. Exibição original: Kanal D, 2005-2007. Istambul: Avşar Film, 2005-2007.

IMARAL, P. W. Violência de Gênero: recepção das Telenovelas turcas no Brasil. CSOnline. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 33, p. 393-415, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2021.30539>.

KARA MELEK. Produção: Ertuğrul Karşoğlu. Exibição original: Star TV, 1997-2000. [S. l.]: Ertuğrul Karşoğlu, 1997-2000.

KAYBOLAN YILLAR. Produção: Sergin Akyaz. Exibição original: Star TV, 2006-2007. [S. l.]: Base Productions, 2006-2007.

KAYNANALAR. Produção: Tekin Akmansoy; Arzu Akmansoy. Exibição original: TRT, 1974-1988; Kanal D, 1997-1999; TRT, 2000-2005. [S. l.], 1974-2005.

KURTLAR VADISI. Produção: Osman Sınav; Raci Şaşmaz. Exibição original: Show TV, 2003-2005; Kanal D, 2005. Istambul: Sinegraf; Pana Film, 2003-2005.

KUYUCU, M. Historical, economic and political development of television broadcasting in turkey an industry analysis. **International Journal of Management and Applied Science**, v. 1, n. 9, p. 44-55, 2015.

LOPES, M. I. V. Telenovela como recurso comunicativo. **MATRIZES**, v. 3, n. 1, p. 21-47, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v3i1p21-47>.

MARIA DO BAIRRO. Produção: Valentín Pimstein. Exibição original: Canal de las Estrellas, 1995-1996. Cidade do México: Televisa, 1995-1996.

- MECCHI, L. Lições da Turquia para o cinema brasileiro. **Cinética. Cinema e crítica**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/3a9evy4s>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- MEIA-NOITE NO HOTEL PERA PALACE**. Produção: Kelly McPherson. Exibição original: Netflix, 2022–2024. Istambul: Karga Seven Pictures, 2022–2024.
- MIL E UMA NOITES**. Produção: Erol Avci. Exibição original: Kanal D, 2006–2009. [S. l.]: TMC Film, 2006–2009.
- O CANTO DO PÁSSARO**. Produção: Onur Güvenatam. Exibição original: Star TV, 2022–2025. Istambul: OGM Pictures, 2022–2025.
- OLIVEIRA JR., L. C. Em defesa do melodrama. In: GUIMARÃES, P. M.; CARLOS, C. S. (org.). **Douglas Sirk: o príncipe do melodrama**. São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil; Ministério da Cultura, 2012. p. 39–48.
- OS RICOS TAMBÉM CHORAM**. Produção: Valentín Pimstein. Exibição original: Las Estrellas, 1979–1980. Cidade do México: Las Estrellas, 1979–1980.
- O OTOMANO**. Produção: Bozdağ Film. Exibição original: ATV, 2019–presente. [S. l.], 2019–presente.
- O SEGREDO DE FERIHA**. Produção: Fatih Aksoy. Exibição original: Show TV, 2011–2012. Istambul: Med Yapım, 2011–2012.
- O SEGREDO DO TEMPLO**. Produção: Alex Sutherland; Özge Bağdatlıoğlu. Exibição original: Netflix, 2019–2021. Istambul: Netflix, 2019–2021.
- O'TOOLE, J. **The process of drama: negotiating art and meaning**. New York: Routledge, 1992.
- O ÚLTIMO GUARDIÃO**. Produção: Onur Güvenatam. Exibição original: Netflix, 2018–2020. Istambul: O3 Medya, 2018–2020.
- ÖZTÜRKMEN, A. “Turkish Content”: the Historical rise of the dizi genre. **Tv/series**, n. 13, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4000/tvseries.2406>.
- PABLO ESCOBAR, O PATRÃO DO MAL**. Produção: Caracol Televisión. Exibição original: Caracol Televisión, 2012. Bogotá: Caracol Televisión, 2012.
- PANJETA, L. The changing soaps and telenovela genre: Turkish series impact. **Epiphany Journal of Transdisciplinary Studies**, v. 7, n. 1, p. 137–166, 2014.
- PARA TODA LA VIDA**. Produção: Lucero Suárez; Juan Osorio. Exibição original: Canal de las Estrellas, 1996. Cidade do México: Televisa, 1996.

PAVÃO, F. Romance sem sexo, drama familiar: como as novelas turcas conquistam o Brasil? **Slash Uol**. [S. l.], 19 maio 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/47f2hs79>. Acesso em: 24 abr. 2024.

PAYİTAHT: ABDÜLHAMİD. Produção: Yusuf Esenkal. Exibição original: TRT 1, 2017–2021. [S. l.]: ES Film, 2017–2021.

PEHLIVAN, H. Turkish TV series and the Balkans: bridging the gap. **TRT Global**. 22 ju. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/3drs6kw2>. Acesso em: 14 abr. 2025.

RAMO. Produção: Necati Akpınar. Exibição original: Show TV, 2020–2021. Adana: BKM, 2020–2021.

RIBEIRO, R. A fantástica fábrica ficcional: a telenovela enquanto gênero de representação nacional. **Letras Escreve**, v. 5, n. 1, 2015.

RONDON, V. 5 séries turcas para assistir na Netflix. Entre Telas. **Terra**. [S. l.], 10 abr. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/52y38924>. Acesso em: 24 abr. 2025.

RUHSAR. Produção: Abdullah Oğuz. Exibição original: Kanal D, 1998–2001. Istambul: ANS Production, 1998–2001.

SABRINA, APRENDIZ DE FEITICEIRA. Produção: Paula Hart. Exibição original: ABC (1996–2000); The WB (2000–2003). Los Angeles: Archie Comics, 1996–2003.

SACCHITIELLO, B. A onda de sucesso das novelas turcas entre o público brasileiro. **Meio & Mensagem**. [S. l.], 1 nov. 2024. <https://tinyurl.com/37v7hdam>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SANTOS, T. S.; SATLER, L. L. O melodrama enquanto estratégia comunicacional. **Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 17, n. 3, p. 164–184, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/rmc.v17i3.57419>.

SÉCULO MAGNÍFICO. Produção: Nermin Eroglu. Exibição original: Show TV, 2011–2012; Star TV, 2012–2014. [S. l.]: Tims Productions, 2011–2014.

SERÁ ISSO AMOR? Produção: Asena Bülbüloğlu. Exibição original: FOX Turquia, 2020–2021. Istambul: MF Yapım, 2020–2021.

SIHIRLİ ANNEM. Produção: İnci Kırhan Gündoğdu. Exibição original: Kanal D (2003–2005), Star TV (2006, 2011–2012), 2003–2012. Istambul: D Productions, 2003–2006; Süreç Film, 2011–2012.

SILA: PRISIONEIRA DO AMOR. Produção: Nezihe Dikilitas; Most Production. Exibição original: ATV, 2006–2008. [S. l.]: Fm Yapım, 2006–2008.

SIPSEVDİ. Produção: TRT. Exibição original: TRT, 1977. [S. l.]: TRT, 1977.

- SR. ERRADO.** Produção: Faruk Turgut. Exibição original: FOX Turquia, 2020. Istanbul: Gold Film, 2020.
- STRAUBHAAR, J. D. Beyond media imperialism: Assymetrical interdependence and cultural proximity. **Critical Studies in media communication**, v. 8, n. 1, p. 39-59, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1080/15295039109366779>.
- TANRIVERMİŞ, Ş. **Televizyon Dizilerinde Erkek İmgesi.** 2007. Dissertação (Mestrado em Communication Arts) – Institute of Social Sciences, Istanbul Kültür University, Istanbul, 2007.
- TASOUJI, C. D. İTU-TV Deneyimi ve Türkiye’de Ulusal Televizyon Yayınlarını Bekleyiş. **İletişim Kuram ve Araştırma Dergisi**, v. 2022, n. 57, p. 51-69, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47998/ikad.1057269>.
- TEDESCO, M. Telenovela turca. Las mil y una noches un éxito en el primetime de Mega Chile. **Produ.** [S. l.], 20 mar. 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n7ncjsb>. Acesso em: 02 jun. 2025.
- TEŞKİLAT.** Produção: Timur Savcı; Burak Sağyaşar. Exibição original: TRT 1, 2021–presente. [S. l.]: Tims&B Productions, 2021–presente.
- TETİKÇİNİN OĞLU.** Produção: Saner Ayar; Ömer Durak. Exibição original: Now, 2023. Bodrum: O3 Medya, 2023.
- THE YOUNG AND THE RESTLESS.** Produção: Josh Griffith. Exibição original: CBS, 1973–presente. Nova York: CBS, 1973–presente.
- VIVE sem tempo? Netflix tem a novela turca perfeita: só 7 episódios com menos 41 minutos cada. **Entretê. Terra.** 30 abr. 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/3fjad6u8>. Acesso em: 14 jun. 2025.
- TURKEY’S drama export exceeds \$150 million. 2014. **Daily News.** Istanbul, 22 jan. 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/595z5x3e>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- TÜRKİYE emerges as leading exporter of TV series after US, UK. **Daily Sabah.** Instambul, 18 fev. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/2enwynkp>. Acesso em: 04 jun. 2025.
- UNUR, A. K. Discussing transnational format adaptation in Turkey: a study on Kuzey Güney. Series. **International Journal of TV Serial Narratives**, v. 1, n. 2, p. 139-139, 2015. DOI: <https://doi.org/10.6092/issn.2421-454X/5899>.
- WILLIAMS, C. Melodrama. In: FLINT, K. (ed.). **The Cambridge History of Victorian Literature.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 193-219.0

YABANCI DAMAT. Produção: Türker İnanoglu. Exibição original: Kanal D, 2004–2007. [S. l.]: Erler Film, 2004–2007.

YAPRAK DÖKÜMÜ. Produção: Kerem Çatay. Exibição original: Kanal D, 2006–2010. [S. l.]: Ay Yapım, 2006–2010.

ZANETTI, D. Repetição, serialização, narrativa popular e melodrama. **Matrizes**, v. 2, n. 2, p. 181–194, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v2i2p181-194>.

Trans de direita?

Marcações identitárias e espectro político no TikTok

Fernanda Martins Machado¹ e Tarcisio Torres Silva²

Resumo

Este artigo investiga o impacto das redes sociais na política brasileira, com ênfase na atuação de Suellen Rayanne, influenciadora digital e mulher trans conservadora com forte presença no TikTok. Suellen desafia estereótipos ao alinhar sua identidade trans a valores bolsonaristas, criando uma figura política particular, especialmente em um contexto onde as figuras trans são geralmente associadas a pautas de esquerda e progressistas. A pesquisa realiza uma análise qualitativa das postagens de Suellen, buscando entender como sua atuação digital demonstra os desafios enfrentados por indivíduos LGBTQIAPN+ que se identificam com essa vertente ideológica. Além disso, o estudo compara a trajetória de Suellen a de outras figuras trans na política brasileira, como Erika Hilton e Thammy Miranda, destacando as diferentes estratégias políticas adotadas por essas lideranças em espectros ideológicos opostos. Ao analisar o caso de Suellen Rayanne, este estudo contribui para a compreensão das dinâmicas entre identidade, redes sociais e política no Brasil contemporâneo, oferecendo uma reflexão crítica sobre os desafios, oportunidades, tensões internas e as complexidades da representatividade LGBTQIAPN+ em um contexto polarizado e em constante transformação.

Palavras-chave

TikTok; LGBTQIAPN+; Redes sociais; Política; Polarização.

¹ Mestre em Linguagens, Mídia e Arte pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Bolsista Capes. E-mail: fernanda_m_martins@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0077-372X>.

² Doutor em Artes Visuais, professor pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: tarcisio.silva@puc-campinas.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9347-7585>.

Right-wing trans?

Identity markers and political spectrum on TikTok

Fernanda Martins Machado¹ and Tarcisio Torres Silva²

Abstract

This article investigates the impact of social networks on Brazilian politics, with an emphasis on the work of Suellen Rayanne, a digital influencer and conservative trans woman with a strong presence on TikTok. Suellen defies stereotypes by aligning her trans identity with Bolsonarist values, creating a particular political figure, especially in a context where trans figures are generally associated with left-wing and progressive guidelines. The research carries out a qualitative analysis of Suellen's posts, seeking to understand how her digital activities shows the challenges faced by LGBTQIAPN+ individuals who identify with this ideological aspect. Furthermore, the study compares Suellen's trajectory to that of other trans figures in Brazilian politics, such as Erika Hilton and Thammy Miranda, highlighting the different political strategies adopted by these leaders on opposite ideological spectrums. By analyzing the case of Suellen Rayanne, this study contributes to the understanding of the dynamics between social and political networks in contemporary Brazil, offering a critical reflection on the challenges, opportunities, internal tensions and the complexities of LGBTQIAPN+ representation in a polarized and constantly transforming context.

Keywords

TikTok; LGBTQIAPN+; Social media; Politics; Polarization.

¹ Mestre em Linguagens, Mídia e Arte pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Bolsista Capes. E-mail: fernanda_m_martins@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0077-372X>.

² Doutor em Artes Visuais, professor pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: tarcisio.silva@puc-campinas.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9347-7585>.

As pautas identitárias têm surgido como uma estratégia política no contexto brasileiro, especialmente em um cenário de crescente polarização ideológica e avanço das redes sociais. Movimentos sociais e partidos políticos, tanto de esquerda quanto de direita, têm utilizado questões ligadas à identidade – como raça, gênero, sexualidade e religião – para mobilizar eleitores, construir narrativas e disputar espaço no debate público. Essas pautas se tornaram ferramentas eficazes para conectar projetos políticos a experiências individuais e coletivas, criando uma ponte emocional com os eleitores. Na esquerda, a defesa de direitos de populações historicamente marginalizadas – como negros, mulheres e LGBTQIAPN+ – busca reforçar ideais de justiça social e inclusão, enquanto, na direita, o discurso identitário frequentemente ressignifica temas como família, religião e tradição, enfatizando valores conservadores.

No entanto, a incorporação das pautas identitárias à política não é isenta de tensões. Para alguns grupos, especialmente aqueles que historicamente se identificam com lutas por direitos, o uso dessas questões pode parecer superficial ou instrumentalizado, resultando em práticas simbólicas desvinculadas de ações concretas. Esse fenômeno evidencia como a disputa pelas narrativas identitárias transcende alinhamentos ideológicos tradicionais, criando um campo híbrido em que identidades são tanto ferramentas de resistência quanto instrumentos de poder.

Com o advento das redes sociais, novos agentes foram surgindo ao centro do debate público, entre eles Suellen Rayanne, influenciadora digital e mulher trans conservadora que tentou ingressar na política como vereadora pela cidade de Rio Claro (SP). Conhecida pelo perfil @transdedireita.sp6 [1] no TikTok (Rayanne, [2025]), que detém mais de 100 mil seguidores, ela aborda pautas alinhadas à direita, defende valores tradicionais, e critica movimentos progressistas, inclusive dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+, se contrapondo ao imaginário coletivo que frequentemente associa pautas LGBT exclusivamente a vertentes progressistas ou de esquerda. Sua presença nas redes sociais chama a atenção por romper com expectativas tradicionais associadas a identidades de gênero e orientação política, gerando engajamento e controvérsia.

A presença de Suellen no TikTok e sua tentativa de ingressar na política desafiam tanto as barreiras impostas por sua identidade trans quanto os limites ideológicos que cercam a direita conservadora. Em um cenário marcado por violência estrutural e desafios à inclusão, figuras como ela representam tanto um ponto de ruptura quanto uma oportunidade para repensar as dinâmicas entre identidade, política e redes sociais no Brasil contemporâneo.

Dessa maneira, este artigo busca problematizar o papel de figuras como Suellen no contexto regional e político brasileiro, onde pautas identitárias são frequentemente moldadas por dinâmicas locais e sociais. Para isso, a metodologia

adotada envolve a análise de conteúdo das postagens de Suellen Rayanne no TikTok. Por meio de um estudo qualitativo, pretende-se entender como a presença dela nas redes sociais ilustra a convivência de diferentes identidades e valores dentro de um cenário político complexo, refletindo as diversas perspectivas e desafios presentes.

Representatividade trans no Brasil

O movimento LGBTQIAPN+, nasceu como uma resposta coletiva às opressões e violências enfrentadas por aqueles que não se encaixam nas normas sociais de sexualidade e gênero. A sigla, que inicialmente era apenas LGBT, expandiu-se ao longo das décadas para incluir outras identidades e orientações sexuais, como queer, intersexo e assexual, refletindo a diversidade de experiências dentro do grupo. Dentro do movimento LGBTQIAPN+, o conceito de “trans”, ou o “T” da sigla, abrange pessoas cuja identidade de gênero é diferente do sexo que lhes foi designado ao nascer. Isso inclui mulheres trans, homens trans e pessoas não binárias, que não se identificam exclusivamente como homem ou mulher. A identidade de gênero é uma percepção pessoal e interna, que, para pessoas trans, muitas vezes se traduz em um processo de transição social, legal e/ou médica. No Brasil, esses processos ainda enfrentam desafios significativos de ordem estrutural, social e cultural, que vão desde a discriminação familiar e profissional até a violência física e psicológica. Para Trevisan (2018, p. 512), “a identidade transexual [...] continua sofrendo preconceito e repressão nos mais diferentes aspectos, até o nível da crueldade, que pessoas transexuais há muito vivenciam”.

A exclusão no mercado de trabalho e as barreiras no acesso à educação são obstáculos recorrentes. A violência é uma questão crítica: em 2023, foram registradas 155 mortes de pessoas trans no Brasil, sendo 145 assassinatos e 10 suicídios, muitos dos quais ocorreram após episódios de violência ou devido à falta de apoio e visibilidade. Esses números, divulgados na 7ª edição do Dossiê: Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), revelam um aumento de 10,7% em relação a 2022, quando ocorreram 131 assassinatos. É o lugar que mais se assassina pessoas trans e travestis no mundo (Almeida, 2024).

A história das políticas públicas para pessoas trans no Brasil é marcada pela ausência ou precariedade de iniciativas até os anos 2000. Entre 1990 e 2000, essas pessoas eram amplamente invisibilizadas e não contavam com suporte em áreas como educação, emprego ou proteção social. Avanços começaram a surgir a partir de 2010, como a inclusão de procedimentos de redesignação sexual no Sistema Único de Saúde (SUS) e, em 2018, com a criação da Política Nacional de Saúde Integral para a População LGBTQIAPN+. Mais recentemente, a Lei 14.192/2021 garantiu o direito de alterar nome e gênero em documentos sem a necessidade de cirurgia,

representando um progresso significativo. Apesar de avanços pontuais, políticas públicas voltadas para pessoas trans ainda são escassas e pouco eficazes. O histórico de exclusão, combinado com os desafios da representatividade política, reforça a urgência de ações mais amplas e integradas para enfrentar a transfobia e garantir direitos básicos a essas pessoas.

Os dados apresentados reforçam a necessidade de ações governamentais eficazes para enfrentar o preconceito e a violência contra pessoas trans. Além de melhorar as políticas públicas, é fundamental ampliar o debate social para combater a discriminação e garantir que todas as pessoas trans possam viver com dignidade e segurança. No entanto, o impacto dessas ações pode variar consideravelmente dependendo do contexto regional em que se inserem. Em São Paulo, por exemplo, as tensões entre valores conservadores e movimentos identitários são especialmente evidentes, refletindo um estado que combina tradição e modernidade em suas dinâmicas políticas e sociais.

Historicamente, São Paulo desempenhou um papel central no desenvolvimento político e econômico do Brasil, abrigando elites econômicas, grandes centros urbanos e uma classe média diversificada que frequentemente reforça valores tradicionais. Isso se reflete em práticas políticas que, em muitos municípios paulistas, tendem a priorizar agendas conservadoras em temas como família, religião e costumes (Pierucci, 1999). Por outro lado, São Paulo também é um dos principais berços de movimentos sociais no país. Desde os anos 1980, o estado tem sido palco da emergência de novos sujeitos políticos e formas de mobilização coletiva, como apontou Sader (1988) ao analisar o cenário urbano brasileiro e a entrada em cena de personagens sociais até então marginalizados.

Movimentos de trabalhadores, feministas, antirracistas, LGBTQIAPN+ e de juventude têm encontrado no estado um espaço fértil para organização e mobilização. Essa convivência entre valores conservadores e demandas por inclusão cria um cenário paradoxal, onde conflitos e negociações acontecem constantemente. Em muitas cidades do interior, por exemplo, observa-se a reprodução de discursos conservadores que convivem com iniciativas pontuais de inclusão e diversidade. Um exemplo é a crescente visibilidade de lideranças LGBTQIAPN+ e de mulheres negras, mesmo em ambientes onde o conservadorismo cultural ainda prevalece.

Na esfera política, isso se traduz em uma disputa simbólica e pragmática. Enquanto partidos de direita e extrema-direita ganham força ao defender valores conservadores como resposta às “ameaças” de mudança social, outros movimentos buscam ocupar esses mesmos espaços, dialogando com eleitores de forma estratégica. Portanto, a região paulista é um microcosmo das tensões nacionais entre tradição e transformação. É um espaço onde identidades se cruzam, onde narrativas conservadoras são desafiadas e onde o diálogo – ainda que muitas vezes marcado por polarizações – possibilita a reconfiguração do imaginário político brasileiro.

A ascensão de pessoas trans na política brasileira

As instituições políticas frequentemente exacerbam a marginalização dos grupos menos favorecidos. O sistema legislativo, predominantemente composto por “homens, ricos, brancos e heterossexuais, que não refletem a diversidade de perspectivas e interesses do povo brasileiro” (Pereira, 2017, p. 121), tem contribuído para a exclusão das demandas das pessoas trans. A disseminação de discursos de ódio por parte de políticos também fortalece essa exclusão, intensificando a falta de reconhecimento das pessoas trans (Machado, 2017).

Segundo Carvalho (2015) e Santos (2016a; 2016b), a participação de pessoas trans em processos eleitorais é uma estratégia de ativismo relativamente nova, apesar de existirem candidaturas desde a década de 1990. A primeira mulher transexual a ocupar um cargo político tanto no Brasil quanto na América Latina foi Kátia Tapety, eleita em 1992 como vereadora na cidade de Colônia do Piauí (PI), a 300 km da capital Teresina. Ela foi reeleita para três mandatos consecutivos (1992, 1996 e 2000), e, após sua eleição, não houve novas candidaturas de pessoas trans e travestis até 2002.

Somente em 2018, após uma decisão do TSE, as pessoas trans ganharam o direito de votar utilizando seus nomes sociais. No mesmo ano, em um contexto de crescente oposição de grupos conservadores e maior visibilidade para os movimentos LGBT, três deputadas estaduais trans e negras foram eleitas para cargos importantes. Erica Malunguinho (PSOL) e Erika Hilton (PSOL) foram eleitas para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), enquanto Robeyonce Lima (PSOL) foi eleita para a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE) (Campos, 2018). A eleição de representantes por meio de mandatos coletivos e bancadas ativistas destaca as estratégias dos movimentos sociais independentes e pluripartidários na busca por uma representação política mais inclusiva.

Erika deixou seu mandato na ALESP em 2020 para lançar sua candidatura à Câmara Municipal de São Paulo, onde fez história ao se tornar a primeira mulher trans eleita para o cargo de vereadora. Na eleição de 2020, Erika obteve mais de 50 mil votos e foi a mulher mais votada. Nesse mesmo pleito, Thammy Miranda se tornou o primeiro homem trans a ser eleito para a Câmara Municipal de São Paulo, com 43.321 votos, sendo o 9º mais votado (Moreno, 2020).

Em 2022, Erika se candidatou à Câmara dos Deputados pelo estado de São Paulo, conseguindo se eleger deputada federal com 256.903 votos. Hilton se destaca por trabalhar em prol de políticas que promovem a inclusão e os direitos da comunidade LGBTQIAPN+, a equidade racial, a defesa dos Direitos Humanos e a valorização de culturas jovens e periféricas (Silva, 2023).

Nas eleições municipais de 2020, 30 candidatas trans foram eleitas como vereadoras, com sete delas figurando entre as mais votadas em suas cidades. As eleitas foram Linda Brasil (PSOL – Aracaju), Dandara Ferreira (MDB – Patrocínio Paulista),

Tieta Melo (MDB – São Joaquim da Barra), Lorim de Valéria (PDT – Pontal), Duda Salabert (PDT – Belo Horizonte), Titia Chiba (PSB – Pompeu) e Paullete Blue (PSDB – Bom Repouso) (Antra, 2020). A alta incidência de candidaturas trans nas eleições municipais pode ser explicada pela menor necessidade de capital político e financeiro nesta esfera, o que também proporciona maior visibilidade eleitoral.

Já em 2024, houve um recorde histórico no número de candidaturas LGBTQIAPN+ no Brasil, com 225 candidatos eleitos, representando um crescimento de 130% em comparação com 2020. Desses, 26 são pessoas trans, com destaque para Amanda Paschoal (PSOL), quinta vereadora mais votada da cidade de São Paulo. No entanto, o impacto dessas candidaturas ainda se concentra em partidos progressistas, como PSOL e PT, o que evidencia os desafios enfrentados por representantes LGBTQIAPN+ em partidos de espectro ideológico mais conservador (Santos, 2024).

Dentro da estrutura da esquerda, o movimento LGBTQIAPN+ frequentemente ocupa um lugar de destaque simbólico, mas enfrenta dificuldades em traduzir essa visibilidade em ações concretas e consistentes em todas as esferas de poder. Como nos propõe Pereira (2017, p. 121):

É possível dizer que trabalhadores/as, mulheres, população negra e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), só para citar alguns grupos, são obstados de ocupar espaços de poder tanto pela dinâmica da exclusão social quanto pelos filtros institucionais que tendem a reproduzir as desigualdades sociais na esfera pública e na política eleitoral.

Assim, a inclusão de pautas identitárias em programas partidários pode ser vista tanto como uma oportunidade estratégica de expandir a base eleitoral, quanto como um risco de instrumentalização das causas em prol de agendas maiores, como disputas de poder entre lideranças partidárias.

Um dos principais riscos enfrentados por pessoas LGBTQIAPN+ dentro da esquerda é a invisibilização de interseccionalidades. Identidades negras, periféricas ou trans podem ser marginalizadas em um movimento que, por vezes, privilegia vozes mais alinhadas às lideranças tradicionais. Além disso, o contexto de crescente polarização política no Brasil expõe lideranças LGBTQIAPN+ de esquerda a ataques constantes, que vão desde campanhas de desinformação nas redes sociais até ameaças diretas à sua integridade física.

Por outro lado, a esquerda também oferece oportunidades significativas para lideranças LGBTQIAPN+, especialmente no campo das políticas públicas. Parlamentares como Erika Hilton, mulher trans e negra eleita deputada federal pelo PSOL em 2022, ilustram como a aliança entre pautas identitárias e agendas progressistas pode levar à construção de um legado político robusto. Erika não apenas ocupou um espaço que historicamente era inacessível para pessoas como ela, mas também trouxe para o Congresso debates cruciais sobre violência contra pessoas trans, inclusão no mercado de trabalho e acesso a direitos básicos.

A ascensão de figuras como Erika Hilton também revela a importância das redes sociais como ferramentas para mobilização e visibilidade. Erika utiliza plataformas digitais para conectar-se a seus eleitores, superar barreiras impostas pela mídia tradicional e posicionar-se em temas sensíveis, o que fortalece sua base política e inspira outras lideranças LGBTQIAPN+ a seguir seu exemplo.

Entretanto, o sucesso de Erika contrasta com as dificuldades enfrentadas por pessoas LGBTQIAPN+ em partidos fora do espectro progressista. Enquanto na esquerda há uma predisposição maior para acolher a diversidade, o mesmo não pode ser dito de partidos conservadores, onde as pautas LGBTQIAPN+ ainda são vistas, em grande parte, como inconciliáveis com seus valores – ou “impermeáveis à agenda LGBT”, como nos coloca Pereira (2017, p. 127). Nesse contexto, a análise da trajetória de Erika Hilton serve como contraponto ao caso de figuras como Suellen Rayanne, demonstrando como diferentes espectros políticos lidam com a pauta identitária e revelando as tensões que emergem dessa interação.

Dessa forma, a inclusão da pauta identitária não é apenas uma questão de ocupar espaços, mas de atualizar e ressignificar o debate político brasileiro. Erika Hilton simboliza a luta por representatividade plena, enquanto o caso de Suellen desafia noções pré-concebidas sobre a relação entre identidade de gênero e posicionamento ideológico. Ao explorar esses dois casos, buscamos contribuir para a compreensão das dinâmicas que moldam o debate político em torno da diversidade, tanto na esquerda quanto na direita, destacando os riscos e as oportunidades enfrentados por pessoas LGBTQIAPN+ em diferentes contextos.

No Brasil, a integração das questões trans nos movimentos de esquerda começou a se consolidar nos anos 2000, quando as questões LGBT, incluindo a identidade de gênero, passaram a receber mais atenção pública. A crescente visibilidade e organização dos movimentos sociais trouxeram as demandas trans para o centro do debate político e social.

Um exemplo significativo da relação entre a política de esquerda e os direitos LGBT no Brasil é a atuação de Marta Suplicy, figura amplamente lembrada por Trevisan (2018) em seu tratado sobre a história da homossexualidade no Brasil. Em 1995, durante a abertura da 17ª Conferência Anual da International Lesbian and Gay Association (ILGA), Marta Suplicy lançou uma campanha nacional pela criação de uma lei de parceria civil e pela inclusão de uma emenda constitucional que proibisse a discriminação com base na orientação sexual. Essa proposta visava reconhecer e garantir direitos civis e proteção legal para casais do mesmo sexo e, indiretamente, apoiar a causa trans ao criar um ambiente de maior igualdade e respeito.

A proposta de parceria civil de Marta ajudou a recuperar o prestígio do PT como um partido defensor dos direitos de gays e lésbicas, reforçando seu compromisso com a justiça social e a inclusão. Esse esforço foi um marco na luta pelos direitos LGBT no Brasil (Green, 2000, p. 292). Embora nem todos no movimento LGBT se

identifiquem com a esquerda, muitos avanços nos direitos trans foram impulsionados por partidos e políticas de esquerda. Com foco na redistribuição de poder e na defesa dos marginalizados, a esquerda frequentemente apoia a causa trans como parte de seu compromisso com a inclusão e a equidade. Partidos como o PT e o PSOL têm sido aliados importantes na promoção desses direitos, incorporando a proteção e inclusão das pessoas trans em suas agendas progressistas.

Do lado da direita, políticos como Thammy Miranda (homem trans) e Fernando Holiday (homem negro bissexual) conseguem navegar entre esses mundos ao articular identidades LGBTQIAPN+ com valores conservadores, como o respeito à família ou à religiosidade, e ainda alcançar êxito político em razão da conexão com outras bandeiras, como o liberalismo e a renovação política. Isso demonstra a complexidade de construir capital político em torno dessas causas em um estado que combina áreas conservadoras com polos progressistas.

Uma figura como Erika Hilton, eleita por São Paulo, talvez encontrasse maior dificuldade em conquistar o mesmo espaço político em regiões onde o conservadorismo cultural é mais dominante. Por outro lado, casos como o de Suellen, que busca se posicionar em um contexto conservador, mostram como é possível reformular a narrativa identitária para se adequar a públicos diferentes, ainda que com grande resistência.

Suellen Rayanne

Esse cenário mostra que lideranças LGBTQIAPN+ precisam adaptar suas narrativas para dialogar com públicos distintos, seja ao combinar pautas identitárias com valores conservadores ou ao destacar prioridades locais. Além disso, precisam lidar com os mecanismos de poder impostos pelas plataformas, pois como nos colocam Karhawi e Grohmann (2024, p. 236) (Tradução nossa) “o poder das plataformas atua para restringir identidades e o trabalho diário – incluindo a monetização e os relacionamentos com o público e as próprias plataformas” [2]. Nesse sentido, figuras como Suellen Rayanne exemplificam uma tentativa de navegar nesse cenário complexo. Atuando em um contexto marcadamente conservador, Suellen reformula as pautas LGBTQIAPN+ de maneira a se alinhar a valores bolsonaristas, o que a torna uma figura controversa e peculiar dentro do movimento.

Com base nas 37 postagens mais populares feitas por Suellen, em outubro de 2024 foi realizada uma análise detalhada de cada uma delas. As postagens foram classificadas em categorias específicas (Bolsonaro, comunidade LGBT e terceiro banheiro), o que possibilitou identificar padrões temáticos e estratégias discursivas recorrentes.

A partir dessas categorias, foram feitas inferências sobre como Suellen articula sua identidade, constrói narrativas e engaja seu público dentro de um espectro

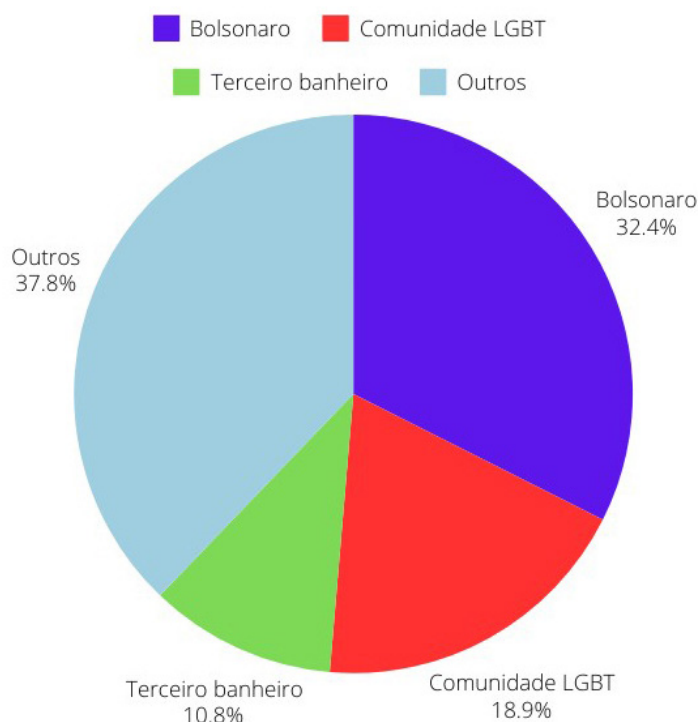
político conservador.

Considerando o ambiente em que está sendo feito o estudo, o TikTok, é importante descrever algumas particularidades ali presentes. Uma delas é a paródia, em que os vídeos consistem na recriação de algo já existente, mas a partir de um ponto de vista cômico e satírico. No TikTok, os usuários utilizam-se muito de paródias a partir de músicas que já existem. Os desafios (*challenges*, em inglês) são, também, uma oportunidade para envolver o público na plataforma. Eles servem para incentivar mais pessoas a realizarem determinada atividade que o desafio propõe, como ficar de um lado da tela se concorda com um tema e do outro se discorda. Há ainda o vlog, que funciona com um relato pessoal que mostra o lado íntimo da pessoa, como o seu dia a dia. O que é recorrente tanto nas dancinhas quanto nos vlogs é o que Pereira de Sá e Polivanov (2012) chamam de “coerência expressiva”, quando os influenciadores mantêm um padrão de comunicação consistente com seu público de modo com que isso se torne tão natural que seja difícil reconhecer o que é virtual ou real e performado ou cotidiano (Sibilia, 2008).

Os resultados do levantamento mostraram que Suellen tem um foco considerável em temas relacionados a Jair Bolsonaro, com 12 postagens (32,43%) mencionando o ex-presidente. Isso sugere que ela busca se alinhar com a base de apoio de Bolsonaro, tentando atrair eleitores que compartilham suas simpatias políticas. Além disso, em 7 postagens (18,91%), Suellen adotou uma postura crítica em relação à comunidade LGBT, abordando questões como o uso de banheiros femininos por mulheres trans e a comemoração do Dia Internacional da Mulher por elas. Essa posição tende a atrair o público conservador, que defende valores tradicionais, mas também pode gerar divisões dentro da própria comunidade trans. Algumas pessoas trans podem se sentir representadas, enquanto outras podem discordar de suas ideias, o que contribui para a fragmentação do movimento em vez de fortalecer a união em torno de direitos e inclusão.

Suellen também fez 4 postagens (10,81%) propondo a criação de um terceiro banheiro para pessoas trans. No entanto, sua posição contrária ao uso de banheiros femininos por mulheres trans e a outros avanços inclusivos demonstra uma resistência a integrar totalmente as questões de identidade de gênero, o que pode afastar grupos que lutam por uma maior inclusão de pessoas trans.

Suellen Rayanne - Categorias



Fonte: Elaboração dos autores (2025).

Após a análise dos 37 vídeos publicados por Suellen, selecionamos cinco deles para uma análise qualitativa com ênfase em expressões, assuntos e viés metodológico. Esses vídeos foram escolhidos não somente por promover sua identidade política como “travesti bolsonarista”, mas também por questionar discursos tradicionais tanto da direita quanto da esquerda e por haver inúmeras incongruências. Um exemplo emblemático é o vídeo gravado durante um evento com Jair Bolsonaro, que alcançou 1,2 milhão de visualizações e evidenciou sua habilidade em usar plataformas digitais para ampliar sua visibilidade [3]. Até a data de 6 de junho de 2024, esse vídeo havia recebido 143,3 mil curtidas, 6.899 comentários, foi adicionado aos “favoritos” por 4.292 pessoas e compartilhado 3.301 vezes em outras plataformas como WhatsApp, Instagram, Facebook e Twitter.

A gravação foi feita e publicada no dia 29 de maio de 2024, durante uma visita do ex-presidente Jair Bolsonaro a Campinas (SP), para um evento de arrecadação de doações para ajudar o Rio Grande do Sul, que enfrentava uma grande tragédia devido às enchentes. O evento aconteceu no Ginásio de Esportes do Guarani Futebol Clube e contou com a presença de autoridades como o governador Tarcísio de Freitas, o prefeito de Campinas, Dário Saadi, e outros políticos da região (Figura 1).

Figura 1 – Encontro com Bolsonaro em 29 de maio de 2024.



Fonte: [4].

No vídeo, Suellen se aproxima de Bolsonaro, que está sentado em um banco, para tirar uma foto com ele. Enquanto isso, alguém que está filmando comenta: “a trans de direita quer namorar com Bolsonaro”. Embora não seja possível ouvir claramente o que Bolsonaro responde, ambos estão sorrindo, e Suellen faz um gesto de vitória com as mãos. Depois, Bolsonaro dá um abraço nela.

Algo interessante nos vídeos de Suellen é a forma como ela se apresenta como uma “travesti bolsonarista”. O termo “bolsonarista” não se refere apenas a alguém que apoia a direita política, mas a um movimento ideológico muito específico ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro. A palavra “bolsonarista”, assim como “feminista” ou “socialista”, indica uma identificação com um movimento ou ideologia; nesse caso, com as ideias e o estilo político de Bolsonaro.

Por exemplo, uma pessoa que se identifica como “feminista” defende os direitos das mulheres e a igualdade de gênero, enquanto um “socialista” apoia uma sociedade mais igualitária, com a socialização dos meios de produção. Da mesma forma, ao se identificar como “bolsonarista”, Suellen não está apenas dizendo que é de direita, mas que compartilha uma adesão específica ao movimento político que se formou em torno de Bolsonaro. Isso é importante, pois ser de direita não significa, necessariamente, apoiar Bolsonaro. Existem diferentes formas de ser conservador, e alguns conservadores podem discordar de Bolsonaro em questões como economia ou política externa.

Portanto, o “bolsonarismo” se tornou uma identidade política própria, distinta de outras posições da direita, e tem características específicas ligadas à personalidade e ao governo de Bolsonaro. Quando Suellen se descreve como “bolsonarista”, ela está

afirmando essa conexão direta com esse movimento, que é muito mais do que apenas uma orientação política à direita.

O uso da palavra “travesti” no contexto de Suellen também é algo relevante, pois historicamente o termo foi usado de maneira pejorativa e discriminatória. No entanto, algumas pessoas transgênero começaram a se reapropriar da palavra, tentando mudar seu significado negativo e valorizar sua identidade. Essa prática faz parte de uma abordagem de movimentos identitários de esquerda, que buscam ressignificar palavras e símbolos para dar mais visibilidade à comunidade. Contudo, Suellen se identifica politicamente com a direita, o que cria uma contradição em seu discurso. Ela é transgênero, mas não defende as pautas identitárias típicas dos movimentos de esquerda, o que torna sua posição política complexa e controversa.

Outro exemplo de contradição é o fato de uma pessoa LGBTQIAPN+ apoiar um político que, em várias ocasiões, fez declarações homofóbicas e racistas. Em 2011, em uma entrevista à revista *Playboy*, Bolsonaro afirmou que seria incapaz de amar um filho homossexual e disse que “preferiria que um filho dele morresse em um acidente do que aparecesse com um bigodudo por aí”. Ele também afirmou que, se um casal homossexual morasse ao lado dele, isso desvalorizaria sua casa (Bolsonaro, 2011).

O segundo vídeo de Suellen com maior engajamento tem 679,1 mil visualizações, 126,4 mil curtidas e 12,4 mil comentários. Esse vídeo também foi compartilhado 4.016 vezes nas redes sociais e foi adicionado aos “favoritos” por 4.024 pessoas. No vídeo, Suellen, como a personagem “Trans de Direita”, segura o smartphone e responde a um comentário em que alguém questiona se os “bolsonaristas” permitiram que ela use o banheiro feminino. A pergunta sugere que ela não seria aceita por apoiadores de Bolsonaro, dada a controvérsia sobre os direitos de pessoas trans.

Em sua resposta, Suellen defende a ideia de um terceiro banheiro específico para pessoas trans, travestis e transgêneros, pois acredita que isso evitaria constrangimentos para todos os envolvidos. Ela argumenta que a comunidade LGBTQIAPN+ foca em “brigar por um vaso sanitário” em vez de discutir questões mais amplas. Para Suellen, essa atitude é um exemplo de “lacrção” e militância, práticas das quais ela não se considera parte. Ela também critica essa postura, afirmando que ela “destrói a família”, prega “desrespeito” e é intolerante com as religiões.

Em outro vídeo, Suellen discute a diferença entre mulheres trans e mulheres biológicas. Ela responde a um comentário que questiona se a direita a considera mulher, defendendo a ideia de que deve existir um espaço separado para as mulheres trans, como banheiros, esportes e concursos. Suellen reforça que, embora ela seja uma mulher trans, considera que mulheres trans e mulheres biológicas são completamente diferentes, afirmando que nasceu homem e continuará sendo homem. Esse posicionamento gerou bastante repercussão em seu perfil no TikTok, gerando debates sobre o reconhecimento de mulheres trans dentro do movimento feminista (Figura 2).

08:29 22 min

@transdedireita.sp tu sabe que a direita não te considera como mulher né?

Responder

Direita não me considera Mulher? 😊



TransdeDireita.Sp

♪ In Essence - @Ka\$tro

gente como não gostar dela ...e maravilhosa..
Coerente...sincera...e realista... parabéns..vc merece
tudo de melhor neste mundo 🍌🍌
3-8 Responder 16

mas querida vc as vezes nos defende mais q
qualquer outra mulher 🍌🍌🍌🍌
3-8 Responder 57

Por que será que esse discernimento não é
contagioso seria mais fácil né ,parabéns gente
inteligente é outro nível
3-9 Responder 1

patriota 100% 🇺🇲
verdade 🍌🍌🍌🍌🍌🍌🍌🍌🍌🍌🍌🍌🍌🍌
3-8 Responder 1

Ela refuta a comparação, dizendo que não se deixa “escravizar” pelas ideologias da esquerda e questiona a hipocrisia de alguns apoiadores do movimento LGBTQIAPN+, citando figuras históricas como Che Guevara, que, em sua época, perseguiu e matou pessoas LGBTQIAPN+. Ela critica a esquerda por apoiar essas figuras e ao mesmo tempo se dizer a favor dos direitos LGBTQIAPN+.

Suellen também se posiciona sobre o aumento das mortes de pessoas LGBTQIAPN+ em 2023 e critica o governo de Lula, alegando que ele não tem feito nada para combater a violência contra a comunidade. Suellen se coloca como uma “trans de direita” e afirma que a esquerda não defende verdadeiramente os direitos LGBTQIAPN+, mas, sim, uma ideologia.

Em outro vídeo, Suellen critica artistas e jornalistas por não se manifestarem sobre as queimadas no Brasil. Ela acusa figuras como Leonardo DiCaprio, Greta Thunberg e Mark Ruffalo de não falarem sobre as queimadas quando o governo de Lula está no poder, embora esses artistas tenham criticado o governo Bolsonaro durante sua gestão. Suellen sugere que eles “sumiram” por estarem recebendo benefícios da Lei Rouanet, que subsidia a produção cultural no Brasil.

Embora o discurso de Suellen chame atenção, ele simplifica questões complexas, como as queimadas no Brasil. As queimadas não podem ser atribuídas apenas a um governo, já que são causadas por uma combinação de fatores, como mudanças climáticas e práticas ilegais. A crítica de Suellen parece ignorar essa complexidade e se concentra apenas em atacar a esquerda e os artistas, sem propor soluções eficazes para a crise ambiental.

O apoio que Suellen recebe de muitas pessoas nos comentários, que questionam a postura de artistas e culpam o governo de Lula pelas queimadas, reflete uma visão distorcida de eventos passados. A crítica de Suellen à Lei Rouanet, por exemplo, é uma crítica comum entre setores da direita, que alegam que artistas se aproveitam de incentivos fiscais enquanto criticam o governo. No entanto, a discussão sobre as queimadas e os direitos LGBTQIAPN+ exige um entendimento mais profundo, que transcenda ideologias partidárias e busque soluções coletivas e inclusivas para as questões sociais e ambientais.

Embora o perfil de Suellen Rayanne quebre alguns estereótipos ao se apresentar como uma mulher trans alinhada à direita política, sua estratégia de comunicação não obteve o impacto esperado nas urnas. Mesmo em Rio Claro, uma cidade com mais de 200 mil habitantes, ela conquistou apenas 83 votos. Isso mostra que, embora ela tenha conseguido atrair uma parte do eleitorado conservador, seu discurso não foi suficiente para mobilizar um número maior de pessoas, refletindo a dificuldade de engajamento de sua proposta em um cenário eleitoral mais amplo. Mostra também que possivelmente a maior parte de seus seguidores não seja da cidade, o que indica a dificuldade em reverter uma pauta identitária segmentada em expressão democrática manifestada no voto dos cidadãos locais.

Em resumo, a abordagem de Suellen, com suas críticas à comunidade LGBT e sua posição conservadora, pode ter limitado seu apelo entre os eleitores, resultando em uma votação muito baixa.

Considerações Finais

Embora Thammy, Suellen e Erika compartilhem experiências de enfrentamento à discriminação devido às suas identidades, suas trajetórias políticas e a forma como abordam as pautas identitárias, elas divergem profundamente, especialmente em relação ao espectro ideológico ao qual se alinham.

Thammy Miranda tem utilizado sua visibilidade para construir pontes entre a comunidade LGBTQIAPN+ e valores tradicionais, como a defesa da família e da religiosidade. Assim, busca legitimar as demandas da diversidade dentro do campo conservador, promovendo uma narrativa que tenta aproximar agendas de inclusão a valores vistos como fundamentais por seus eleitores. Sua abordagem procura reduzir a resistência do público conservador às questões trans, sem romper com as bases ideológicas que o sustentam politicamente. Sua base eleitoral é a cidade de São Paulo, o que também contribui para comportar a diversidade eleitoral de forma mais abrangente.

Por outro lado, Suellen Rayanne adota uma postura mais combativa em relação à predominância da esquerda nas pautas identitárias. Ela constrói uma narrativa que desafia diretamente o monopólio progressista sobre questões LGBTQIAPN+, argumentando que ser trans é compatível com os valores conservadores. Seu discurso tenta desconstruir a ideia de que identidades trans necessariamente se alinham a uma agenda de esquerda, oferecendo uma visão alternativa para eleitores que se identificam com o conservadorismo.

Já Erika Hilton trilha um caminho oposto ao de Suellen e Thammy, sendo uma liderança emblemática da esquerda brasileira. Erika representa a consolidação de pautas identitárias dentro de um campo progressista, onde questões de gênero, raça e classe são centrais. Diferentemente de Suellen, que questiona o vínculo entre identidade e progressismo, Erika reafirma a importância da esquerda como espaço histórico de articulação e conquista de direitos para pessoas LGBTQIAPN+. Sua atuação no Congresso Nacional, marcada pela defesa de políticas contra a violência trans e pela inclusão social, reforça a aliança entre pautas identitárias e agendas progressistas.

A comparação entre esses três líderes revela as múltiplas formas de articulação política dentro da diversidade. Enquanto Thammy tenta normalizar a presença trans no campo conservador e Suellen desafia a hegemonia progressista, Erika se posiciona como uma voz crítica e estruturante dentro da esquerda, evidenciando as tensões e os diálogos possíveis entre identidade e política em espectros ideológicos distintos.

Essa dinâmica levanta questões importantes sobre o impacto das lideranças LGBTQIAPN+ na transformação das estruturas políticas brasileiras. Estariam Thammy e Suellen reformulando o conservadorismo ao incorporar uma diversidade antes rejeitada? Ou suas ações servem mais para reforçar as bases do conservadorismo, adaptando-as para dialogar com demandas contemporâneas? Da mesma forma, Erika Hilton demonstra como o progressismo pode ser atualizado para incluir vozes historicamente marginalizadas, mas também expõe os desafios de lidar com as contradições internas e externas que emergem dessa inclusão.

Ao analisar figuras como Erika Hilton, Thammy Miranda e Suellen Rayanne, é possível apontar como as pautas identitárias não apenas refletem as disputas políticas entre direita e esquerda, mas também moldam as narrativas sobre representatividade, diversidade e inclusão no Brasil contemporâneo.

Notas

[1] O perfil de Suellen Rayanne no qual a pesquisa se baseou @transdedireota.sp5 foi derrubado pelo TikTok, segundo a própria influenciadora. Desde março de 2025, Suellen publica seus vídeos neste novo perfil: @transdedireota.sp6.

[2] *Platform power acts to constrain identities and everyday work – including monetization and relationships with audiences and the platforms themselves.*

[3] O vídeo não existe mais, pois estava em uma conta que foi banida pelo TikTok.

[4] Da mesma forma, o print se refere a uma postagem de uma conta que foi banida pelo TikTok.

[5] O print se refere a uma postagem de uma conta que foi banida pelo TikTok.

[6] O print se refere a uma postagem de uma conta que foi banida pelo TikTok.

Artigo submetido em 28/12/2024 e aceito em 08/07/2025.

Referências

ALMEIDA, D. Brasil registrou 145 assassinatos de pessoas trans no ano passado. **Agência Brasil**, Brasília, DF: 29 jan. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4gul8JI>. Acesso em: 24 ago. 2024.

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Mapeamento de candidaturas de travestis, mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans em 2020**. Salvador, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/47wday4>. Acesso em: 11 ago. 2025.

BOLSONARO, J. Entrevista concedida a Jardel Sebbá. **Playboy**, São Paulo, 29 jun. 2011.

CAMPOS, A. C. Candidatas trans se elegem para mandatos individual e coletivo. **Agência Brasil**, Brasília, DF: 21 out. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3HC2PpR>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CARVALHO, M. F. L. **“Muito Prazer, Eu Existo!” Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/4733>. Acesso em: 10 ago. 2025.

GREEN, J. N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, n. 15, p. 271–295, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/4fsfIDn>. Acesso em: 10 set. 2024.

KARHAWI, I.; GROHMANN, R. Struggling with platforms: Marxist identities, cultural production, and everyday work in Brazil. **International Journal of Cultural Studies**, v. 28, n. 1, p. 223–240, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/13678779241268078>.

MACHADO, M. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, n. 47, p. 351–380, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832017000100012>.

MORENO, V. Eleito vereador em SP, Thammy diz ser privilegiado por superar expectativa de vida trans. **UOL**, São Paulo: 26 nov. 2020. Disponível em: <http://bit.ly/415WWYA>. Acesso em: 11 ago. 2025.

PEREIRA, C. F. Barreiras à ambição e à representação política de LGBT no Brasil. **Ártemis**, v. 24, n. 1, p. 120–131, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2017V24N1.35710>.

PEREIRA DE SÁ, S.; POLIVANOV, B. Auto-reflexividade, coerência expressiva e performance como categorias para análise dos sites das redes sociais. **Contemporânea**, v. 10, n. 3, p. 574–596, 2012. DOI: <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v10i3.6433>.

PIERUCCI, A. F. **As ciladas da diferença**. São Paulo: Ed.34, 1999.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970–80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, D. Eleições: 225 candidatos LGBTI+ são eleitos; 3 para prefeituras. **Metrópoles**, [S. l.], 7 out. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3VUNZyF>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SANTOS, G. Diversidade sexual e política eleitoral: analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 58–96, 2016a. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.23.03.a>.

SANTOS, G. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 21, p. 147-186, 2016b. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220162105>.

SIBILIA, P. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA, T. T. Estética das identidades: sobre a política em torno das representações no digital. **Galáxia**, v. 48, p. e62418, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-2553202362418>.

RAYANNE, S. Trans de Direita desde 2014 – 1* Travesti Conservadora no Brasil. **[Perfil do TikTok]**. [S. l.], [2025], TikTok: @transdedireita.sp6. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@transdedireita.sp6> Acesso em: 14 ago. 2025.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Afinal, o que é a *smart city*?

hegemonia e representação na promessa de um futuro “smart”

Luana Bulcão¹

Resumo

O artigo elabora uma discussão histórica sobre as *smart cities* com objetivo de entender qual é a constelação de significados que constitui o conceito de cidades inteligentes. As *smart cities* nascem de uma mudança das corporações produtoras de *hardware* e *software* para atuar no mercado em ascensão da consultoria de cidades. Para isso, essas companhias constroem um discurso de crise, onde a única salvação para as problemáticas urbanas estaria nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Partindo do pressuposto que a *smart city* é um significante vazio que opera dentro de uma hegemonia discursiva, formula-se uma revisão de literatura de artigos sobre a temática em banco de dados de periódicos nacionais e internacionais. Em seguida, analisou-se esses artigos sob a luz das quatro dimensões da hegemonia de Laclau (2000), para depois empreender uma análise discursiva de suas palavras-chave. Dessa forma, conclui-se que os termos que compõem essa miríade de significados apontam para uma cidade alinhada com a lógica economicista e produtivista e, para além disso, constituem eles próprios significantes vazios, demonstrando a talvez intencional ambiguidade por trás de suas representações.

Palavras-chave

Smart cities; Hegemonia; Comunicação; Cidades; TICs; Discurso; Revisão de literatura.

¹ Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ. Realizando estágio pós-doutoral na ECO-UFRJ. E-mail: luanabulcao@hotmail.com.

After all, what is the smart city?

hegemony and representation in the promise of a “smart” future

Luana Bulcão¹

Abstract

This article develops a historical discussion on smart cities with the aim of understanding the constellation of meanings that constitute the concept of intelligent cities. Smart cities emerge from a shift by hardware and software corporations towards engaging in the growing market of urban consultancy. To this end, these corporations construct a discourse of crisis, in which the only solution to urban problems lies in Information and Communication Technologies (ICTs). Assuming that the smart city is an empty signifier operating within a discursive hegemony, a literature review of articles on the topic was conducted using national and international academic journal databases. These articles were then analyzed in light of Laclau's (2000) four dimensions of hegemony, followed by a discursive analysis of their keywords. The conclusion is that the terms composing this myriad of meanings point to a city aligned with and an economic productivist logic and, furthermore, constitute empty signifiers themselves, revealing the perhaps intentional ambiguity underlying their representations.

Keywords

Smart cities; Hegemony; Communication; Cities; ICTs; Discourse; Literature's review.

¹ Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ. Realizando estágio pós-doutoral na ECO-UFRJ. E-mail: luanabulcao@hotmail.com.

Introdução

O trabalho propõe uma discussão histórica sobre cidades inteligentes a partir de uma revisão de literatura dos conceitos de *smart cities* presentes em periódicos do Brasil e do mundo. Para tal, foi realizada uma busca nos bancos de periódicos JSTOR e Scielo pelos termos “*smart cities* OR cidades inteligentes OR *ciudades inteligentes*”. O resultado obtido foi filtrado pelos critérios de: menções dos termos no título ou resumo e número de aparições deles no decorrer do texto. Os resultados obtidos foram catalogados e as conceituações foram analisadas sob a luz da noção de hegemonia no contexto da teoria de discurso de Laclau (2000).

A dificuldade de conceituação do que seria uma *smart city* foi o ponto catalisador deste artigo. Isso posto, considerando a nebulosidade de sentidos presente na palavra *smart city*, essas cidades inteligentes aportam nas urbes como promessas de solução para os mais variados problemas urbanos. A questão é que as empresas que conduzem esse processo enxergam as cidades como laboratórios e seus habitantes como dados, objetivando, por fim, um algoritmo da cidade inteligente capaz de ser replicado por todo mundo. Assim, o artigo debruça-se em uma revisão de literatura com o objetivo de entender quais são as palavras-chave que compõem o universo de conceituação de uma *smart city* e que significados elas traduzem.

Para isso, o trabalho se dividirá em três seções: a primeira foca no trajeto histórico e conceitual da ideia de *smart cities*, demonstrando seu surgimento como estratégia corporativa e neoliberal, e discutindo a ambiguidade e multiplicidade de seus significados. A segunda, por sua vez, se concentra na apresentação e justificativa metodológica, trilhando o caminho necessário para obtenção dos resultados que serão, então, discutidos na terceira e última seção. Objetiva-se, com isso, compreender o que a constelação de significados utilizados por diversos autores para conceituar as *cidades inteligentes* diz sobre a própria *smart city*.

Smart cities: uma história corporativa sobre a gestão urbana

As cidades sempre tiveram uma relação simbiótica com a comunicação/informação e a tecnologia. A invenção da escrita por volta de 3.500 a.C. na Mesopotâmia é, talvez, a primeira tecnologia da informação. Usada para controlar as transações comerciais, os rituais e regras, transformava os mercados e templos em espaços materiais para formação de redes sociais voltadas para o comércio, o culto e o governo. Com o passar do tempo, a expansão – tanto territorial quanto tecnológica – informacional – não foi conduzida apenas pelas máquinas, mas também pelas invenções que aumentaram nossa habilidade de processar informação e nos comunicar através de grandes distâncias. Ao mesmo tempo, essas transformações

catalisaram sensíveis mudanças no espaço físico das urbes, alterando, de forma considerável, a locomoção, a administração e o modo de viver nos centros urbanos.

O capitalismo, então, entra em cena trazendo consigo novas tendências. Se no século XVII o estímulo à expansão urbana vinha dos mercados, no século XIX a invenção mecânica e a industrialização em larga escala assumem a dianteira na catalisação das mudanças citadinas. A industrialização, assim, circunscreve inúmeras transformações sociais, urbanas e políticas. Inovações como o telégrafo e, posteriormente, o telefone fluíam das indústrias para os governos, eliminando obstáculos para o crescimento das cidades e permitindo que as corporações crescessem e prosperassem.

Nos anos 1960, com o surgimento da linha de montagem automobilística, as urbes se confrontaram com as primeiras transformações em larga escala. Com o automóvel sendo produzido em massa, vieram a construção das *highways* e, conseqüentemente, dos subúrbios. A partir daí, engenheiros e arquitetos passaram a projetar as ruas a partir dos ideais de eficiência e modernização, transformando o carro na ferramenta ideal para o futuro e para liberdade. Em função disso, novas cidades passaram a ser desenhadas não apenas para acomodar os automóveis, mas também para “explorar todo o potencial para mobilidade pessoal e liberdade” (Townsend, 2014, p. 101) (Tradução nossa). [1]

O capitalismo transforma a terra em mercadoria, orientando o planejamento em função da maximização dos lucros e dos interesses de poucos (empresas, corporações transnacionais e público com capital para consumir). As fronteiras se dissolvem, o fluxo de mercadorias, culturas e ideologias é acelerado. O neoliberalismo orienta à imaterialidade do capital e aos fluxos financeiros invisíveis. As cidades continuam se orientando pela falsa ideologia do progresso, substituindo uma inovação pela outra, uma tecnologia por outra e, assim, perpetuando a ideologia da máxima eficiência e modernização, agora a partir da simbiose entre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) com as transformações e intervenções no espaço urbano.

Essa junção permite a produção de áreas altamente vigiadas, subordinando o espaço público ao domínio privado. A vigilância – com auxílio das TICs – torna-se o mecanismo mais simples de controle e monitoramento da população. Cristalizada, constitui uma forma de senso comum penal – por meio da criminalização da pobreza e da normalização do trabalho precário – manifestado por um “princípio de inviolabilidade do espaço público, por isso mesmo submetido a uma estrita vigilância privada” (Arantes, 2013, p. 37).

É, portanto, nesse contexto neoliberal que a temática da *smart city* acrescenta uma nova camada aos processos de transformação e gestão das urbes. Apresentadas como o “apogeu lógico da tecnologia das cidades” (Morozov; Bria, 2021, p. 25), ou como uma cidade que conecta “a infraestrutura física, a infraestrutura de TI, a infraestrutura social e a infraestrutura de negócios para alavancar a inteligência

coletiva da cidade” (Chourabi *et al.*, 2012, p. 2290) (Tradução nossa) [2], as *smart cities* se vendem como o único caminho para um futuro produtivo, sustentável e eficaz.

Söderström, Paasche e Klauser (2014) definem dois momentos da conceituação das *smart cities*. O primeiro, na década de 1990, onde as próprias cidades se denominam “*smart*” quando utilizam infraestruturas TICs ou atraem indústrias tecnológicas para estimular o crescimento econômico. Há, inclusive, menção do que seriam as primeiras *smart cities* – na Austrália e Malásia, em 1994 e 1997, respectivamente –, cuja premissa era a ideia de otimização e automação das infraestruturas urbanas. O segundo momento seria após a crise das hipotecas de 2008 nos Estados Unidos, caracterizado pelo protagonismo da definição de *smart cities* pelas corporações de tecnologia, como a IBM. Onde o “mundo e suas cidades devem tornar-se mais inteligentes [*smarter*] para se tornarem sustentáveis e economicamente eficientes” (Söderström; Paasche; Klauser, 2014, p. 311) (Tradução nossa). [3]

Nesse sentido, diversos autores criticam a apropriação da noção de cidades inteligentes pelas corporações tecnológicas e o desvio de sua ideia em direção às premissas neoliberais. Calzada (2021), por exemplo, argumenta que o conceito de *smart city* foi construído na “arrogância e falsa suposição de que apenas estar digitalmente conectado ou plugado significa ser *smart*” (Calzada, 2021, p. 3) (Tradução nossa). [4] Morozov e Bria (2021), no mesmo caminho, apontam que as cidades, por serem motores da acumulação capitalistas, são movidas por forças econômicas e políticas, sendo uma delas o próprio neoliberalismo. Os autores destacam que qualquer averiguação sobre o termo “*smart*” deve iniciar “com uma investigação sobre como ela se encaixa no contexto mais amplo de preceitos neoliberais” (Morozov; Bria, 2021, p. 19).

Para além da questão da acepção neoliberal da noção de *smart city*, outro ponto importante é a constelação de significados, por muitas vezes ambíguos e ilusórios, atribuídos à palavra *smart*. Segundo Morozov e Bria (2021), o termo é usado para se referir desde questões sustentáveis e ecologicamente responsáveis, até como um prefixo que indique que determinada coisa é antenada, flexível, eficaz, inteligente, autônoma, entre outros elementos positivos que nos assegurem que tudo funcionará na sua máxima eficiência. O termo *smart*, para além de constituir uma hierarquia entre as cidades, colocando aquelas ditas “inteligentes” acima das outras, ainda é capaz de contemplar desde inovações nos serviços públicos até funcionalidades de compartilhamento de bicicletas.

Por isso, a noção de *smart city* não pode ser reduzida a um único significado, demonstrando uma versatilidade representativa enorme. Diversos autores de áreas diferentes tentaram conceituar o que seria *smart city* e, na mesma direção, como seria possível mensurar e/ou reproduzir a *smartness* [5] de uma cidade. Alguns apontam a importância de se criar padrões regulados por organizações internacionais para facilitar a criação de cidades inteligentes e projetos *smart* (Lai *et al.*, 2020), ou procuram construir estruturas de análise baseadas em revisões de literatura (Anthopoulos, 2015;

Chourabi *et al.*, 2012).

Outros, em direção diversa, criticam as noções tecnocráticas e neoliberais contidas na *cidade inteligente*, apontando outros caminhos que incluem desde as ideias de “desconectar” e de “*smart citizens*” (Calzada, 2021), passando por uma negação total à *smart city* (Greenfield, 2013), até iniciativas políticas baseadas numa gestão e compartilhamento ético, aberto e democrático dos dados produzidos pela e nas cidades (Morozov; Bria, 2021; e caso de *Barcelona Data Commons*). Contudo, a ambiguidade do conceito ainda persiste. Talvez pelos próprios interesses das corporações de tecnologia da informação que enxergam nessa nebulosidade uma oportunidade para promover o pacote neoliberal *smart*.

Para além disso, autores como Morozov e Bria (2021); Söderström; Paasche e Klauser (2014) apontam que a genealogia do termo se encontra na reorientação de grandes empresas, como a IBM, para além da venda de *hardware*, incluindo também no seu portfólio *software*, serviços e consultorias. A IBM chegou a patentear o termo *smarter city* como *trademark* em 2011. Assim sendo, é observável a orientação das *smart cities* em direção ao neoliberalismo e aos interesses das grandes corporações. Ao mesmo tempo, a inserção dessas companhias na administração das cidades revela problemáticas não apenas de infraestrutura ou gestão urbana, mas de vigilância e privacidade de seus habitantes.

A verdade é que a construção e reconstrução das cidades, principalmente a partir do século XVIII, sempre esteve relacionada à expansão comercial e ao controle biopolítico e higienista dos corpos e do espaço. Com a Revolução Industrial, diferentes indústrias começaram a disputar lugar no crescimento das urbes, influenciando de forma determinante a direção e o significado de progresso e civilização de cada período. A indústria do automóvel fez isso no século XX, alterando toda uma paisagem urbana em função do discurso de liberdade do movimento, eficácia e modernização.

Dessa forma, a simbiose entre as companhias privadas e as funções administrativas e infraestruturais, não é, exatamente, uma novidade. A grande diferença nessa nova parceria capitalista é que não são mais os urbanistas que estão conduzindo o processo. A tendência *smart city* está sendo dirigida pelas próprias companhias tecnológicas, que possuem outras normas e objetivos não necessariamente alinhados aos da população e da cidade como um todo. Isso porque, as cidades não são o público-alvo desse setor, elas são meramente o laboratório para suas experiências. Além disso, as urbes são uma intrincada rede de processos e diferenças socioculturais e econômicas, e o objetivo do setor tecnológico é produzir um único sistema que possa ser replicado em larga escala.

Ademais, apesar de não ser o escopo deste trabalho, demonstra-se importante destacar como as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) se apresentam como tendência no horizonte mundial da transformação de cidades, constituindo inclusive um dos objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas [6]. Contudo, mesmo

sendo utilizadas para otimização do uso de recursos e/ou da gestão urbana, as TICs ainda não se distribuem de forma homogênea no território brasileiro, sendo apenas 44% dos domicílios em áreas rurais conectados à internet e, ainda, havendo discrepâncias fundamentais entre as residências localizadas em diferentes regiões do país: 73% no Sudeste, enquanto Norte e Nordeste contam com apenas 63% e 57% respectivamente (CGI, 2019). A desigualdade na distribuição dessas tecnologias aponta para uma heterogeneidade na aplicação dos projetos *smart*, sendo eles focados majoritariamente em cidades com mais de 500 mil habitantes e/ou capitais (CGI, 2018) [7].

Considerando o exposto e a própria dissonância na distribuição das TICs, o objetivo desse trabalho é compreender qual é a constelação de significados das palavras que constituem o termo *smart city*. Para tal, parte-se do pressuposto que a cidade inteligente é um significante vazio e opera dentro de uma hegemonia discursiva, ou ainda, uma ideia universalizante/universal, que segundo Laclau (2000), é o próprio espaço vazio, “um vácuo que pode ser preenchido apenas pelo particular, por meio da sua própria *emptiness* [8], produz uma série de efeitos cruciais na estruturação/desestruturação das relações sociais” (Laclau, 2000, p. 58) (Tradução nossa). [9]

Metodologia

Como método de partida escolheu-se a revisão de literatura, onde utilizando as bases de dados dos periódicos JSTOR e Scielo, nos dias 24 e 25 de junho de 2024, buscou-se pelos termos “*smart cities* OR cidade inteligente OR *ciudad inteligente*”. Nessa primeira pesquisa, além da busca pelas palavras-chave foram usados como filtros “periódicos” e artigos com acesso aberto. Foram encontrados um total de 283 artigos, os quais foram reduzidos para 146 após uma filtragem. Como critérios para essa primeira seleção foram utilizados: a menção dessas palavras no título ou resumo do trabalho e a quantidade de aparições deles no decorrer do texto. O segundo passo foi a sistematização desses *papers* por país, idioma, área de conhecimento, temática-chave e conceituação da *smart city*.

A partir da catalogação dos resultados, observou-se que os países que mais publicaram dentro do tema foram: o Brasil com 45 trabalhos; a Colômbia com 11; o México com 9; empatados com 7, ficaram Portugal, África do Sul e Argentina; e, em seguida, os Estados Unidos com 6 artigos. Contudo, quando se olha para a representação de países por continentes, o continente com maior número de países representados é a Europa, com 18 países; seguida pela América do Sul com 9; a América do Norte com 7; a Ásia com 4; e a África 3 países.

Em relação às áreas de conhecimento, a que mais se destacou foi a de Planejamento e Gestão Urbana, com 31 trabalhos publicados, seguida por Administração, com 15 e Engenharias com 14. A área de Tecnologia ficou em quinto

lugar, com 12 trabalhos publicados. Na questão do idioma preferencial de publicação dos artigos, o inglês foi o idioma mais publicado com 56,2%, seguido pelo português com 23,3%, espanhol com 19,8% e esloveno com 0,7%.

Tratando da questão temática, o maior número de publicações foi no que se denominou de “discussões sobre a *smart city*” com 54 trabalhos que consistiam em análises de projetos já implementados de cidades inteligentes, incluindo argumentações de como melhorá-los ou como mensurar a *smartness* de determinada urbe. Logo após, “mobilidade” com 14 publicações; seguida por “*smart city* para/pelos cidadãos” com 13 trabalhos tratando de questões relativas à construção de uma cidade inteligente mais humana e voltada para seus cidadãos; e, por fim, “desenvolvimento de tecnologias *smart*” com 11 artigos que incluíram trabalhos de desenvolvimento de tecnologias para aplicação nas cidades com objetivo de torná-las mais “inteligentes”.

Ademais, foram coletados os trechos dos trabalhos em que os autores conceituam (ou não) a ideia de *smart city*, aqueles que não conceituaram totalizaram 56 artigos. Dos outros 90 foram retiradas palavras-chave que caracterizam ou adjetivam as cidades inteligentes. A partir desses termos e por meio de uma análise discursiva, foram construídos dois grafos com auxílio do *software Gephi*. O primeiro com as palavras citadas mais de dez vezes, formando um grafo mais limpo e com maior facilidade de visualização. E o segundo, por sua vez, com todas as palavras que aparecem mais de uma vez nos textos selecionados, resultando em um grafo mais complexo e completo – que, além de tudo, demonstra as ligações e conexões entre as próprias palavras-chave. São esses dois grafos que serão discutidos na terceira seção.

Para isso, demonstra-se importante pontuar que o grafo é um tipo de gráfico usado para representar visualmente relações entre os *nodes*, nesse caso, as palavras-chave que aparecem em maior ou menor tamanho dependendo do número de vezes que elas são utilizadas; e os *edges*, os traços que conectam uma palavra à outra, demonstrando suas conexões. Logo, por meio dos grafos é possível visualizar não apenas as relações entre termos, mas também, de acordo com o tamanho, o número de menções de cada um.

O universo de palavras-chave das *smart cities*

Laclau (2000) atualiza o conceito de hegemonia gramsciana de modo a contemplar as mudanças da sociedade atual. Ele afirma que com a globalização da economia, a redução do poder dos Estados-Nação e a proliferação de organizações que muitas vezes assumem o papel de Estado, as fronteiras e as relações entre a sociedade civil e a esfera pública ficaram borradas. Logo, se a hegemonia de um setor consiste na capacidade dele de apresentar seus objetivos e ambições como aqueles que representam uma dita universalidade, fica visível que a identificação não é um simples prolongamento de um sistema institucional de dominação, mas ao contrário,

a própria expansão desse sistema que pressupõe uma articulação entre universalidade e particularidade.

Dessa maneira, a única universalidade que uma sociedade poderia alcançar seria a hegemônica, isto é, uma universalidade contaminada pela particularidade. Uma emancipação universal só seria possível por meio de uma identificação transiente com os objetivos de um setor particular. Em outras palavras, uma universalidade contingente, cuja constituição depende da mediação política e das relações de representação. A partir daí, Laclau (2000) propõe a primeira dimensão da hegemonia: ela só pode ser constituída pela irregularidade de poder.

Tomemos o caso das *smart cities*. A ideia da cidade inteligente é apreendida de modo geral na maioria dos círculos. As pessoas têm, em maior ou menor grau, uma imagem formada do que é, ou o que deveria ser, uma *smart city*. Contudo, apesar de ser um termo atualmente hegemônico na agenda da maioria das cidades do mundo, suas significações são inúmeras. Os próprios autores, inclusive, que se debruçam sobre o tema, têm dificuldade de reduzir sua conceituação a um único significado, apresentando, por vezes, mais de uma conceituação de diferentes autores no mesmo artigo. Outros tantos mencionam, antes de dar uma definição final, como o termo é amplamente conhecido pela sua ambiguidade e dificuldade de restringi-lo a um único conceito.

Em relação, ainda, à primeira dimensão da hegemonia, Laclau (2000) afirma que não existe um poder total, mas para que determinado setor prevaleça sobre outros é preciso que ele seja capaz de apresentar seus próprios objetivos como compatíveis com o atual funcionamento da sociedade. Isto é, para Laclau (2000), intrínseco ao funcionamento da hegemonia. Nesse sentido, para além de transformar os objetivos de uma parte no de todos, por vezes é necessário construir significados e significações que permitam o convencimento de uma população em torno de um único propósito. Isso também pode ser feito por meio do vocabulário de crise (Bulcão, 2023).

Arantes (2013) sugere que o processo de transformação urbana se ancora em mais do que apenas os aspectos econômicos clássicos (terra, trabalho e capital), aventando a existência de pelo menos três camadas simbólicas: a primeira estaria relacionada à manipulação da linguagem simbólica de exclusão e habitação, seria o aspecto visual, *tátil*; a segunda seria a camada dos empresários, relacionada aos símbolos de crescimento e desenvolvimento; por último, estaria a aliança entre o capital e o Terceiro Setor, talvez o mais estético dos três, caracterizado pela construção de grandes equipamentos de entretenimento.

Em outras palavras, para Arantes (2013), o processo de reforma urbana denominado de planejamento estratégico – onde a comunicação desempenha papel fundamental na construção e reconstrução de cidades – é composto não apenas pelos aspectos materiais, mas também por aspectos simbólicos que atuam no sentido de justificar e legitimar a existência de determinado empreendimento em espaço

específico da metrópole. Vainer (2013), no mesmo sentido, refere-se à construção de um sentimento de crise, o qual deve ser convertido em patriotismo de cidade por meio do convencimento da população dos benefícios da reforma urbana.

Roy (2003), por sua vez, argumenta que Calcutá é sucessivamente representada por um “vocabulário de crise”, um conceito que vincula a ideia de crise à descrição das cidades de *Terceiro Mundo*, em constante necessidade de diagnóstico e ressuscitação. Assim, argumenta-se que existiria uma quarta camada simbólica da transformação urbana relacionada não apenas à construção do sentimento de crise, mas à tradução dessa crise por meio de um discurso baseado em uma comparação com um ideal de cidade do Norte Global e a sua representação através de determinada linguagem.

Nesse sentido, no artigo *Re-forming the megacity: Calcutta and the rural interface*, Roy (2011) aponta algumas críticas à ideia de megacidade que são importantes para fundamentar a estrutura de análise que se esboça aqui. Novamente tratando de Calcutá como seu objeto de estudo, Roy (2011) coloca a cidade da Índia como um estereótipo das urbes do *Terceiro Mundo*, enxergada como um lugar problema por excelência o qual precisa de reforma e intervenção. Roy (2011) apoia essa afirmação em duas suposições: a primeira que a “crise” nas megacidades é associada à pobreza e sua concentração nas favelas, assentamentos e outras formas de informalidade urbana; e a segunda, onde assume-se que essas metrópoles estariam desconectadas do sistema global capitalista e, portanto, entendidas como “fora do mapa”.

Considerando os significados da palavra “crise” e a própria formulação realizada por Roy (2003 e 2011) do seu uso em um determinado vocabulário urbano global de cidades, é possível inferir que esse vocabulário, ao mesmo tempo em que conceitua determinadas urbes como problema, também estabelece um quadro de significados simbólicos – representado por determinadas palavras – para descrevê-lo. O que se propõe nessa estrutura de análise é que esse panorama de significações é perceptível não apenas na conceituação das cidades do Sul Global, mas também, e, por ser uma consequência direta do capitalismo, globalmente nos discursos associados a reformas urbanas de determinados espaços. Esses espaços, alvos da especulação imobiliária, são constantemente representados em termos de *crise*, por meio de adjetivações pejorativas e, por vezes, alarmistas.

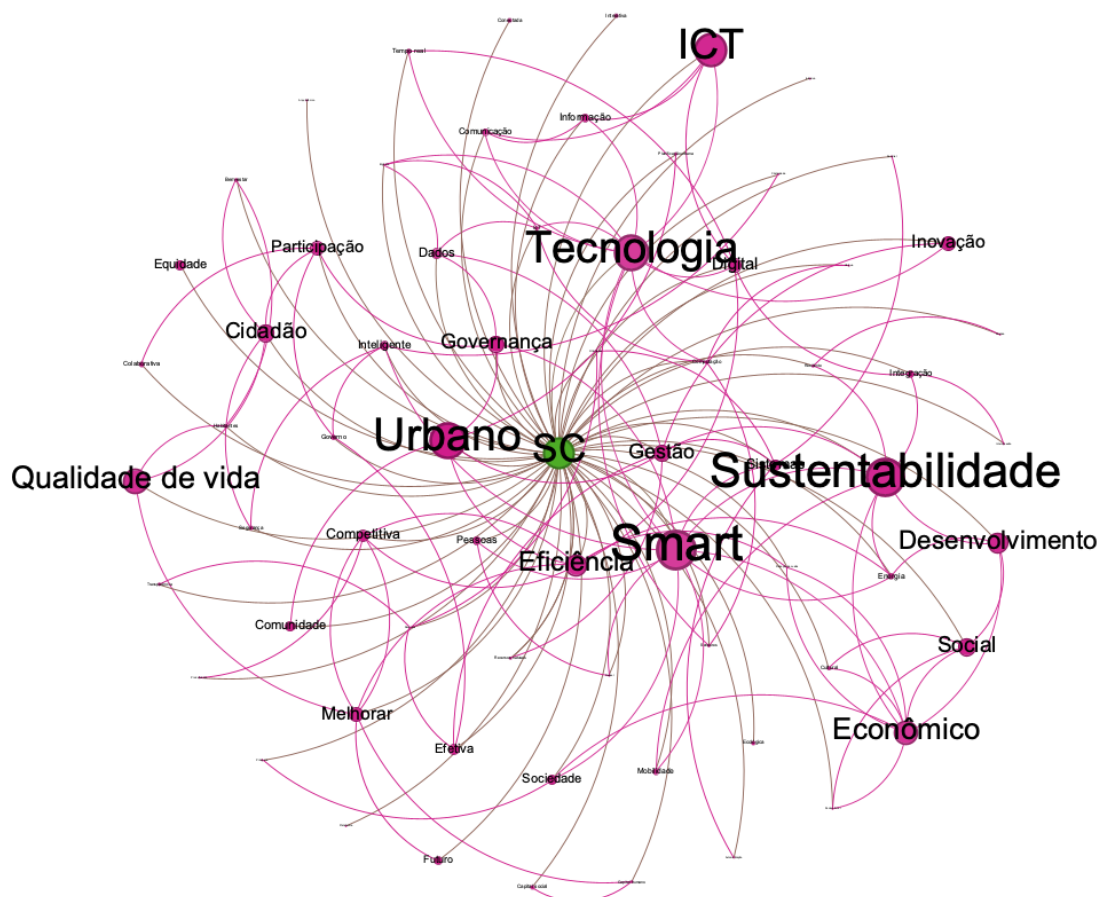
Assim sendo, o “futuro *smart*” nos é apresentado como a única salvação para o exagerado crescimento populacional e urbano. Apenas na tecnologia é possível encontrar soluções para as mazelas urbanas e apenas a tecnologia é capaz de oferecer saída para a inevitável crise das metrópoles do mundo urbanizado. Em outras palavras, o discurso da *smart city* constrói uma ficção tecnocrática da gestão urbana, onde as cidades “em crise” só podem ser resgatadas por dados, algoritmos e *softwares*. Além disso, esses discursos legitimam investimentos públicos em TI acima dos gastos com outros domínios, o que pode ser problemático principalmente em urbes que têm recursos escassos.

Em cidades do Sul Global, por exemplo, isso pode ser ainda mais problemático, uma vez que essas possuem carências em diversas infraestruturas (como saneamento básico, coleta de lixo, segurança pública, entre outros), tornando os investimentos em TICs, por vezes, supérfluos quando comparados aos investimentos em outras áreas mais emergenciais.

Na segunda dimensão da hegemonia, Laclau (2000) afirma que só há hegemonia se a dicotomia universalidade/particularidade for superada. A universalidade, então, só existe subvertendo alguma particularidade e nenhuma particularidade pode se tornar política sem se converter no foco de efeitos universalizantes. Dessa forma, a raiz das relações hegemônicas se encontra nas particularidades que, sem deixar de serem particulares, assumem função de representação universal.

Consideramos que nenhum nome assume a função de representação universal sem ampliar o espaço entre a ordem de nomear e o que pode ser conceitualmente entendido. E que Laclau (2000) avança que quanto mais extensa for a cadeia de equivalência que um setor “particular” vem representar mais ele objetiva se tornar um nome global. E, ainda, quanto mais soltas forem as ligações entre esse nome e seu sentido particular original, mais ele se aproximará do status de significante vazio. Levando em conta isso tudo, a Figura 1 demonstra tanto o tamanho da cadeia de equivalência do conceito de *smart city*, como também a flexibilidade de significados de seus termos que vão desde *smart* [10] – outro termo que por si só já assume o lugar de significante vazio – passando por associações como *ecológica* e *resiliente*, até *sensível* e *produtiva*.

Vale ressaltar que várias palavras associadas ao conceito de *cidade inteligente* por diversos autores são, elas mesmas, significantes vazias. Isso nos leva à terceira dimensão da hegemonia: ela requer a produção de significantes vazios. Esses, que mantendo a incomensurabilidade entre o universal e o particular possibilitam ao último tomar a representação do primeiro. Daí, parte-se para uma análise mais aprofundada da Figura 1 que contém o grafo mais complexo e completo da representação de termos conceituais da *smart city* (SC).



Fonte: Bulcão, 2025.

Na Figura 1, algumas palavras chamam atenção justamente por também serem de difícil conceituação ou de significação ambígua. É o caso de *tecnologia* que pode representar tanto a Tecnologia Informacional Comunicacional (também representada no grafo por meio da ICT – *Informational Communication Technologies*), quanto qualquer advento que impacte e transforme a sociedade – como a invenção da roda ou da escrita. “Sustentabilidade” também é um terreno em disputa e tem sua acepção por vezes capturada pelo capitalismo neoliberal resultando no que se denomina *green wash*.

Por outro lado, algumas palavras têm seu significado facilmente apreendido, como é o caso de *urbano* e *qualidade de vida*. Contudo, mesmo essas palavras estão relacionadas a outras de significante vazio. *Urbano* está relacionado a *smart*; enquanto *qualidade de vida* relaciona-se com *melhorar* fazendo emergir a questão: o que seria melhorar a qualidade de vida dos cidadãos? *Melhorar*, inclusive, se relaciona com *futuro*, *capital humano*, *eficiência* e *competitiva*, demonstrando que o que a *smart city* parece melhorar circula entre o universo do ambíguo ou das relações econômicas e sociais.

Segundo o dicionário Michaelis, melhorar tem três significados: (1) tornar-

se melhor ou superior, aperfeiçoar(-se); (2) restituir a saúde ou sentir melhoras ou alívio na doença; (3) passar (alguém ou a si mesmo) a ter um estado, uma condição ou uma situação melhor, adquirir melhoria. Em todos os três significados a palavra representa a passagem de um estado que era “pior” para um “melhor”. Nesse sentido, a ideia da cidade inteligente se vende como uma *melhoria* à situação atual das urbes, como uma promessa ou tábua de salvação, principalmente quando se trata da *redução dos impactos ao meio ambiente* ou da própria ideia de uma cidade *sustentável, resiliente*.

Pensando na campanha *smarter city* que lança a IBM como companhia de prestação de serviços e consultoria urbanos. Söderström, Paasche e Klauser (2014) aventam que para além de uma estratégia de sobrevivência em um período de recessão, a aposta na *smart city* foi um investimento em um vasto mercado em expansão. Para transformar a urbe em uma *smart city*, a IBM enfatizou os problemas da cidade contemporânea, construindo um argumento de uma metrópole doente, sinistra e muito perto de um colapso. Dessa forma, o discurso de resgate/salvação começa com um diagnóstico dos problemas urbanos e prossegue com um conjunto de soluções universais, colocando a chave da *smartness* de uma cidade no algoritmo. Algoritmo esse que é oferecido às municipalidades como cura para os males urbanos, desde falta de verba, passando pelo envelhecimento das infraestruturas e poluição, até os mercados voláteis e o crescimento populacional.

Por fim, Laclau (2000) conclui que a representação é constitutiva da hegemonia. Portanto, para que haja hegemonia é preciso que seja possível algum tipo de deslocamento entre o nome (o significante) e o conceito (significado). Nesse sentido, temos a quarta dimensão da hegemonia: “o terreno onde ela se expande é aquele da generalização” (Laclau, 2000, p. 58) (Tradução nossa). [11]. Isso explica por que qualquer centralidade de poder precisa que seus agentes representem algo além da sua identidade particularista.

Nesse sentido, curiosamente uma das conceituações que apareceu com uma certa frequência, cada vez atribuída a autores diferentes, foi a de que a *smart city* seria composta por seis componentes: *smart economy*, *smart people*, *smart governance*, *smart environmental*, *smart living* e *smart mobility* [12]. Sem muitas explicações sobre o que cada termo queria dizer, as próprias designações da cidade inteligente assumem o lugar de significante vazio, imprimindo pouco ou nenhum sentido ao seu significado.

Outro ponto importante, colocado por Casero e Urabayen (2017) analisa, sob a ótica do pensamento de Foucault, a mudança de paradigma do urbanismo disciplinar para o biopolítico. Os autores, então, entendem a cidade como “máquina de normalização dos indivíduos” (Casero; Urabayen, 2017, p. 188) (Tradução nossa). [13]. Dessa forma, enquanto o urbanismo disciplinador entende a cidade como uma máquina arquitetônica reproduzível em qualquer lugar do globo e o poder como algo que não se medeia, mas produz de maneira direta. O urbanismo biopolítico parte

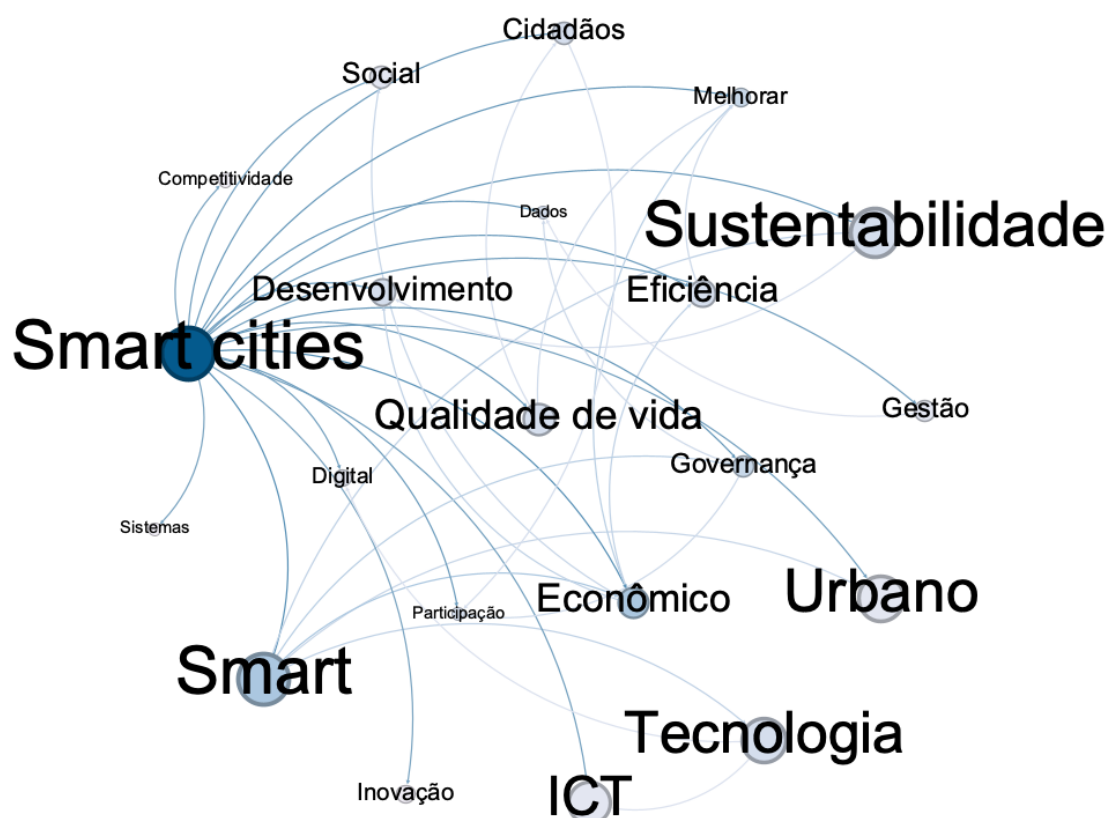
do estudo científico das relações sociais preexistentes, culminando, assim, em um objeto de governo – as populações – apostando, para isso, na estatística como técnica de controle.

O paradigma da visibilidade do panóptico muda para o da aceleração da circulação de pessoas e mercadorias em um território. A cidade torna-se “um nódulo a mais dentro de uma rede de relações que condicionam um território” (Casero; Urabayen, 2017, p. 200) (Tradução nossa). [14]. Nesse sentido, os autores propõem que as *smart cities* seriam uma continuidade do urbanismo biopolítico, transformando o espaço óptico-geométrico das disciplinas em um novo espaço virtual que torna obsoleta as técnicas clássicas de ordenação territorial.

Se o objetivo do urbanista disciplinar era planejar o espaço de forma à normalização dos indivíduos e o controle da produção por meio de dispositivos de vigilância, o urbanista biopolítico condiciona o meio para *otimizar* as relações de produção. Ademais, ele atua na constituição de redes público-privadas que fomentam a auto-organização da sociedade de acordo não apenas com as regras do livre mercado, mas também na configuração das políticas públicas. Desse modo, tem se transformado em um gestor integral do espaço que fomenta pensar a população como *capital social*.

Isso posto, observemos agora a Imagem 2 do grafo produzido com as palavras-chave que tiveram mais de dez menções. Pode-se perceber que, além da constelação de significados da *smart city* envolver variados significantes vazios, constituindo diversos elos nesta cadeia de significados, diferentes palavras desse universo remetem à lógica da efetividade e da produtividade (essas duas palavras sendo mencionadas cinco e duas vezes respectivamente). Entre elas destaco: *desenvolvimento*, pela sua conexão com a economia e com o social; *eficiência* conectada também a economia; a *gestão*, representando uma *gestão eficiente*; a própria ideia de competitividade e a governança, também associada à economia.

Figura 2 – Grafo com as palavras-chave com mais de dez menções.



Fonte: Bulcão, 2025.

Nesse sentido, a proposta de Greenfield (2013) de comparar as *smart cities* com o urbanismo modernista do século XX da Carta de Atenas faz eco com as proposições de Casero e Urabayen (2017) e fornece um interessante contexto para se pensar a lógica da eficiência e do desenvolvimento econômico nas cidades inteligentes. A Carta propunha um modelo de cidade compatível com o modelo de fábrica taylorista: máxima produtividade e eficácia, cada coisa com sua função específica e tudo funcionando produtivamente. O documento, ainda, instituía diretrizes e saberes para o planejamento das urbes a partir de uma concepção funcionalista e racionalista, onde cada uma das quatro funções propostas (vida, trabalho, diversão e circulação) possuíam seu espaço específico dentro do plano urbano.

Considerando que Foucault (1979) quando pensa a transição da soberania para a disciplina admite a possibilidade de diferentes modelos de sociedade coexistirem em um mesmo período histórico e que, segundo Greenfield (2013) o conceito (significado) da *smart city* encontra ecos em modelos urbanísticos passados, pode-se concluir que a representação da cidade inteligente, enquanto uma ideia hegemônica, perpetua também lógicas urbanísticas passadas, aspirando a ser uma urbe alinhada com os preceitos capitalistas do século XX (máxima eficácia e produtividade) e se atualiza com a rápida circulação de informações e tecnologias comunicacionais.

Considerações Finais

Conclui-se, então, que para se tornar hegemônica a *smart city* produz sobre si mesma uma cadeia de significantes – por vezes vazios, por vezes em ligação a palavras que esvaziam o seu sentido – e esses termos, a partir de uma ideia particular, conseguem transmitir uma universalidade de sentido, onde as cidades inteligentes são anunciadas como o único caminho para a solução das problemáticas urbanas. Suas representações são, dessa forma, ambíguas e difusas, permitindo, assim, que o neoliberalismo venda o pacote *smart* como a promessa tecnocrática de um futuro melhor.

Por fim, esse discurso hegemônico, mediado pelas corporações de tecnologia e difundido pelas municipalidades, aporta-se como representação política que promete cidades mais conectadas e uma *melhoria* na qualidade de vida de seus cidadãos. Constituindo-se, ao mesmo tempo e em um só movimento, uma representação generalizada e um vocabulário de crise. Ambos, então, ajudam a conformar a ideia da cidade inteligente como hegemônica e como a prometida utopia que todas as urbes querem alcançar.

Dessa forma, o trabalho conclui que os conceitos que constituem a *smart city* são, em sua grande maioria, significantes vazios e operam dentro de um universo que se propõe a hegemonia. Sendo as cidades inteligentes a principal aposta de futuro para grande parte das municipalidades brasileiras, é fundamental compreender o que esse “pacote *smart*” traz consigo para além das promessas de otimização digital e eficiência econômica. Ele contempla também uma aposta neoliberal de controle das urbes pelas corporações tecnológicas, além da transformação dessas cidades em laboratórios para experiência “*smart city*”, desconsiderando as singularidades e especificidades de cada população.

Notas

[1] *Exploit its full potential for personal mobility and freedom.*

[2] *The physical infrastructure, the IT infrastructure, the social infrastructure, and the business infrastructure to leverage the collective intelligence of the city.*

[3] *The world and its cities must become smarter to become more sustainable and economically efficient.*

[4] *Hubris and the false assumption that just being digitally connected or plugged in means being smart.*

[5] No inglês, o uso do sufixo “ness” significa a *qualidade* ou *estado de ser* de algo, nesse caso a *smart city*.

[6] Objetivo 11: “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2015). Nesse caso, as cidades resilientes e sustentáveis compõem a triade.

[7] A pesquisa TIC Governo Eletrônico de 2017 apontou que nesse ano 77% das capitais e 70% dos municípios com mais de 500 mil habitantes tinham projetos de implementação de cidades inteligentes (CGI, 2018).

[8] Escolheu-se não traduzir a palavra “*emptiness*” por não achar termo correlato que traduza o significado presente na frase. Assim como a ideia de “*smartness*”, “*emptiness*” representa o estado do vazio.

[9] *A void which can be filleed only by the particular, but which, through is very emptiness, produces a series of crucial effects in the structuration/ destructuretion of social relations.*

[10] Alguns termos foram reduzidos a apenas uma palavra para facilitar a visualização do grafo. Por exemplo, o termo “*smart/smartness/smarter*” foi reduzido apenas a “*smart*”.

[11] *The terrain in which its expands is that of the generalization.*

[12] Em tradução livre seria: economia inteligente, pessoas inteligentes, governança inteligente, ambiente inteligente, vivendo inteligente e mobilidade inteligente. Os autores citados nos artigos foram: Moura e de Abreu e Silva, 2019; Oberg *et al.*, 2015; Giffinger e Gudrun, 2010 e Rudolf *et al.*, 2007.

[13] *A concebirla como una máquina de normalización y domesticación de los individuos.*

[14] *La ciudad ya no es un espacio óptico, sino un nodo más dentro de una red de relaciones que acondiciona un territorio.*

Artigo submetido em 11/03/2025 e aceito em 06/08/2025.

Referências

ANTHOPOULOS, L. G. Understanding the smart city domain: a literature review. *In*: BOLÍVAR-RODRÍGUEZ, M. P. **Transforming city government for successful smart cities**. New York City: Springer, 2015.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 11-74.

BULCÃO, L. **Do caos à crise: o vocabulário de crise na reforma urbana do Mercado São José e Camden Market**. 2023. 201f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2023.

CALZADA, I. **Smart city citizenship**. Oxford: Elsevier, 2021.

CASERO, J. L. URABAYEN, J. Espacio, poder y gubernamentalidad: arquitectura y urbanismo en la obra de Foucault. **Anales del Instituto de Investigaciones Estéticas**, v. 40, n. 112, p. 181-212, 2018.

CGI. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Desigualdades Digitais no Espaço Urbano: um estudo sobre o acesso e uso da Internet na cidade de São Paulo**. Cadernos NIC.br. Estudos Setoriais: São Paulo, 2019.

CGI. Comitê Gestor da Internet no Brasil. 18% das prefeituras brasileiras possuem planos de “cidades inteligentes”, aponta pesquisa TIC Governo Eletrônico 2017, 2 maio 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/zdnrbxwy>. Acesso em: 2 ago. 2025.

CHOURABI, H. *et al.* Understanding smart cities: an integrative framework. *In: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES*, 45th. Maui, HI, USA, 2012, p. 2289–2297.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GIFFINGER, R; GUDRUN, H. Smart cities ranking: an effective instrument for the positioning of the cities? **ACE: architecture, city and environment**, v. 4, n. 12, p. 7–26, 2010.

GREENFIELD, A. **Against the smart city**. New York: Do projects, 2013.

LACLAU, E. Identity and Hegemony: the role of universality in the constitution of political logics. *In: LACLAU, E.; BUTLER, J.; ZIZEK, S. Contingency, Hegemony, Universality: contemporary dialogues on the left*. London: Verso, 2000. p. 44–89.

LAI, C. S. *et al.* A review of technical standards for smart cities. **Clean Technologies**, v. 2, p. 290–310, ago. 2020.

MOROZOV, E.; BRIA, F. **A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

MOURA, F; DE ABREU E SILVA, J. Smart city: definitions, evolution of the concept, and examples of initiatives. *In: FILHO, W. L (Ed.). Encyclopedia of the UM sustainable development goals*. Berlim: Springer, 2019.

OBERG, C. *et al.* Smart cities: A literature review and business network approach discussion on the management of organisations. **IMP Journal**, v. 11, n. 3, p. 468–484, 2015.

ONU. Organização das Nações Unidas (2015). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável**. Resolução A/RES/70/1.

ROY, A. **City Requiem, Calcutta: gender and the politics of poverty**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

ROY, A. Slumdogs cities: rethinkg subaltern urbanismo. **Internacional Journal of Urban and Regional Research**, v. 35, n. 2, p. 223–238, mar 2011.

RUDOLF, G. *et al.* **Smart cities**: ranking of European medium-sized cities. Rapport Technique, Viena Centre of Regional Science, 2007.

SÖDERSTRÖM, O. KLAUSER, F. Smart cities as corporate storytelling. **City**: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action, v. 18, n. 3, p. 307-320, jun. 2014.

TOWNSEND, A. M. **Smart cities**: big data, civic hackers, and the quest for a new utopia. Nova Iorque: Norton & Company, 2014.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 75-103.

A construção de espaços de coexistência de diferenças via livros didáticos:

análise semiótica de representações visuais com pessoas em livros de Ciências

Maria Ogécia Drigo¹, Luciana Coutinho Pagliarini de Souza²
e Maria Alzira de Almeida Pimenta³

Resumo

Este artigo, resultado de pesquisa sobre a alteridade em livros didáticos, analisa os modos de representação visual do outro — o diferente, o estranho — em obras de Ciências destinadas ao Ensino Fundamental II. O objetivo geral é compreender de que maneira tais livros podem contribuir para a construção de uma ambiência favorável à convivência com as diferenças. Como objetivos específicos, busca-se explicitar as modalidades de representações visuais presentes nas obras e inventariar os significados por elas mobilizados. Para isso, recorreremos às reflexões de Bauman e Kristeva sobre alteridade e à classificação das formas visuais figurativas proposta por Santaella, empregada aqui como estratégia de análise. Para o âmbito deste artigo, tomamos as representações visuais de quatro coleções de Ciências, sorteadas entre 12 coleções que compõem a amostra estratificada de 23 coleções, constituída a partir de 68 recomendadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD 2020). Entre os principais resultados, destaca-se a predominância das formas visuais figurativas como registro, o que conduz o intérprete à constatação do conteúdo capturado pelas imagens e, quanto às diferenças contempladas, prevalecem as representações com pessoas de pele preta. Conclui-se que a contribuição dos livros para a construção de espaços de coexistência reside, sobretudo, na visibilidade dada às diferenças — ainda sem maior aprofundamento em sua problematização.

Palavras-chave

Linguagem visual; Alteridade; Livro didático; Representação visual; Semiótica peirceana.

¹ Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP. Docente no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura e no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (Uniso). E-mail: maria.ogecia@gmail.com.

² Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP. Docente no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso). E-mail: luciana.souza@prof.uniso.br.

³ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Docente no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura e no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (Uniso). E-mail: alzira.pimenta@gmail.com.

The construction of spaces for the coexistence of differences via textbooks:

a semiotic analysis of visual representations featuring people in science textbooks

Maria Ogécia Drigo¹, Luciana Coutinho Pagliarini de Souza²
and Maria Alzira de Almeida Pimenta³

Abstract

This article, result of a research on alterity in school textbooks, analyzes the modes of visual representation of the "other" — the different, the unfamiliar — in Science textbooks intended for middle education (6th-9th grades). The main objective is to understand how such books may contribute to the construction of a favorable environment to coexistence with differences. Specifically, the study aims to identify the types of visual representations found in these works and to inventory the meanings they convey. To this end, we draw on the reflections of Bauman and Kristeva on, otherness, and on Santaella's classification of figurative visual forms. For the purpose of this article, we took the visual representations found in our science collections, randomly selected from 12 collections that made up the stratified sample of 23 collections, made up from the 68 approved by the Brazilian National Textbook and Teaching Material Program (PNLD 2020). Among the main findings is the predominance of figurative visual forms operating as records, leading the interpreter to recognize the literal content of the images. Regarding the types of difference represented, portrayals of Black individuals are the most frequent. The study concludes that the textbooks contribution to building spaces of coexistence lies primarily in the visibility granted to differences — although such representations often lack deeper critical engagement.

Keywords

Visual language; Alterity; Textbook; Visual representation; Peircean semiotics.

¹ Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP. Docente no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura e no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (Uniso). E-mail: maria.ogecia@gmail.com.

² Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP. Docente no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso). E-mail: luciana.souza@prof.uniso.br.

³ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Docente no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura e no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (Uniso). E-mail: alzira.pimenta@gmail.com.

Este artigo apresenta resultados de pesquisa em desenvolvimento [1], cujo tema envolve representações visuais do outro em livros didáticos. Para tanto, lançamos um olhar que busca os significados nelas latentes. Tal perspectiva se mostra necessária pois, conforme Martín-Barbero (2014, p. 104), a intelectualidade mantém

um permanente receio sobre o mundo das imagens, ao mesmo tempo em que a “cidade das letras” continua procurando, a todo momento, controlar a imagem, confinando-a de forma maniqueísta ao campo da arte ou ao mundo da aparência enganosa e dos resíduos mágicos.

Ainda assim, a imagem passou a permear nosso cotidiano, com força, e avança. Nesse movimento, ela adentra o ambiente educacional e se instala, introduzindo um novo estatuto cognitivo que desconcerta as formas tradicionais de pensar o conhecimento, impondo uma revisão de concepções sobre cognição e como se dá o próprio pensamento ao envolver tais formas de representação.

Nesse contexto, o livro é visto como um meio de comunicação e mediação, pois conjuga as linguagens verbal e visual. Ao encontro da primeira, estão os significados latentes das palavras que, nesse caso, agregam também aqueles construídos na relação com a linguagem verbal. Já esta última se faz presente nas reproduções de fotografia, de imagem fílmica, cartaz, desenho, história em quadrinhos, gráficos, mapa, infográficos, entre outras, as quais denominamos representações visuais. Assim, importam tanto os significados que impregnam a própria materialidade das representações visuais, como os advindos das relações que elas constroem com as palavras.

O livro didático faz a mediação via linguagens verbal e visual, pois nele há os significados latentes das palavras e das representações visuais, como as reproduções de fotografia, de imagem fílmica, cartaz, desenho, história em quadrinhos, gráficos, mapa, infográficos, entre outras.

Explicitar como as diferenças são representadas nos livros didáticos e inventariar os significados postos em movimento para, assim, verificar em que medida tais representações contribuem para a construção de uma ambiência propícia à coexistência das diferenças, à vivência com o outro e ao diferente e ao estranho são os objetivos deste artigo.

Assim, com as 68 coleções para as disciplinas do Ensino Fundamental II – do 6º ao 9º ano –, recomendadas pelo Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD 2020), foi composta uma amostra estratificada com 33% dessas coleções. Para o âmbito deste artigo, tomamos as quatro coleções (16 livros) da disciplina de Ciências como amostra.

Para alcançar os objetivos, apresentamos, inicialmente, reflexões sobre

a alteridade, na perspectiva de Bauman (2012) e Kristeva (1994); em seguida, a classificação das formas visuais figurativas erigida por Santaella (2001), estratégia metodológica adotada para a análise das representações visuais que constam nas coleções mencionadas e acompanhada de categorias que classificam as relações com o outro, explicitando quem é o outro; qual é o modo de posicionamento em relação ao outro e, por fim, a gradação entre xenofobia e xenofilia.

Aportes teóricos

Iniciamos nossas reflexões sobre o outro na esteira de Bauman (2012), para quem o sonho moderno de suprimir as desigualdades deu lugar ao desejo de suprimir os desiguais: os estrangeiros, os vagabundos, os dispensáveis. São estranhos ou diferentes aqueles que

[...] não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo – num desses mapas, em dois ou em todos três; se eles, portanto, por sua simples presença, deixam turvo o que deve ser transparente, confuso o que deve ser uma coerente receita para a ação, e impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória; se eles poluem a alegria com a angústia, ao mesmo tempo em que fazem atraente o fruto proibido; se, em outras palavras, eles obscurecem e tornam tênues as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas; se, tendo feito tudo isso, geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido – então cada sociedade produz esses estranhos (Bauman, 2012, p. 27).

Se considerarmos esse aspecto, Bauman (2012) acrescenta que todas as sociedades geram seus estranhos e o fazem de uma forma extremamente peculiar. O modo de conviver com os estranhos, em geral, ocorre de duas maneiras: uma que visa aniquilar as diferenças e a outra, bani-los do mundo. A primeira era a estratégia da assimilação, a de “abafar as distinções culturais ou linguísticas; proibir todas as tradições e lealdades, exceto as destinadas a alimentar a conformidade com a ordem nova e que tudo abarca; promover e reforçar uma medida, e só uma, para a conformidade” (Bauman, 2012, p. 29). A segunda, a exclusão, implica em:

[...] confinar os estranhos dentro das paredes visíveis dos guetos, ou atrás das invisíveis, mas não menos tangíveis proibições da comensalidade, do conúbio e do comércio; “purificar” – expulsar os estranhos para além das fronteiras do território administrado ou administrável; ou, quando nenhuma das duas medidas fosse factível, destruir fisicamente os estranhos (Bauman, 2012, p. 29).

Conforme Bauman (2012), essas duas estratégias reverberam também duas versões do projeto moderno: a liberal e a racista-nacionalista. Na primeira versão, as pessoas são diferentes por causa da diversidade das tradições locais. Elas sempre são produtos da educação, da cultura e, conseqüentemente, são flexíveis e podem ser reformadas. Na segunda versão, considera-se que há pessoas que não são reparáveis,

ou seja, é praticamente impossível livrar algumas pessoas do que seria considerado seus defeitos e, sendo assim, “só se pode deixá-las livres delas próprias, acabadas, como suas inatas e eternas esquisitices e seus males” (Bauman, 2012, p. 29). No Estado moderno, o modo de viver com estranhos implicou numa pragmática que não precisou ser enfrentada à queima-roupa, como uma perspectiva séria.

No entanto, os estranhos, nos tempos atuais, “não são autoritariamente pré-selecionados, definidos e separados, como costumavam ser nos tempos dos coerentes e duráveis programas de constituição da ordem administrados pelo Estado” (Bauman, 2012, p. 37), mas tornaram-se instáveis, erráticos e voláteis. Os estranhos pululam a nossa volta, como vozes que retornam das cinzas ou como diferenças que escapam dos confinamentos. Como construir novos espaços de convivência sem recorrer às duas estratégias mencionadas?

Viver com o outro, segundo Kristeva (1994, p. 21), “confronta-nos com a possibilidade ou não de ser um outro. Não se trata simplesmente, no sentido humanista, de nossa aptidão em aceitar o outro, mas de estar em seu lugar – o que equivale a pensar sobre si e se fazer outro para si mesmo”.

Kristeva (1994) enfatiza que a singularidade do estranho sempre impressiona: os olhos, lábios, faces, pele diferente das outras, ou seja, há detalhes no estranho que lembram que estamos diante de alguém, do outro. O discernimento dos traços do estrangeiro, ao mesmo tempo que nos cativa, nos repele. “Do amor ao ódio, o rosto do estrangeiro nos força a manifestar a maneira secreta que temos de encarar o mundo, de nos desfigurarmos todos, até nas comunidades mais familiares, mais fechadas” (Kristeva, 1994, p. 11). A alteridade, portanto, suscita tanto a fascinação quanto a abjeção.

Convém lembrar que, para Kristeva (1982, p. 9), a abjeção gera uma ambiência repleta de ambiguidade, isto porque “ao passo que libera a apreensão, não corta radicalmente fora o sujeito/assunto que o ameaça, ao contrário, a abjeção reconhece-o como em estado de constante perigo”. A abjeção poderia explicar os atos estruturais e políticos de inclusão/exclusão que constroem os fundamentos da existência social, pois ela se faz presente tanto em nós como na cultura, ou seja, ela delinea fronteiras tanto do indivíduo como do corpo social.

Os incômodos gerados pela perturbação das fronteiras mencionadas, circulam em silêncio e não são resolvidos, o que pode gerar violência ou espaços mesclados de “[...] humildade e arrogância, sofrimento e dominação, fragilidade e onipotência” (Kristeva, 1994, p. 48). A partir de Freud, Kristeva (1994, p. 177) explica que “[...] o estranho, o aflitivo, insinua-se na quietude da própria razão e, sem se limitar à loucura, à beleza, ou à fé, nem à etnia ou à raça, irriga o nosso próprio ser-de-palavra, estrangeirado por outras lógicas, incluindo a heterogeneidade da biologia”. Com isso, enfatiza Kristeva (1994), constatamos que somos estrangeiros de nós mesmos e somente a partir desse reconhecimento é que poderemos tentar viver com os outros.

Considerando que a construção de espaços de coexistência das diferenças é uma tarefa árdua, que se intensifica pelo caráter nômade e dissipativo do estranho, bem como por nem sempre conhecermos todos os estranhos que em nós habitam, pensamos na possibilidade de contribuir para dirimir os conflitos envolvendo o outro, por meio da construção – sutil – desses espaços desde e no ambiente educacional.

Nesse sentido, buscamos averiguar se os livros didáticos teriam potencial para contribuir neste processo, o que requer, entre outras ações, realizar um inventário da produção de significados das representações visuais, dentre as que apresentam pessoas. Assim, o fundamento do signo e as classificações que constam na gramática especulativa, uma das subdivisões da semiótica ou lógica peirceana, são pertinentes para realizarmos tal tarefa. Isso porque tais ideias permitem levar em conta o potencial da representação visual – pelos seus aspectos qualitativos, referenciais e convencionais – para gerar significados, bem como contribuir para a compreensão da classificação das formas visuais, proposta por Santaella (2001), e que será utilizada na análise das representações visuais dos livros didáticos.

Entende-se por fundamento do signo o atributo de qualquer coisa capaz de fazê-la funcionar como signo – uma qualidade, o fato de ser existente e o caráter de lei – e de produzir um efeito em uma mente interpretadora atada a cada uma dessas propriedades: emoção, ação/reação/ generalização.

Na concepção peirceana, o signo “‘representa’ algo para a ideia que provoca ou modifica. Ou seja, é um veículo que comunica à mente algo do exterior. O ‘representado’ é o seu objeto; o comunicado, a significação, a ideia que provoca, o seu interpretante” (Peirce, 1931, CP 1.339). São signos, assim, todas as modalidades de representações visuais aqui destacadas, como as reproduções de fotografias, de desenhos, entre outras.

Cumpre ressaltar que o conceito de signo para Peirce não está centrado no sujeito, mas na propriedade objetiva do signo, à medida que ele “é capaz de determinar o interpretante porque dispõe do poder de gerá-lo” (Santaella, 1995, p. 85). Conforme Drigo e Souza (2021), trazer à tona tal propriedade objetiva do signo implica inventariar os possíveis significados nele engendrados, o que demanda, por parte do intérprete, três tipos de olhar: contemplativo, observacional e generalizante.

O primeiro olhar – o contemplativo – permite capturar os aspectos qualitativos que, em um signo visual, são os vinculados às cores, às formas, às linhas e às texturas, bem como ao arranjo desses elementos. Um olhar que exige tempo, pois vagueia pela materialidade do signo e instaura uma “candidez intelectual” que, segundo Santaella (2018, p. 30), nos disponibiliza para as primeiras impressões tanto sensórias como abstratas que o fenômeno desperta em nós.

Ao segundo olhar cabe buscar pistas que permitam ao intérprete associar o objeto do signo a outros existentes, ou a aspectos da realidade em que o objeto está inscrito. Não mais os sentidos, mas nossa capacidade perceptiva assume o

comando. Já o terceiro olhar é o que colhe aspectos convencionais, regras ou normas compartilhadas numa cultura, que impregnam o objeto e, de certo modo, estão vinculados ao contexto cultural em que este se faz signo.

Amparada no percurso fenomenológico peirceano, que corresponde aos três tipos de olhar mencionados e nas classificações do signo, Santaella (2001) propõe uma classificação das formas visuais em não representativas, figurativas e representativas. Tais formas aproximam por semelhança o signo e seu objeto – aquilo que o signo sugere, apresenta ou representa – envolvendo níveis que transitam da figura como qualidade que insinua o objeto; passam pela figura como registro que captura o mundo exterior com grande fidedignidade e chegam à figura como convenção.

As formas figurativas, portanto, se diferenciam das formas não representativas, que se caracterizam por sugerir o objeto, bem como das representativas, que se voltam para além do visível. Elas são referenciais. Na perspectiva de Santaella (2001, p. 227):

[...] formas figurativas dizem respeito às imagens que basicamente funcionam como duplos, isto é, transpõem para o plano bidimensional ou criam no espaço tridimensional réplicas de objetos preexistentes e, o mais das vezes, visíveis no mundo externo. São formas referenciais que, de um modo ou de outro, com maior ou menor ambiguidade, apontam para objetos em situações em maior ou menor medida reconhecíveis fora daquela imagem. Por isso mesmo, nas formas figurativas, é grande o papel desempenhado pelo reconhecimento e pela identificação que pressupõem a memória e a antecipação no processo perceptivo. Nessas formas, que buscam reproduzir o aspecto exterior das coisas, os elementos visuais são postos a serviço da vocação mimética, ou seja, produzir a ilusão de que a imagem figurada é igual ou semelhante ao objeto real.

Adentrando as formas figurativas, podemos ainda classificá-las em figura como qualidade, como registro e como convenção. Diante do exposto, entendemos que as representações visuais com pessoas, presentes nos livros das coleções de Ciências analisadas aqui, são as formas figurativas que operam como registro, à medida que exibem, por semelhança, objetos que são identificados fora dela. Nesse sentido, tais imagens funcionam como duplos do real – ou seja, como réplicas de figuras humanas reconhecíveis no mundo empírico – e convocam, no observador, processos de identificação baseados na memória e na antecipação perceptiva. Assim, conforme argumenta Santaella (2001), essas formas visuais mobilizam uma vocação mimética, colocando os elementos da imagem a serviço da verossimilhança, na tentativa de aproximar, tanto quanto possível, a representação de seu referente concreto.

Aportes metodológicos

Nesta seção, apresentamos resultados da coleta e da seleção de representações visuais. Em seguida, mostramos a análise das representações visuais com pessoas, classificadas como formas visuais figurativas, na perspectiva de Santaella (2001) e os

modos de representação do outro – considerando-se quem é o outro, o modo de posicionamento em relação ao outro e a gradação entre xenofobia e xenofilia.

Coleta e seleção das representações visuais

A amostra que compõe o *corpus* da pesquisa é estratificada e constituída por 33% das 68 coleções que constam no guia do PNLD 2020 – Ensino Fundamental II, o que corresponde a 23 coleções das disciplinas dessa fase do ensino básico (Quadro 1).

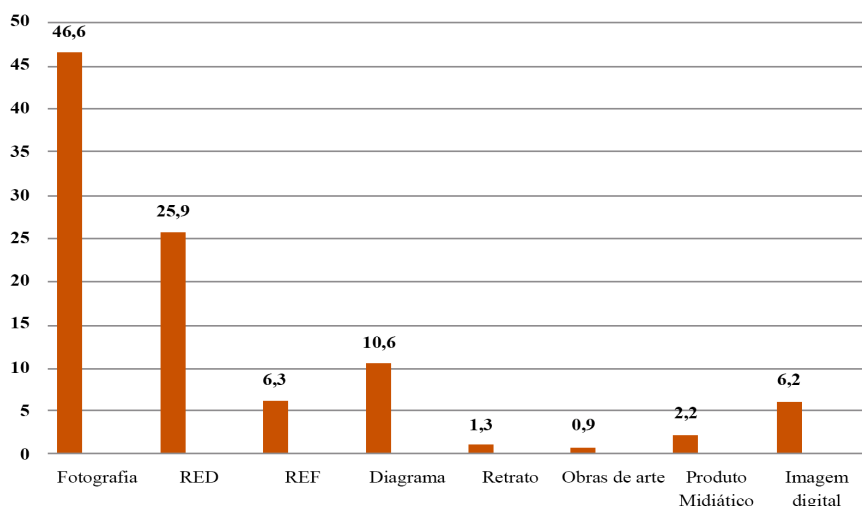
Quadro 1 – Quantidade de coleções por disciplina para a amostra estratificada.

Disciplina	Quantidade de coleções	Quantidade de coleções da amostra
Português	6	2
Ciências	12	4
Matemática	11	4
Inglês	9	3
Geografia	12	4
História	11	4
Artes	7	2
Total	68	23

Fonte: Elaboração própria (2025).

Para o âmbito deste artigo, tomamos quatro coleções de Ciências: Canto et al. (2022); Gewandsznajder e Pacca (2024), Lopes e Audino (2018) e Salvador *et al.* (2020). Cada coleção tem quatro livros, um para cada ano, do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental. Contabilizamos as representações visuais presentes nessas coleções e os resultados constam no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição das representações, por modalidade, para as coleções selecionadas de Ciências.



Legenda: RED – representação esquemática com desenho;

REF – representação esquemática com fotografia.

Fonte: Elaboração própria (2025).

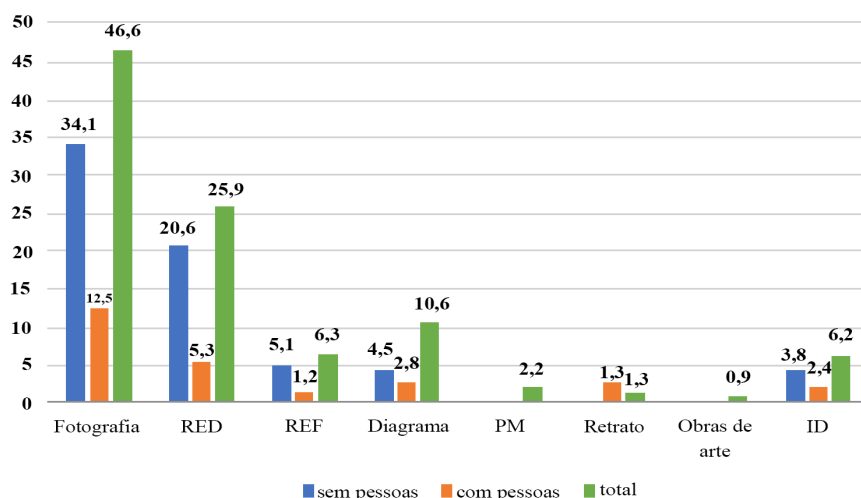
Observando o Gráfico 1, podemos destacar que 46,6% das representações visuais são fotografias, o que corresponde a 3.158 do montante, enquanto as representações esquemáticas com desenhos ou fotografias perfazem o total de 2.182 representações visuais, de 6.777 presentes nas quatro coleções. Na categoria diagrama – tabelas, gráficos, mapas e infográficos – a quantidade é bem menor, 720 representações visuais em 6.777. Para os produtos midiáticos e obras de artes não destacamos a presença ou não de pessoas, pois a composição dessas modalidades de representação será analisada levando-se em conta especificidades da linguagem em questão. Lembramos que na classificação das representações visuais presentes nos livros, “fotografia” designa as reproduções fotográficas; “representação esquemática com desenho (RED)” é composta por desenhos, palavras e elementos de ligação (setas, linhas, entre outros) entre os componentes; “representação esquemática com fotografia (REF)” recorre à fotografias, palavras e elementos de ligação; “produto midiático” corresponde à reprodução de imagens de HQ e da publicidade televisiva e cinematográfica, enquanto “imagem digital” é aquela elaborada por um software ou máquina.

Vejamos agora o percentual de representações visuais com pessoas para cada modalidade, a partir do Gráfico 2.

Observando o Gráfico 2 e considerando-se que o total de representações visuais presentes nessas quatro coleções de Ciências é de 6.777, então, temos 845 fotografias; 359 representações esquemáticas com desenhos; 83 representações esquemáticas com fotografias; 88 retratos e 163 imagens digitais, todas com representações de pessoas. Elas é que passam agora a receber um olhar atento, para assim identificarmos os elementos que as diferenciam, tentando assim abarcar os

modos distintos de representação de pessoas nessas representações visuais.

Gráfico 2 – Distribuição das representações, por modalidade, destacando a presença ou não de pessoas.



Fonte: Elaboração própria (2025).

A partir dessa observação, propomos o agrupamento das representações visuais, da modalidade fotografia e representações esquemáticas, com desenhos e fotografias, bem como as imagens digitais, da seguinte maneira: com uma pessoa, com grupos de pessoas e com partes do corpo de pessoas.

As representações visuais, por fotografia, com uma pessoa, foram alocadas em dois subgrupos: crianças e adolescentes (Figura 1) e adultos em diversas situações do cotidiano – trabalho, lazer, praticando esportes e outras (Figura 2).

Figura 1 – Fotografias com crianças e adolescentes.



Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de Canto (2022); Gewandsznajder; Pacca (2024); Lopes; Audino (2018); Salvador *et al.* (2020).

Figura 2 – Fotografias com uma pessoa.



Fonte: Elaboração própria, a partir de Canto (2022); Gewandsznajder, Pacca (2024); Lopes; Audino (2018); Salvador *et al.* (2020).

As representações visuais por fotografia, com grupos de pessoas, foram distribuídas em novos subgrupos: crianças e adolescentes (Figura 3); grupos de pessoas em atividades do cotidiano (Figura 4); grupos de pessoas no trabalho (Figura 5) e pessoas em ações solidárias (Figura 6).

Figura 3 – Grupos com jovens e adolescentes.



Fonte: Elaboração própria (2025) a partir de Canto (2022); Gewandsznajder, Pacca (2024); Lopes; Audino (2018); Salvador *et al.* (2020).

Figura 4 – Atividades em grupos de pessoas.



Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de Canto (2022); Gewandsznajder, Pacca (2024); Lopes; Audino (2018); Salvador *et al.* (2020).

Figura 5 – Pessoas em atividades laborais.



Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de Canto (2022); Lopes; Audino (2018).

Figura 6 – Ações solidárias.

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de Canto (2022);
Lopes; Audino (2018); Salvador *et al.* (2020).

Em seguida, para representações visuais com partes do corpo, destacamos a presença, em maior quantidade, das mãos. Observar as diferenças em algumas representações visuais que constam na Figura 7.

Figura 7 – Mãos.

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de Canto (2022); Lopes; Audino (2018).

Seguem as representações visuais que denominamos de esquemáticas. Inicialmente, elas foram divididas em dois grupos: as que envolvem desenhos de pessoas e as que apresentam as pessoas em fotografias. Para o grupo das representações esquemáticas (RE), com fotografias, há três subgrupos: as que mostram uma pessoa (Figura 8); aquelas que mostram mais de uma pessoa (Figura 9) e aquelas que mostram

partes do corpo de pessoas.

Figura 8 – Representações esquemáticas com fotografias, com uma pessoa.



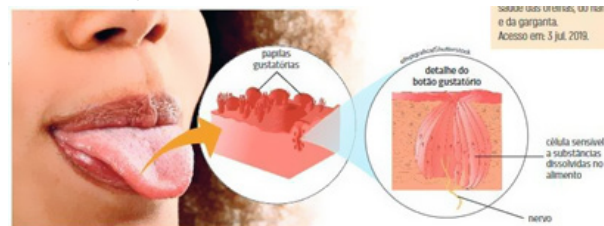
Fonte: Elaboração própria (2025), de Canto (2022); Lopes; Audino (2018) e Salvador *et al.* (2020).

Figura 9 – Representações esquemáticas com fotografias, com várias pessoas.



Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de Canto (2022); Lopes; Audino (2018) e Schechtmann *et al.* (2020).

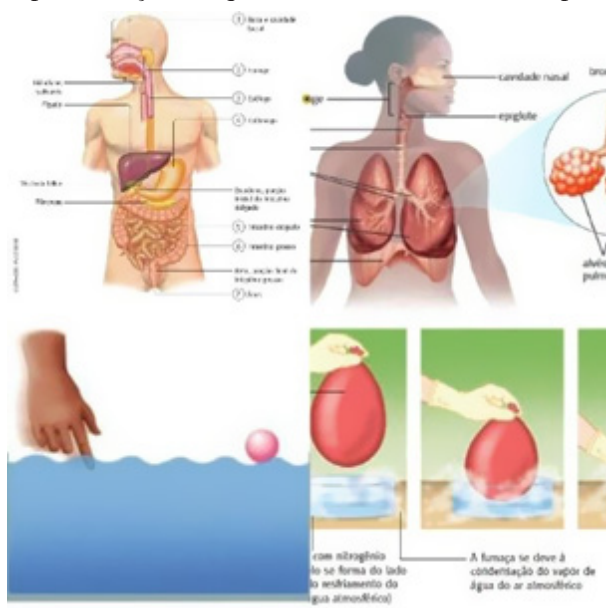
Figura 10 – Representações esquemáticas e fotografias com partes do corpo.



Fonte: Gewandsznajder; Pacca (2024, p. 160, v. 6).

As representações esquemáticas (RE) com desenhos também foram alocadas em três subgrupos: o primeiro apresenta partes do corpo (Figura 11); o segundo mostra uma pessoa (Figura 12); o terceiro subgrupo se constitui de várias pessoas (Figura 13).

Figura 11 – Representações esquemáticas com desenhos e partes do corpo.



Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de Gewandsznajder; Pacca (2024) e Salvador *et al.* (2020).

Figura 12 – Representações esquemáticas com desenhos e com uma só pessoa.



Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de Canto (2022) e Lopes; Audino (2018).

Figura 13 – Representações esquemáticas com desenhos, com várias pessoas.



Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de Canto (2022) e Lopes; Audino (2018).

As imagens digitais também estão em três subgrupos: com uma pessoa, com mais de uma pessoa e com partes do corpo de pessoas, podendo ser observadas nos painéis que seguem (Figura 14, Figura 15 e Figura 16).

Figura 14 – Representações visuais com uma pessoa.



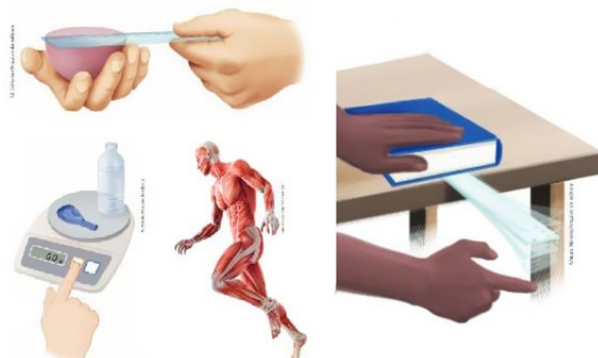
Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de Canto (2022) e Lopes; Audino (2018).

Figura 15 – Representações visuais com mais de uma pessoa.



Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de Canto (2022) e Lopes; Audino (2018).

Figura 16 – Representações visuais de partes do corpo de pessoas.



Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de Gewandsznajder; Pacca (2024) e Salvador *et al.* (2020).

Por fim, entre as representações visuais que envolvem pessoas há os retratos, como na Figura 17.

Figura 17 – Cientistas em foco.



Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de Canto (2022);
Lopes; Audino (2018) e Salvador *et al.* (2020).

Após a apresentação do percurso de coleta e seleção das representações visuais, segue a análise.

Análise de representações visuais com pessoas

A análise de representações visuais envolve duas etapas. A primeira se vale de estratégias propostas por Santaella (2001) e permitem olhar para as representações visuais enquanto formas figurativas. Santaella (2001) classifica as formas visuais em três tipos: as não representativas; as figurativas e as representativas. Para cada uma dessas formas, a autora elenca nove subdivisões, permitindo o aprofundamento do processo interpretativo. Esse manancial de possibilidades propiciará inventariar o potencial de significados das representações visuais, como as que encontramos nos livros didáticos: desenhos, fotografias, obras de arte, charges, quadrinhos, mapas, gráficos e infográficos, dentre outras. Tal proposta também permite elencar possíveis significados postos em movimento na ação dessas representações como signs.

A segunda etapa, para avaliar a representação do outro, do diferente ou do estranho tomamos estudos realizados por Santaella (2008) [2], que classificam tais relações em três categorias: 1) o outro; 2) modo de posicionamento em relação ao outro e 3) gradação entre xenofobia e xenofilia. Cada uma dessas categorias, por sua vez, pode se dividir para dar conta de abarcar o potencial de sugerir, apresentar ou representar o outro. A primeira delas pode se subdividir em: a) visitante ou imigrante; b) originário de país central ou periférico; c) rico ou pobre; d) branco ou não; e) adulto ou não; f) masculino ou feminino e g) integrado nas relações de trabalho ou não. A segunda em: a) modos de posicionamento por contraste; b) por oposição, por heterogeneidade; c) por hierarquia; d) por dominação; e) por subordinação; f) por

justaposição; g) por simetria; h) por equivalência e i) por igualdade. A terceira em: a) difamação; b) hostilidade; c) temor; d) suspeita; e) defensividade; f) segregacionismo; g) tolerância; h) solidariedade; i) cordialidade; j) hospitalidade e k) admiração.

Apresentados os aportes metodológicos, seguem os resultados.

Resultados

As representações visuais que constam nas figuras numeradas de 1 a 7 são formas figurativas, pois permitem que o intérprete identifique aspectos do mundo exterior, pessoas em diferentes períodos da vida, nas mais diversas situações do cotidiano, ou seja, são registros, testemunhos. Isso vai ao encontro da proposta de Santaella (2001, p. 231), que concebe tais representações visuais como registros, pois “correspondem, no universo da linguagem visual, às manifestações mais próximas da indexicalidade, isto é, registro de objetos e situações existentes. Tanto o registro é singular quanto o objeto registrado é também um existente, singular, individual”.

Quanto ao efeito dessa modalidade de representação, como enfatiza Santaella (2001, p. 231), o fato de signo e objeto formarem um duplo não demanda interpretação, cabendo ao intérprete “apenas constatá-la como uma realidade já existente. Como imagem indexical, ela mostra seu objeto, aponta para ele como algo singular e existente na realidade física, micro ou macroestrutural”. E ainda, por ser fotografia, trata-se de um registro físico, o que se deve à concepção quase unânime entre os estudiosos da fotografia sobre a aderência do referente (objeto) na fotografia, pois tal aderência está vinculada a recursos físicos e químicos.

De modo geral, as representações visuais aqui apresentadas são registros físicos, logo mostram o outro, principalmente pessoas com diferenças relativas à cor da pele, com alguma modalidade de deficiência física e também para os diversos períodos da vida: infância, adolescência, vida adulta e adultos com idade para além dos 60 anos. Assim, constata-se a presença de distinção pela idade e outras características físicas (Figuras 1; 2; 4; 5 e 7). As representações visuais em questão dão visibilidade ao outro, ao diferente, enquanto pessoas de diferentes idades e características físicas distintas, principalmente, em relação à cor da pele. Na contagem, verificamos a predominância de pessoas de pele preta. Em relação à categoria modo de posicionamento em relação ao outro, predomina a aproximação por igualdade e solidariedade (Figura 3), e quanto ao grau de xenofilia ou xenofobia, as representações visuais sugerem solidariedade e cordialidade (Figuras 3; 6 e 7).

Não é possível averiguar com exatidão os graus de xenofobia ou xenofilia, uma vez que não há fotos que registrem – com proximidade – expressões dos envolvidos, fotos com ênfase nos rostos, a não ser a representação visual em destaque (Figura 18), que consta no painel (Figura 3). Agamben (1996) ressalta que o rosto humano é constituído por um fundo passivo sobre o qual cintilam traços expressivos ativos, o

que o torna não um simulacro, na perspectiva de que dissimula ou encobre a verdade, mas *simultas*, como aquele que apresenta múltiplos semblantes simultaneamente sem que um seja mais verdadeiro que o outro. Nesse sentido, representações visuais que destacam os rostos das pessoas permitiriam conjecturar quanto a um maior ou menor grau de xenofilia ou xenofobia. A título de exemplo, na figura 18, os sorrisos exibidos, em sintonia, podem levar o intérprete a conjecturar que há um alto grau de xenofilia entre essas pessoas diferentes.

Figura 18 – Rostos reveladores.



Fonte: Gewandsznajder; Pacca (2024, p. 61).

Em geral, pessoas diferentes entre si agrupadas seja em atividades de aula ou no trabalho, seja em outras situações do cotidiano, não atestam graus de xenofobia ou xenofilia, pois apenas mostram que há atividades em grupos e compartilhamento de espaços, e são as que predominam nos livros das coleções de Ciências que compõem a amostra.

No caso da Figura 7, com modalidades de representações por fotografia com partes do corpo, constatamos que quantitativamente predominam fotografias com as mãos. As mãos, nessas representações visuais, se juntam para sugerir as diferenças e para comprovar encontros. Segundo Chevalier e Gheerbrant (2008), as mãos exprimem ideias de atividade, de denominação e poder. E ainda, considerando-se que a mão “é como uma síntese, exclusivamente humana, do masculino e do feminino; ela é passiva naquilo que contém; ativa no que segura. Serve de arma e de utensílio; ela se prolonga através de seus instrumentos” (Chevalier; Gheerbrant, 2008, p. 592), então, representações visuais por fotografias, que constam no painel (Figura 7), podem sugerir maior grau de xenofilia, como as que destacamos a seguir (Figura 19 e Figura 20). Nesse caso, aspectos convencionais ou simbólicos preponderam sobre os referenciais.

Figura 19 – Indícios de xenofilia – 1.

Fonte: Salvador *et al.* (2020, p. 236).

Figura 20 – Indícios de xenofilia – 2.

Fonte: Gewandsznajder; Pacca (2024, p. 69).

Na sequência, apresentamos a análise de representações esquemáticas que constam nas figuras numeradas de 8 a 13. Começamos pelas que apresentam fotografias. No caso dessa modalidade, o potencial de registro físico é amenizado no processo da ação do signo, pois o intérprete é guiado pela relação entre a figura e os elementos gráficos que compõem a representação esquemática. Assim, não mais ela aponta para um objeto, mas sugere uma ideia ou um conceito que envolve o objeto registrado. Trata-se de um signo fronteiriço, onde o aspecto referencial é amenizado pela sugestão de relações entre elementos de um assunto ou uma ideia da ciência, quer envolva uma pessoa (Figura 8) ou mais de uma pessoa (Figura 9).

As representações esquemáticas com fotografia também sugerem aproximação ao outro por equivalência, ou igualdade, e o grau de xenofilia que predomina é o da cordialidade.

Por fim, a análise das representações esquemáticas com desenho. Aqui, se trata de uma forma figurativa como registro, a qual opera por convenções. Não é uma forma figurativa que registra o objeto por uma conexão física, como na fotografia, ou como um registro imitativo, no qual a figura é um tanto quanto mimética em relação ao que registra, mas sim como um registro por convenção. Conforme explica Santaella (2001, p. 237), embora o registro por convenção também seja um registro imitativo, ele “deve se submeter a regras convencionais que dependem de um conhecimento e

aprendizado não só das convenções que regem o registro, mas também da natureza do próprio objeto indicado”.

A composição da representação esquemática com desenhos envolve as convenções que impregnam as formas figurativas, bem como outros elementos gráficos e mesmo palavras, o que ameniza o efeito de registro por convenção criando vínculos, ainda que frágeis, com signos que mostram similaridades internas do objeto. Isso porque o esquema intenta reproduzir relações que envolvam a figura e ideias das ciências – no caso, por se tratar de uma coleção de Ciências, disciplina do Ensino Fundamental. Assim, o efeito migra da seara da constatação e, passando pela contemplação, pode construir, no intérprete, certo interesse pela inteligibilidade da ideia envolvida.

Aqui, mesmo que haja a intenção de tornar o outro visível ou mostrar momentos de convivência, pode preponderar a ideia envolvida na representação esquemática. É o que ocorre, por exemplo, com as representações visuais que constam no painel (Figura 9), onde prepondera o ato de escovar os dentes e relações entre forças, sendo a força um conceito da Física. Ou ainda, para as representações que constam no painel (Figura 13), o intérprete pode manter o interesse por saber qual é a postura correta para se sentar, os assuntos abordados no capítulo de um livro, o movimento da luz ou o potencial das alavancas.

Embora as formas figurativas por convenção possam representar pessoas diferentes, quer estejam sozinhas ou em grupos, e exercendo atividades as mais diferenciadas, elas têm um elemento de generalidade próprio das convenções que imprime certo distanciamento de qualquer situação singular. Dessa maneira, o efeito de constatação ou identificação é suavizado, o que pode contribuir para que o intérprete mantenha o seu interesse pela inteligibilidade da ideia envolvida. Nesse caso, a visibilidade do outro também é diluída ou abrandada.

As imagens digitais também são classificadas como formas visuais figurativas, no entanto, como produto de uma máquina, ficamos com o *output* e é nele em que nos ancoramos. Ao contrário da fotografia, que registra algo singular e real, a conexão das imagens digitais com a realidade não é tão evidente. Também a questão da figura por convenção não fica tão clara, por identificarmos que se trata de uma imagem elaborada por uma máquina. Sendo assim, é preciso pensar que, no momento em que a imagem digital se faz signo, preponderam os seus aspectos convencionais e que, diante delas, o intérprete se submete a convenções que ele deve conhecer, mas que foram manipuladas por uma máquina, e não a partir de um registro prévio por outro tipo de máquina, como a fotográfica, por exemplo.

Nesse processo interpretativo, o intérprete é levado a associar as imagens digitais a pessoas diferentes (existentes), com destaque para cor da pele, idade, habilidades e outros atributos (Figuras 14; 15 e 16). As situações apresentadas sugerem que há igualdade. Sobre o grau de xenofilia e xenofobia, podemos conjecturar que há

cordialidade.

Por fim, os retratos. No painel (Figura 2o), há reproduções de fotografias e pinturas. Assim, há registros físicos e imitativos. Em relação ao modo de apresentação do outro, vale enfatizar que encontramos somente adultos do sexo masculino.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo principal explicitar de que maneira os livros didáticos de Ciências — especificamente as quatro coleções do PNLD 2020 destinadas ao Ensino Fundamental II — podem contribuir para a construção de espaços de coexistência com as diferenças, com especial atenção às representações visuais de pessoas. A análise, fundamentada na semiótica peirceana, na classificação das formas visuais figurativas proposta por Santaella (2001) e nas categorias para o relacionamento com o outro (Santaella, 2008), permitiu identificar e interpretar os sentidos mobilizados por tais representações.

Como apontado nos resultados, observou-se a predominância de representações visuais que registram as diferenças, conferindo-lhes visibilidade. Identificamos imagens de pessoas com variadas características — cor da pele (com destaque para pessoas de pele preta), idade, gênero, habilidades físicas (como pessoas com deficiência) e pertencentes a contextos diversos (zona rural, urbana, povos originários) — geralmente retratadas em situações cotidianas. Essas imagens, em sua maioria fotografias (formas figurativas como registro), atuam como testemunhos, documentando a existência de diferentes sujeitos. A força referencial dessas imagens, própria da fotografia enquanto registro físico, permite ao observador reconhecer a diversidade representada.

Ao examinar os modos de posicionamento diante do outro e os graus de xenofobia ou xenofilia sugeridos pelas imagens, verificamos uma tendência à aproximação por igualdade, solidariedade e cordialidade. Fotografias de grupos em atividades e imagens de partes do corpo, como mãos entrelaçadas, reforçam a ideia de compartilhamento e encontro, sugerindo um certo grau de xenofilia. Contudo, a ausência de expressões faciais evidentes limita a possibilidade de apreender nuances mais profundas dessas relações, como aquelas que poderiam ser captadas por retratos ou *close-ups*.

As diferentes modalidades de representação também revelam nuances importantes. Enquanto as fotografias atuam como registros diretos da diferença, as representações esquemáticas — mesmo quando incluem pessoas diversas — tendem a suavizar a singularidade dos sujeitos em favor da transmissão de conceitos científicos. Nessas imagens, o foco na alteridade pode ser diluído pelo propósito explicativo. As imagens digitais, que operam mais por convenção do que por semelhança direta, também evocam igualdade e cordialidade, mas constroem a diferença de modo

distinto, o que pode afetar a interpretação do observador.

Diante desses achados, voltamos à questão inicial: a visibilidade das diferenças é suficiente para promover a coexistência? As análises indicam que, embora a presença visual de sujeitos diversos seja um avanço relevante — rompendo com formas de invisibilização e exclusão apontadas por Bauman (2012) — ela não basta, por si só, para fomentar uma convivência mais profunda com o outro. A visibilidade proporcionada pelas formas figurativas como registro constitui um passo essencial para reconhecer a existência do outro, porém, a ausência de elementos que favoreçam maior envolvimento emocional ou reflexivo limita o potencial dessas imagens como dispositivos de transformação das relações com a alteridade.

Para avançar nesse sentido, seria desejável que os livros didáticos adotassem estratégias visuais que incentivem a reflexão crítica e a empatia. Isso pode incluir imagens que evidenciem interações entre pessoas diferentes, que contextualizem suas vidas e desafios ou que suscitem uma identificação mais sensível com o outro. Como propõe Kristeva (1994), pensar a alteridade implica também um movimento interior: “estar em seu lugar — o que equivale a pensar sobre si e se fazer outro para si mesmo”. Representações que perturbem fronteiras simbólicas e mobilizem o leitor a confrontar sua própria estranheza podem aprofundar o papel das imagens na formação de uma ética do convívio.

Em síntese, os livros analisados cumprem um papel relevante ao dar visibilidade às diferenças por meio de representações visuais — sobretudo fotografias — que sugerem um ambiente de igualdade e cordialidade. No entanto, para que essa visibilidade se converta efetivamente em construção de espaços de coexistência — entendidos como práticas de viver com o outro que desafiem a abjeção e a insegurança associadas ao estranho — é necessário que as estratégias visuais integrem de forma mais profunda a dimensão humana e social dos sujeitos às proposições científicas. A construção de um olhar mais atento e reflexivo sobre a alteridade no contexto escolar, também mediado pelas imagens, revela-se um caminho promissor para um futuro educacional mais inclusivo e plural.

Notas

[1] Construção de espaços de convivência e propícios à cognição no ensino fundamental: estudo com livros didáticos do PNDL 2020, desenvolvido com apoio do CNPq.

[2] Essas categorias foram as adotadas por Lúcia Santaella, no curso Teorias Culturalistas de Comunicação, ministrado no Programa de Comunicação e Semiótica, na PUC/SP, em 2008.

Artigo submetido em 05/06/2024 e aceito em 01/07/2025.

Referências

- AGAMBEN, G. Il volto. *In*: AGAMBEN, G. **Mezzi senza fine**. Note sulla politica. Torino: Bollati Boringhieri, 1996. p. 74-80.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CANTO, E. L., LEITE, L. C. C., CANTO, L. C. **Ciências naturais**: aprendendo com o cotidiano. São Paulo: Moderna, 2022.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- DRIGO, M. O.; SOUZA, L. C. P. O processo de construção social da velhice: nuances advindas da publicidade. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, n. 11. DOI: <https://doi.org/10.25965/trahs.4025>. 2021.
- GEWANDSZNAJDER, F.; PACCA, H. **Teláris ciências**. São Paulo: Ática, 2024. v. 6 e v. 8.
- KRISTEVA, J. **Powers of horror**: an essay on abjection. New York: Columbia: University Press, 1982.
- KRISTEVA, J. **Estrangeiros de nós mesmos**. São Paulo: Rocco, 1994.
- LOPES, S.; AUDINO, J. **Inovar**: ciências da natureza. São Paulo: Saraiva, 2018.
- MARTÍN-BARBERO, J. **A comunicação na educação**. São Paulo, Contexto, 2014.
- PEIRCE, C. S. Principles of philosophy. *In*: HARSTONE, C.; WEIS, P. **Collected papers of Charles Sanders Peirce**, 1931.
- SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento**: sonora visual verbal. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- SANTAELLA, L. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2018.
- SANTAELLA, L. **A teoria geral dos signos**: semiose e autogeração. São Paulo: Ática, 1995.
- SALVADOR, E.; FERRER, L. C; USBERCO, J.; MARTINS, J. M.; VELLOSO, H. M.; SCHECHTMANN, E. **Companhia das ciências**. São Paulo: Saraiva. 2020. v. 8.

Imaginários dos públicos sob a ótica dos ataques cibernéticos:

caso das Lojas Renner

Fernanda Shelda de Andrade Melo¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os imaginários que cercam o acontecimento de um ataque cibernético. Conhecidos popularmente como “ataques *hackers*”, esses episódios envolvem o acionamento de ideias e de cobranças dos públicos a partir de possíveis vazamentos de dados, que colocam à prova diversas vulnerabilidades – tanto dos clientes, como das próprias organizações afetadas. A intenção foi compreender este cenário permeado por questionamentos utilizando um estudo focado no caso das Lojas Renner, que sofreu um desses ataques em 2021. A primeira etapa aplicou uma revisão bibliográfica, discutindo os principais temas que envolvem a lógica dos ciberataques e entendendo como eles acontecem. Em seguida, a metodologia exploratória foi colocada em prática a partir de uma análise sob a perspectiva qualitativa de comentários coletados em uma das publicações no perfil do Instagram da empresa no dia do incidente. Reunimos os termos mais mencionados em uma *word cloud*, investigando em seguida as cobranças mais latentes advindas na enunciação dos sujeitos. Os resultados iniciais apontam para imaginários sociodiscursivos centrados em uma ideia catastrófica dos ataques, com preocupações mais voltadas para as instabilidades de acesso e uso do que para a segurança digital.

Palavras-chave

Ataques cibernéticos; imaginários; públicos; *hackers*; comunicação organizacional.

¹Doutoranda em Comunicação Social do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: fernandashelda@ufmg.br.

Public imaginaries through the lens of cyberattacks:

the case of Lojas Renner

Fernanda Shelda de Andrade Melo¹

Abstract

This study aims to reflect on the imaginaries surrounding the occurrence of a cyberattack. Popularly known as “hacker attacks”, these events trigger public perceptions and demands from the public based on possible data leaks, which expose various vulnerabilities – both for customers and the affected organizations. The intention was to understand this scenario, marked by uncertainty and questioning, through a case study of Lojas Renner, which suffered such an attack in 2021. The first stage applied a bibliographic review discussing the key themes involving the logic of cyberattacks and understanding how they happen. Then, the exploratory methodology was put into practice based on a qualitative analysis of comments collected from one of the company’s Instagram posts on the day of the incident. We gathered the most mentioned terms in a word cloud, investigating the most latent demands arising from the subjects’ statements in a second stage. Initial results point to socio-discursive imaginaries centered on a catastrophic idea of attacks, with greater concern over access and usability issues than over digital security itself.

Keywords

Cyberattacks; imaginaries; publics; hackers; organizational communication.

¹Doutoranda em Comunicação Social do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: fernandashelda@ufmg.br.

Último mês do período de inverno e próximo à comemoração nacional do Dia dos Pais, agosto costuma ser importante para pequenos e grandes comércios. Porém, para as Lojas Renner, esse cenário aconteceu fora da normalidade no ano de 2021. Qualquer cliente que tentasse acessar os serviços dos sites ou, até mesmo, realizar pagamentos nos locais físicos das Lojas Renner com cartões da empresa, encontrava falhas nos serviços. Os boatos começaram a circular, afinal, como pagar o boleto do cartão de crédito sem as funcionalidades ativas? Ou pior: como garantir que os erros de conexão não respingariam na segurança das próprias contas? Diversas indagações dos clientes começaram a surgir nas redes sociais da organização, que confirmou para a imprensa, na noite de 19 de agosto de 2021, que havia sofrido um ataque cibernético (Site [...], 2021).

Anteriormente conhecidos como ataques *hackers*, essas ações invasoras no ambiente digital prejudicam empresas e indivíduos que se tornam vulneráveis à exposição de dados on-line. Para os públicos, surge o receio de estar em um eclipse – termo utilizado por Dewey (1954) para indicar o momento em que os sujeitos estão na opacidade sem saberem o que está acontecendo e, conseqüentemente, não preverem uma ação para o problema. Nesses casos, informações pessoais podem ser vazadas sem o conhecimento dos próprios clientes. Já para as organizações, as vulnerabilidades não são menores: de acordo com a empresa britânica de segurança de *software* Sophos, das 75 empresas que sofreram esse tipo de ataque no Brasil em 2023, 83% desembolsaram altos valores para recuperar os dados. A quantia de resgate (valor pago para acabar com o “sequestro” de dados) chega a totalizar cerca de R\$6,2 milhões (Sutto, 2024).

Todo esse contexto precisa ser integrado a uma discussão que retoma as lógicas de segurança digital e a interação entre atores humanos e não humanos durante um acontecimento. Nesse sentido, a relação dos sujeitos com pequenos números registrados em um banco de dados se torna um ponto de partida, já que na contemporaneidade os dados determinam algumas condições digitais e o que podemos ou não acessar e fazer. Essa visão não pretende ceder total “poder” aos dados, mas reconhecer que eles fazem parte das relações interpessoais e dos cotidianos dos indivíduos (D’Andréa, 2020). E no caso dos ataques exemplificados anteriormente, esse cenário é extremamente pontual: sistemas como o das Lojas Renner registram e salvam informações pessoais, além das integrações com meios de pagamento que coletam dados financeiros – como cartões de crédito.

Esse debate também reflete um ponto fundamental: os imaginários, já que a relação com a tecnologia é colocada à prova na perspectiva do que é factível e quais ideias se destacam sobre os ataques. O conceito de imaginários pode ser abordado em diversas dinâmicas, mas é importante estabelecer que eles são usualmente mantidos

coletivamente, múltiplos e podem evocar noções desejáveis ou distópicas de um cenário (Mager; Katzenbach, 2021). Uma outra ideia destacada nesta discussão é a de imaginários algorítmicos. Essa concepção reúne esforços acadêmicos que visam discutir como a população percebe e lida com o cenário marcado pela plataformização (Winques, 2022). Além disso, quando discutidos a partir da lente sociodiscursiva, os imaginários são fundamentais para compreender "um modo de tomar conhecimento do mundo socialmente partilhado" (Charaudeau, 2017, p. 575).

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa está centrado em refletir, a partir do caso das Lojas Renner, sobre os imaginários que cercam o acontecimento de um ataque cibernético. A fase analítica deste trabalho selecionou a metodologia exploratória para coletar comentários de clientes em uma das publicações no perfil do Instagram da empresa durante o período do ataque. A partir dos 3.851 comentários obtidos, realizamos uma análise qualitativa das indagações, dúvidas e incertezas, inspirando-se nas perspectivas do mapeamento de controvérsias de Venturini e Munk (2021), adaptando as sugestões para a observação dos imaginários. O trabalho foi dividido em duas seções teóricas que abordam os contrastes dos ataques cibernéticos e como acionamos essa perspectiva na esfera dos imaginários, posteriormente trazendo a análise empírica. Um ponto que chama a atenção nos resultados iniciais é a preocupação mais destacada em relação à falta de acesso e pouco voltada para lógicas de segurança digital – como o vazamento de dados.

Ataques cibernéticos: o que são e como acontecem?

A ameaça de uma figura que se aproxima dos contos míticos é aplicada no entendimento do que é um *hacker*. No começo dos anos 2000, os estudos acadêmicos reuniam esforços para explicar o que exatamente era essa *persona*, bem como a necessidade de diferenciá-la a partir de suas atividades. Lemos, Seara e Pérsio (2002) chegam a inferir duas categorias: o *cracker*, alguém que invade e danifica sistemas, e o *hacker*, que apenas apareceria no ciberespaço em testes de segurança, exibindo a invasão como uma conquista. Evangelista (2018) ainda destaca o termo *hackerismo*, perspectiva de ativismo democrático ligado às invasões de sistemas privados. Nesse sentido, jogos, filmes ou até livros pagos poderiam ser acessados a partir de vazamentos causados por esses grupos. É a partir daí que o autor também pontua que a perspectiva *hacker* tem uma cultura e até regras de colaboração em meio a algumas vertentes de programadores.

Há alguns anos, esforços acadêmicos vêm sendo feitos para deixar de lado o termo *hacker*, principalmente devido à conotação negativa e ao estigma que ele carrega, passando a utilizar termos como “ciberataques” ou “ataques cibernéticos”. Em algumas vertentes, como no caso dos estudos ligados à criminologia, a crítica é em relação à grande variedade de nomeações e à imensa abrangência

do termo *hacker* (Nunes Sobrinho; Scott, 2022). As invasões danosas e com objetivo de prejudicar, ou seja, fora do espectro de colaboração mencionado anteriormente, também passaram por tipificações de crime cibernético, que é definido como: "Todo delito praticado utilizando a tecnologia da informação como ferramenta a fim de causar dano a outrem" (Araújo; Rossi, 2020, p. 15).

Independentemente de como sejam chamados, uma coisa é certa: os danos acarretados durante esses ataques são enormes e atingem uma diversidade de empresas. Esse é o caso da Windows, atacada em 2017, e do restaurante Chick-Fil-A, em 2014. Segmentos extremamente variados e distintos, mas que acabam com os mesmos problemas: a preocupação com o vazamento de dados que podem gerar tanto perdas monetárias quanto prejuízos jurídicos em relação à proteção ao consumidor (Lima, 2018; Walters, 2014).

Uma reflexão importante está no entendimento sobre como ocorre um ataque cibernético. Em primeiro lugar, precisamos considerar que as infraestruturas digitais estão todas configuradas a partir de *softwares*, que podem ser entendidos como "qualquer programa de computador capaz de comandar o funcionamento de um sistema com base em computador, executando tarefas específicas" (Amorim, 2015, p. 3). Dessa forma, um *software* nada mais é do que o programa em sua versão *backstage*, um ponto fundamental que, configurado da maneira correta, desenvolverá as requisições para um sistema específico, seja um programa ou aplicativo. Há, ainda, a presença dos *hardwares*, que se encontram em uma condição mais física – como é o caso de fios, placas e da estrutura responsável por fazer os *softwares* funcionarem.

Durante um cibercrime, o alvo pode ser uma ou mais redes ligadas a um *software* ou *hardware*. Por exemplo, o ataque pode tentar invadir a seção onde estão elencadas as principais informações de um banco de dados e alcançar somente parte delas. Em algumas empresas, principalmente aquelas ligadas ao setor bancário, o armazenamento de dados é guardado a sete chaves – ou melhor que chaves, criptografias. Nesse sentido, mesmo quando há um vazamento, o criminoso precisaria descriptografar todas as informações para ter algo útil. É como tentar enxergar a expressão “Oi”, mas apenas ler o código 01001111 01101001 [1]. Assim, a criptografia é uma estratégia desenvolvida ao longo dos anos justamente para lidar com questões de segurança, principalmente no sentido de acessos não autorizados (Silva, 2019).

Além disso, existem diferentes tipos de ataques. As duas categorias mais conhecidas são separadas como *Distributed Denial-of-Service* (DDoS) e *ransomware*. Araújo e Rossi (2020) explicam que o DDoS prevê apenas aquilo que está intrínseco na tradução de seu nome: uma interrupção do sistema. Nesses casos, geralmente os usuários presenciam travamentos nos aplicativos ou sites que carregam com lentidão. Por isso, esse ataque é visto como algo mais superficial, apesar de Greenberg (2021) pontuar que são importantes ferramentas em guerras políticas, pois alguns tipos de DDoS podem ser usados para espionagem.

Enquanto isso, os ataques que utilizam *ransomware* podem tentar invadir sistemas ou posicionar *malwares* – arquivos "contaminados" – nos computadores do alvo. Nesses casos, há a possibilidade de um roubo de dados, acessando informações indevidas. Essa foi justamente a categoria do ataque às Lojas Renner, como declarado pela própria empresa, que relatou ainda que os criminosos solicitaram 20 milhões de dólares para restabelecer os sistemas após os danos (Lopes, 2021). Geralmente, as táticas de extorsão do alvo também são comuns para persuadir as empresas a não deixarem que documentos sigilosos sejam vazados.

Apesar dos exemplos explicitados estarem ligados às organizações, é importante ponderar que esses crimes também podem acontecer com indivíduos comuns, principalmente aqueles mais vulneráveis on-line. Dessa forma, fica claro reparar como os ataques cibernéticos são perigosos e estudá-los se torna indispensável no contexto permeado pela plataformização. Essas infraestruturas podem guiar lógicas cotidianas, como dados bancários para uma simples transação, informações de registro em um clube ou até fotografias guardadas no modo privacidade em uma rede social. Todos esses exemplos são datificados em sistemas digitais (Poell; Nieborg; Dijck, 2020) e estão sujeitos a invasões. Estudar aspectos e fragilidades desse acontecimento pode dar ênfase à necessidade de expandir entendimentos sobre segurança digital, entendendo o que os públicos pensam e como lidam com esse cenário, adquirindo conhecimento sobre ele a partir da tentativa de escapar das assimetrias de acesso e poder que cercam esses acontecimentos enraizados nas materialidades digitais (Guerra; D'Andréa, 2023).

Imaginários na lógica digital

Durante o processo de crescimento, nossa consciência utiliza dos imaginários para condicionar uma noção de mundo. É nessa lógica que, quando crianças, começamos a fazer perguntas sobre tudo e todos, pretendendo alcançar a superfície do conceito das coisas. No estudo de públicos, alguns teóricos se esforçam para explicar o entendimento social. Lippmann (2008) chega a utilizar a ideia dos estereótipos: longe do estigma negativo, essa perspectiva defende que cada indivíduo se aproxima e concorda com conceitos que estão mais próximos de suas realidades. Esse sentido é ainda mais prolongado com a aceleração do tempo no cenário digital, já que pegaríamos atalhos cognitivos para entender aquilo que nos cerca.

Quando voltamos o debate para os ataques cibernéticos, essa ideia também pode fazer sentido, principalmente no caso das vulnerabilidades dos públicos. Um exemplo simples está na própria concepção do que é um *hacker*: como explicado anteriormente, a imagem negativa da palavra foi construída ao longo dos anos e pode carregar a imagem de um "terrorista digital" que atacaria sistemas apenas para o "mal", segundo uma ideia determinista de bom e ruim. Essa ideia é contornada

pelo surgimento dos *hackers* “do bem”, que são profissionais da Tecnologia da Informação (TI). Esses indivíduos atuam na direção contrária: atacam as instituições que trabalham justamente para identificar possíveis fragilidades e onde pode estar a melhor solução de segurança (Nunes, 2025). Além, é claro, das perspectivas de *hackativismo* (Evangelista, 2018).

É válido lembrar que os dispositivos presentes nesse contexto ainda são permeados por interações de agentes humanos (nós, enquanto sujeitos) e os agentes não humanos – no caso dos ataques, os sistemas que são invadidos, os dados roubados e a própria infraestrutura voltada para a segurança digital. Essas lógicas não são pré-definidas apenas pela possibilidade de ataque, mas também pela participação que os agentes humanos têm neste processo, o que também conta com os imaginários do que é ou não possível durante esse acontecimento (Braga, 2020). É relevante visualizar essa discussão com ajuda da perspectiva neomaterialista, que enfatiza a importância de entender as peças da infraestrutura digital que permeiam esses fenômenos. Por isso, neste trabalho, refletimos sobre essa interação entre ambos agentes elencados nas possibilidades dos imaginários (Lemos, 2020).

De acordo com Silva (2020, p. 40), “imaginários tratam tanto das lentes usadas para interpretar fenômenos e ações presentes – considerando interpretações do passado – quanto na definição de horizontes de possibilidades”. Logo, as ideias que são construídas por nós, socialmente imbricadas, fazem parte do que entendemos diante da vivência humana. Uma outra concepção importante para a discussão apresentada está baseada no imaginário algorítmico. Apesar dos esforços acadêmicos dessa perspectiva se basearem de forma mais enfática nas teorias dos algoritmos e suas recomendações de uso, podemos resgatar a análise da percepção dos usuários no mesmo caso dos ataques. Isto é, “o imaginário algorítmico não deve ser entendido como uma crença falsa ou uma espécie de fetiche, mas, antes, como a maneira que as pessoas imaginam, percebem e experimentam algoritmos e o que essas imaginações tornam possível” (Bucher, 2017, p. 11) (Tradução nossa) [2].

Destacamos, também, a expressão “imaginários sociodiscursivos”, especialmente por estar ligada aos debates que defendem a dinâmica que é apresentada durante a fala e a enunciação. Considerando que o presente trabalho pretende analisar a perspectiva dos públicos durante o acontecimento de um ataque cibernético, essas manifestações também refletem a construção dos imaginários, uma vez que estes são “engendrados pelos discursos que circulam nos grupos sociais, se organizando em sistemas de pensamento coerentes, criadores de valores, desempenhando o papel de justificação da ação social e se depositando na memória coletiva” (Charaudeau, 2017, p. 578).

Ainda quando falamos sobre os ataques, é importante destacar que um ator central nessa esfera são os dados. Nos principais casos de *malwares*, a intenção está no roubo desta “matéria-prima”, visando às informações que estão elencadas nessa

estrutura datificada. Isso nos leva a pensar sobre as implicações dos imaginários nessa dinâmica. O fluxo de alimentação dos dados em relação à concentração de poder se tornou uma possível forma de colonização e de quantificação da vida (Ricaurte, 2023). Essa concepção abre reflexões sobre uma outra vulnerabilidade dos públicos durante tal acontecimento: a assimetria de conhecimento em relação aos próprios dados. Dessa forma, sem sequer entender o que pode ter sido roubado durante os momentos de ataques *ransomware*, é ainda mais desafiador para os sujeitos considerarem se estão ou como estão vulneráveis. Assim, é indispensável entender que essa assimetria também pode elencar uma nova condição de poder neste contexto.

O acontecimento do ataque também é permeado de dúvidas e receios, algo comum na disputa de sentidos protagonizada pelos públicos e pelas organizações – fluxo de discussões que acaba constituindo possíveis controvérsias acerca do acontecimento. O imaginário é necessário tanto para elaborar um entendimento (mesmo que primário) do que está acontecendo quanto pode ser crucial para o momento de ação. Isso significa que, mesmo quando é fantasiada, a ideia do que é um ataque cibernético pode ajudar durante o contorno das vulnerabilidades, como iniciativas que vão do bloqueio de cartões até a cobrança por mais informações da instituição que foi atacada.

Partindo desse ponto, Maffesoli (2001) nos lembra que é preciso quebrar a ideia de que os imaginários estão sempre distantes da realidade, intangíveis. Na verdade, é preciso entender essa concepção como elemento de ensejo, advindos de "algo que ultrapassa o indivíduo, que impregna o coletivo ou, ao menos, parte do coletivo" (Maffesoli, 2001, p. 76). Ao unir esse conceito com possíveis análises que podem respingar no estudo dos acontecimentos dos ataques cibernéticos, propomos na seção seguinte um estudo que permite um vislumbre dessa perspectiva em um caso real.

Fase analítica

De acordo com os estudos de Dewey (1954), os públicos partem para a ação em uma sequência: após repararem que estão sofrendo, afetados por alguma coisa, agem. Essa teoria, pautada no sofrer e no agir, ilustra um cenário interessante na perspectiva dos ataques cibernéticos, principalmente porque é fundamental para os indivíduos saberem que podem estar vulneráveis. Na contramão desse pensamento, as organizações, durante os momentos de ataque, também estão vulneráveis – são diretamente atacadas e alvos da situação. Durante esse contexto, é notório que há a presença de boatos e dúvidas em relação ao ataque: o que aconteceu? Como aconteceu? Quem foi atingido? São inúmeras as perguntas (e respostas) que exibem as publicações no perfil das empresas durante o período de ataque aos sistemas.

Entretanto, para além da controvérsia e da disputa de sentidos na tentativa

de liderar o discurso em uma argumentação entre públicos e organizações, o presente trabalho destaca um quesito importante: os imaginários. É a partir dos imaginários que os discursos dos públicos se manifestam na cobrança dessas empresas e do que, especialmente, esses sujeitos entendem sobre o acontecimento e percebem os efeitos dele sobre si. Permeado de termos técnicos e projeções distópicas, os ataques cibernéticos podem causar o compartilhamento de rumores e até uma crescente mistificação do que de fato ocorreu. Logo, os esforços unidos neste artigo se inspiram em Marres (2007) na junção do pragmatismo de Dewey com a perspectiva dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (STS) para compreender a dinâmica do envolvimento dos públicos com a mobilização de atores não humanos que constituem um papel fundamental nesse acontecimento.

Ainda considerando o ambiente digital, entendemos que a abertura de discussões pode fazer parte do resultado da organização comunicada, aquela que advém da interação entre organizações e sujeitos em suas publicações oficiais ou discursos da empresa (Baldiçera, 2009). Entender as menções e os comentários também é uma forma de transformar dispositivos para o usuário em dispositivos de pesquisa (Venturini; Munk, 2021). Dessa forma, o presente trabalho selecionou um acontecimento específico: o ataque às Lojas Renner em setembro de 2021. Para contextualizar o caso, iniciaremos elencando informações sobre o episódio.

No final da tarde do dia 19 de agosto de 2021, os sistemas das Lojas Renner começaram a apresentar instabilidades. Isso significa que aqueles que tentavam acessar o site ou os aplicativos não encontravam uma página on-line, além das interrupções dos serviços físicos como o pagamento de cartões e compras no caixa. A partir desse momento, os clientes começaram a perceber os efeitos negativos durante o uso, até que veículos jornalísticos iniciaram publicações sobre o ocorrido. Do dia 19 de agosto até o dia 24, os sistemas continuaram com instabilidades, variando seus níveis de apresentação. Ou seja, em alguns momentos era, sim, possível acessar o site, enquanto em outros horários ele voltava a sair do ar. O mesmo aconteceu com os outros serviços prestados que, de alguma forma, tivessem ligação com os *softwares* utilizados pela empresa. Vale pontuar que não identificamos nenhuma publicação de aviso sobre o ocorrido nas páginas das Lojas Renner, manifestação que aparece apenas em respostas nos comentários e utilizando o termo que citamos aqui – instabilidade – para detalhar o que estava acontecendo.

Durante a exploração prévia em navegação flutuante para selecionar o *corpus* deste trabalho, foi possível notar um diferencial: saindo da média de comentários no perfil da empresa no Instagram – que beira de 700 a 800 interações por publicação – a postagem no dia do ataque cibernético (19 de agosto de 2021) tem quase 4 mil comentários. Essa dimensão, quatro vezes maior que o normal, chama a atenção devido à manifestação do público.

Dessa forma, utilizando a linguagem de programação Python, foi possível

rodar uma aplicação de *scraping*, coletando todos os comentários da postagem, função permitida pela presença de uma *Application Programming Interface* (API) no Instagram. A biblioteca resultante do *scraping* gerou um arquivo .csv com 3.851 comentários. Desse número, fizemos um recorte: os comentários das Lojas Renner foram excluídos. Não como tentativa de ignorar a presença da organização, mas porque o objetivo do artigo está nos imaginários acionados pelos públicos: quais são as principais questões? Como se referem ao acontecido? Quais são as preocupações mais latentes? O resultado do recorte foi de 22,7%, deixando-nos com 2.979 comentários advindos de usuários.

Com esse material em mãos, nutrimos alguns passos empíricos: a) Utilizamos a ferramenta Flourish para filtrar quais palavras foram mais citadas durante esse período para entender os termos que mais aparecem em uma nuvem de palavras; b) Pesquisamos cinco ideias relacionadas ao tema e suas variações (plural e artigos): “*hacker*”, “ataque”, “dados”, “instável”, “acesso”, visando compreender como o acontecimento foi abordado pelos públicos; c) Retornamos aos termos mais utilizados do primeiro e do segundo passo para entender as preocupações mais latentes que cercavam os comentários, procurando contextualizar os dois primeiros resultados em uma análise mais cuidadosa e qualitativa. Essas classificações, inicialmente mais soltas e que vão determinando caminhos durante a própria análise prática, retomam a ideia de seguir os atores: “Não presumirei saber melhor do que as pessoas que estou estudando. Aprenderei com eles o que é relevante e importante, o que faz parte da controvérsia e o que não faz” (Venturini; Munk, 2021, p. 43) (Tradução nossa) [3].

Antes da efetivação do primeiro passo, também foi preciso nortear algumas medidas de busca, como é o caso da soma entre termos que estivessem no singular, plural e gerúndio (exemplo: *acesso*, *acessos*, *acessando*), além da exclusão de artigos e conjunções, dando preferência para termos e palavras. Ademais, os resultados foram destacados na nuvem de palavras da ferramenta Flourish (2024) após constatação de que se repetiam mais de 15 vezes – uma vez que diversas palavras poderiam aparecer somente uma ou duas vezes e não apareceriam em tamanho hábil na nuvem. Outro ponto importante é que na *word cloud*, palavras com tons mais fortes e maior tamanho representam uma repetição maior. O contrário também é válido, em que termos mais apagados e com tamanho menor aparecem com menos recorrência (Imagem 1).

diferenças em relação ao imaginário dos públicos e das discussões apresentadas na literatura acadêmica, como pontuado anteriormente, sobre o estigma da palavra *hacker*.

Em contrapartida, a palavra dados aparece 37% a mais nas indagações que o próprio termo *hacker*. Dentro desse número, apenas cinco clientes parecem questionar um possível vazamento dos dados ou até a perspectiva de proteção dessas informações. Enquanto isso, a maioria das citações está voltada para a denúncia de um possível golpe de uma conta *fake* das Lojas Renner que, durante o momento de instabilidade, também estava pedindo dados pessoais para resolver os problemas enfrentados. Alguns clientes chegam a reiterar que os dados foram enviados no *chat* privado oficial das Lojas Renner para análise de cada caso, seja para detalhar os golpes ou procurar soluções.

Quando partimos para os termos *instabilidade* (*instável* e suas variações) e *acesso*, os problemas técnicos são destaque na colocação dessas palavras. Nesses dois pontos, é possível presenciar um primeiro contato dos sujeitos com o acontecimento, pois geralmente as perguntas estão mais ligadas a entender porque o acesso não funciona ou por quais motivos o site e o aplicativo estão instáveis. É um momento notável de dúvidas, em que não há certeza sobre o acontecimento e sobre o que se deve esperar.

Fizemos um movimento importante de voltar à nuvem de palavras, a partir do contexto analisado, de forma mais específica. Logo após as quatro palavras mais citadas (*app*, *lojasrenner*, *site* e *sistema*) destacamos as expressões “pagar” e “fatura”, ambas na linha das 80 menções – citadas individualmente mais que a própria palavra *hacker*. Em um primeiro momento, pode parecer que a lógica dessas duas questões está voltada apenas para o olhar técnico de instabilidade, análise semelhante a do parágrafo anterior. Porém, quando partimos para o entendimento do contexto, é possível perceber que os clientes estão demonstrando suas principais preocupações: os juros.

Em todos os termos elencados anteriormente, encontramos perguntas em relação aos juros dos boletos e dos cartões da empresa. Isso porque, com os sistemas fora do ar, era impossível ter acesso às próprias contas ou sequer verificar quanto devia. Nos comentários nos dias seguintes ao ataque, principalmente durante as voltas parciais dos sistemas, os sujeitos reiteravam que juros estavam sendo cobrados por boletos vencidos durante o período.

Temos, então, algumas perspectivas conclusivas a partir dessas análises. Em primeiro lugar, é possível compreender que o receio do uso do termo *hacker* na academia, principalmente na defesa em se afastar do estigma negativo da palavra e reiterar o uso de *ataques cibernéticos* é uma realidade que se apresenta diferente na vivência dos sujeitos. Para os públicos que se manifestaram nesse acontecimento específico, *hackers* é o nome dado para os responsáveis pela instabilidade na

dualidade do bem e mal. Durante esse tipo de mapeamento, aquilo que se define como verdade é constituído em conjunto (Venturini; Munk, 2021). Logo, os imaginários que se apresentam nessa esfera podem diferir da perspectiva estudada no momento teórico e desaguar em visões diversas por parte daqueles que estão sendo afetados. Todavia, o que podemos problematizar em conjunto das discussões teóricas está justamente na imagem desse *hacker* mencionado, afinal, ela continua fazendo parte de uma visão ligada aos crimes e danos.

Em segundo lugar, é importante notar que a preocupação com a segurança dos dados ficou de escanteio no acionamento de imaginários durante o ataque. Isso porque, as menções em relação à segurança digital dos dados eram muito menores em relação aos outros questionamentos apresentados. É possível inferir que, por vezes, as vulnerabilidades dos públicos que enxergamos vão além da superfície, pois é preciso entender quais perspectivas de fato afligem os sujeitos durante esse momento e se as preocupações da academia estão voltadas para a realidade do acontecimento: permeado de dúvidas, questionamentos e boatos. Imersos em preocupações, a principal defesa para os clientes era fugir de mais golpes que apareciam naquele momento.

Por fim, a perspectiva dos juro segue esse mesmo princípio em relação aos imaginários sociodiscursivos. O acionamento das maiores preocupações durante o acontecimento estava na possibilidade de “ter que pagar mais” por algo que sequer era culpa dos clientes. É justamente nesse momento que há a possibilidade de observar possíveis controvérsias e disputas de sentido, uma vez que outras temáticas podem entrar em disputa, como no caso de contratos e perspectivas dos direitos dos consumidores em relação à cobrança.

Considerações Finais

A partir das discussões apresentadas, foi possível perceber um rastro dos imaginários acionados durante um ataque cibernético, principalmente voltado para as preocupações que cercam os públicos, suas vulnerabilidades e principais manifestações sobre o caso. Identificamos que pautas debatidas na academia aparecem de formas distintas quando tratadas na ótica dos públicos, além do surgimento de fragilidades diversificadas que aparecem durante o acontecimento.

As principais questões abordadas pelos agentes envolvidos podem nos mostrar um cenário contrasta com o fato de os sujeitos estarem imersos durante esse caso e, especialmente, sobre as disputas de sentido permeadas por ele (Venturini; Musk, 2021). Quando encaramos, por exemplo, a tentativa de proteção dos golpes que apareceram de contas que simulavam o perfil oficial das Lojas Renner, percebemos uma tentativa unificada de avisar os outros usuários e o próprio impacto que isso também gerou na percepção do ataque. Essa experiência tomou o espaço da própria repercussão do

ponto inicial da controvérsia: a invasão do banco de dados da empresa.

Além disso, afetados, os públicos buscaram formas para agir (Dewey, 1954). Nesse caso, a dinâmica que cerca os comentários – e o próprio volume fora da curva que totalizava 4 mil interações na publicação – demonstra o espaço que eles encontraram na infraestrutura digital para realizar suas manifestações sobre o ataque, sejam estas relacionadas às indagações, ao compartilhamento de informação com outros clientes ou às preocupações com as cobranças indevidas, como foi possível observar.

Vale ainda considerar que todos nós, enquanto usuários presentes no ambiente digital, estamos sujeitos às vulnerabilidades desse tipo de acontecimento. Isso porque as infraestruturas dos dados estão imbricadas no dia a dia humano, tratando diversas informações sensíveis sobre nossas vidas. Dessa forma, investigar como esse tipo de ataque se revela e o que podemos esperar deles, pode ajudar a minimizar cada vez mais as vulnerabilidades dos públicos, entendendo que as organizações também podem visar ao mesmo objetivo.

Entendemos a necessidade da continuidade de pesquisas que possam unir esse campo de estudos, principalmente mergulhando em outras categorias de observação, sem deixar de lado a lente comunicacional. Uma perspectiva interessante para continuidade do processo iniciado neste artigo está justamente no mapeamento de possíveis controvérsias que podem aparecer durante esses momentos, reunindo esforços que possam notar ambas as perspectivas – clientes e empresas – aprimorando a vertente aplicada neste trabalho.

Notas

[1] Conversão da palavra “Oi” em código binário.

[2] *The algorithmic imaginary is not to be understood as a false belief or fetish of sorts but, rather, as the way in which people imagine, perceive and experience algorithms and what these imaginations make possible.*

[3] *I will not presume to know better than the people I am studying. I will learn from them what is relevant and important, what belongs to the controversy and what does not.*

Artigo submetido em 10/12/2024 e aceito em 01/07/2025.

Referências

AMORIM, D. Softwares de sistemas e de aplicações livres: benefícios e limitações no uso dessas tecnologias nos negócios. **Revista Científica Semana Acadêmica**, n. 69, p. 1–25, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/3OzumZo>. Acesso em: 08 jun. 2024.

D'ANDRÉA, C. F. B. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. Salvador:

EDUFBA, 2020.

ARAÚJO, F.; ROSSI, J. **A evolução dos ataques cibernéticos**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Segurança da Informação) – Faculdade de Tecnologia de Americana Ministro Ralph Biasi, Americana/SP, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/4lqabvg>. Acesso em: 08 jun. 2024.

BALDISSERA, R. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. **Organicom**, v. 6, n. 10/11, p. 115-120, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2009.139013>.

BRAGA, J. Neomaterialismo & Antropológicas. **Galáxia**, n. 45, p. 20-33, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Vkj4eO>. Acesso em: 08 jun. 2024.

BUCHER, T. The algorithmic imaginary: exploring the ordinary affects of Facebook algorithms. **Information, Communication & Society**, v. 1, n. 20, p. 30-44, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1154086>.

CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. **Entrepalavras**, v. 7, n. 1, p. 571-591, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321.7.7.1.571-591>.

DEWEY, J. **The public and its problems**. Ohio: Swallow Press Books, 1954.

EVANGELISTA, R. **Para além das máquinas de adorável graça: cultura hacker, cibernética e democracia**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

FLOURISH. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://flourish.studio>. Acesso em: 17 jun. 2024.

GREENBERG, A. **Sandworm: uma nova era na guerra cibernética e a caça pelos hackers mais perigosos do Kremlin**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

GUERRA, A.; D'ANDREA, C. Atravessando o “mar vermelho” algorítmico: ubertubers e seus modos de conhecer o preço dinâmico da uber. *In*: TOZI, F. (Org.). **Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2023, p. 59-80.

LEMOS, A. Epistemologia da Comunicação, Neomaterialismo e Cultura Digital. **Galáxia**, n. 43, p. 54-66, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25532020143970>.

LEMOS, A.; SEARA, S.; PÉRSIO, W. Hackers no Brasil. **Contracampo**, n. 6, p. 21-42, 2002. DOI: <https://doi.org/10.22409/contracampo.voio6.463>.

LIMA, G. E. Ciberataques: uma reflexão sobre a responsabilidade internacional dos estados. **Caderno de Relações Internacionais**, v. 8, n. 15, p. 201-221, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22293/2179-1376.v8i15.646>.

LIPPMANN, W. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

- LOPES, A. Após ataque hacker, Renner nega que pagou US\$20 milhões aos criminosos. [S. l.], **Exame**, 19 ago. 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3Uqa3jA>. Acesso em: 05 jun. 2024
- MAFFESOLI, M. Michel Maffesoli: o imaginário é uma realidade. **Famecos**, v. 8, n. 15, p. 74-82, 2001. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2001.15.3123>.
- MAGER, A.; KATZENBACH, C. Future imaginaries in the making and governing of digital technology: multiple, contested, commodified. **New Media & Society**, v. 23, n. 2, p. 223-236, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444820929321>.
- MARRES, N. The issue deserves more credit: pragmatist contributions to the study of public involvement in controversy. **Social Studies of Science**, v. 37, n. 5, p. 759-780, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/0306312706077367>.
- NUNES, E. Hacking ético: da rebeldia à profissão. **Blog PUC-Rio**, [S. l.], 19 abr. 2025. Disponível em: <https://bit.ly/4lt6y6R>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- NUNES SOBRINHO, J.; GROTT, S. Os sujeitos ativos no cibercrime e a responsabilidade penal do ofensor. **Revista Científica Multidisciplinar do Ceap**, v. 4, n. 2, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/49lEyOj>. Acesso em: 08 jun. 2024.
- POELL, T.; NIEBORG, D.; DIJCK, J. Plataformização. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 1-10, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>.
- RENNER diz não ter pago resgate de dados depois de ataque hacker. [S. l.], **Poder 360**, 24 ago. 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3GHmWCM>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- RICAUURTE, P. Epistemologias de dados, colonialidade do poder e resistência. **Dispositiva**, v. 12, n. 22, p. 6-26, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2237-9967.2023v12n22p6-26>.
- SILVA, T. Por outros imaginários sociotécnicos no novo normal. *Observatório Itaú Cultural*, n. 28, p. 37-41, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/3IGldgx>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- SILVA, W. W. M. **A evolução da criptografia e suas técnicas ao longo da história**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Sistemas de Informação) – Instituto Federal Goiano, Ceres, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3DosfLd>. Acesso em: 08 jun. 2024.
- SITE das Lojas Renner sai do ar após ataque hacker. **G1**, [S. l.], 19 ago. 2021. Disponível em: <http://bit.ly/4kV3XIV>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- SUTTO, G. 83% das companhias que sofreram ataques hackers no Brasil pagaram

resgates em 2023. **InfoMoney**, 09 maio 2024. Disponível em: <https://bit.ly/49iOCHM>. Acesso em: 08 jun. 2024.

VENTURINI, T.; MUNK, A. K. **Controversy mapping**: a field guide. Cambridge: Polity Press, 2021.

WALTERS, R. **Cyber Attacks on U. S. Companies Since November 2014**. [Washington, DC]: The Heritage Foundation, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3ZmkIh8>. Acesso em: 08 jun. 2024.

WINQUES, K. Imaginários algorítmicos: reflexões a partir de um estudo de recepção de matriz sociocultural. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v. 24, n. 2, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/41g52P6>. Acesso em: 08 jun. 2024.

Preciado e a disforia do mundo:

um manifesto pelo desmantelamento das estruturas e a (des)
esperança das possibilidades

Antonio Hélio da Cunha Filho¹

Resumo

Esta resenha busca ecoar, por meio do livro *Dysphoria Mundi* (2023), de Paul Preciado, a relação que o autor estabelece entre as disforias vividas pelos corpos e a inadequação e os desafios enfrentados, de forma global e simultânea, pelo “corpo” do mundo. A obra mostra como o autor percebe essas dinâmicas de rupturas que marcam a sincronia espaço-tempo do planeta, e como desafios contemporâneos recentes — como a pandemia de Covid-19, as mudanças climáticas, as guerras, as polarizações políticas etc. — hipermediados pelas tecnologias e mídias digitais, criam fricções e dissensos. Essas fricções, por sua vez, não são apenas tensões ou colapsos isolados, mas pontos críticos que evidenciam a fragilidade das estruturas sociais, políticas e epistemológicas vigentes. O presente texto tenta compreender como essas fricções podem representar, na perspectiva do autor, tanto barreiras para a constituição da sociedade, como também momentos de emergência e criação de fenômenos capazes de propiciar o desmantelamento e a desestruturação das normas sociais coercitivas e hegemônicas, dando oportunidade ao surgimento de novas possibilidades para a manutenção da humanidade e continuidade do planeta como espaço habitável e vivível.

Palavras-chave

Disforia; Mundo; Preciado; Contemporaneidades; Sociedade.

¹Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da UFRN, Doutorando no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE. E-mail: heliofilho2@hotmail.com.

Preciado and the dysphoria of the world:

a manifesto for the dismantling of structures and the [dis]hope of possibilities

Antonio Hélio da Cunha Filho¹

Abstract

This review, through Paul Preciado's *Dysphoria Mundi* (2023), seeks to echo the relationship the author establishes between the dysphorias experienced by bodies and the inadequacy and challenges faced, globally and simultaneously, by the "body" of the world. The work shows how the author perceives these dynamics of ruptures that shape the space-time synchrony of the planet, and how contemporary challenges — such as the Covid-19 pandemic, climate change, wars, and political polarizations — hypermediated by digital technologies and media, create frictions and dissensus. These frictions, in turn, are not merely isolated tensions or collapses, but critical points that highlight the fragility of the current social, political, and epistemological structures. This text attempts to understand how these frictions can represent, from the author's perspective, both barriers to the constitution of society, as well as moments of emergence and creation of phenomena capable of enabling the dismantling and destructuring of coercive and hegemonic social norms, providing opportunities for the emergence of new possibilities for the maintenance of humanity and ensuring the planet's continuity.

Keywords

Dysphoria; World; Preciado; Contemporaneities; Society.

¹Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da UFRN, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE. E-mail: heliofilho2@hotmail.com.

Introdução

Como resultado de um processo de reflexão em um mundo solitário da pandemia de Covid-19, e permeado de solitude, Paul Preciado (filósofo, escritor e curador espanhol) reflete sobre as rupturas profundas pelas quais o planeta passa e como o tempo presente gera possibilidades para uma “virada de chave” em nível global. Para o autor, é imperativa a mudança que o mundo quer; resta saber em qual polaridade será possível fazer essa mudança e em quais rupturas, nós, enquanto humanidade, seremos capazes de agir. *Dysphoria Mundi*, lançado em 2023 no Brasil, é um livro que tenta elucubrar justamente a respeito desses dissensos em que a sociedade contemporânea vem mergulhando, e o autor usa essa representação da disforia do corpo, refletindo-a no “corpo do mundo”.

Logo nos primeiros momentos do texto, os quais ele intitula de *Disforia mon amour*, o autor reflete sobre o que seria essa disforia — uma sensação de discordância e inadequação que se manifesta em relação a algo ou alguma coisa. Usando suas próprias vivências enquanto pessoa trans, explora como há uma tensão entre o que entendemos como corpo e como mente, e como existem pressões sociais para adequação — até mesmo dentro das inadequações — sobre o que se é e o que se sente. Essa relação reflete muito o que Haraway (2013) entende como um saber localizado, que é a percepção de que todo conhecimento é produzido a partir de uma perspectiva individual, situada e corporificada. A vivência, literalmente, na pele do autor, permite situar que essa disforia sentida (ou não) por seus pares (ou não) reflete um estado que ele comparou com a situação do planeta na contemporaneidade.

Nessa análise, sobre a atualidade, questiona se essa disforia – que pode ser vivida pelo corpo humano – também não pode ser sentida coletivamente enquanto corpo social. Indagando: será que o mundo já não se reconhece a partir das normas estabelecidas? Preciado argumenta que a única maneira de pensar as relações hegemônicas e superá-las é mergulhando nas categorias criadas por elas para conseguir “dar a volta” no pensamento epistêmico. É uma estratégia de subversão que busca desestabilizar as bases dos padrões dominantes, e isso só será possível a partir da constatação e reflexão a respeito dessa inadequação do corpo social, a *Dysphoria Mundi*. Ele reforça que não estanca a disforia como uma condição natural e imutável dos seres, mas como um estágio que pode ser vivenciado por diversas pessoas e subjetividades, apontando possibilidades que escapam da norma. Assim, o autor desloca o termo de um campo puramente médico e biológico — onde se originou — para um espaço de inquietude e potência crítica.

A disforia não existe como doença individual. Ao contrário, é preciso entender a *dysphoria mundi* como efeito de uma defasagem, de uma brecha, de uma falha entre dois regimes epistemológicos: entre o regime petrossexorracial herdado da modernidade ocidental e um novo regime ainda balbuciente que se forja através de atos de crítica e desobediência política. (Preciado, 2023, p. 16).

Após esse prelúdio, Preciado introduz o tema central do livro: a disforia do mundo. A partir de um relato que mistura observação e análise, e ancorado em suas epistemologias, ele marca, especialmente o pós-pandemia de Covid-19, como esse estado de desajuste e colapso planetário. O autor defende que vivemos em um irrealismo capitalista, retomando a ideia de Fisher (2020). Ele afirma que já ultrapassamos a noção de uma realidade capitalista estática e agora habitamos uma irreabilidade capitalista, marcada por uma destruição tão profunda que compromete qualquer senso de estabilidade. Ou seja, para o autor, o irreal não é o que o mundo passa — seja por pandemias, mudanças climáticas ou desestruturações sociais —, mas sim, é irreal passar por esses problemas, fruto do capitalismo, e não os associar ao sistema, nem haver tentativas de romper com essa irreabilidade.

No livro, Preciado descreve essa realidade como uma estética petrossexorracial — uma combinação de regimes de poder baseados no petróleo (simbolizando esse capitalismo poluente e destrutivo), na sexualidade normativa e nas hierarquias raciais. É dentro desse cenário que ele propõe a revolução como uma transição epistêmica, a ser conduzida por corpos subalternizados, que, para ele, são disfóricos e inversamente proporcionais a esse mundo petrossexorracial. Esses corpos, vistos aos olhos da normatividade como fracassados e “perdidos”, ao se conectarem entre si ou com as máquinas, criam novas possibilidades de existência, daí uma das esperanças que podem surgir de *Dysphoria Mundi*. Essa reflexão do autor se alinha, em consonância com a perspectiva de Halberstam (2020) sobre a *arte queer dos fracassos*, afirmando que existem corpos que, inerentemente, já se encontram em um estado de “fracasso” perante as normas hegemônicas. Assim, ao reconhecer a insustentabilidade das bases do sistema petrossexorracial, são justamente esses corpos, comportamentos e pensamentos dissidentes que se tornam capazes de vislumbrar um futuro alternativo, um “fracasso” para os padrões dominantes, mas essencialmente mais justo e equânime.

O autor ainda adverte que o negacionismo é a ferramenta contrarrevolucionária do mundo em disforia. Segundo Preciado, aqueles que negam a crise climática geralmente também negam a ciência, as questões de gênero, as pautas sociais e outras insurgências que possam questionar as bases do sistema. Para ele, não é possível construir o futuro com as epistemologias, linguagens, códigos e hábitos do presente; é preciso pensar em outra alternativa. É a partir dessas insurreições disfóricas que devem emergir outras formas de continuar habitando o planeta.

A metáfora da pandemia de Covid-19 é muito forte para marcar essa mudança de paradigma em que vive o mundo. Para o autor, o planeta passa agora a experienciar as crises, as catástrofes, as rachaduras sociais etc., de forma global e simultânea. Os problemas locais devem conviver com os problemas globais. Todas essas dinâmicas serão mediadas pelas tecnologias digitais e só podem existir a partir delas. A cibernética foi capaz de encurtar essas distâncias e conferir rapidez aos processos, aproximando

o problema de todos. Mas também é por meio dela que será possível criar conexões entre grupos e pensar, juntos, em transformações.

Sobre essa noção de território e tempo que se alarga na visão de Preciado, é prudente também expandir, ao nível planetário, a *Partilha do Sensível* pensada por Rancière (2004, 2009). A sociedade decide o que pode ser visto, ouvido e sentido por todos — nesse caso, literalmente. Ao partilhar o sensível, o audível e o visível, é possível, a partir das experiências reconhecidas como parte da realidade comum, pensar em alternativas. Não se trata de dividir o material, mas de distribuir o espaço da percepção.

Preciado aborda o impacto do imperativo das máquinas em um mundo em constante mudança. Ele resgata o pensamento de William S. Burroughs, que imaginava uma comunidade com uso livre das máquinas para revelar a realidade e romper com as assimetrias do capitalismo. No entanto, a realidade mostra como a comunicação digital narcotizou as pessoas, especialmente os jovens, e como há uma concentração de poder nas mãos daqueles que controlam essas tecnologias.

O incêndio da catedral de Paris pode simbolizar a ruína de uma ideia de tradição que tentamos preservar a qualquer custo. Trata-se de um esforço de manter um passado que petrifica relações, hierarquiza corpos e cristaliza as dinâmicas sociais. No fim, ele aponta que é esse modelo que está em colapso, e a disforia nos faz perceber como estamos inadequados a essa vida contemporânea.

Durante boa parte da obra, o autor fala sobre o que está “*out of joint*” (em livre tradução: fora do eixo). Para ele, o que entendíamos como tempo, espaço, sexo e identidade está fora de articulação. A pandemia é central para essa ideia de uma sociedade que está saindo de órbita. Por exemplo, a noção de tempo se alarga: até hoje, 2020 parece maior ou menor, dependendo da perspectiva; ele não começou em janeiro e, talvez, nunca tenha acabado. Além disso, o problema que parecia distante agora é também um problema próximo, mesmo que esteja do outro lado do mundo. Como afirma o autor, “Wuhan está em toda parte” (Preciado, 2023, p. 65). A distância e o tempo, ele argumenta, perdem seu significado diante das crises climáticas, sociais, sexuais e políticas.

Além do tempo, o autor comenta como a biopolítica também está fora de eixo. Preciado destaca a ironia de Foucault — um autor celebre que aborda a biopolítica — ter sido uma das primeiras grandes figuras intelectuais a morrer de HIV. A maneira como o HIV e, mais recentemente, a Covid-19, foram tratados revela a faceta necropolítica da globalização, em que a política dos corpos se transforma em uma máquina de matar. Preciado denomina essas práticas, comparando-as à forma como o HIV foi tratado e como outras questões relacionadas à sexualidade e ao gênero são manipuladas politicamente. Essas políticas reforçam o controle e a normatização dos corpos, mas também, como o livro sugere, oferecem pistas para rupturas e novas formas de existência.

Além de pensar o corpo do mundo, o excesso — seja de informação ou de estímulo — já afeta o corpo do indivíduo, não provocando mais as sensações sinestésicas e corpóreas que um dia já foram possíveis. Não por acaso, para o autor, o principal sintoma da Covid-19 — ou seja, biopolítica *out of joint* — era a perda dos sentidos (como paladar e olfato). É como se aquele sintoma da doença fosse um movimento sintomático do corpo e suas relações com o espaço no mundo. Wuhan é hoje.

Para Preciado, o que mais assombra na disforia atual do mundo é que ela ameaça todos os corpos, dando como exemplo a pandemia iniciada em 2020. É preciso fazer um recorte: o autor é um homem morando na Europa, e, na periferia do capitalismo, corpos subalternizados sofreram mais com a pandemia (IPEA, 2020). Contudo, diferente de outras pandemias e/ou catástrofes, esse vírus também ameaçou os corpos normativos, não conhecendo fronteiras nem acordos financeiros.

Ainda utilizando a metáfora da pandemia, Preciado aponta como o isolamento escalonou a individualização promovida pelo neoliberalismo, prejudicando a formação de dissensos coletivos necessários para pensar uma saída comum. A fragmentação dificulta a construção de alternativas. Ele conclui que, por isso, o tempo, a distância, a biopolítica, a sexualidade etc., ou seja, a vida está *out of joint*.

Quando tudo está fora do eixo, “somente uma modificação radical do desejo pode pôr em marcha a transição epistemológica e social capaz de desalojar o regime capitalista petrossexorracial” (Preciado, 2023, p. 378). Esse desejo, para o autor, deriva da necessidade — especialmente das identidades dissidentes. Só assim elas saberão como combater as instituições que querem reconstruir, dos escombros, a catedral simbólica como uma retomada forçada de um passado que a *Dysphoria Mundi* já entendeu que não pode pautar o futuro.

Após escancarar, nos últimos capítulos, os desafios vivenciados no capitalismo — comentando que, em breve, o neoliberalismo será o necro-humanismo, e mencionando os ataques de diversas indústrias, como a dos fármacos e fábricas — o autor afirma que, apesar de ser difícil, é preciso pensar no otimismo. “O otimismo é uma metodologia. Temos a capacidade coletiva de tomar consciência do que está ocorrendo e, pela primeira vez na história, compartilhar essa experiência em escala planetária” (Preciado, 2023, p. 388). Pensar nesse olhar otimista como um processo metodológico capaz de analisar e encontrar outras alternativas nesse mundo disfórico tem relação com a visão freiriana da esperança — não como palavra vazia, mas como verbo: esperar — uma atitude e escolha política e cultural (Freire, 2001). O desânimo é contrarrevolucionário.

Por fim, é possível perceber que Preciado traça um paralelo entre as mudanças em sua vida (e corpo) com as transformações paradigmáticas que o mundo passou e passará. É como se o mundo fosse uma metonímia de seu corpo disfórico, fazendo dele um chamamento ao planeta: “Utilize sua disforia como plataforma revolucionária”

(Preciado, 2023, p. 386).

Artigo submetido em 01/06/2025 e aceito em 08/07/2025.

Referências

HALBERSTAM, J. **A arte queer do fracasso**. Recife: Cepe, 2020.

HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *In*: HARAWAY, D. **Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature**. New York: Routledge, 2013, p. 183–201.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). A Pandemia de Covid-19 e a desigualdade racial de renda. Brasília: IPEA, 2020.

FISHER, M. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001

PRECIADO, P. B. **Dysphoria mundi: o som do mundo desmoronando**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. E-book.

RANCIÈRE, J. **The politics of aesthetics: the distribution of the sensible**. Londres: Continuum, 2004.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. Estética e política. São Paulo: EXO experimental org., Editora 34, 2009.